

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPERIO

50 ANOS | TESTEMUNHOS, VIVÊNCIAS, DOCUMENTOS



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
50 ANOS - TESTEMUNHOS, VIVÊNCIAS, DOCUMENTOS

EDITOR

UCCLA-União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

DIREÇÃO

Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA

COORDENAÇÃO

Rui D'Ávila Lourido

EDIÇÃO

Anabela Carvalho
Maria do Rosário Rosinha

REVISÃO de TEXTOS

Filomena Nascimento
Isabel Patrício
Renato Costa

TRANSCRIÇÃO das GRAVAÇÕES

Ana Leonor Pereira, Ana Rita Ribeiro, Andreia Martins Marujo,
Carmen Frade, Hugo Rodrigues, Joelma Bondo, Raquel Carvalho

FOTOGRAFIAS

Anabela Carvalho
Américo Simas (CML-DMC)

ILUSTRAÇÕES

Carlos Brito

DESIGN GRÁFICO e PAGINAÇÃO

Catarina Amaro da Costa

ISBN

978-989-96607-6-2

IMPRESSÃO

Imprensa Municipal

TIRAGEM

500 exemplares

Abril 2017

Os textos incluídos nesta obra são transcrições das intervenções feitas pelos participantes nas diversas sessões da homenagem à Casa dos Estudantes do Império, realizadas entre 2014 e 2015. Estas intervenções foram gravadas através de meios audiovisuais e posteriormente editadas para efeitos de publicação. A presente edição segue a grafia do Acordo Ortográfico, exceto nos casos em que os autores quiseram manter a antiga grafia

Organizador: UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Apoios: CML - Câmara Municipal de Lisboa; Camões - Instituto da Cooperação e da Língua; Fundação Calouste Gulbenkian

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

50 ANOS | TESTEMUNHOS, VIVÊNCIAS, DOCUMENTOS



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA



Prefácio

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada em 1944 pelo regime colonial para, num único espaço, melhor controlar todos os estudantes universitários vindos das ex-colónias portuguesas que, salvo em Goa, não possuíam instituições de ensino superior e que tinham assim que continuar a frequência universitária em Portugal. Este objetivo integrou-se num outro, mais vasto, de formação de jovens bem preparados que pudessem vir a enquadrar a administração e reproduzir o sistema colonial que o próprio regime ditatorial prosseguia.

A CEI permitiu a reunião de estudantes de todos os territórios sob dominação colonial portuguesa, Goa, Macau, Timor, de África e, singularmente, também muitos do país irmão que é o Brasil, tendo-se transformado, desde o início, num enorme incentivo à consciencialização da sua singularidade étnica, no caso dos estudantes africanos, e da sua africanidade. A produção cultural da CEI contribuiu para o aprofundamento da solidariedade entre africanos e destes com os portugueses, contra o ambiente de falta de liberdade e contra a repressão do regime fascista português.

A CEI abriu uma delegação em Coimbra e, mais tarde, no Porto, que conjuntamente com a sede em Lisboa desenvolveram um amplo movimento cultural e cívico, com a edição de inúmeros textos literários e de intervenção social. Desenvolveram estudos relativos à identidade dos territórios de que eram originários, frequentaram debates, colóquios e promoveram edições próprias, com conteúdo diversificado, incluindo poemas, contos e outras formas de expressão cultural. Dando corpo a um espaço de certa liberdade e a um ambiente solidário e progressista que, aliado aos estudantes portugueses, desenvolveu progressivamente uma consciência antifascista que desaguou num amplo movimento anticolonial.

Sob os ventos da descolonização, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, e da aprovação da Carta das Nações Unidas que reconheceu o direito inalienável dos povos à autodeterminação e à independência, o mundo assistiu ao surgimento de novos países no continente africano, o primeiro dos quais foi o Gana, em 1957. A partir dessa altura, aumenta a atividade cultural e cívica da CEI e cresce, em muitos dos associados da Casa dos Estudantes do Império, o empenho na luta antifascista e anticolonial. A adesão às atividades da CEI por parte de um cada vez maior número de estudantes tem como resultado a invasão e o encerramento da Casa dos Estudantes do Império, pela PIDE, em 1965.

A UCCLA deseja, com esta homenagem aos associados da Casa de Estudantes do Império, que realizámos em 2014-2015, comemorar igualmente a passagem do 50.º aniversário desse encerramento que coincidiu com o 40.º aniversário das independências das ex-colónias portuguesas.

Foram associados da Casa dos Estudantes do Império, ou tiveram participação nela, personalidades incontornáveis da cultura e da política, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Fernando França Van Dúnem, Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, Pedro Pires, Onésimo Silveira, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo, Vasco Cabral, Pepetela, Alda Lara e tantos outros.

Decorridos, como se disse, cinquenta anos sobre a extinção da Casa dos Estudantes do Império, a UCCLA entendeu dever dar um pontapé de saída para homenagear o conjunto desses jovens, tanto mais que Lisboa, que foi sede da Casa dos Estudantes do Império, e Coimbra, onde existiu uma delegação, são associadas da UCCLA. No Porto houve também uma delegação da CEI durante alguns anos.

Esta homenagem corresponde, sem dúvida, a um desígnio comum dos povos de língua oficial portuguesa e não é possível conceber-se o futuro sem a preservação da memória que a todos respeita. Para resgatar essa memória, promovemos a transcrição das fichas de todos os associados da CEI, que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este trabalho de investigação árdua foi feito pela primeira vez, e pretendemos, não só fazer justiça à memória daqueles que contribuíram para a nossa liberdade e dos povos das colónias, mas também deixar mais uma ferramenta para novos estudos, sejam eles de carácter histórico ou sociológico sobre esta importante instituição que foi a CEI.

Enquanto Secretário-Geral da UCCLA agradeço à Comissão Organizadora, constituída para a preparação e execução do programa da homenagem, aos patrocinadores, sem os quais não teria sido possível levá-la a bom porto, às instituições públicas de todos os nossos países e às respetivas embaixadas acreditadas em Portugal, aos convidados que prontamente aceitaram participar nos inúmeros eventos que foram programados e, por fim, à comunicação social que, desde a primeira hora, acolheu de forma muito solidária a iniciativa, e a fez repercutir pela opinião pública.

Vítor Ramalho

Secretário-Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Introdução

A UCCLA edita o presente livro com o objectivo de preservar, para memória futura, a homenagem que realizou entre 2014 e 2015 aos associados da Casa de Estudantes do Império (CEI, 1944-65). Esta homenagem reuniu o testemunho oral e escrito de muitos dos próprios estudantes e principais intervenientes, quer na CEI, quer no posterior processo de luta pela independência e implantação das democracias nos respetivos países. O facto de muitos dos intervenientes já possuírem idades muito avançadas, avoluma a importância desta homenagem ao conseguir reunir grande número dessas personalidades históricas, sendo extraordinário que nesse grupo ainda se encontravam vivos, em 2014-2015, quatro Ex-Presidentes da República e três Ex-Primeiros-Ministros, que nos deram a honra de vir dos seus distantes países para a homenagem.

Como é natural a riqueza deste livro reside no conteúdo dos testemunhos, que são autênticas lições não só de conhecimento, mas de generosa abnegação e essencialmente de Humanismo.

O presente livro está organizado em 8 atos ou capítulos, que reproduzem os momentos essenciais desta homenagem. São eles:

O 1.º Ato é dedicado à análise dos aspetos formativos e culturais da CEI, tendo sido constituído pelos painéis com intervenções de pessoas que viveram a CEI e de pessoas que, não tendo sido propriamente associados da CEI, tiveram um papel de relevo no mundo associativo à época. Colóquio organizado pela UCCLA com apoio da Universidade de Coimbra, em Coimbra, a 28 de outubro de 2014;

O 2.º Ato, dedicado à análise da ação da CEI e sua influência no Movimento Associativo Estudantil Português de então, foi realizado na Assembleia da República Portuguesa, a 24 de fevereiro de 2015;

O 3.º Ato é dedicado à exposição documental intitulada “*Casa dos Estudantes do Império, 1944-1965, Farol de Liberdade*”, que esteve patente ao público na Galeria das Exposições nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa, inaugurada a 21 de maio de 2015;

O 4.º Ato, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 22, 23 e 25 de maio, propõe dois olhares diferentes sobre o património político, cultural, social e até afetivo da CEI. Um primeiro olhar consubstanciou-se no Colóquio Científico organizado pela UCCLA e pela Universidade de Lisboa, “*Casa dos Estudantes do Império: histórias, memórias, legados*”, uma abordagem multidisciplinar das Ciências Sociais e das Humanidades. O segundo olhar, mais próximo, é constituído pelos testemunhos prestados em duas mesas redondas, *A Casa por quem a viveu* e *Os filhos da Casa*.

O 5.º Ato é dedicado a registar a visita dos antigos associados da Casa dos Estudantes do Império aos espaços, em Lisboa, mais frequentados por eles naquele tempo: *Lugares e Memórias da Casa dos Estudantes do Império, uma viagem por lugares simbólicos*;

O 6.º Ato é constituído pela Sessão solene de Encerramento da Homenagem, o qual foi antecedido por um momento de especial emotividade – a estreia do Hino da UCCLA, cuja letra é da autoria do poeta angolano Manuel Rui e com melodia do musicólogo Luís Cília. A ambos a UCCLA expressa o seu público reconhecimento por tão generosa e importante oferta. Estes momentos tiveram lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, na tarde do dia 25 de maio;

O 7.º Ato é, em si, mesmo a defesa da memória dos que corporizaram a CEI, pois é constituído pela apresentação da documentação, que revela o nome de todos os associados da CEI, desde a fundação, em 1944, até à sua extinção pela PIDE, em 1965. Este levantamento foi distribuído pela UCCLA, na sessão inaugural do programa de homenagem, ocorrida em outubro de 2014. Corresponde à resposta a um desejo de há muito expresso pelos antigos associados da Casa dos Estudantes do Império. Foi a primeira vez que foi feita uma investigação e identificação de todos os associados da CEI, num longo trabalho de uma equipa de investigadores sobre as fichas de associados, que estão preservadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revelando surpreendentemente cerca de três mil e trezentos associados da CEI. Este levantamento, do ponto de vista histórico e sociológico, é muito relevante, por possibilitar estudos futuros, que já começaram a ser desenvolvidos por vários investigadores, nacionais e internacionais;

O Epílogo – A CEI apresenta-se à Comunicação Social, numa conferência de imprensa, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, e num Programa Especial da RTP dedicado à “*A Geração da Liberdade*”, com moderação de Fátima Campos Ferreira, na Sala do Arquivo dos Paços do Concelho, na Câmara Municipal de Lisboa, ambos no dia 25 de maio de 2015. Os ex-Presidentes da República e ex-Primeiros-Ministros apresentaram aos órgãos da comunicação social a sua perspetiva sobre a influência da CEI nos vários movimentos de libertação nacional e na construção dos respetivos países independentes. Referiram-se igualmente à atualidade e ao significado que hoje tem homenagear quem lutou por valores e contribuiu para construir sociedades independentes mas solidárias, mais justas e fraternas.

Anexos:

Reconhecendo que esta homenagem à CEI só foi possível pelo apoio e incentivo de personalidades a diferentes níveis e pelo empenho de inúmeros colaboradores, é de elementar justiça apresentarmos a composição da **Comissão de Honra** e a **Comissão Organizadora**.

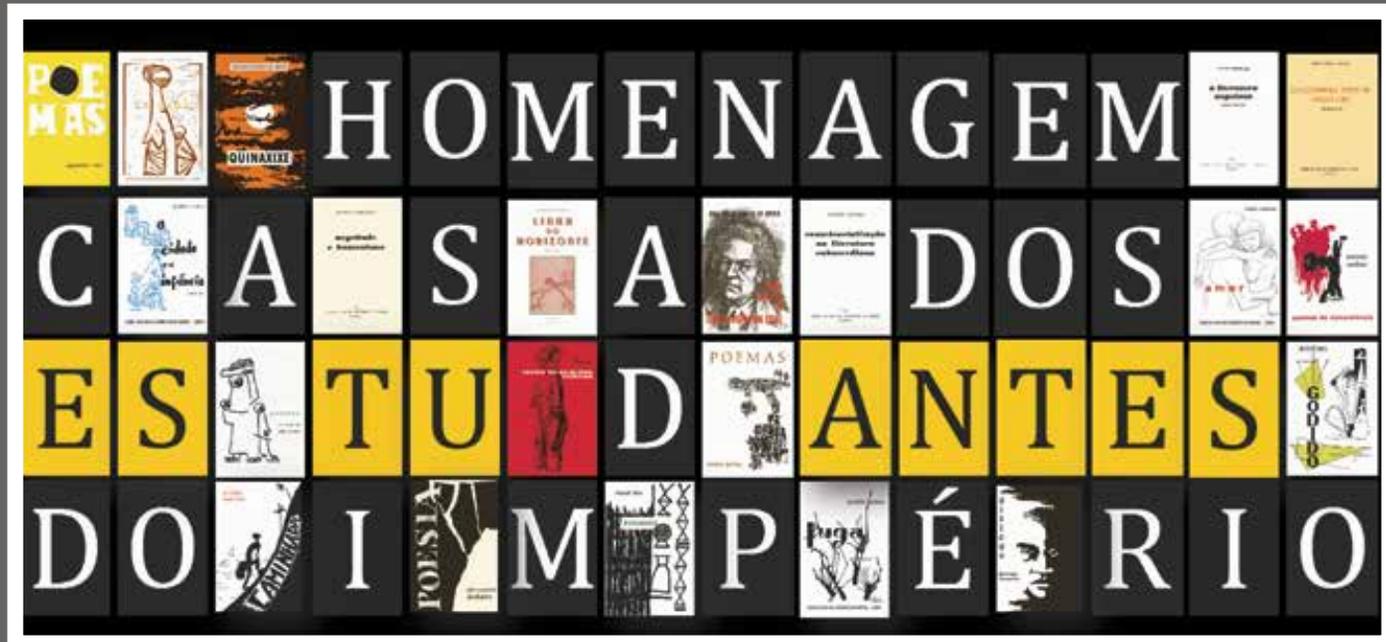
REEDIÇÃO DOS LIVROS DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO:

Mais uma vez, a memória dos que fizeram da literatura uma arma de formação cultural e identitária de africanidade, fizeram a UCCLA promover a reedição dos 21 livros de bolso que foram editados pela CEI, sendo o 22.º uma análise histórico-literária desta coleção, da autoria da Professora Inocência Mata. Agradecemos a Carlos Veiga Pereira, a Aida Freudenthal e a Rute Magalhães, a sua pesquisa, acompanhados por colaboradores da UCCLA. Reeditámos igualmente duas Antologias publicadas pela CEI, uma de poesia de Angola e outra conjunta de Moçambique e São Tomé e Príncipe. Queremos aqui deixar o nosso reconhecimento público ao semanário Sol que se associou à nossa iniciativa e distribuiu gratuitamente, em 2015, um milhão de exemplares.

No final apresenta-se um documento com curtas notas biográficas da maioria dos intervenientes na homenagem.

Rui Lourido

Coordenador da edição



SUMÁRIO

PRIMEIRO ATO

pág. 11... **CERIMÓNIA INAUGURAL**, 28 outubro de 2014

SEGUNDO ATO

59... **DEBATE: «A Casa dos Estudantes do Império e o Movimento Associativo Estudantil»**, 24 fevereiro de 2015

TERCEIRO ATO

75... **EXPOSIÇÃO: “Casa dos Estudantes do Império, 1944-1965, Farol de Liberdade”**, 21 maio de 2015

QUARTO ATO

89... **COLÓQUIO INTERNACIONAL “Casa dos Estudantes do Império: histórias, memórias, legados”**, 22, 23 e 25 maio de 2015

95... **1.ª Mesa redonda: “A Casa por quem a viveu”**, 23 maio de 2015

117... **2.ª Mesa redonda: “Os filhos da Casa”**, 23 maio de 2015

131... QUINTO ATO

Lugares e Memórias da Casa dos Estudantes do Império, uma viagem por lugares simbólicos, 24 maio de 2015

SEXTO ATO

137... **Sessão Solene de Encerramento**, 25 maio de 2015

SÉTIMO ATO

161... **Os ficheiros dos associados da CEI**, 25 maio de 2015

171... **EPÍLOGO | A CEI apresenta-se à Comunicação Social**, 25 maio de 2015

192... **ANEXOS |** 1. Comissão de Honra e Comissão Organizadora
2. Reedição dos Livros da Casa dos Estudantes do Império
3. Notas biográficas

204... **ÍNDICE**

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

PRIMEIRO ATO

CERIMÓNIA INAUGURAL EM COIMBRA

HOMENAGEM À CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO



Cerimónia Inaugural

Coimbra, 28 outubro de 2014
Anfiteatro da Universidade de Coimbra

1 Vítor Ramalho – Secretário-Geral da UCCLA

Muito bom dia. Antes de mais, agradeço a presença de todos nesta sessão e queria saudá-los calorosamente. Esta iniciativa só pôde ter lugar graças ao contributo de muita gente que se associou ao evento.

Não é possível concebermos um futuro, seja do que for, sem memória. Numa altura em que se valoriza tanto, de forma hedonista, os mercados, e isso é correto do ponto de vista da dinâmica natural da economia dos países e dos povos, não podemos perder de vista que há uma outra realidade que nos toca profundamente, sobretudo em povos que são verdadeiros cidadãos do mundo, povos de diásporas que fizeram um caminho muito solidário. Como é sabido, sob o regime anterior, havia uma ditadura que a todos oprimia, embora em diferentes graus. Os jovens que então vieram estudar para Portugal – porque não havia universidades nos territórios colonizados em África – tiveram um papel incontornável na vida de todos nós. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada, em 1944, para enquadrar essa juventude que vinha estudar para Portugal, em Lisboa, em Coimbra e, mais tarde, no Porto, para que, quando retornassem às origens, esses mesmos jovens pudessem perpetuar o regime então vigente. Sob os ventos da liberdade, eles ergueram-se na procura da identidade dos territórios de que eram originários e forjaram-se grandes escritores, personalidades marcantes, na cultura e na política. Esses jovens, nos anos 60, empreenderam uma saída clandestina de Portugal, na qual cerca de 120 deles, interrompendo a sua formação superior, foram para o estrangeiro, nomeadamente para França e depois para os territórios de onde eram originários, correr graves riscos de vida, para erguer a cultura e a luta pela liberdade nos respetivos territórios colonizados.

Seria verdadeiramente indesculpável se não erguêssemos esta memória, uma memória solidária, afetiva, uma memória que também irmanou o povo português. Isto é bom, é útil e é necessário que se diga, que se afirme, porque esses jovens que saíram foram os precursores da CPLP quando criaram a

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas [CONCP], deixando uma marca que não podemos esquecer. É que a luta que travaram teve a solidariedade do povo português, porque os jovens que saíram clandestinamente de Portugal nunca confundiram a luta contra o regime colonial com o povo português, que consideraram sempre um povo solidário.

Nós somos hoje, devedores da luta desses jovens, cuja memória viva é fundamental para o futuro preservármos e peço-vos que meditem nisto, porque há hoje no mundo uma imensa pequenez de horizontes, como se vê. Portugal foi aliás o único país que descolonizou em resultado da queda de uma ditadura, que foi alvo da luta comum dos nossos povos, o que não aconteceu em nenhum outro país europeu. Ao surgirem novos países, neste mundo global, estabelecemos entre todos e com cada um deles o diálogo, porque todos somos países que abrem as portas do mar aos continentes. Ao continente africano, com Angola, Moçambique, num caso o Índico, noutro, o Atlântico, mas também em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, verdadeiros porta-aviões, mas também na Guiné-Bissau e em Portugal, o país mais próximo das Américas do ponto de vista da relação marítima e, por isso, porta de entrada para as Américas, e destas para a Europa, mas também Timor-Leste e a cidade de Macau. Realmente, é caso para dizer: 'Que grandeza!'. Uma grandeza que nos dá hoje a dimensão de sermos uma das línguas mais faladas do mundo, uns já dizem que somos a 4.ª, mas seguramente somos a 3.ª na utilização das redes sociais e a 1.ª do hemisfério sul. Volto a repetir: 'Que grandeza!' Devemos valorizar a grandeza destes homens que, quando eram jovens, desbravaram caminho para chegarmos aqui aonde estamos e estamos-lhes todos muito gratos.

Infelizmente, quando cheguei a Portugal vindo de Angola, em 1965, não pude conviver com a CEI, por já ter sido encerrada pela PIDE meses antes, mas confraternizei e fui amigo pessoal e íntimo de personalidades que me marcaram muito. Partilhei com alguns deles o meu escritório de advogado, particularmente com Gentil Viana, que invoco como um dos grandes ativistas da CEI e que me apresentou outros homens, como

o Mário e o Joaquim Pinto de Andrade, este último meu colega na Faculdade de Direito de Lisboa. Mais tarde conheci todos, ou quase todos os grandes ativistas da CEI. E foram eles que me perguntaram 'porque é que o país onde tu estás nunca promoveu algo que marcasse, dignificasse esta relação diferente entre nós?'

Eu aprendi a ter três pátrias: Portugal, Angola e a Europa. Tentei várias vezes corresponder ao pedido, não foi possível. Não cabe aqui explicar a razão, mas simplesmente não foi possível e agora, contra ventos e marés, mercê desta equipa de amigos solidários, foi possível levar em frente esta homenagem. Isto foi possível porque a UCCLA, de que sou Secretário-Geral, representa cidades de todos os nossos países de língua portuguesa, onde se incluem, nomeadamente, Lisboa, que foi a sede da CEI, e Coimbra, onde existiu uma delegação muito importante, alguns dos que vão hoje falar estudaram aqui em Coimbra. Nós estamos aqui para esta homenagem, que é justa, solidária, ousada e necessária. Quero reafirmar-vos que, um país sem memória, não tem futuro, não é possível ter futuro. Os maiores e mais velhos de cada um dos nossos países, que erguemos como uma bússola indicativa para todo o mundo, têm essa memória arreigada.

Queria agradecer, antes de mais, a várias pessoas, não levem a mal se me esquecer de algumas, pois são tantas. Queria agradecer ao representante do Senhor Presidente da República, Paulo Graça, a gentileza que teve em estar aqui. Para levar a efeito esta homenagem, como desígnio nacional, a primeira coisa que fiz foi dirigir-me ao Presidente de Portugal e também ao presidente angolano explicando a razão de ser desta iniciativa, que está acima de qualquer interesse pessoal. O Senhor Presidente da República foi muito gentil numa audiência que lhe pedi. Também o governo português deu o seu apoio, na pessoa do senhor Secretário de Estado da Cooperação e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Falei, também, com todos os senhores embaixadores e depois tive a oportunidade de falar com os mais velhos e perguntar-lhes se isto se justificava, e eles responderam de uma forma veemente, tão quente, tão emocionada, que me tocou muito fundo. Queria ainda agradecer ao senhor Secretário-Executivo da CPLP, Embaixador Murargy, que não quis deixar de estar presente, apesar de ter que partir, ainda durante esta manhã, para a Guiné. Obviamente, falei com o senhor Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor João Gabriel Silva, que, desde a primeira hora, deu o seu apoio. Tive igualmente a oportunidade de falar com o senhor Vice-Reitor, também aqui presente, Professor Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, que se mostrou imediatamente entusiasmado e levou-me a

conhecer uma realidade que é muito cara a esta universidade, a Casa da Lusofonia, que foi criada há um ano, onde todos os países de língua oficial portuguesa estão representados. Eu não sei se sabem, mas não há nenhum aluno estrangeiro que venha para a universidade que não passe nessa casa, para ser informado sobre o que é o mundo «da nossa fala», elemento fundamental da nossa memória coletiva.

Queria agradecer muito aos senhores embaixadores ou seus representantes, desde logo ao do meu outro país, Angola, na pessoa do Prof. Barrica. Ninguém renega a mãe, não é possível. A minha mãe já nasceu em Angola e é indiferente eu ter essa nacionalidade ou não, porque a minha mãe é de lá, foi aí que eu brinquei até vir estudar para Portugal e, depois, fui, de alguma maneira, impedido de voltar à minha terra, quando percebi pelos mais velhos a importância de lutar pela defesa da liberdade.

Queria ainda agradecer muito a presença da senhora Ministra Conselheira, Isabel Godinho, aos meus amigos Assessores, Luandino de Carvalho e Estevão Alberto, à Senhora Secretária do Senhor Embaixador, Dilma Esteves, ao Ministro Conselheiro Fortes e ao Senhor General Kanji. Agradeço também a um querido amigo, Hélder Lucas, representante de Angola na ONU, que veio propositadamente dos EUA, e fico emocionado por ter feito esta deferência; porque foi um antigo associado da Casa, dos primeiros, pois uma das primeiras ações que o seu pai fez quando aqui chegou, foi inscrevê-lo como associado.

Também ao Senhor Embaixador Luís Almeida, que está neste momento colocado em Haia, mas que será o futuro Embaixador de Angola na CPLP; e que veio de propósito para este evento. Naturalmente, também, à Senhora Embaixadora de Cabo Verde, Madalena Neves, desde a primeira hora sempre connosco, ao Senhor Representante de Timor-Leste junto da CPLP; ao Cônsul Honorário de São Tomé e Príncipe em Coimbra, ao Dr. José Joaquim Diogo, da Guiné-Bissau, ao Cônsul Dr. José Manuel Pavão.

Estarão connosco, também, os Senhores Conselheiros de Estado, Manuel Alegre e António Almeida Santos, vários deputados, dos quais um já aqui está, Alberto Martins, e virá ainda Hélder Amaral. E depois os nossos associados da UCCLA, cuja presença é de um valor inestimável, tenho uma grande gratidão pela vossa gentileza. Começo pelo General Tavares, presidente da Comissão Administrativa de Luanda, em simultâneo com o nosso querido amigo David Simango, presidente do Conselho Municipal de Maputo; têm sido

de uma grande gentileza para com a UCCLA, manifestada nestes gestos. Ainda ontem José Tavares me perguntou quais as dificuldades da UCCLA e que iria procurar satisfazê-las, na medida do possível, o que para nós é muito importante. Muito obrigado também por isso.

Para além destes dois “pesos pesados”, agradeço a todos os outros “pesos pesados” que aqui vieram: da Ribeira Grande, Manuel Monteiro de Pina, da Ilha de Moçambique, Saíde Amur Gimba, de Água Grande – São Tomé, Ekeneide Luís Santos, o Governador do Príncipe, José Cassandra, o Senhor Representante da Presidência da Câmara Municipal da Covilhã, João Torrão, de Almada, Joaquim Judas, obviamente de Coimbra, a Dr.^a Carina, por impossibilidade do Senhor Presidente, que tinha uma tarefa há muito programada. E muito obrigado, Senhor Governador da Província do Zaire; mas também à Senhora Administradora de M’Banza Kongo, Isabel Nlandu Morena, ao Senhor representante do Instituto Camões, Dr. Mário Filipe, aos Orfeonistas de Coimbra que têm esta referência histórica das canções, como a de Rui Mingas. Está aqui o Manuel Rui Monteiro, que é o autor da letra dos “Meninos do Huambo”, em conjunto com o Rui Mingas; tentei que este estivesse presente, mas infelizmente não pôde porque está doente; aos Orfeonistas de Coimbra queria também saudá-los na pessoa do Dr. Santos Cabral.

Uma saudação muitíssimo especial para a Maria Eugénia Neto, por várias razões. Pela CEI passaram personalidades de referência mundial, para além dos romancistas, dos escritores, como o Pepetela, a Alda Espírito Santo, o Francisco José Tenreiro e muitos outros, que não posso citar exaustivamente; Agostinho Neto foi sempre uma referência da CEI, de par com homens como Amílcar Cabral, Gentil Viana, Joaquim Chissano, Miguel Trovoada, Pedro Pires, França Van Dúnem, Pascoal Mocumbi, Mário Machungo, entre muitos outros. A Maria Eugénia Neto, que é hoje presidente da Fundação Agostinho Neto, de Angola, estou-lhe muito grato por ter vindo.

Estou quase a terminar, fazendo uma referência à Comissão Organizadora. Foram os colegas da UCCLA que fizeram esta homenagem, não vou citá-los, mas vou invocar outros que trabalharam para isto: o Carlos Veiga Pereira, a Rute Magalhães, a Aida Freudenthal, o Luís Todo-Bom, a Cláudia Castelo, a Júdice Cília. Da Universidade de Coimbra colaboraram, mercê da intervenção do Senhor Reitor e do Senhor Vice-Reitor, a Dr.^a Márcia e a Dr.^a Natércia. Outras pessoas se associaram, como o Filomeno Vieira Lopes, que estará aqui presente também, e outros que deram um contributo inestimável, como a Conexão Lusófona. Por fim, os participantes

nos painéis de hoje, a Maria Eugénia Neto, o Jorge Querido, o Embaixador Luís Fonseca, o Óscar Monteiro, o Pires Laranjeira, o Pepetela, o Manuel Rui Monteiro, o Almeida Santos, o Manuel Alegre e a coordenação da Diana Andringa e do David Borges, que há longos anos acompanham este assunto.

Como nota final, gostaria de referir a forma como estruturámos esta homenagem. Concebemo-la em 3 momentos distintos. Hoje, nesta conferência inaugural, terão lugar as intervenções de carácter cultural, quer de pessoas que viveram a CEI, que trabalharam nela, quer de pessoas que, não sendo propriamente militantes da CEI, tiveram um papel de relevo no mundo associativo nessa altura, como é o caso do Manuel Alegre ou, em outro plano, do Almeida Santos. Seguir-se-á, em fevereiro de 2015, um debate sobre “A Casa dos Estudantes do Império e o Movimento Associativo Estudantil”, na Assembleia da República, com a participação de antigos alunos que vieram a assumir papel destacado na organização da CEI. Posteriormente, o programa da homenagem incluirá uma exposição sobre a CEI e terminará em maio de 2015, com uma conferência internacional para debater a contribuição da CEI e dos seus associados para o movimento anticolonial e as lutas de libertação das antigas colónias portuguesas. O encerramento do programa de homenagem decorrerá logo após a conclusão dos debates desta conferência, que será realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, com a participação de antigos associados da CEI que vieram a ocupar um papel de primeiro destaque na luta de libertação e no governo dos respetivos países já independentes.

No campo editorial, para além da *pen*, que distribuímos juntamente com o programa desta sessão, vamos igualmente reeditar os livros de literatura editados pela CEI. Nesta sessão, chamo a vossa atenção para o facto de que, pela primeira vez, foi feita uma investigação e identificação de todos os associados da CEI, desde a fundação, em 1944, até à sua extinção pela PIDE, em 1965. Essa *pen* contém todos os nomes que se encontram registados nas fichas de associados, que estão preservadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Contudo, no processo de encerramento, ter-se-ão extraviado algumas fichas. A PIDE levou a documentação e o arquivo para o Forte de Caxias. Mais tarde, com o 25 de Abril, tudo isso foi recolhido pela Torre do Tombo, onde fizemos essa investigação. Estou muito grato quer à Cláudia Castelo, uma professora universitária que trabalhou nisto, quer ao Rui Lourido, historiador que coordenou o grupo de jovens que investigaram durante meses esse espólio. Como disse, esta *pen* contém informações que, do ponto de vista histórico, são muito relevantes, mesmo para estudos futuros.

Quanto à poesia, iremos ainda fazer a distribuição de duas Antologias das poesias de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe que foram publicadas pela CEI e que foram reeditadas de propósito para este evento e através das quais os leitores poderão constatar a grandeza dos homens e das mulheres que fazem parte destas Antologias. No grupo de mulheres estão a Manuela Margarido, a Alda Espírito Santo, a Alda Lara, entre muitas outras.

Temos ainda o semanário *Sol*, que se associou à nossa iniciativa e que, a partir do próximo dia 31 deste mês de outubro, passará a publicar, até março do próximo ano, os 21 livros de bolso que foram editados pela CEI, sendo agora objeto de reedição, e ainda uma análise literário-histórica, no último volume, o 22.º, da Professora Inocência Mata. Este é um trabalho gigantesco e muito útil, porque, por estranho que pareça, a memória também se perde. Esta reedição deve-se ao Carlos Veiga Pereira, à Aida Freudenthal e à Rute Magalhães, pois foram eles que fizeram essa pesquisa, também acompanhados por colaboradores da UCCLA.

Vamos igualmente organizar, como disse, uma Conferência Internacional nos dias 22, 23 e 25 de maio de 2015, com professores universitários europeus e africanos que estudaram esse período da CEI. Simultaneamente, vamos fazer uma exposição na Câmara Municipal de Lisboa. Encerramos este programa de homenagem no dia 25 de maio, com um colóquio na Fundação Gulbenkian, com todos os jovens que, participando na CEI, acabaram por ser Presidentes da República ou Primeiros-Ministros. Todos aceitaram participar, o Joaquim Chissano, o Pascoal Mocumbi, o Mário Machungo, o Miguel Trovoada, o Pedro Pires, o França Van Dúnem e estará também presente a viúva do Dr. Agostinho Neto, a Maria Eugénia Neto. Portanto, esta homenagem terminará com chave de ouro nessa altura.

Fui um pouco mais longo do que esperava nesta introdução, porque houve tantas pessoas que possibilitaram esta ação, que seria injusto não as referir. Temos aqui atrás um painel onde consta a informação sobre quem nos ajudou a tornar possível este evento e foram, sobretudo, empresas angolanas. Não que as empresas portuguesas não tivessem respondido, uma ou duas responderam generosamente, mas é bom que este mundo, que beneficia da realidade dos nossos povos, as empresas, compreendam seriamente que estamos a trabalhar para elas também, porque não é possível fazer uma atividade económica sem esse enquadramento cultural e sem esta afetividade. Não foi fácil erguer este projeto, os encargos são muitos mas tivemos, para além da generosidade das empre-

sas referidas, apoios amigos, nomeadamente do General José Tavares. Muito obrigado por tudo. Vou dar agora a palavra a quem representa o futuro, que é o presidente da Associação Académica de Coimbra. Muito obrigado, Bruno Matias, pela sua compreensão e apoio.

2

Bruno Matias

Presidente
da Associação Académica de Coimbra

Bom dia a todos. Cumprimento em primeira instância o Senhor Embaixador Murade Murargy, Secretário-Executivo da CPLP, o Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, a Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra, o representante dos Associados da Casa dos Estudantes do Império, Senhor Dr. Fernando Martinho e, naturalmente, cumprimento o grande organizador, Senhor Dr. Vítor Ramalho. E deixo também o agradecimento, em nome da Associação Académica de Coimbra, pela possibilidade que nos deu de participar nesta organização porque, efetivamente, fazer parte da memória coletiva, daquilo que foi o passado dos países da CPLP, daqueles que passaram por Coimbra e daqueles que passaram e foram estudantes na Universidade de Coimbra e sócios da Associação Académica de Coimbra, é para nós um privilégio. Assim, não podia deixar de dar esta primeira palavra ao Dr. Vítor Ramalho e à UCCLA, que fez um trabalho excepcional na organização deste evento. E fazer um trabalho excepcional na organização deste evento é fazer um trabalho excepcional na partilha de culturas, na recolha de testemunhos, pois, como referiu o Dr. Ramalho, e bem, sem memória coletiva não há futuro. Nós, na Associação Académica de Coimbra, pelos 120 anos de história que temos, somos testemunhas desse passado. O Senhor Dr. Alberto Martins, que está aqui, um dos grandes presidentes da Associação Académica de Coimbra, em 1969, é um exemplo dessa memória coletiva. Por isso, é essencial conhecer aqueles que já estiveram cá, aqueles que conseguiram desenvolver um trabalho importante para o futuro da Associação Académica de Coimbra, da Universidade de Coimbra e também do país. Estas iniciativas são fundamentais para nós, estudantes, enquanto futuro do país, mas também futuro da CPLP, futuro da Língua Portuguesa, futuro da Universidade de Coimbra, pois nos propiciam a oportunidade de compreender, de recordar, de estudar e de conhecer o passado.

Em relação à Casa dos Estudantes do Império, referiu o Dr.

Ramalho e muito bem, criada em 1944 e extinta em 1965, pela PIDE, estão aqui presentes personalidades que, melhor que eu, saberão aprofundar a temática.

A Associação Académica de Coimbra entende como importante o contributo e a presença atual de estudantes de vários países africanos, de vários países da CPLP. A própria Universidade de Coimbra é cada vez mais global e mais internacional, dando continuidade ao espírito da Casa dos Estudantes do Império. Na verdade, se as pessoas que aqui estão presentes tiverem a oportunidade de passar pela Universidade durante o dia, irão verificar que a Universidade de Coimbra continua a ter imensos estudantes da língua portuguesa e imensos estudantes de vários países da CPLP.

Depois da descolonização, continuamos a ter, felizmente, uma relação forte entre todos os países da CPLP, entre Portugal e todas as suas antigas colónias. E, para nós, o reforço dessa relação é fantástica, porque permite a partilha de culturas e a troca de experiências. Todos temos que trabalhar nesse sentido e parece-me que é precisamente aquilo que estamos a fazer aqui hoje e faremos até maio do próximo ano.

A Associação Académica de Coimbra quer, naturalmente, colaborar e espera que esta iniciativa traga frutos, nomeadamente, a possibilidade de um encontro e de uma partilha de experiências entre a nossa geração e as gerações da Casa dos Estudantes do Império. É importante que os estudantes de hoje, os jovens de hoje, que não conheceram essa época, a época da Casa dos Estudantes do Império, nem a época da guerra colonial, percebam e conheçam o que se passou nesse tempo. Numa altura em que os valores materiais são cada vez mais importantes [do que] os valores éticos e morais, em que o individualismo, o “umbiguismo”, se torna mais prevalente na sociedade do que a capacidade de nos unirmos todos em volta de causas, se nós tivermos oportunidade, enquanto jovens (que somos o futuro de Portugal, da Europa, do mundo), de perceber aquilo que, unidos, aqueles jovens, no passado, conseguiram fazer, talvez consigamos ser melhores nos próximos tempos. É isto que vamos fazer, é isto que estamos aqui a fazer e é por isso que quero agradecer esta iniciativa.

Queria dizer também que faremos chegar a todos, da Universidade de Coimbra, esta iniciativa, os debates, os colóquios, para que aquilo que aconteceu no passado [não seja esquecido], pois a cada ano que passa as coisas tendem a esquecer-se. Nós cá estaremos para impedir que assim seja, nós estaremos cá para permitir que cada vez haja uma maior ligação entre os países da CPLP e aqueles que passaram e

passarão pela Universidade de Coimbra. Muito obrigado!

3

Carina Gomes

Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra

Muito bom dia a todas e a todos! Quero começar por cumprimentar o Senhor Embaixador e Secretário-Executivo da CPLP, o Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, o presidente da Associação Académica de Coimbra, o Senhor representante dos Associados da Casa dos Estudantes do Império e, naturalmente, o Dr. Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, que proporcionou hoje este encontro. Quero também cumprimentar os Senhores Embaixadores aqui presentes, os Senhores Associados da UCCLA, os Senhores Vice-Reitores, todos os convidados e participantes dos painéis que se seguem.

Minhas senhoras e meus senhores, queria deixar uma primeira nota, naturalmente, para, em nome da Câmara Municipal de Coimbra, vos saudar e dar as boas vindas a esta encantada cidade. Sabe sempre bem regressar aqui à Universidade de Coimbra, a esta nobre e grandiosa instituição da nossa cidade e que é também a minha casa. E estamos aqui hoje por iniciativa da UCCLA, a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, para homenagear os Associados da Casa dos Estudantes do Império.

Eu não vou falar desta Casa, naturalmente, não tenho dela memória e não vou falar desta Casa porque, felizmente, temos aqui connosco pessoas que falarão com maior propriedade e maior sabedoria acerca dela. Ao invés, eu gostaria de realçar o facto de Coimbra ser uma das cidades que detém, atualmente, a vice-presidência da Comissão Executiva da UCCLA. E a verdade é que estamos profundamente agradecidos aos responsáveis da UCCLA, que cumprimento novamente na pessoa do Dr. Vítor Ramalho, pela atenção que ultimamente nos têm concedido. Quantas vezes no nosso país existe a tendência para centralizar a realização de eventos desta natureza! Mas, para nossa grande satisfação, os responsáveis da UCCLA têm pensado de forma diferente e, no ano em que se comemoram os 70 anos da criação da Casa dos Estudantes do Império, Coimbra, que teve uma delegação dessa Casa, é a anfitriã desta homenagem de hoje. Penso que Coimbra é merecedora desta atenção sendo, como é, um epítome da lusofonia, onde os vários falantes da língua de Camões, o poeta universal que estudou cá, sempre conviveram bem e

fraternamente. Aliás, estes vários falantes da língua de Camões estiveram e continuam a estar unidos em Coimbra que é, sem dúvida, uma das cidades do mundo que melhor representa o espírito destes povos irmãos. Também em maio último, permitam-me que realce, Coimbra teve a honra de acolher, no Salão Nobre da nossa Câmara Municipal, a trigésima Assembleia-Geral da UCCLA, pelo que não é demais renovar os agradecimentos de então, ainda mais tendo sido, como foi, uma jornada profícua e bem-sucedida que tive o prazer de acompanhar. Logo no final desse mês de maio, esta nossa vocação lusófona foi reforçada com a visita da Senhora Embaixadora de Timor-Leste, acompanhada do Bispo D. Ximenes Belo e de uma comitiva de dezena e meia de pessoas. Foram recebidos também na Câmara Municipal de Coimbra e, em seguida, participaram na nossa Feira Cultural de Coimbra, tendo a presença desta comitiva e de um grupo de folclore timorense contribuído para reforçar o carácter de ecletismo que pretendemos conferir a esta feira. Mas voltemos ao presente e, por isso, termino agora como comecei, para não me alongar, deixando em nome da Câmara Municipal de Coimbra e do Senhor Presidente, Dr. Manuel Machado, o meu agradecimento à UCCLA e a minha homenagem ao Associados da Casa dos Estudantes do Império, com a certeza de que os debates que se seguirão serão do maior interesse para todos porque, como aqui já foi dito, preservar a memória é construir o futuro e é também para isso que aqui estamos hoje. Muito obrigada!

4

Fernando Martinho

Representante dos Associados da Casa dos Estudantes do Império

Uma palavra inicial, para manifestar alguma estranheza pela minha escolha para estar numa mesa com a qualidade e o mérito da mesa onde estou incluído. E penso que o único mérito que tenho é o facto de ter sido Associado da Casa dos Estudantes do Império (CEI) desde 1960 e a maior parte dos meus contemporâneos já ter, provavelmente, morrido, e os que não morreram estão fora de Coimbra, e sobrei eu, e também o Dr. Carlos Almeida, que me antecedeu e é contemporâneo da Casa dos Estudantes do Império de Coimbra. Sobrámos os dois, deve ser a única razão. Mérito, não tenho.

Quero deixar uma palavra de congratulação pela realização desta homenagem, no que ela pode e deve significar de honrosa homenagem devida àqueles que, oriundos de África, nos

anos 40/50/60, deixaram uma marca iniludível na história da luta pela liberdade e pelo progresso em Portugal, e que foram o germe romântico, naquela época, como diria melhor que eu o Pepetela, essas “gerações de utopia,” como ele tão bem escreveu – foram o germe das pátrias que hoje existem por esse mundo fora e que, à época, eram colónias, com todo o cortejo de exploração, de desumanidade, de desrespeito pelo ser humano. E essa honra, esta prestação de homenagem, é mérito do Dr. Vítor Ramalho, e por isso quero homenageá-lo também, porque tentativas anteriores fracassaram. Este evento é de um enorme alcance, e penso que só uma pessoa com as qualidades e com o envolvimento do Dr. Vítor Ramalho teria capacidade para pôr em pé esta comemoração, motivada pelos 50 anos do encerramento da CEI ou, se quiserem, pela comemoração dos 70 anos do início da sua instalação.

É-me particularmente grato prestar homenagem e honra a esta geração de excelência. São gerações que aparecem de vez em quando na história dos povos e não se repetem nem todos os anos nem em todas as décadas, mas vão aparecendo e, quando aparecem, mudam o mundo. É claro que a Casa dos Estudantes do Império teve o impacto que teve na formação cultural e política e no amadurecimento de um projeto de libertação dos povos colonizados porque surge num período agudo de luta do mundo livre, de um mundo que se batia pela liberdade contra o nazi-fascismo. A CEI surge em 1944, ainda no apogeu do nazi-fascismo, que dava a impressão que iria dominar o mundo. As esperanças de resistir a essa besta monstruosa pareciam pequenas, e este punhado de estudantes que vêm para Portugal, na altura chamada metrópole, vêm cair nesse caldo de resistência e de luta pela liberdade. E isso caldeou e motivou estes jovens para o processo de libertação por um futuro melhor que, no caso das colónias, tinha que passar pela descolonização, pela independência, pela autodeterminação, pela entrega dos seus destinos aos povos desses países.

Há pouco, o Dr. Vítor Ramalho disse que era importante esta homenagem, e quero referir um segundo aspeto dessa importância. O mundo de hoje não é o mundo de 1944 nem o de 1960, é o mundo de 2014, da globalização, é o mundo da luta pelas fontes de energia, pelo petróleo, é o mundo empresarial, é um mundo que não é o meu. Mas o Dr. Vítor Ramalho fez muito bem a apologia da importância da solidariedade criada por estas gerações no desenvolvimento de outro tipo de relações e de laços que poderão servir de exemplo, mas que custaram muitos sacrifícios, pagos por estas gerações que hoje homenageamos. O Dr. Vítor Ramalho disse também que a memória se perde e, se não houver iniciativas como estas

momentos de homenagem a quem merece, a memória pode perder-se, de facto! Mas, para mim, mais importante do que o perigo de perder a memória, é que a memória pode ser reconstruída, pode reescrever-se. Eu espero que os painéis que se vão seguir reponham um pouco da verdade histórica do que foi esse período e do que foram essas gerações. Porque corremos o risco de criar seres sobredotados, sobrenaturais, desligados da sociedade que os ajudou a criar, e caímos um pouco naquele fenómeno de que “depois de mortos, somos todos muito bons”. E não é assim, a vida é sempre multifacetada. Estas gerações tiveram um grande mérito, sobre o qual não vale a pena insistir porque é evidente e está aos olhos de todos. Mas houve momentos mais débeis, mais escuros, e outros de grande clarividência, de grande empenhamento, e a minha esperança é que essa memória não seja reescrita mas que seja a memória real dos tempos. Estou a ver ali a amiga Diana Andringa, o que me recorda a importante tarefa de recuperação e proteção das memórias dos ativistas de então. Porque corremos o risco de, se não tivermos apego à realidade e fidelidade à memória, amanhã, um qualquer carcereiro do Tarrafal poder vir apresentar-se como militante ou guerrilheiro da FRELIMO. Temos que ter cuidado com a manipulação da memória, porque hoje é fácil sermos todos bons, mas não era assim a realidade desse tempo.

Queria ainda saudar o facto de a abertura desta homenagem, o pontapé de saída, digamos assim, ser feito em Coimbra. E foi-o com toda a razão. A Casa dos Estudantes do Império foi criada em Lisboa, mas rapidamente houve uma delegação em Coimbra. E a delegação de Coimbra teve a honra de ter tido como primeiro secretário, primeiro dirigente, o Lúcio Lara, e o secretário da direção era o Agostinho Neto. Lisboa não teve essa oportunidade, foi Coimbra que teve essa oportunidade. E essas figuras marcaram a sua presença, a sua passagem por Coimbra. Ainda hoje, há uma ou outra testemunha dos bailes na velha Casa dos Estudantes do Império que se lembram muito bem de dançar com o Lúcio Lara, por exemplo, algumas senhoras que aqui podem estar, bailes esses que encobriam intenções políticas. A Casa dos Estudantes do Império em Coimbra foi talvez a delegação mais aguerrida das delegações da CEI em Portugal. Foi aqui que se fez a declaração em 1950, e ali o Carlos Almeida poderá precisar melhor – e a maioria das pessoas, e ali o nosso colega e amigo presidente da Associação Académica terá que fazer um grande esforço para perceber o que significava para essa geração e para esse tempo o que eu vou dizer – foi aqui que se fez a declaração do manifesto ao povo português, em 50 e tal, a exigir a independência e a autodeterminação dos povos das colónias. Havia a PIDE – o Dr. Bruno Matias terá que exigir muito da sua imaginação para perceber o que era a

PIDE nos anos 50 e tal – que deu logo direito a uma comissão administrativa de encerramento da Casa dos Estudantes do Império aqui em Coimbra.

Coimbra, e dirijo-me à representante do senhor presidente da Câmara de Coimbra, tem uma profunda ligação a este momento que evocamos aqui. Fui perdendo várias capacidades ao longo destes anos ao ponto de ser o sobrevivente que aqui pôde estar, quando havia gente de muito maior qualidade, incomparavelmente maior, que merecia aqui estar. Contudo, eu mantive o vício da vida associativa, pelo que sou o presidente do Ateneu de Coimbra. O Ateneu de Coimbra tem pouco mais idade do que a Casa dos Estudantes do Império, tem 70 e poucos anos, foi criado em 1940. Foi um foco, uma bolsa de resistência antifascista em Coimbra, como os mais velhos se lembrarão, e nunca perdeu essa sua marca original e distintiva. E fui descobrir uma conferência proferida em 1953 pelo Mário Pinto de Andrade sobre poesia africana, a pedido da Casa dos Estudantes do Império, realizada no Ateneu de Coimbra. O que duplamente me gratifica por estar aqui, simultaneamente, como presidente do Ateneu, ainda vivo e em exercício, em Coimbra, e como associado da Casa dos Estudantes do Império. É-me gratificante lembrar isto também.

Pouco mais quero acrescentar, mas não deixa de ser significativo, para uma leitura honesta e rigorosa desta geração realmente heroica, para a situar historicamente e para não falsearmos a história, gostaria de referir um pormenor que apanhei no Público, num artigo recente a propósito desta comemoração dos 50 anos do encerramento da CEI aqui em Coimbra. O artigo refere uma figura que os mais velhos que por aqui andaram, como eu, e outros que estou ali a ver, tiveram a oportunidade de conhecer intimamente, muito intimamente até, que se chamava Inspetor Sachetti, da PIDE. O Público foi recuperar uma nota, uma informação, do Inspetor Sachetti, a justificar o encerramento da CEI em Coimbra porque, e refere expressamente, a Casa dos Estudantes do Império em Coimbra era altamente influenciada por comunistas notórios da cidade de Coimbra, entre eles o mais notório era o grande poeta português, Joaquim Vitorino Namorado. Estamos atualmente, o Ateneu e Câmara, a comemorar o centenário do seu nascimento. A PIDE acusava este diabólico, mefistofélico Joaquim Vitorino Namorado de aproximar-se disfarçado de poeta e, vendendo poesia, envolvia estes jovens das colónias e instilava-lhes ideais comunistas. Isto, não vale a pena explorar muito mais, diz-nos muito do caldo político em que esta geração se formou e que forças políticas se movimentavam à época e que tiveram uma influência decisiva nos destinos da Casa dos Estudantes do Império.

Só quero congratular a todos, mais uma vez, na pessoa do Senhor Embaixador também, e lembrar que cada geração deve viver o tempo que lhe coube viver. O senhor presidente da Associação Académica há pouco referiu isso, congratulando-se com a geração de 69, que foi um exemplo em determinada época. Eu, como estou velho, de facto, olho ali para aquele canto e vejo o Avelãs Nunes e vi há bocado a subir o Lopes de Almeida. O Avelãs Nunes e o Lopes de Almeida foram duas figuras de primeiro plano da geração de 62, da primeira grande crise académica, em que a Casa dos Estudantes do Império se empenhou profundamente, como se empenhou em Lisboa, como é sabido, onde se copiografavam panfletos do movimento associativo de Lisboa na sede da Casa dos Estudantes do Império. E espero que, durante o debate no painel, o Óscar Monteiro se lembre de fazer essa ponte entre os estudantes, na altura chamados ultramarinos, e a luta, ali com Manuel Alegre, pela liberdade nas Associações Académicas. Deixo uma palavra também para o nosso representante da juventude, a de que cada geração deve saber assumir com honra, com dignidade, o tempo que lhe cabe viver. Muito obrigado pela vossa atenção!

5

Embaixador Murade Murargy

Secretário-Executivo da CPLP

Muito bom dia a todos! Eu começaria por saudar e cumprimentar as digníssimas personalidades associadas à Casa dos Estudantes do Império, o senhor representante do presidente da República Portuguesa, os Senhores Conselheiros de Estado, o Senhor Professor Doutor João Gabriel Silva, Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Senhores Embaixadores e Representantes Permanentes dos Estados-Membros, Dr. Vítor Ramalho, nosso organizador desta reunião, Senhores presidentes dos municípios dos países membros da CPLP, o presidente da Associação Académica de Coimbra e o Senhor Dr. Fernando Martinho, representante dos Associados da Casa dos Estudantes do Império, minhas senhoras e meus senhores.

Embora não tenha sido contemporâneo das ilustres figuras homenageadas nesta sessão, sinto-me honrado em participar deste evento carregado de emoção e simbolismo. Quero saudar e agradecer ao Magnífico Reitor, nosso anfitrião, que tão cordial e generosamente acolhe esta cerimónia de homenagem aos Associados da Casa dos Estudantes do Império que celebra personalidades ímpares da nossa história comum.

Permitam-me enaltecer o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão Organizadora, cujo esforço e profissionalismo testemunham o apreço coletivo em torno da Casa e dos seus Associados, que têm aqui, hoje, uma presença bastante assinalável. Quero, portanto, endereçar ao meu amigo, o ilustre Vítor Ramalho, um especial agradecimento pela coordenação das comemorações que hoje se iniciam.

Minhas senhoras, meus senhores. Criada em 1944, a Casa dos Estudantes do Império teve um papel determinante no convívio, no diálogo intercultural e no conhecimento mútuo bem como na partilha de ideias e ideais entre os estudantes universitários provenientes das antigas colónias portuguesas. Acima de tudo, a Casa criou um ambiente pluralista para a formação intelectual e política dos jovens que, mais tarde, contribuiriam para a transformação e afirmação dos seus respetivos países. Nesses anos, à luz do contexto internacional das independências dos países africanos de língua portuguesa, nascia não só um debate participado, ideológico, cujo epicentro eram a cultura e a identidade dos homens e dos povos, mas também uma vontade de autoconhecimento. A Casa dos Estudantes do Império marcou, de forma bem vincada, os percursos pessoais e políticos dos seus associados e, consequentemente, a história recente dos nossos estados-nações. Recordo a relevância do pensamento veiculado em debates, colóquios, boletins, poemas e contos, e os laços criados entre os estudantes da Casa. Posso dizer que a mensagem que os associados transmitiram agitou consciências, impôs a inovação do pensamento político e assumiu relevância na vida cultural, fazendo ressoar, um pouco por todo o território que hoje compõe a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o eco dos ideais humanistas e dos valores da liberdade e da autodeterminação dos povos. Recordo que foi esta relevância que viria a ditar o seu encerramento pelo regime português de então. Cumprir-se-ão 50 anos sobre o seu encerramento em 2015. No mesmo ano, celebraremos o quadragésimo aniversário das independências dos nossos países.

Minhas senhoras e meus senhores, no ato constitutivo da CPLP é manifesta a vontade de consolidar a realidade cultural, nacional e plurinacional a qual confere identidade própria aos países da língua portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles, existente entre nós, todos nós, tal como era outrora visível na Casa dos Estudantes do Império.

Agregamo-nos em torno da língua portuguesa e do património cultural conjunto. Sentimo-nos bem uns com os outros, porventura melhor do que com os demais. A construção conjunta feita de diálogo e de partilha é a razão de ser da CPLP. Com pre-

sença em quatro continentes geograficamente descontínuos, almejamos uma atuação conjunta e global cada vez mais ativa e dinâmica em prol do desenvolvimento dos nossos novos estados-membros e dos nossos cidadãos. Acarilhar, preservar e disseminar o nosso património imaterial é estratégico para o futuro da CPLP, para a sua afirmação internacional e para o reforço dos laços de solidariedade entre os nossos países. Desta forma, conseguiremos enfrentar juntos os desafios do futuro e consolidar o potencial económico e político da nossa comunidade. A preservação do legado da Casa dos Estudantes do Império é, manifestamente, a preservação do nosso património comum, pelo que enalteço uma vez mais o programa preparado pela Comissão Organizadora, que compreende a reedição de obras importantes da literatura de língua portuguesa, como as Antologias de Poesia de Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique e o número especial do Boletim-Mensagem, entre outros. Conforme referiu o Dr. Vítor Ramalho sobre a “justa homenagem”, não é possível conceber-se o futuro sem a preservação da memória que a todos respeita. Evocando o papel que a Casa dos Estudantes do Império desempenhou no século XX e, por isso, o contributo de todos, a CPLP assume o potencial de ser muito preponderante no século XXI, um projeto sonhado por todos e tantos, e construído por todos, pelo desenvolvimento, por um mundo melhor. Pela Casa dos Estudantes do Império passaram: Agostinho Neto, Alda Espírito Santo, Amílcar Cabral, Pascoal Mocumbi, Pedro Pires, Vasco Cabral, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, Luandino Vieira, Manuel Rui Monteiro, Rui Mingas, António Jacinto, Óscar Monteiro, João Craveirinha, Joaquim Chissano, Sérgio Vieira, Miguel Trovoada, Francisco José Tenreiro, Alda Lara, Pepetela, Onésimo Silveira, França Van Dúnem, entre tantas outras personalidades incontornáveis. A todos eles, a minha humilde homenagem, fazendo votos para que, do seu legado, se cumpram novos sonhos, e muito obrigado.

6

João Gabriel Silva

Reitor da Universidade de Coimbra

Bom dia a todos! Permitam-me que, em abono da brevidade, saúde todos os presentes na pessoa do Embaixador Murade Murargy, como Secretário-Executivo da CPLP, e o Dr. Vítor Ramalho, como Secretário-Geral da UCCLA. Um abraço grande a todos.

Eu, no tempo do fecho da Casa dos Estudantes do Império, ainda não era vivo. Mas isso não faz com que eu sinta menos,

até pelas funções que ocupo atualmente, a responsabilidade e o orgulho desse período. A Universidade de Coimbra vai comemorar no próximo ano 725 anos de existência, coincidindo com os 40 anos da independência dos países de língua oficial portuguesa. E isso não pode deixar de nos suscitar alguma reflexão pois, como dizia o Dr. Vítor Ramalho, temos que conhecer a nossa história para perceber onde estamos e para saber quais são os caminhos que se nos abrem.

Gostava de fazer uma pequena reflexão convosco: saberão muitos de vós que a Universidade de Coimbra foi a única Universidade, em todo o espaço da língua portuguesa (não gosto de lhe chamar império), foi a única Universidade durante muitos séculos, ou seja, durante a maior parte da sua história. Só no século XX é que houve um aumento significativo do número de universidades de língua portuguesa, quer em Portugal, quer nos outros países que partilham essa língua. O que talvez não saibam, é qual é a razão de ser, no meu entendimento a principal razão, dessa exclusividade. Ela está particularmente documentada no tempo da expansão do império porque houve, particularmente no Brasil, mas não apenas, pedidos sucessivos para a criação de outras universidades, que foram sempre recusados. Em contraste, por exemplo, com aquilo que foi a política do governo espanhol, que permitiu a fundação de muitas universidades em muitos locais. E a razão principal para essa recusa era uma razão de controlo ideológico, aquilo que se entendia era que Portugal, sendo um país pequeno (e continua a sê-lo à escala de todas as zonas onde esteve presente), tinha, naturalmente, um problema claro de manutenção desse estatuto, dessa capacidade de dominar, de gerir todas essas zonas, e que uma das vias centrais para o fazer era controlar a formação da elite que ia administrar, que ia servir de representante desse poder central que se pretendia forte e eficaz. Particularmente no período da formação do Brasil isso foi muito notório, há muita documentação que o demonstra, em que o parlamento português, o governo português, os reis, os ministros, primeiros-ministros, repetiam esse desiderato. E, de facto, até ao século XX, em Portugal, com a exceção de dois ou três períodos com universidades de índole religiosa, a Universidade de Coimbra foi a única. Mas, interessantemente, esse mecanismo, que teve algum efeito, também funcionou em sentido inverso. Porquê? Porque levou a que, numa cidade pequena como Coimbra, que basicamente tinha uma Universidade e pouco mais, se juntasse gente de muitas origens, de muitos sítios, com uma perspetiva muito diferente sobre as coisas, que se entrecruzavam, que se influenciavam mutuamente e que construíam em conjunto outra visão do mundo que não aquela que os poderes instalados lhes queriam transmitir. E o que é verdade

é que, apesar de, no fundo, a Universidade, ou a exclusividade da Universidade de Coimbra, ter sido mantida para conseguir impedir a separação do império, na realidade foram as pessoas que passaram por esta Universidade que protagonizaram essa separação.

Posso obviamente, e aqui já foram mencionados, e estamos aqui a falar da Casa dos Estudantes do Império, falar essencialmente nos países africanos, mas se formos ver algo que ocorreu antes, a independência do Brasil, verificamos que, por exemplo, o “pai” da independência brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva, não só foi estudante de Coimbra como foi professor em Coimbra. Há estudos muito interessantes que mostram que a maioria esmagadora daqueles que fizeram a independência do Brasil foram estudantes em Coimbra. Por exemplo, nos primeiros governos a seguir à independência do Brasil, em 1822, e nas décadas seguintes, à volta de 80% de todos os ministros eram antigos estudantes de Coimbra. Na realidade, o que tinha acontecido era que o facto de juntar no mesmo local tanta gente proveniente dos sítios mais diversos, pessoas que nunca se teriam encontrado se não fosse o facto de haver essa política, de as juntar no mesmo sítio, essa junção criou as condições para essa troca de ideias, para essa construção de perspectivas que depois levou, precisamente, ao efeito inverso daquele que se pretendia inicialmente porque, de facto, uma universidade, e isso é algo que eu, como reitor atual da universidade, que é sempre um cargo transitório mas que eu transporto com imenso orgulho, uma universidade é um sítio onde, por muito esforço que se faça, não se consegue impedir o pensamento, a reflexão, a troca de ideias. E numa universidade que está numa cidade pequena como Coimbra, uma universidade que é a cidade e a cidade é a universidade, essas condições são ainda mais marcadas.

Por isso, foi de facto com extrema satisfação que recebi o convite do Dr. Vítor Ramalho, porque isso representa exatamente aquilo que acontece também agora, e eu aqui estou a dar a passagem do passado para o presente e para o futuro, a Universidade de Coimbra orgulha-se de ser atualmente a universidade portuguesa com a maior percentagem de estudantes estrangeiros e eles são essencialmente, como era de esperar, estudantes provenientes dos países de língua portuguesa. O Brasil são 200 milhões e, portanto, é atualmente o contingente mais numeroso, aliás, nós somos a maior universidade brasileira fora do Brasil, com muito orgulho; imediatamente a

seguir vem o grupo proveniente de Angola, logo a seguir de Cabo Verde e todos os outros países de língua portuguesa estão representados, incluindo Timor-Leste, também, com um número significativo de estudantes e, obviamente, é esse o nosso caminho.

Eu gostaria de aproveitar para saudar a presença do Senhor Governador do Zaire e dizer que estamos a trabalhar intensamente no projeto para que M'Banza Congo também seja candidata a Património da Humanidade. É um trabalho que fazemos com muita satisfação – aliás, Coimbra também foi declarada Património da Humanidade há um ano e pouco, portanto bem recentemente – é algo que fazemos com extrema satisfação.

Mas queria eu dizer que nós somos e continuaremos a ser uma universidade em língua portuguesa, é uma universidade que não tem nenhum problema, pelo contrário, tem obrigação de conseguir que os seus estudantes falem outras línguas, temos de preparar os nossos estudantes para o mundo todo e, portanto, todos têm que dominar várias línguas, mas o ensino é, e estou absolutamente convencido e certo que o continuará a ser, em língua portuguesa, porque uma língua só o é se for também uma língua de conhecimento, uma língua só é viva, só traz futuro, se for também uma língua de conhecimento, não pode ser apenas a língua da família, não pode ser apenas a língua do contacto social, não pode ser apenas a língua da literatura e da poesia, tem que ser também a língua da ciência, a língua da técnica, a língua da transmissão do conhecimento que faz andar o mundo, e isso é algo que só as universidades podem ter, podem trazer, a Universidade de Coimbra, como compreendem, com uma responsabilidade muito particular, dada a sua longevidade, mas todos em conjunto mantendo essa mesma via. E por isso, porque de facto a Universidade é sempre, antes de mais, mesmo nos tempos duros das ditaduras e das guerras, um espaço de liberdade, é um enorme prazer receber-vos aqui e aquilo que desejo é que tenham um excelente rememorar daqueles que viveram essa época e que outros, como eu, tenham uma oportunidade de conhecer melhor aquilo que até aqui nos trouxe e, tendo orgulho nisso, construir os caminhos que seguramente nos vão continuar a permitir uma vivência em comum com mais ideias, com mais oportunidades para todos nós nesta fantástica comunidade à volta da língua portuguesa. Muito obrigado!



Painel 1

“A importância da CEI na formação cultural dos seus associados”

Moderação de Diana Andringa

7 Moderadora

Diana Andringa – Muito bom dia. Eu chamo-me Diana Andringa e sou jornalista. Cheguei à faculdade pouco tempo antes da Casa dos Estudantes do Império (CEI) ser fechada e, portanto, não cheguei a frequentar a Casa, porque, mal entrei na universidade, foram presos vários estudantes, dezenas de estudantes, e passei todo esse ano letivo de 64-65 na luta contra as prisões de estudantes e não tive tempo de frequentar as festas nem as grandes iniciativas da CEI, limitei-me a distribuir a propaganda contra o seu fecho.

Na mesa, à minha direita, Maria Eugénia Neto, presidente da Fundação António Agostinho Neto, Jorge Querido, um dos antigos da Casa, Pires Laranjeira, especialista em Literaturas Africanas; à minha esquerda, Manuel Alegre e o escritor Manuel Rui Monteiro.

Para começar, e antes de introduzir o tema “A importância da Casa dos Estudantes do Império na formação cultural dos seus associados”, queria dizer que, ao contrário do que há pouco foi dito, não considero que a libertação dos países lusófonos de África se deva ao 25 de Abril, mas sim que o 25 de Abril se deve à luta dos nacionalistas dos países africanos e estou-lhes por isso muito grata, porque não estaríamos, provavelmente, hoje aqui a celebrar se não fosse a luta que estas gerações travaram, os nomes conhecidos e os muitos anónimos, que prosseguiram essa luta.

E queria dizer que acho essencial que esta memória não se perca. Por isso, esta iniciativa e todas as iniciativas no sentido de preservar essa memória da luta são importantíssimas.

Há um ditado africano que diz que “enquanto um leão não escrever a sua história, a glória será sempre do caçador”, e eu temo que os países lusófonos tenham estado a deixar até agora que a glória seja do caçador. E penso que é muito importante assumirem a necessidade de escreverem a sua história, não para a reescrever, há bocado foi referido esse perigo, mas para a escrever e não a deixar esquecer, e para que as novas gerações

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

homenagem
Coimbra, 28 outubro de 2014
Anfiteatro da Universidade de Coimbra

saibam o que foi necessário lutar para que sejam independentes, mesmo em independências imperfeitas, para que possam viver em liberdade, mesmo em liberdades imperfeitas.

Saúdo todas as pessoas, todas as personalidades, considerem-se todos saudados e igualmente, com a fraternidade própria de uma cerimónia destas. E queria começar, para enquadrar, com um texto que não é meu, é de uma das pessoas da Casa dos Estudantes do Império que conheci melhor, porque era quem me levava os comunicados para eu distribuir. Nunca mais o vi, não sei o que é feito dele, se está vivo, se está morto, mas o que eu tenho aqui na mão é a “Mensagem”, o n.º1 de 64, e o texto que vos vou ler é do então Diretor Alberto Rui Pereira¹, que me levava os tais comunicados para distribuir. [...] Neste texto, ele explica o que é a CEI, e como há bocado se falou nas novas gerações e da responsabilidade de cada geração traçar o seu próprio caminho – quantas vezes fico triste quando vejo que uma maneira de receber os caloiros é muitas vezes pela humilhação e pelo roubo da dignidade; quando vejo as cerimónias da praxe, sinto-me obrigada a lembrar o que era o discurso de receção aos caloiros, o que foi nesse ano, e vou ler-vos algumas coisas:

“A CEI tem, na origem, a necessidade de defesa dos legítimos e indiscutíveis interesses dos estudantes ultramarinos. Assume-se, no entanto, com uma significação mais transcendente e valorada, na medida em que é integrada por jovens desenraizados e afastados das suas terras de origem, lançados numa sociedade a cuja génese estão alheios e da qual não participaram, daí arrancando por isso a consciência da necessidade da constituição de um pequeno mundo, que assim surge como fruto de um ensaísmo sociológico concreto, nos moldes por si considerados ideais e, vamos lá ver, também subordinados à sua maneira muito particular de viver. Os estudantes chegam até nós quase sempre como jovens vindos do ultramar numa fase da vida em que se estruturam os grandes fundamentos e os caboucos espirituais da personalidade humana. O dia-a-dia da sua existência foi-se carregando das vivências do

¹ Alberto Rui Pereira encontrava-se na assistência.

verdadeiro Homem da sua terra, umas vezes parcialmente comungadas, outras vezes apenas comprovadas, embora com um certo espírito crítico. Vivências essas comportando problemas de existência material, das relações em sociedade, de uma ética e de uma vida cultural e espiritual, sentidas ou delas tomada consciência, reconhecendo que a experiência [estamos a falar de 1964], na maior parte das vezes, é negativa ou negativate, numa tentativa de quem pretende justificar-se perante si e perante os homens aos quais o prendem liames sentimentais e morais, ei-lo então a moldar-se na antítese contrária, na afirmação e defesa dos princípios diversos. Aqueles que ele precisamente considera como mais justos e humanos.”

Todos aqueles que me falaram da Casa dos Estudantes do Império, falaram dela como o sítio que os ajudou a construir, sobre uma realidade que eles conheciam, é verdade, o seu pensamento, a necessidade de conhecer melhor os países de onde vinham, de conhecer África, que é um grito da geração mais antiga, “vamos conhecer África”, e de se sentirem diferentes. A Casa dos Estudantes do Império, como disse um entrevistado, neste caso um guineense, contribuiu para uma tomada de consciência de que havia coisas em que éramos diferentes dos outros, a consciência de que efetivamente havia africanos e que esses africanos eram diferentes dos portugueses, não interessava a cor da pele, interessava sim que conhecíamos uma realidade diferente e que éramos diferentes. Chama-se a isso o inconsciente étnico, de acordo com alguns sociólogos e psicanalistas e alguns de nós descobriram que tinham um inconsciente étnico. E eu devo essa descoberta, embora nunca tenha passado pela CEI, às gerações da Casa dos Estudantes do Império que me ensinaram a responsabilidade de, tendo esta cor de pele, ter nascido em Angola, na Lunda Norte e, portanto, estou-lhes profundamente grata a todos.

E feita esta apresentação, para introduzir o tema de que estamos a falar e a memória de que estamos a falar, aquela que não podemos esquecer, vou passar a palavra à primeira interveniente, Maria Eugénia Neto.

8

Maria Eugénia Neto ²

Excelências, caros amigos, minhas senhoras e meus senhores. Agradeço à UCCLA e ao seu Secretário-Geral, Dr. Vítor Ramalho, o convite formulado para aqui apresentar o Dr. Agostinho Neto, enquanto antigo associado da Casa dos Estudantes do

² Maria Eugénia Neto é viúva de Agostinho Neto.

Império (CEI) em Coimbra e em Lisboa, que se tornaria poeta, médico, combatente pela libertação nacional e primeiro Presidente da República Popular de Angola. Nesta homenagem aos distintos associados da Casa dos Estudantes do Império, assinala-se o cinquentenário do seu encerramento pelo regime de Salazar e reaviva-se a memória sobre o papel que desempenhou este centro académico na formação cultural do escol de dirigentes libertadores e independentistas do século XX em Portugal, entre 1944 e 1965. Devo dizer que constitui para mim uma honra estar aqui hoje a representar o Dr. António Agostinho Neto, apesar de não ter sido, eu própria, uma associada da Casa. No entanto, também a frequentei em atividades ali organizadas pelos estudantes das colónias portuguesas. Fui algumas vezes à Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, quando o meu marido estava encarcerado na cadeia do Porto, contactar alguns dos camaradas mais solidários com ele. Constatei nessas alturas que o ambiente era de amizade entre todos e que se sentiam em sua casa. Mais tarde, quando, já em liberdade, fui com ele assistir à palestra que deu sobre a negritude. Nessa época, estava eu grávida do nosso primeiro filho, Mário Jorge, e bordava, quietinha, uma camisinha para o nosso futuro filho. António Agostinho Neto veio para Portugal estudar medicina em 21 de outubro de 1947, após ter concluído com distinção o sétimo ano do liceu em Luanda e ter trabalhado como funcionário público dos serviços de saúde em Malange e no Bié durante dois anos.

A ditadura salazarista cria a Casa dos Estudantes do Império em 1944 para apoiar e controlar os estudantes das colónias do império que afluíam a Portugal, em virtude da inexistência do ensino universitário nos seus territórios. Criada em Lisboa sob a égide da Mocidade Portuguesa, a CEI também servia de residência aos alunos ultramarinos que estudavam na Metrópole. Estava situada na Avenida Duque de Ávila n.º23, no Arco do Cego, e tinha uma cantina, salão de jogos e de festas, uma biblioteca e um posto médico. Em 1945, abriu uma delegação em Coimbra e depois, em 1959, no Porto. Na CEI residia a elite intelectual das colónias que estudara em Portugal.

Agostinho Neto pertenceu à geração literária angolana de 40, também conhecida pelo movimento literário “Vamos Descobrir Angola”, da qual fazia parte Viriato da Cruz, Mário de Andrade, António Jacinto, Mário António e outros. O seu propósito era contribuir para a criação de uma literatura nova que falasse de Angola. Em 1945, antes de partir para Portugal, bastante crítico e convicto, Agostinho Neto afirmava: “Os povos negros atravessam o seu período de confusão por terem abandonado de chofre a sua cultura, modificando totalmente o sistema de vida em uma ou duas gerações para

adquirir uma cultura europeizada estruturada sobre bases frágeis.” E também noutro texto afirmava: “Não estou idealizando uma nova arte colonial, eu idealizo uma arte africana.” É imbuído destas convicções que, entre 1947 e 1959, durante 12 anos, Agostinho Neto frequenta a Casa dos Estudantes do Império, que virá a orientar através do MUD Juvenil, Movimento de Unidade Democrática, no qual pertencia ao comité diretor, conhece diversas prisões e conclui [uma] atribulada licenciatura em Medicina.

Caros amigos, distintos convidados. Foi aqui em Coimbra, e especialmente em Lisboa, que surgiram os primeiros focos de rebeldia e a noção de ser de cada povo, então colónias portuguesas. Aqui se encontravam os estudantes, aqui se discutiam os problemas dos seus países e também de Portugal e do mundo, levando alguns a juntarem-se à juventude progressista portuguesa e a militarem nas fileiras do MUD juvenil para o derrube do fascismo. Agostinho Neto foi um dos que militou no MUD juvenil e essa militância levou-o por três vezes a ser encarcerado pela PIDE, a última das quais duraria mais de dois anos de cadeia. Mas, com as intervenções acutilantes do seu advogado, Dr. António Macedo, e com a solidariedade internacional dos mais ilustres personagens de então, tanto no campo das letras como no das artes, a polícia fascista achou por bem não levantar mais celeuma internacional e, no final do julgamento, que se eternizou durante meses, pô-lo em liberdade. É justo recordar os nomes daqueles intelectuais escritores da Académie Française que endereçaram uma carta ao Presidente da República Portuguesa em 22 de novembro de 1955, a pedir a libertação de Agostinho Neto. Foram eles, entre outros, Jean Cocteau, Louis Aragon, Jean Paul Sartre, Tristan Tzara, Henri Lefévre, Vercors, Elsa Triolet, Simone de Beauvoir, Nicolás Guillén, Diego Rivera. Surgiu no jornal inglês Time também uma carta a exigir a sua libertação por parte de oito intelectuais ingleses, nomeadamente Basil Davidson, C. Day Lewis, Doris Lessing, Iris Murdoch, John Osborne, Kenneth Tynan, John Wain, Angus Wilson. A CEI publicava a revista *Mensagem* e a coleção de autores ultramarinos, o livro de poesia de estreia Agostinho Neto sai nesta coleção quando ele é preso. Os seus colegas reuniram 15 poemas sob o título “Poesia”, em desdobrável, um desses é contracapa do livro *Sacred Hope*, a tradução inglesa da *Sagrada Esperança*, editada na Tanzânia e lançada pelo Presidente Júlio Nyerere, na State House. Dos 24 aos 37 anos, a vida de Agostinho Neto, enquanto jovem adulto, decorre em Coimbra e em Lisboa, nos dois polos universitários então existentes em Portugal, e conhece estudantes de Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Índia e Macau, e forjam-se amizades indestrutíveis, algumas delas para além da morte. Ao mudar-se para

Portugal para estudar, Agostinho Neto começa a construir uma perspetiva política da cultura. À sua formação religiosa e humanista, adicionou a ciência, a modernidade e as novas correntes filosóficas modernas, como o marxismo. Em Portugal desenvolveu a militância política ativa contra o fascismo e, da negritude, evoluiu para o Pan-Africanismo e para o Neorealismo. É exatamente na Casa dos Estudantes do Império onde começa as suas lides associativas e políticas, em Coimbra, com os demais colegas vindos das colónias portuguesas. Como afirmaria mais tarde, em 62, “ele trabalhava então no sentido de procurar esclarecer as bases da cultura angolana e de analisar a nossa condição de colonizados”.

Agostinho Neto evidencia-se na CEI e torna-se secretário da direção da CEI em 1948, já no seu segundo ano de medicina. A direção era integrada por Carlos Veiga Pereira (presidente), Orlando de Albuquerque (vice-presidente), Fernando de Castro Fontes (tesoureiro), Emílio Henriques (vogal). Por falta de apoio ao seu programa, essa direção demitiu-se e foi substituída por uma outra, presidida por Acácio Meireles da Cruz. [Agostinho Neto] era amigo íntimo de João Bernardo Dias, um dos elementos mais ativos da CEI e do MUD Juvenil. Nesta época dirige ainda o boletim Meridiano, policopiado pela CEI em Coimbra, onde publicou artigos e ensaios. Agostinho Neto destaca-se durante a campanha eleitoral oposicionista do General Norton de Matos à Presidência da República. Norton de Matos iria disputar as eleições com Fragoso Carmona. A CEI fez uma subscrição de auxílio à campanha de Norton de Matos em cooperação com a Associação Académica e o Ateneu de Coimbra. Em 1949, Agostinho Neto, Antero de Abreu e Virgílio Simões Moreira convidam o General Norton de Matos a visitar Coimbra durante a campanha eleitoral [para a Presidência da República]. Nesse ano, a PIDE recomenda o encerramento da CEI e a criação, no centro da Mocidade Portuguesa, de uma secção destinada aos estudantes vindos das colónias.

Caros amigos, distintos convidados. É na CEI que Agostinho Neto começa a sua militância associativa e é detetado pela PIDE, que começa, a partir de 49, a vigiá-lo. A CEI foi uma grande escola política para Agostinho Neto, pois ali discutia-se abertamente política e cultura numa perspetiva de africanidade, editavam-se revistas e boletins e refinava-se o pensamento anticolonial com os intelectuais oposicionistas portugueses. Apesar de sisudo e circunspecto, mesmo assim Agostinho Neto evidencia-se e passa a ser vigiado pela PIDE. As suas amizades consideradas suspeitas pela PIDE incluíam: Joaquim Namorado, Carlos Veiga Pereira (presidente da CEI em Coimbra), João Bernardo Dias e António de Almeida

Santos. Foi na CEI que Agostinho Neto conheceu Marcelino dos Santos, Alda Lara, Lúcio Lara, Amílcar Cabral, Noémia de Sousa, Arménio Ferreira, Carlos Ervedosa, Fernando Mourão, Eduardo dos Santos, o futuro médico, e tantos outros que o iriam acompanhar na luta anticolonial.

Caros amigos, distintos convidados. Creio que os edifícios da CEI em Lisboa, Coimbra e no Porto devem ser preservados, pois eles são uma parte da história de Portugal e dos territórios outrora ultramarinos, a história de um povo são todos os instantes da sua existência, felizes ou infelizes, e não preservá-los é um grande erro. Esperamos pois ver esses edifícios transformarem-se em centros de cultura e de amizade. Esta será uma maneira de preservar a história e de evitar erros futuros, a amizade entre os povos é a única via para a paz e a cooperação vantajosa para todos. Felicito a UCCLA pela bela iniciativa de reunir, para rememorar e homenagear, os antigos associados da Casa dos Estudantes do Império e assim sedimentar a nossa história comum e transmiti-la às gerações seguintes. Agradeço a vossa atenção, muito obrigada!

9

Jorge Querido ³

Muito bom dia a todos, ilustres convidados, minhas senhoras e meus senhores, prezados amigos.

Em 1994, ano em que a Casa dos Estudantes do Império, se ainda existisse, completaria meio século de vida, estando eu em Cabo Verde, tive a agradável surpresa de receber uma carta de um amigo, antigo companheiro e ativista da Casa dos Estudantes do Império, dando-me a conhecer os caminhos já percorridos por uma Comissão que tinha a seu cargo a criação e instalação da Associação Casa dos Estudantes do Império e pedindo-me que, com base na minha experiência como antigo ativista e também dirigente da Casa, desse um testemunho escrito dizendo o que para mim representaram os anos – mais de oito – em que a CEI foi realmente a minha, a nossa casa comum.

Esse meu pequeno texto, de pouco mais de uma página, viria a ser publicado, juntamente com vários outros testemunhos, todos eles elaborados por antigos associados, ativistas ou dirigentes da CEI, num número especial da revista Mensagem

³ Algumas partes do texto, que o Eng.º Jorge Querido nos fez chegar, não foram lidas durante a sessão por se ter ultrapassado largamente o tempo concedido a cada um dos oradores.

que, como é sabido, foi, durante toda a vida da Casa, o nome do nosso boletim associativo.

Nesse testemunho – que recebeu dos coordenadores da revista o feliz título de “*O espírito da Casa*” – eu confessava o seguinte:

[...] Embora já tocado, ainda em Cabo Verde, pelos gérmens da revolta contra uma situação colonial injusta e degradante, foi na Casa dos Estudantes do Império que obtive respostas a muitas das minhas interrogações e inquietações e foi ali que, em contacto diário, fraterno, amigo e enriquecedor com colegas da Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, pude conhecer, em toda a sua dimensão, a verdadeira face do colonialismo.

Na CEI, as nossas contradições, as nossas diferenças culturais, ideológicas ou outras eram debatidas franca e descomplexadamente.

Os nossos confrontos de ideias, ainda que por vezes implicassem incursões por terrenos difíceis e muito delicados, em vez de nos dividir, fortaleciam a nossa coesão.

A CEI, sem dúvida, engendrou um “espírito” que marcou gerações e que teve um papel importantíssimo na edificação dos novos países africanos que foram colónias portuguesas.

É verdade que não foram muitos, diria até que foram poucos, os cabo-verdianos a frequentar e a participar ativamente da vida da Casa. E isto apesar do número comparativamente elevado de estudantes das ilhas ditas “crioulas” que, na altura, estudavam em Portugal. Sem correr o risco de cometer uma injustiça, creio poder afirmar que a presença cabo-verdiana foi particularmente notada, infelizmente não pelos melhores motivos, em três momentos muito especiais da vida da CEI: o primeiro momento foi aquele transcorrido entre a data da sua criação e a das primeiras eleições para a escolha dos órgãos sociais da Casa; o segundo, quando o governo do Estado Novo impôs à CEI uma primeira Comissão Administrativa que durou cinco anos (1952/1957); o terceiro e último momento aconteceu entre janeiro e julho de 1961, quando o governo, mais uma vez, castigou a Casa com a segunda e última Comissão Administrativa. A utilização pelo poder colonial-fascista de personalidades cabo-verdianas em momentos como esses por certo deixaria de constituir motivo de espanto se tivémos em conta o seguinte: Cabo Verde, pelas suas características, sempre foi considerado um caso *sui*

generis no conjunto das colónias portuguesas de África. Não podendo ser – por as condições naturais o não permitirem – uma colónia de monoculturas impostas e de comércio, como a Guiné ou São Tomé e Príncipe, e muito menos uma colónia de povoamento, como foi tentado, sem sucesso, em Angola e Moçambique, na fase final da dominação colonial, o papel de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, embora com *nuanças* várias, ficou praticamente limitado à produção de agentes dedicados sobretudo à colaboração e intermediação em muitas das principais fases do processo colonial. Colocado desconfortavelmente entre dois mundos – um que, pela própria lógica da dominação colonial, não o aceitava como ele desejaria e outro a que ele jamais aceitara pertencer – o cabo-verdiano, estimulado pelo colonizador que até lhe permitiu aceder a um grau de instrução um pouco mais elevado que o dos naturais das outras colónias, foi-se tornando, por este motivo e por outros, numa espécie de vítima inocente num intenso e permanente processo de alienação responsável por sérias perturbações, incertezas e ambiguidades identitárias que, de tão arraigadas, não foi ainda possível encontrar para elas as soluções mais adequadas, apesar de perto de quatro décadas de independência nacional.

Não tenho pois a menor relutância em afirmar que nós, os poucos cabo-verdianos que passámos pelo “espaço utópico” a que Alfredo Margarido chamou “Uma ilha africana na Duque d’Ávila” e fomos capazes de descobrir e assimilar o tal “espírito” que ali se criara, podemos considerar-nos uns privilegiados. É que tivemos a oportunidade de viver uma experiência a que outros não puderam ou não quiseram ter acesso, e isso naturalmente que fez toda a diferença.

Sei que muito foi já dito e escrito sobre a Casa dos Estudantes do Império, daí a minha grande dificuldade em poder ser o menos repetitivo possível e ao mesmo tempo dizer algo que possa eventualmente ser considerado uma achega, ainda que pequena, para a compreensão de uma Associação de Estudantes muito especial, criada pelo regime de Salazar, com objetivos bem definidos e numa altura em que o Estado Novo ainda se esforçava por pôr em evidência toda a sua vocação imperial, embora se deva admitir que a fase imperial do colonialismo português não tenha ido além do fim da II Grande Guerra. De qualquer modo, se é certo e sabido que o colonialismo português não nasceu com o Estado Novo, não é menos verdade que foi o Estado Novo que, através da ideologia contida no Acto Colonial (1930), alterou o paradigma ideológico e as políticas coloniais até aí seguidas, criou e consagrou, tanto legal como constitucionalmente, a noção de Império, definido pelas autoridades portuguesas da época

como sendo “a expressão do reencontro da nação com o seu passado, com as suas tradições autênticas e com a sua missão”. O império, tal como Salazar o concebia, era um corpo “disperso mas uno”, dotado de uma “cabeça”, a “metrópole”, que não só impôs desde logo uma forte centralização política e administrativa como ainda “firmou” com os restantes “órgãos”, que eram as colónias, uma “parceria colonial” que obrigava todas elas, particularmente as potencialmente mais ricas, a produzir e fornecer matérias-primas e a receber produtos manufaturados provenientes da “metrópole”, dando assim ao império a dimensão económica de que carecia.

A ideia da criação da CEI foi lançada publicamente pelo próprio Ministro português das Colónias, Francisco Vieira Machado, no decorrer de uma visita feita à Casa de Angola, em julho de 1944. O ministro, no discurso que então proferiu, não só defendeu a fusão de todas as Casas de Estudantes – a de Angola, que já existia desde 1943, as de Moçambique, de Cabo Verde, da Índia e de Macau, que acabavam de ser criadas – numa única Casa que receberia o nome de Casa dos Estudantes do Império, como ainda deixou bem claro o seguinte: [...] *“Constituída a Casa dos Estudantes do Império fica satisfeito o nosso desejo, sabendo que podemos contar com a vossa dedicação, patriotismo e boa vontade. Estabelecer-se-á, assim, a necessária camaradagem entre todos e uma mentalidade nacional mais profícua. Cada vez mais as nossas colónias estão integradas no pensamento da metrópole, e é bom reforçar o elo que reúne o escol do Ultramar ao do Continente”*.

A Casa única assim criada passaria a ser, no dizer das autoridades portuguesas da época, uma “filha da Mocidade Portuguesa” e, como tal, teria também a missão de fazer desenvolver entre os estudantes oriundos das colónias de Portugal os ideais do império. Por outro lado, era evidente que as autoridades portuguesas da época estavam também convencidas de que a existência de uma única Casa daria à Mocidade Portuguesa, ao Ministério das Colónias e à PIDE uma possibilidade maior de exercer um controlo político e policial mais fácil e mais eficaz sobre os estudantes provenientes de África.

No entanto, apesar disso, apesar de o Estado Novo de Salazar se ter esforçado por projetar sobre a CEI os desígnios da sua política imperial, a verdade é que bem cedo começaram a aparecer sinais reveladores de que tinham sido completamente subvertidos os objetivos que estiveram na base da sua criação.

Na verdade, já a partir de 1945/46, vários foram os relatórios elaborados pela PIDE sobre a CEI em que esta é acusada de

ser “um covil de perigosos comunistas e traidores dos ideais da mãe pátria” e de ter contactos com meios oposicionistas, nomeadamente o MUD juvenil e o Ateneu de Coimbra, movimentos com fortes ligações ao Partido Comunista Português, única força política que, na altura, lutava efetivamente contra o regime de Salazar.

De “filha da Mocidade Portuguesa”, a CEI transforma-se, aos olhos do regime fascista de então, num “alfobre de elementos anti-situacionistas”.

No entanto, não obstante todas essas informações “negativas”, continuam, ainda hoje, a não ser inteiramente consensuais as verdadeiras razões que teriam levado o regime ditatorial de Salazar a permitir que a CEI tivesse conseguido ter, durante um período tão longo – quase metade do tempo que esteve Portugal submetido à ditadura do Estado Novo –, uma vida, atribulada, sim, mas notavelmente ativa e com um impacto enorme sobre o futuro das antigas colónias portuguesas e, quiçá, sobre o futuro de Portugal e do próprio povo português.

O Professor de História da Universidade Nova de Lisboa, Doutor Fernando Rosas, numa alocução proferida, em dezembro de 1994, na sessão de lançamento das *Antologias de Poesia da CEI – 1951-1963*, na Fundação Gulbenkian, disse o seguinte: [...] “A CEI é um processo, do ponto de vista do seu estudo histórico, muito curioso, porque é o processo de uma entidade que se transforma no seu contrário. [...] A Casa começa a sofrer contestação aberta e a polícia quer fechar a Casa desde 45-46. Esta longa hesitação do governo relativamente à liquidação da Casa dos Estudantes do Império mostra que o governo está agarrado à forma ideológica que criara. Quer dizer, o governo criou uma coisa de que não consegue libertar-se, mesmo quando ela se transformou no contrário daquilo que ele tinha criado”.

É sobejamente sabido que praticamente desde a sua fundação não faltaram vozes, muitas até bem próximas de Salazar, a pedir que a Casa fosse encerrada.

No entanto, ela resistiu a duas Comissões Administrativas, fez frente ao cerco apertado imposto pelo governo visando a sua asfixia financeira e só veio a sucumbir quando, em 1965, uma força policial encabeçada pela PIDE a invadiu, saqueou e encerrou.

Nas eleições para a escolha dos titulares dos órgãos sociais da Casa para o ano letivo de 1945/46, a massa associativa que, na altura, já contava com cerca de 600 membros em Lisboa e 120 em Coimbra, escolheu, de forma clara e transparente, os seus

dirigentes, os quais, menos de um ano depois, já eram apontados pela PIDE como sendo, na sua grande maioria, membros ou simpatizantes do Movimento de Unidade Democrática (MUD), próximo do Partido Comunista Português. E aconteceu ainda que, em 1948 e 1949, os principais dirigentes da CEI são tidos pelo regime como apoiantes da candidatura à Presidência da República de Portugal do oposicionista general Norton de Matos e, um pouco mais tarde, em 1950, são os membros da Secção da Índia da CEI a recusarem-se, de forma bem expressiva, a subscrever uma declaração de repúdio às afirmações de Nehru contra a presença portuguesa na Índia.

Não se torna, pois, difícil entender as razões que levaram a PIDE, a Legião Portuguesa (LP), outras instituições, como o Conselho Orientador do Centro de Estudos Políticos Ultramarinos (CEPU), todas encabeçadas por altas personalidades ligadas ao regime do Estado Novo, a exercer, desde 1946, uma forte pressão sobre o Governo e sobre o próprio Salazar no sentido de encerrar a CEI, alegando que se estava perante “... um antro da oposição e de criptocomunistas, um centro académico de actividades pró-comunistas, controlado por indivíduos politicamente maus, cuja dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico”, e que, outrossim, “... devia-se impedir que os africanos ou estudantes do Ultramar residissem juntos, na Casa dos Estudantes do Império, ou residências equivalentes, porque isso cria hábitos de segregação em relação aos metropolitanos, podendo dar lugar a um espírito de fraternidade entre si, e de animosidade em relação aos metropolitanos”.

Contudo, em vez de dissolver a CEI, como aconselhara a PIDE, a Legião Portuguesa (LP), o Centro de Estudos Políticos Ultramarinos (CEPU) e algumas altas personalidades afetas ao regime, preferiu Salazar – talvez por admitir que ainda era possível “regenerar” a Casa ou então por achar que a nova conjuntura política internacional desaconselhava tal ação – impor-lhe, em 1952, uma Comissão Administrativa que, durante cerca de cinco anos, tentaria, sem qualquer sucesso, diga-se, fazer a Casa trilhar os caminhos inicialmente traçados pelo regime, tendo, com isso, apenas conseguido que, durante esse período, não fossem realizadas eleições, que as Secções em que a CEI se encontrava estruturada fossem eliminadas e que figurasse nos novos estatutos, de forma clara, a consagração da neutralidade política, religiosa e rática da associação, o que, aliás, já constava dos estatutos de todas as associações de estudantes de Portugal.

Retirada a Comissão Administrativa, retomada a normalidade, realizadas as eleições, empossados os titulares dos órgãos

sociais democraticamente eleitos pelos seus associados, a CEI, agora fortemente influenciada pela onda libertadora que varria toda a África, e como que a recuperar o tempo perdido, entra numa fase de grande exuberância, em termos de atividades. A secção cultural e editorial retoma com redobrada força o seu labor, promove, com uma frequência grande, convívios, festas, encontros, debates, colóquios, conferências, tudo claramente virado para a formação de uma consciência nacional e anticolonial, e publica um número relativamente grande de trabalhos de escritores, poetas, ensaístas, quase todos das colónias; o boletim “Mensagem” torna-se claramente mais acutilante politicamente, e mais explícito também, passando a publicar artigos e outros textos de vária natureza e de teor marcadamente anticolonialista.

Não admira, pois, que, em dezembro de 1960, a CEI se visse de novo com uma Comissão Administrativa às costas. Dessa vez o pretexto parece ter sido a ampla divulgação feita em Portugal de um documento intitulado “Mensagem ao Povo Português” assinado por “Estudantes Universitários Representando as Colónias de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé e Príncipe” e que a PIDE, em mais um dos seus relatórios, acusa a CEI de ter tido participação na sua elaboração ao permitir que fosse policopiado nas suas instalações. Dessa vez, porém, a PIDE não estava equivocada, acertara em cheio: na verdade, a elaboração desse documento teve a colaboração muito ativa de alguns de nós, ativistas e dirigentes da Casa, foi impresso na nossa policopiadora e muitos de nós participámos da sua distribuição nas nossas respetivas escolas e noutros locais. Mais uma vez a polícia política de Salazar pressionou fortemente o governo português no sentido de a Casa dos Estudantes do Império ser definitivamente encerrada o que, na altura, teria levado o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal a produzir um despacho em que dizia que, se ficasse provado o que a PIDE afirmava, a Casa devia ser de facto dissolvida.

Mas, apesar de tudo, não foi ainda dessa vez que a CEI seria encerrada. A imposição, em 30 de dezembro de 1960, de uma nova Comissão Administrativa, mostrava claramente que a cúpula do Estado Novo ainda se mantinha hesitante quanto ao destino a dar à CEI, ou talvez até pensasse que seria mais útil deixar a Casa aberta e tentar, através dos seus informadores, saber e controlar o que ali se fazia em vez de pura e simplesmente extingui-la.

Ficou dito atrás que a “fase imperial” do Estado Novo terminou praticamente com o fim da II Guerra Mundial.

Efetivamente, com o aparecimento e afirmação dos Mo-

vimentos de Libertação das colónias portuguesas, com a entrada para o concerto das nações independentes de vários territórios africanos até então colónias de países europeus e com a exigência feita pela Organização das Nações Unidas a Portugal no sentido de este país prestar informações sobre os territórios coloniais que administrava, Salazar decide, embora tardiamente, mudar de estratégia. Assessorado agora por um “staff” novo, mais perigoso que o anterior, que o aconselha a levar avante algumas reformas cosméticas que, na linha de pensamento de um dos seus principais colaboradores, fossem capazes “de dar uma ideia de mudança mantendo tudo na mesma”, Salazar esforça-se e julga ter encontrado a estratégia mais acertada para fazer frente à situação: tentando obter o apoio expresso das principais potências europeias – particularmente das que acabavam de perder as suas colónias –, começa o ditador português por defender que, “face à enorme e crescente influência das duas grandes potências – União Soviética e Estados Unidos – vencedoras da 2.ª Grande Guerra, a Europa, para sobreviver enquanto entidade cultural e geoestratégica, precisa defender a África e conservá-la sob o seu controlo” e empenha-se na definição e implementação de uma política que visava a integração oficial das colónias no todo nacional. Para isso, Salazar declara que “Portugal não tem colónias mas sim províncias que vão de Minho a Timor”, altera, em 1951, a Constituição da República, revoga o Ato Colonial, que é retocado, condensado e transformado num simples capítulo da Lei Fundamental, substitui as palavras Colónia e Império por Província e Ultramar, respetivamente, e decide que Portugal não tem quaisquer informações a prestar sobre parcelas do seu próprio território que, embora espalhadas por vários continentes, constituem um todo nacional uno e indivisível.

Entretanto, os Movimentos de Libertação das colónias portuguesas, cada dia com mais força, faziam já ouvir a sua voz nas mais diversas instâncias internacionais e, face à teimosa e insensata recusa de Salazar em aceitar uma solução negociada, a luta armada acabou por se impor como a única via para alcançar a liberdade, embora a menos desejada e a mais dolorosa de todas.

A Comissão Administrativa imposta à CEI em dezembro de 1960, apesar de ter durado pouco tempo – pouco mais de seis meses –, ainda tentou uma “normalização controlada” da Casa. Se se tiver em conta o momento politicamente conturbado que se vivia, é forçoso admitir que as medidas adotadas nessa nova tentativa de “normalização” até foram de uma relativa suavidade. Para isso, por certo, teria contribuído o facto de a opinião pública internacional se mostrar, na altura,

por razões várias e sobejamente conhecidas, bem menos tolerante e compreensiva em relação à política colonial do governo português e manter uma vigilância relativamente atenta sobre todas as atitudes de Portugal em relação aos territórios africanos que administrava.

É de presumir, no entanto, que o governo de Salazar, nessa altura, já não tivesse qualquer interesse real na “regeneração” da Casa, até porque ela, ainda que “regenerada”, de bem pouco lhe poderia servir. Os dados já estavam lançados, as trincheiras abertas, as barricadas levantadas e os contendores já tinham definido e tomado posições tanto de um lado como do outro.

De qualquer modo, ao mesmo tempo que propõe um novo nome para a Casa dos Estudantes do Império – que passaria a chamar-se “Casa dos Estudantes do Ultramar” – que exige a presença tutelar de um professor universitário com direito de veto sobre todas as resoluções da Direção da CEI, e que decide que os estatutos da associação fossem revistos de forma que se eliminasse em definitivo a possibilidade de a Casa perseguir outros fins que não os permitidos à Mocidade Portuguesa e às demais Associações de Estudantes, o Governo, através da Comissão por ele designada, suspende o envio de todas as verbas que à Casa eram destinadas – quer as que provinham do Ministério do Ultramar, quer as enviadas diretamente pelas “províncias ultramarinas” –, tornando assim praticamente impossível a continuação do seu regular funcionamento, apesar do grande movimento de solidariedade que em torno dela se formara e que envolvia quase todas as Associações de Estudantes de Portugal. O que o governo claramente pretendia era manobrar de forma a conduzir a CEI, por asfixia, a uma morte lenta e silenciosa.

Houve quem tivesse dito que a CEI, não fora o seu grande enfraquecimento interno a partir dos primeiros anos da década de 60, poderia ter resistido muito mais e talvez até o governo tivesse optado, mais uma vez, por uma outra Comissão Administrativa.

É verdade que, a partir dos primeiros anos da década de sessenta do século passado, a CEI claramente começara a dar sinais de um certo enfraquecimento interno, o que teria como causas não só a redução drástica do número de estudantes universitários vindos das “províncias ultramarinas”, em virtude da criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique, como ainda, e principalmente, pelo facto de os principais ativistas da CEI terem deixado Portugal para se engajarem diretamente na luta de libertação ou então, mesmo

tendo ficado em Portugal, terem optado por outros tipos de ações noutros teatros de operações, quase sempre ligados às respetivas organizações nacionalistas que, em Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique, tinham já dado início a ações concretas – quer clandestinas, quer político-diplomáticas, quer armadas – visando a conquista da independência.

Estou em crer que esse “enfraquecimento” da Casa era algo que poderia ser perfeitamente considerado como um acontecimento que marcou naturalmente a sua fase derradeira. A CEI viveu como viveu e só podia tombar como tombou. Opôs-se de forma enérgica, inteligente e consequente ao regime colonial-fascista imposto pelo Estado Novo, teve um papel muito importante, diria até fundamental, na formação da consciência nacional e anticolonial dos estudantes vindos das colónias e, quando caiu, a sua missão tinha já sido inteiramente cumprida.

Mas antes de pronunciar o tradicional “tenho dito”, gostaria de felicitar e agradecer à UCCLA, na pessoa do seu Secretário-Geral, Dr. Vítor Ramalho, por ter tido a feliz ideia de homenagear a Casa dos Estudantes do Império e todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para que ela tivesse vivido como viveu e tivesse feito o que fez.

Gostaria ainda de aproveitar esta ocasião para enviar daqui, com muita emoção, uma saudação muito especial a todos os amigos, companheiros e ativistas da CEI, onde quer que, neste momento, se encontrem, e dizer-lhes que foram eles que me ajudaram a compreender e a assimilar o “espírito” da Casa e que foi também com eles, juntos, que tive a grande oportunidade de ousar sonhar o futuro.

10

Manuel Rui Monteiro

- Viva o sabor das palavras

O sabor das palavras, tudo parecia sem ruído e sem rumor, porque a cidade era uma maquete sob uma espécie de aranha em telha, cal e ocre, com tentáculos que desapareciam por entre os cedros e eucaliptos, implantada alvenaria na imensidão planáltica, toda verde nas chuvas, colorida de malmequeres e temerária de trovoadas e raios, assustando bois que atravessavam as ruas, havia desfiles militares, o comandante, de metro e meio, catiolo ou feijão-frade, capacete de cáqui a boiar na cabeça, desembainhava a espada para a tropa apresentar armas nos dias solenes trazidos, porque ali

não havia quase nada que não tivesse sido trazido, incluindo as terras seus nomes despojadas, as cruces, as vestes talares e as procissões. O apito do comboio. Alguns de nós conheciam, entrelinhado o trocado sabor de algum vocabulário e para aqui vieram passar-nos testemunho de mujimbo.

Porém, chegar. Começar a perder o que restara no olfato e, pouco a pouco, pelo raio x da distância, a perspectiva. Aí, era da varanda, as coisas aconteciam lá como se fossem outras. Aqui a Casa estava repleta de telescópios invisíveis que visualizavam e sonorizavam o sabor das palavras pela agrimensura do tempo, a CEI, a Casa, parecia um porão aberto de um escravagista que se enganara e metera lá dentro médiuns e videntes fervendo panelas com ervas secretas do mato sobre o sabor das palavras, e jograis, reinventores incansáveis de outras palavras, de forma encantatória indo no porão cada vez mais.

A Casa era isso. Uma fonte. Um rio. Um caminho. E um mar imenso a navegar pelo sabor das palavras. De cada sabor de cada palavra. A Casa eram os livros que se trocavam de empréstimo íntimo, que se obtinham nos livreiros cotas nos amigos e de nossas coisas clandestinas, tudo, afinal, para perceber que não bastava ler ou conhecer o léxico, mas sim deter, reter, o sabor das palavras. A Casa era uma escola e um compromisso com o aprendizado desses sabores.

E era a dança, a farra, realçando os ritmos dos tambores, porque viver com tristeza seria matar o futuro da nossa alegria em que acreditávamos ali, afinal, antes de sairmos, a verdade só acontecia como esmola e a mentira como uma imposição solene e para ser respeitada. Na Casa começamos a canjonjar⁴ o verdadeiro sabor da falta de respeito organizada. A falta de respeito na poesia e na ficção nossa que a Casa editava em pequenos livrinhos. A falta de respeito pelos cânones. A falta de respeito pela palavra história daquela maneira, palavra com sabor amargo pois tinha sido mandada cunhar sem reverso. Dava a impressão que a nossa história estava para começar, pela nossa existência, pela colagem de fragmentos com sabor de palavras como pólvora e sangue da destruição dos últimos reinos umbundos para passar o comboio de Robert Williams, e as cordas a amarrar os corpos de enxada na mão para abrir estradas e nós com os aromas das palavras, e os sabores do carapau seco e o pirão de fuba moinho que os miúdos filhos dos patrões gostavam de clandestinar o pitéu na escapa dos pais. As cordas e as filas dos contratados nos versos publicados na Casa, sabores de palavras que amadureceram mais todos os sentidos de nossas veias para sermos nós.

⁴ Petiscar, provar, do quimbundo kunjonja, com o mesmo significado.

Alguém, angolano do meu tempo aqui em Coimbra, me perguntava outro dia: “Como é que a malta, ainda miúda, se meteu em mudar as correntes aos rios?”.

Por termos demandado as nascentes, onde começam traços ténues de água pura com música do silêncio que começam no planalto do Bié sempre nós saboreando as palavras em seu verdadeiro paladar e tentando entrar por dentro dos mistérios.

A Casa foi o princípio de lutas, hinos e bandeiras quando conseguimos segurar o sabor da palavra terra nos olhos dos mais velhos e nos braços das nossas crianças.

Aqui, em Coimbra, não esqueço os amigos, irmãos portugueses e camaradas com quem partilhei sabores de muitas palavras como papoila, vértice ou ateneu. E o sabor novo da palavra guitarra e seu vocabulário e poética de combate. E o sabor da palavra cravos e o sabor do mês de Abril.

Estou com um travo do sabor da palavra saudade e o passado. Embora com uma certa nostalgia da saudade do presente.

E a Casa? A nossa Casa apenas foi despojada da sua frequência física, da morada, moradia de uma infinidade de sabores novos das palavras e também de novas palavras que se multiplicaram e se multiplicam. Sobra com alegria de sabor a vinho novo, de amor antigo, a saudade desse tempo de afetos para unir, de ganhar a sorrir compensando alguma e certa nostalgia do sem quase saudade do presente.

Porém, a Casa continua a vaguear como cazumbis ou espíritos que percorrem sonhos e corroem pesadelos. Por isso, viva o sabor das palavras!

Pires Laranjeira

Muito bom dia a todos! Saúdo as entidades institucionais, saúdo todos os que viveram na Casa e a Casa, saúdo também a mesa. É com muito orgulho que participo desta mesa interessante onde há lições de história e lições de poesia, e saúdo também os estudantes que quiseram estar presentes nesta cerimónia e que são a alma da casa da Universidade Coimbra. E agradeço, profundamente, ao Dr. Vítor Ramalho e à UCCLA, esta possibilidade de – vou ver se em menos de 10 minutos –, partilhar convosco duas ou três reflexões.

No seguimento da intervenção do Engenheiro Jorge Querido, eu dividiria as atividades da Casa em 4 fases. Uma primeira, já foi aqui dito, de 44 a 51. Lembraria que já existia uma Casa de África desde os anos 20, noutros moldes, com outras orientações, mas só para recordar que, estando nós aqui hoje a homenagear os ancestrais, os que já partiram, e os que estão presentes e que estão aqui, e os que não estão. Lembraria que a Casa foi um espaço, um território de liberdade onde se cruzaram tendências ideológicas variadíssimas, desde comunistas a socialistas, sociais-democratas *avant la lettre*, também os havia, de todas as religiões, católicos, hinduístas, muçulmanos, de todas as etnias, de todos os espaços. Lembraria que, para além dos países, que na altura eram colónias, existiam várias etnias, várias classes sociais, vários grupos. A Casa foi um espaço multimodo, multicultural e variadíssimo. O que fez com que, de facto, na sua existência formal de cerca de 20 anos, tivesse havido contradições e várias correntes dentro desse desígnio maior que presidiu à criação da Casa dos Estudantes do Império e que a Casa dos Estudantes do Império tornou-se uma “Casa dos Estudantes contra o Império”, ainda não tinha sido explicitamente referenciada essa viragem. É preciso [dizer] às pessoas que estão aqui, aos estudantes que estão aqui, que não conhecem a história da Casa, houve pessoas que estiveram dentro da Casa mas que não aderiram à luta armada de libertação nacional, optaram por outras posições ideológicas. Não os podemos deixar de lado se queremos de facto cultivar essa memória. Podemos dizer que uma primeira fase da Casa dos Estudantes do Império teve início em Lisboa e em Coimbra, já aqui foram referidas algumas outras Casas. Houve uma Casa dos Estudantes de Moçambique em Coimbra, em 1941, a Casa dos Estudantes de Angola em Coimbra, em 42, a Casa dos Estudantes de Angola em Lisboa em 43, e depois, de facto, elas fundiram-se na Casa dos Estudantes do Império. Lembraria que, de 1944 a 51, a “Circular Boletim”, nunca foi uma revista, foi apenas uma circular e um boletim, mas esse apenas significa que foi um boletim que produziu muita matéria escrita e alguns dos escritores – estão aqui alguns nomes das literaturas africanas de língua portuguesa que são hoje notáveis -, que, se não se iniciaram na publicação no boletim da Mensagem da Casa dos Estudantes do Império, pelo menos tiveram aí um lugar de publicação que foi notável para aquela época. Lembro que no número 1 da “Circular Boletim-Mensagem”, datado de julho de 1948 – gostaria de fazer este destaque – existe um texto chamado “O movimento feminista na Índia contemporânea”, do Dr. Ricardo Fernandes. Ou seja, em 48, no boletim aparece um primeiro texto dedicado a um feminismo, ao feminismo na Índia.

E aproveitaria para lembrar as mulheres: Alda Lara, Alda Espírito Santo, Maria Manuela Margarido, Noémia de Sousa, Inácia de Oliveira, Vitória de Sousa, Eugénia Cruz, etc. etc..

Lembraria também, para não ficarem de fora, visto que a Casa não era a Casa apenas dos estudantes africanos e dos estudantes portugueses, trago aqui também a recordação dos brasileiros, entre eles anoto a importância de Fernando Mourão, o professor Fernando Mourão, [que] continua vivo, continua a cooperar com Angola, tem estado entre São Paulo e Angola, viveu aqui em Coimbra e foi amigo dileto de Agostinho Neto. E outro brasileiro, que hoje está bastante esquecido, que trabalhou na Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, José Maria Nunes Pereira. Descendente de portugueses, mas brasileiro. Dos portugueses lembraria também Eduardo Medeiros, que está ali na terceira fila. Antropólogo, moçambicano, português. Alfredo Margarido, já aqui hoje foi referido pelo Engenheiro Jorge Querido, foi um português que militou na Casa e que organizou Antologias e prefaciou-as, como é do conhecimento geral. Vítor Evaristo, entre outros portugueses. Por último, nestas evocações, embora não tivesse feito parte da Casa, gostaria de recordar a figura do professor Manuel Ferreira, o criador, em Portugal, das cadeiras de literaturas africanas de língua portuguesa, que faleceu em 1992. Cinco anos depois, a sua viúva, a escritora cabo-verdiana Orlanda Amarílis, editou o último livro da editora artesanal do próprio Manuel Ferreira, e esse último trabalho editado são os dois exemplares que coligem, penso eu, que têm a cópia integral do Boletim *Mensagem*, e que estão disponíveis nas bibliotecas. Foi um trabalho que teve pouca circulação. Eu tive a honra e o prazer de fazer uma introdução de cerca de 20 páginas, de que aqui faço um resumo. Nessa primeira fase, de 44 a 51, gostaria de salientar sobretudo a atividade da Casa dos Estudantes do Império aqui em Coimbra, que esteve muito ligada à esquerda portuguesa, em que o partido comunista português teve uma importância notável, nomeadamente, através do MUD e sobretudo do MUD Juvenil. E por isso evoco mais uma vez, e já foi feito também por Manuel Rui, a revista *Vértice*, a coleção Novo Cancioneiro [enquadrado no movimento do neorealismo] que publicou, por exemplo, um volume autónomo da poesia de Francisco José Tenreiro⁵, o Ateneu de Coimbra, que já foi citado. Lembraria também que, em 1947, Orlando de Albuquerque, natural de Moçambique e que depois viveu em Angola, publicou um livrinho chamado *Batuque negro*, já com a chancela da Casa dos Estudantes do Império. É um livro que está completamente esquecido, um livro que praticamente ninguém conhece e que foi reeditado em tempos em Braga. Lembro que nesta primeira fase saíram, no Boletim *Mensagem*, poemas de exortação de Alexandre Dáskalos, a “Canção de Embalar Meninos Negros”, de António Neto, “Regresso”, de Alda Lara, “O que é São Tomé”, de Alexandre Dáskalos, “Os mortos perguntam”, de António Neto.

⁵ *Ilha de Santo Nome* (1942).

Amílcar Cabral, no número 11, de 1949, publicou um poema seu e um comentário sobre uma revolta e a morte de 300 cabo-verdianos.

Uma segunda fase, a célebre fase de 52/57, em que uma comissão administrativa é nomeada face a essa conjuntura das eleições para a Presidência da República em 48, que leva a que haja uma espécie de debandada dos militantes, dos integrantes, da CEI. Recordo também que é a partir desta segunda fase, embora com alguma anterioridade, estando vigente a comissão administrativa, que historicamente, no contexto internacional, se acentua a militância de esquerda e de luta anticolonial. E lembro que, paralelamente à Casa dos Estudantes do Império, se fundou em Lisboa o Centro de Estudos Africanos, nos primeiros anos da década de 50, o qual não tinha brancos no seu elenco, eram apenas mestiços e negros que pontificavam. Foi um centro de estudos africanos à margem da própria Casa, uma derivação negro-africana que teve militantes como Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, Mário Pinto de Andrade, Noémia de Sousa, etc. E recordo também que a Casa dos Estudantes do Império não está desligada da história universal e que os seus elementos são influenciados, por exemplo, pela conferência Pan-Africana de Bamako, de 54, pela conferência de Colombo, de 54, pela conferência de Bandung, de 55, pelo Conselho de Solidariedade Afro-Asiático do Cairo, de 57, e pela independência do Gana, de 57. Ao mesmo tempo, lembraria ainda alguns factos que são fundamentais para a explicação do espírito de contestação anticolonial desta época. A *Black Renaissance*⁶ norte-americana, que teve poetas e escritores como Langston Hughes e Claude McKay, e políticos e ativistas, como o célebre Dr. Dubois⁷. E também o demagogo Marcus Garvey influenciou a Casa dos Estudantes do Império pela via do Pan-Africanismo, de que Nkrumah, líder e primeiro presidente do Gana, foi um dos fundadores. A terceira e a quarta fases correspondem ao aparecimento, em 1961, do 4 de Fevereiro em Angola, que dá início à luta armada de libertação nacional e a história restante é conhecida de todos os que estão aqui neste auditório.

A Casa dos Estudantes do Império foi uma espécie de esponja que absorveu as lutas anticoloniais de todo o continente, as lutas contra o nazismo, contra o fascismo e contras as ditaduras. E devemos a estes homens e a estas mulheres que estão aqui e aos que já desapareceram mas continuam entre nós, uma palavra de agradecimento por podermos, hoje,

⁶ Também conhecida como Harlem Renaissance.

⁷ William Edward Burghardt Du Bois, um dos “pais” da Harlem Renaissance, a par de Langston Hughes.

estar aqui, em liberdade, a celebrar a Casa dos Estudantes do Império. Muito obrigado!

12

Manuel Alegre

Cara amiga Eugénia Neto, caros membros da mesa, minhas senhoras e meus senhores! Eu discordo daqueles portugueses que acham o que foi o 25 de Abril que libertou os povos das colónias, mas também discordo do que disse a Diana Andringa. Também não foram os povos das ex-colónias que libertaram o povo português. Foi a luta de cada povo que nos levou à liberdade e à libertação, mais do que isso, foi a conjugação, a solidariedade e a interligação entre a luta antifascista e a luta pela liberdade em Portugal e a luta de libertação nacional em Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique etc. Foi essa solidariedade e essa interligação que, aliás, é o nosso legado comum e é o que justifica estarmos aqui hoje, porque isso começou, de certo modo, na Casa dos Estudantes do Império e na colaboração e na solidariedade entre os associados da Casa dos Estudantes do Império e os militantes antifascistas portugueses. É aí que começa esta história, a história da Casa dos Estudantes do Império, que faz parte da história dos povos africanos mas também faz parte da nossa própria história, que é uma história de liberdade e de libertação e é, sobretudo, a história da conjugação dos esforços, porque nós estivemos juntos nas mesmas cadeias, estivemos juntos nos mesmos exílios, alguns de nós até estivemos presos em cadeias angolanas, outros estiveram juntos na Tarrafal. E é por isso que eu digo que, embora que os objetivos fossem diferentes, uns lutavam pela independência e nós lutávamos pela recuperação da nossa liberdade, foi uma luta comum e foi uma luta de fraternidade em que se juntaram pessoas que queriam o bem dos seus países. Podem ter cometido muitos erros, todos nós cometemos muitos erros, mas não éramos carreiristas porque a carreira política, nessa altura, tinha como destino a cadeia, o exílio, a prisão ou a morte, não éramos carreiristas, queríamos o bem dos nossos povos. E muitos deles deram tudo e deram, inclusivamente, a própria vida e esse é outro legado, um legado ético e um legado cultural.

Eu acho que a Casa dos Estudantes do Império não é apenas um sítio, não é o sítio onde está hoje uma placa mandada colocar pelo meu querido amigo Jorge Sampaio. A Casa dos Estudantes do Império é um espírito, é uma cultura, é até uma afetividade, e é uma memória comum. E eu acho que tudo começa pela cultura, o Amílcar Cabral dizia que “a luta

de libertação é um acto de cultura” e, de facto, antes de ser um movimento político, antes de ser uma organização que fez depois a luta armada da libertação nacional, o nacionalismo africano começou por ser um movimento cultural e até um movimento literário. Foram os poetas que, pela primeira vez, deram voz ao nacionalismo africano e afirmaram a identidade dos seus povos. E todos os principais dirigentes, é curioso, todos eles foram poetas: o Agostinho Neto, o Viriato da Cruz, o Mário Pinto de Andrade, o Amílcar Cabral, que também escreveu uns poemas, até o Samora Machel mais tarde viria a escrever uns poemas. Todos eles foram poetas, uns porque talvez tivessem esse dom e tinham, outros porque talvez não tivessem outra forma de expressão e foi através dos códigos próprios da poesia, da linguagem própria da poesia, das metáforas da poesia, que eles puderam expressar-se pela primeira vez porque de outro modo não conseguiam fazê-lo. E creio que foi em Portugal que eles perceberam, os pioneiros e os fundadores dos movimentos nacionalistas, que iam ter uma dupla dificuldade porque, além de enfrentarem o sistema colonial, iam ter que enfrentar também a ditadura fascista portuguesa, ou seja, tinham que lutar na clandestinidade, não tinham a possibilidade de ter liberdade de expressão ou liberdade de organização. Aliás, os primeiros movimentos e as primeiras associações que surgem, nomeadamente em Angola, que são uma espécie de pré-MPLA, reivindicam aquilo que reivindicavam os democratas portugueses, que era o direito de se organizarem, o direito de se exprimirem, etc. Portanto, é aqui em Portugal que muitos deles, aliás, participam diretamente na luta antifascista. O Neto, o Lara, o Marcelino dos Santos e outros, e o Cabral, participam diretamente na luta antifascista portuguesa. E é preciso dizer também que se deve à resistência antifascista e nomeadamente ao partido comunista português, que era na altura a força política mais organizada, a transmissão de métodos de organização e de luta clandestina que foi depois importante para a sua própria organização nos territórios africanos.

Mas eu ia falar da importância do movimento cultural, foi um movimento literário e até poético. Segundo Mário de Andrade, esse movimento passou por três fases: a negritude, que é uma recusa da assimilação e que tem uma influência notória de Senghor, Aimé Césaire, também mais tarde, ou talvez ao mesmo tempo, o Frantz Fanon, dos *Condenados da Terra*. Depois, aquilo a que o Mário Pinto de Andrade, meu querido amigo – ainda ontem encontrei umas antologias policopiadas que ele me dedicou – chama “a particularização, o enraizamento no chão nacional e na realidade social”, é a altura em que, por exemplo, o Agostinho Neto diz “vamos a ser nós mesmos, vamos descobrir as raízes, vamos descobrir

Angola”. Isto não é apenas linguagem poética e não é só um programa poético, isto é já um programa político nacionalista e que aponta para a independência. E depois, a fase da luta armada, em que se passa da arma da crítica à crítica das [pelas] armas e, como dizia também o meu amigo Jorge Rebelo, aqui de Coimbra, a quem nós chamávamos Cipriano quando ele andava aqui e que gostava muito de música, ele diz num belo poema⁸ “[na nossa terra] as balas começam a florir”.

A Casa dos Estudantes do Império teve nisto tudo um papel muito importante, também na atividade cultural, pelas edições que fazia da poesia africana de expressão portuguesa, pelas canções, até pelos bailes onde se juntava a rapaziada africana e outra não africana, nas canções, o Mingas a cantar o “Monangambé”, todos nós ainda temos hoje no ouvido, mas também os poetas portugueses passaram quase todos pela prisão e também a voz dos grandes cantores portugueses, do Zeca Afonso, do Adriano Correia de Oliveira, do Manuel Freire, do Luís Cília, etc. Muitas vezes cantávamos juntos, eu lembro-me de muitas sessões em que estava o Mingas, o Zeca Afonso, o Adriano Correia de Oliveira, a cantar canções proibidas, canções subversivas mas que mesmo assim passavam. Portanto, eu acho que o movimento nacionalista africano nasce deste movimento cultural, no caldo de um contexto histórico que é o pós-guerra, a derrota do nazi-fascismo, a libertação dos povos colonizados desde a Índia, desde o desastre de Dien Bien Phu, na Indochina, depois a guerra na Argélia, que nos marcou a todos, também o Congo, que assustou muito, na altura, os portugueses colonos que viviam em Angola, foi o primeiro sinal, fortíssimo, de que talvez as coisas fossem acontecer também nas ex-colónias portuguesas. Eu sublinharia portanto este aspeto da interligação, da conjugação das lutas, da solidariedade. Nem nós dirigíamos a luta de libertação nem eles dirigiam a nossa luta, havia uma grande autonomia. Eu vivi 10 anos em Argel, tivemos relações de grande fraternidade, frente patriótica, organizações a que pertenciam o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO. Mas nem nós nos intrometíamos nas questões deles nem eles se intrometiam nas nossas questões. Éramos moralmente livres e éramos independentes, embora fôssemos irmãos, camaradas e companheiros de luta. Curiosamente, durante as últimas eleições presidenciais, houve aí um grupo de militares, muito celebrados até como heróis nacionais, que diziam que eu não podia ser presidente da república, não podia ser chefe das forças armadas porque, entre outras coisas, incitava à luta contra a guerra colonial na Voz da Liberdade⁹ e porque costumava receber em minha casa, para comer umas bacalhoadas,

⁸ Do poema “Vem contar-me o teu destino, irmão”.

⁹ Rádio Voz de Liberdade, que emitia a partir de Argel.

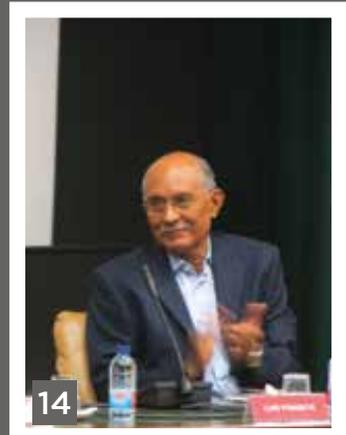
estou a usar a linguagem deles, o Agostinho Neto e o Amílcar Cabral. Curiosamente, foram processados por difamação, curiosamente, foram absolvidos, claro que eu estou a fazer o recurso. Mas isto vem mostrar a importância da memória. O Milan Kundera diz que a memória, a luta política, a luta pelo poder, é sempre uma luta entre a memória e o esquecimento e, se nós nos distraímos, se nós nos esquecemos, os outros não esquecem, os outros nunca esquecem, nem aprendem nem esquecem. E portanto, eles estão aí, são uma minoria, chateiam, não fazem mais do que isso, mas eles estão aí. E o que é grave é que as novas gerações, já aqui foi dito, não podem fazer ideia do que era, na altura, com a PIDE, fazer um apelo à independência e à autodeterminação dos povos das colónias. Não podem fazer ideia do que era para nós, jovens portugueses antifascistas, sermos solidários com a luta de libertação em Angola porque eramos considerados traidores à pátria e ainda hoje nos chamam traidores à pátria, os mesmos que estão aí, ainda nos chamam traidores à pátria por sermos solidários com os movimentos de libertação. Mas as novas gerações, os mais novos, que não tiveram felizmente que ver isso, mas também tudo lhes foi dado e, eu gosto de dizer as coisas como elas são, não percebo como não estão aqui muitas centenas de estudantes, é um sinal inquietante, porque isto diz-lhes respeito, tudo isto lhes diz respeito por-

que nunca nada na história está adquirido. Mas esta questão da memória, esta herança que nós temos, e a importância desta reunião e desta iniciativa, é eles tentarem perceber o que foi esta epopeia conjunta, esta epopeia extraordinária da luta de libertação nacional dos povos africanos e esta epopeia da resistência antifascista portuguesa que desembocou no 25 de Abril.

Alguém disse que a luta dos povos colonizados liberta o próprio colonizador, é verdade, mas também é verdade que, sem o 25 de Abril, não teria havido a aceleração que houve no processo da independência em Angola e nos outros países. Mas tudo isto desagua no 25 de Abril, que é fruto da nossa luta e é fruto da luta deles, mas vem desaguar ali e vem desaguar agora na CPLP. E nós vivemos um tempo diferente, vivemos um mundo de globalização que tende a uniformizar tudo, um mundo de absoluto domínio de capital financeiro, sobre tudo, sobre as culturas, sobre os estados, sobre a democracia. Temos hoje esse inimigo invisível chamado Mercados que se sobrepõe aos Estados, se sobrepõe aos países, se sobrepõe à história, se sobrepõe a tudo. É um tempo diferente que exige de todos nós não esquecermos e exige de todos nós um novo espírito, se calhar para uma nova epopeia de resistência e de solidariedade. Muito obrigado!



13



14



15



16



17



18



19



Painel 2

“A importância da CEI na formação cultural dos seus associados”

Moderação de David Borges

13 Moderador

David Borges – Vou então chamar para a mesa os participantes desta segunda ação do dia, sobre a importância da CEI na formação cultural dos seus associados. Primeiro, o Dr. Almeida Santos, uma figura estudantil de Coimbra, uma voz do fado de Coimbra, uma referência entre os democratas de Moçambique, antes do 25 de Abril. Personalidade marcante da política portuguesa, foi ministro, deputado, Presidente da Assembleia da República, Presidente do Partido Socialista.

Chamo, a seguir, Óscar Monteiro. Foi sócio e dirigente da CEI, militante da FRELIMO, andou na luta, autor do livro *De Todos se Faz um País* e, como nota particular a este currículo, apaixonado por Vamizi, uma ilha no maravilhoso arquipélago das Caraíbas.

A seguir, o cabo-verdiano Luís Fonseca, de Ponta do Sol de Santo Antão, que eu creio que na altura da CEI se denominava Vila de Maria Pia. Membro do PAIGC no tempo da luta colonial e depois, claro, esteve preso na sua própria terra, no Tarrafal. Foi deputado, diplomata e Secretário-Executivo da CPLP entre 2004 e 2008.

Chamo o meu patrício, Pepetela, foi sócio da CEI, participou na fuga de muitos estudantes para a luta anticolonial. Foi ministro, é escritor com uma vasta obra publicada, ganhou o “Prémio de Camões de Literatura”.

Há aqui uma outra personalidade, que não estando cá presente, eu trago para este painel. E querendo esta ação de hoje sublinhar a importância da CEI na formação cultural dos seus associados e prestar, assim, a homenagem aos então jovens estudantes africanos que deram à CEI uma marca estudantil, cultural e política tão impressionante, pareceu-me bem vir para este espaço, na companhia de um livro que me é muito querido com intenção de nele encontrar um fio condutor para esta minha moderação.

É um livro de crónicas, escrito pelo falecido Ernesto Lara Filho

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

homenagem
Coimbra, 28 outubro de 2014
Anfiteatro da Universidade de Coimbra

para jornais angolanos entre 1956 e 1963, *Crónicas de um angolano nascido em Benguela*. Filho de pai minhoto, devoto de Eça de Queirós, que ele considerava uma montanha na vida literária portuguesa, uma tempestade, um furacão. Que também se definia como uma espécie de brasileiro, capaz de citar de cor um poema de Manuel Bandeira, de sambar com emoção uma marchinha de Luís Gonzaga e se relacionava com entusiasmo, com militância diria, com os outros países africanos de língua oficial portuguesa.

Permitam-me, portanto, que nas páginas desse livro, vá caminhando nesta sessão, encontrando nelas ligação para os oradores deste espaço, ou para os espaços a que pertencem esses oradores. E coloco-me na primeira estação que é a “Estação das Ilhas” que Ernesto descobriu um dia. Escreveu que se um dia tivesse de viver numa ilha qualquer escolheria São Tomé, e que se tivesse um dia de viver devagar, conversar devagar, andar devagar, comer devagar, iria residir para São Tomé.

Escreveu sobre o dia em que conheceu um grande poeta de outras ilhas, foi ao meio dia, na Chianga, um rapaz moreno e estranho, capengando de uma das pernas, que lhe disse “É o Lara Filho?” Ernesto disse que sim e estendeu-lhe a mão, mesmo antes de saber quem era, falou “Rapaz”, marcando ritmadamente as palavras “Sou o Onésimo Silveira”. Escreveu Ernesto “tive uma explosão de franca alegria, sincera como todas as minhas explosões de alegria”. Tinha conhecido, acabava de conhecer, o maior poeta contemporâneo das ilhas, isto é, de Cabo Verde. Um poeta capengando que, nos seus versos, nos conta que Nhô Ca Cai vem alimentar os seus filhos com histórias de sereias, com histórias das farturas das américas, os seus filhos acreditam nas américas e sabem dormir com fome.

E é neste cenário dos anos cinquenta, eventualmente do início dos anos sessenta, que coloco agora a primeira intervenção da tarde, Luís Fonseca.

Luís Fonseca

Muito obrigado! Queria começar por cumprimentar esta ilustre assistência mas, sobretudo, agradecer o convite muito amável que me foi endereçado pelo Dr. Vítor Ramalho, como Secretário-Geral da UCCLA, para estar presente aqui em Coimbra na homenagem aos associados da Casa dos Estudantes do Império.

Devo confessar que fiquei um pouco surpreso com o convite, na medida em que não fui associado da Casa dos Estudantes do Império, nem sequer tive oportunidade de visitar Portugal antes de 1977, altura em que a Casa já tinha sido extinta havia muito tempo. Mas, em todo o caso, refletindo um pouco sobre qual poderia ser a motivação desse convite, cheguei à conclusão de que faria sentido, tendo em consideração que, tendo sido um participante na luta anticolonial no meu país, acabei, inevitavelmente, por me cruzar com atores, com obras, com o resultado do trabalho, do esforço, que os membros desta Casa realizaram ao longo dos anos. Desde logo, por ter abraçado ainda na adolescência os ideais da independência e do Pan-Africanismo, ideias que vinham fermentando na Casa dos Estudantes do Império e, de forma talvez mais organizada, no Centro de Estudos Africanos. Os contactos, as discussões com os colegas e amigos mais velhos que passaram pela CEI e que regressavam a Cabo Verde, seja de férias, seja definitivamente, que traziam ideias e propostas novas, uma visão de futuro mais brilhante para os nossos povos, foram determinantes para a minha visão da sociedade e do mundo e influenciaram a minha maneira de ser, de agir, a par da influência marcante que exerceram sobre a nossa geração, as conversas, discussões e debates à volta dos textos e dos poemas divulgados pelo Boletim *Mensagem*. Sem dúvida, pois, a nossa geração – devo reconhecer que me refiro a uma minoria que, no início dos anos 60, olhava para além dos horizontes muito limitados que nos eram colocados pela situação colonial -, a nossa geração ia absorvendo o espírito do tempo e procurava ser cada vez mais atuante. A pouco e pouco, percebemos que a ação e a intervenção cultural constituíam importantes ferramentas de consciencialização que importava utilizar e aperfeiçoar. Essa ação cultural passou-se, em grande parte, através da divulgação da poesia de combate que fomos encontrar, precisamente, no Boletim *Mensagem*. E, ao mesmo tempo que fazíamos o público descobrir poetas moçambicanos, são-tomenses, angolanos e também, obviamente, novos poetas cabo-verdianos, claro, o caso do Onésimo, que acaba de ser citado, o Ovídio Martins, que faziam parte, na altura, da vanguarda da poesia de combate

de Cabo Verde, mostrando a identidade das nossas lutas, transmitíamos a mensagem de esperança de um futuro baseado nas nossas próprias capacidades e nas virtudes dos nossos povos. Eu posso referir uma experiência interessante que tivemos em São Vicente, a cidade onde eu residia, e que foi dinamizada por Onésimo Silveira após o seu regresso temporário a Cabo Verde, pouco tempo depois de ter publicado, de novo através da Casa dos Estudantes do Império, um opúsculo que, na altura, fez agitar muitas águas em Cabo Verde e que tinha como título *Consciencialização na literatura cabo-verdiana*. O Onésimo trouxe com ele também muita poesia dos nossos poetas, os poetas do que agora chamamos PALOP's, e criou, ou recriou, os jograis de São Vicente, que era um grupo que se inspirava um pouco no modelo dos jograis de São Paulo, que na altura eram muito populares, acredito que inclusivamente aqui em Portugal, e que divulgavam a poesia brasileira contemporânea. E nós passámos a organizar espetáculos com poesia, com música, com teatro, e a poesia de combate era a parte essencial, digamos, do menu, e atraía um grande número de assistentes. Tínhamos em São Vicente uma sala de cinema que ficou célebre, chamava-se Cinema Eden Park, e quando realizávamos os espetáculos com poesia as salas enchiam, e as nossas apresentações eram objeto de grande entusiasmo. Lembro-me de uma vez que recitámos um poema, já não recordo de que autor, mas que terminava mais ou menos assim: “Esta terra é tua, esta terra é minha, esta terra é nossa”. E foi uma verdadeira trovoadas que percorreu a sala. Obviamente que, para além dos amadores de poesia e do cada vez maior número de pessoas que se sentiam tocadas por essa nova forma de chamar a atenção para a realidade que nos cercava, havia naturalmente a PIDE, que estava observando, tal como hoje de manhã referiu o professor Fernando Martinho quando se referiu a uma informação do Inspetor Sachetti relativamente ao que se passava cá em Coimbra – por sinal, também esse é um aspeto interessante, uma das vezes que eu fui detido (já era habitual, de vez em quando, eu ser detido pela PIDE), foi na sequência de um desses espetáculos. E o inspetor, em São Vicente, voltou-se para mim e disse-me – e isto interessa aqui para Coimbra e é pena que não esteja cá a Nayma –, porque ele disse-me o seguinte: “Fui eu quem prendeu o Rui Mingas e vou-lhe dizer uma coisa, ele pensa que consegue escapar mas ele vai passar muito tempo à sombra. Mas fique sabendo que eu tenho muita experiência nessa matéria, eu sei como é que vocês fazem. Primeiro começam com poemas, com discussões, com conversinhas e daqui a nada começam a organizar-se em células clandestinas, portanto, vocês não me enganam e daqui a pouco tempo vocês estão todos presos”. E, de facto, a promessa foi cumprida: algum tempo depois, nós todos, a maior parte dos que participávamos nessas tertúlias, acabámos por ser presos.

Portanto, a própria PIDE, como é óbvio, tinha consciência do papel, da ação e da intervenção cultural na mobilização que se estava a fazer, que era incipiente, é verdade, porque o sistema colonial não permitia a circulação de ideias, não permitia sequer a circulação de notícias. Uma vez tive a ousadia de fazer uma assinatura do *Le Monde* semanal, que era uma publicação que se fazia com seleções de artigos do *Le Monde* e, para meu espanto, apesar de ter muita dificuldade em transferir dinheiro de Cabo Verde para França, estão a imaginar isso nos anos 60, como é que não seria, acabei por descobrir que, de cada dez exemplares, eu recebia um, porque a PIDE ia aos correios, ia buscar tudo aquilo que vinha em termos de informação. Portanto, éramos praticamente privados de informação, a informação circulava com grande dificuldade, era quase clandestina. Nessa altura iniciámos também a nossa educação marxista, começámos a ler os livros marxistas, obviamente, trazidos de Lisboa e, na maior parte das vezes, por camaradas, por amigos que estavam, de uma maneira ou de outra, ligados à Casa dos Estudantes do Império. Portanto, essa influência que sobre nós foi exercida pela Casa dos Estudantes do Império, pelos seus membros, foi indireta, sem dúvida, mas contribuiu poderosamente para a nossa educação, para a nossa formação e acompanhou-nos durante todo o período em que lutámos contra o colonialismo.

Eu devo referir mais um aspeto relacionado com a Casa dos Estudantes do Império: da última vez que fui detido, fui levado de São Vicente para a Praia, para o interrogatório, para os interrogatórios que se seguiram, e fui colocado numa cela individual, onde não tinha contacto com ninguém e, ao trancarem a porta, vi que havia uma inscrição na porta, e essa inscrição dizia: “Agostinho Neto, preso político angolano”. Porque Agostinho Neto tinha estado trancado, fechado, naquela cela em 1960 ou 61 – a sua esposa pode estar a lembrar-se disso -, foi levado de Santo Antão para a Praia e de lá embarcou para Lisboa de novo. Esse foi, portanto, mais um contacto com uma personalidade determinante da Casa dos Estudantes do Império. Mas, depois da nossa condenação no tribunal militar, fomos enviados para o Tarrafal e ao chegar ao Tarrafal demo-nos conta de que estavam lá três grandes figuras da literatura angolana: António Jacinto, Luandino Vieira e António Cardoso. Mas, ainda lembrando uma observação que foi feita hoje de manhã pelo professor Fernando Martinho, em que ele dizia que não era de admirar se algum dia viesse um fulano dizer que era guerrilheiro da Frelimo, algum carcereiro dizer que era guerrilheiro da Frelimo. No dia em que chegámos, trancaram-nos na cela e logo a seguir, à frente da nossa cela, trazem o António Cardoso – o poeta angolano – e há uma pequena discussão entre António Cardoso e o diretor

do campo de trabalho, e o diretor tem esta expressão: “Ó senhor Reis, dê uma tosa neste gajo!” e espancaram o António Cardoso durante uns 15 minutos, à bastonada. E eu conto isso porquê? Referindo-me à intervenção do professor Fernando Martinho, é que este diretor do campo de concentração beneficiou de uma bolsa da Casa dos Estudantes do Império no mesmo despacho que também atribuía uma bolsa de estudos a uma outra personalidade, Amílcar Cabral, isso é um facto de que tive conhecimento há pouco tempo, quando vi o documento, e então lembrei-me desse incidente que acabo de vos contar.

Eu queria apenas, e para finalizar, dizer-vos o seguinte. Em 1991, eu era embaixador em Moscovo, e pude assistir não só à tentativa de golpe contra o Gorbachov, como depois a todo o desmoronar da União Soviética. E tinha um amigo jornalista que uma vez me disse algo que me impressionou, disse-me o seguinte: “Meu caro amigo, o passado da União Soviética é altamente imprevisível”. Fiquei espantado com esta afirmação. O que gostaria de vos dizer é que exercícios como este que estamos neste momento a fazer, ajudam certamente a fixar com alguma nitidez, o tempo e o modo vivido no momento decisivo, e também irrepetível, da nossa história ou das nossas histórias. Não serão certamente, apenas, os testemunhos dos atores intervenientes a contar para definição desejada, para a imagem que nós queremos, outros atores terão uma palavra a dizer, o acervo documental, muito dele ainda por explorar, serão também chamados para que não se venha no futuro dizer o mesmo do passado dos nossos países. Muito obrigado!

Moderador

David Borges – Falemos agora de Moçambique, na segunda estação desta minha moderação. Ernesto Lara Filho andou por Moçambique, recebia regularmente e com entusiasmo, em Luanda, uma voz de Moçambique. Habitou-se em Luanda, a ver chegar à redação, *O Brado Africano*, jornal dos naturais da outra costa, de Moçambique. Quando presidia aos destinos da Casa dos Estudantes do Império Carlos Ervedosa, que foi o coordenador da primeira antologia de poesia angolana, nasceu em Coimbra outra antologia, essa de poesia de Moçambique ou moçambicana. Creio que a escolha do título deu alguma discussão na época. Lisboa e Coimbra agitavam as águas culturais, Lisboa difundia a *Mensagem*, Coimbra, o *Meridiano*. Ernesto deu conta de alguma desta agitação nas suas crónicas, escritas ao frio de Lisboa, escreveu sobre a palestra do Professor Orlando Ribeiro, com o título de “Os equívocos africanos”. Ernesto anunciou um recital de poesia angolana com a presença do Trio Ouro Negro, transformado em Duo (porque o Aires fora a Espanha assinar uns

contratos), seguido de baile. Aqui pego nas palavras recentes de Óscar Monteiro, para dizer que os bailes serviam também para essa relação entre rapazes e raparigas porque, escrevia Ernesto, *o baile metia merengue e xaxado*, e chegou a dizer que conheceu uma moça de Angola que namorava um rapaz de Moçambique que queria conhecer Ernesto. Óscar Monteiro gostou de conhecer essa rapariga por três razões: primeiro porque era bonita, segunda porque era natural de Angola e terceira porque era irmã de um engenheiro agrónomo, dos poucos em Angola que conseguiram ser amigos dele, Ernesto Lara Filho. Embora muitos o tenham tentado e sem conseguirem. Ouçamos agora Óscar Monteiro.

15

Óscar Monteiro

A batalha pelos corações foi ganha pela poesia

Muito boa tarde e muito obrigado. Não vai ser fácil comprimir em 10 minutos não diria cem anos de solidão, mas, mais difícil, cinquenta anos de companheirismo.

Uma celebração da desproporção

De alguma maneira, esta recordação da ação cultural da Casa dos Estudantes do Império é uma celebração da desproporção. Desproporção de número, tão poucos eram os que inicialmente se ergueram, certamente de forma tímida e hesitante. E através de uma poesia e de contos, inicialmente exprimindo a identidade, muitas vezes, por uma saudade paisagística – aparecem muitas palmeiras, muitos luares – quiçá fosse essa uma forma inocente mas sincera de exprimir uma busca de identidade. Desproporção desses poucos com o grande coro de defesa do *status quo*. Desproporção nos meios, estudantes contra poderes estabelecidos. Da Casa, como exemplo, recordo já no meu tempo, em Lisboa, em 1964, que foi preciso pedir ajuda para pagar a renda a um grupo de pessoas que o Dr. Arménio Silva Ferreira organizou. A propósito de um ponto que o Jorge Querido não pôde terminar, que tem a ver como porquê é que a Casa terminou, eu recordo sempre uma frase do Alfredo Margarido, em 63 ou 64, eu era vice-presidente da Casa, e ele dizia: “É preciso fazer todo o esforço para que, quando a Casa cair, seja o Governo a fechar a Casa, e não nós a morremos sozinhos”. Por isso procurámos sobreviver. Desproporção de meios para fazer chegar a voz, basta ver os boletins ciclostilados da Casa. Por exemplo, tenho aqui um exemplar que pertence ao espólio do Fernando Ganhão, de que sou depositário, e que vou pedir que seja entregue à UCCLA, para que fique também como depositária. Também tenho aqui um poema do Mário António, datilografado, que vou entregar à família.

Mas como foi possível, nesse tempo de desproporção, ou talvez por isso, criar um movimento tão intenso cujos efeitos se fazem sentir na História, tão poucas pessoas começaram uma coisa que fez mudar o mundo. Pode haver duas interpretações: uma, é que havia um movimento clandestino já organizado (que ia usar os “poemas e as conversinhas e daqui a pouco já estavam fazer panfletos e a ligar-se aos movimentos de libertação”) e o movimento cultural da CEI foi o instrumento legal para o realizar. Ou em alternativa, considerar que este movimento cultural que se foi lentamente desenvolvendo respondia à necessidade de afirmação pessoal, mais tarde de grupo, um movimento identitário, uma outra maneira de ser – procurar ver-se a si próprio, ver a sua sociedade e realizar que havia um papel a jogar – e foi essa maneira de ser que, lentamente, mas inexoravelmente, foi levando muitas pessoas à política.

Dentro desses jovens vindos para estudar, ser doutores, esta busca de identidade tinha diversos matizes, todos eles perfeitamente entendíveis: um sentimento de diferença, uma raiva ao colono, um racismo anti-branco, um pouco de tudo. E uma das contribuições maiores do movimento da Casa – e nisso englobo o meio ambiente em que a Casa se situava, o meio estudantil e, em particular o movimento associativo – foi o da sublimação desses outros interesses, dessas reações negativas que são parte inicial do nacionalismo, por um sentimento político de libertação que se veio afirmar, no seu mais belo momento, como um nacionalismo sem raças, sem fronteiras, sem ódios.

Embora não haja sobreposição, não é possível, por isso, fazer uma separação nítida entre movimento artístico e movimento político. Seria igualmente excessivo fazer uma associação absoluta. Por isso, eu não penso que aqueles que não seguiram a via dos movimentos de libertação tenham sido menos verdadeiros naquele momento em que estavam no movimento da Casa, as pessoas são diferentes, as condições, o engajamento e até onde levamos o engajamento, são diferentes, mas algo de comum perpassou nesse momento e eu sinto que perpassa aqui neste momento. Tratava-se, simultaneamente, de uma batalha para ganhar as mentes e os corações (estou a usar uma frase que mais tarde o General Westmoreland usou sobre o Vietnam, *winning hearts and minds*), contra a via da assimilação e com uma vaga promessa de mudanças que acomodasse as elites a que os jovens pertenciam.

Ora, o movimento da Casa fez a batalha pelos corações por via da cultura e da arte. A Casa teve, desde que a conheci, um departamento cultural. Se pegar num exemplar da *Mensa-*

gem, o nº 5/6 Ano II, do espólio de Fernando Ganhão, de que sou um dos depositários, vejo a composição do grupo cultural da Casa, o N'gola Kizomba, Rui Mingas, Augusto Lopes Teixeira, Tomás Medeiros, no tambor, os dois irmãos Pestana Heineken e Jorge Hurst, e também se diz neste número que participaram nas comemorações do Dia do Estudante.

Os poetas como anjos anunciadores

Para mim, e falo mais por testemunho pessoal do que como historiador, que não sou, o momento mais importante foi a poesia. Foi a poesia que conquistou os corações e foi essa arma desproporcional, uma arma exclusiva – porque a PIDE nunca conseguia combater-nos com poemas, tinha que combater-nos com outros meios, e havia um desnível e, por isso, à partida, nós tínhamos uma grande vantagem – foi essa arma exclusiva que permitiu ganhar os jovens. Noto a predominância da poesia sobre outras formas de arte, mesmo sobre o teatro e as artes plásticas. Talvez porque ela responda a uma pulsão mais espontânea ou quicá mais fácil de exprimir, mais ao alcance de todos, mais rica em possibilidades de encobrimento, em subentendidos, importantíssimos naquela época.

Para mim, o momento de culminação da forma poética naquele momento e naquele contexto foram as antologias. Tenho aqui comigo, por oferta do meu querido amigo o Conselheiro Guilherme Fonseca – eu suspeito até que fui eu que lhe vendi estes livros, era uma das minhas funções como delegado da CEI, quando a Casa estava fechada, fazer a venda [das publicações] – e em conjunto determinámos que vamos deixar estes livros, para ficarem em depósito na biblioteca que se quer reconstituir.

As antologias são, foram, um grande momento de síntese, porque permitem situar os autores por grupos, a evolução no seio dos autores, os vários momentos da poesia, e os vários momentos dos seus autores, acompanhar o seu sentimento e o pensamento que estava por detrás, tudo num tempo de censura em que o leitor era um decifrador de códigos. As antologias permitem avaliar as grandes tendências, como os poetas evoluíam, e depois fomos descobri-los, a alguns deles, nos movimentos de libertação, e para nós tudo se tornava claro. Aqui estão poemas de Viriato da Cruz, e depois de ouvir “Aí, Benjamim”, ficamos a saber que o Viriato da Cruz era um dos fundadores do MPLA. E a associação entre poesia e política fazia-se também por essa via.

No caso de Moçambique, foi notório o papel da *Antologia dos Poetas Moçambicanos* e o notável prefácio de Alfredo Margarido e o papel que teve em Moçambique na compreensão do papel da poesia. Foi essa antologia que revelou aos jovens

poetas e artistas moçambicanos alguns poemas seminais amordaçados, como o “Quenquelezê” de Rui de Noronha, moçambicano, assim testemunha Luís Honwana.

Cerceada que estava a liberdade de cantar, onde se ia buscar essa força? Como dizem os poemas aqui traduzidos, e muitas vezes citados, “Um Socopé para Nicolas Guillén”, de Tomás Medeiros, “Deixa passar o meu povo”, de Noémia de Sousa, era frequente a inspiração, a busca de âncoras, nos poetas e nas canções negro-americanas do Haiti e de Cuba, mas também nas construções importantes, mas mais intelectuais, dos grandes apóstolos da negritude e grandes poetas, Césaire e Senghor, os Congressos dos Intelectuais Negros. Diria que há uma dimensão internacional latente no movimento cultural da CEI, uma Internacional de poetas.

Mas é preciso reconhecer os limites

O primeiro é que, apesar de estarmos aqui a falar de poesia e podermos ser levados pelas emoções, não se pode ir demasiado longe e falar, por exemplo, de uma cultura ultramarina. A unidade do tempo da juventude, no tempo da afirmação anticolonial, não nos deve fazer esquecer que os povos e as culturas de onde emanam são diferentes.

O segundo é que, ao falar de poesia escrita, poderíamos estar a rejeitar, por via do esquecimento, outras formas culturais mais populares. Num artigo premonitório, nesse mesmo número da *Mensagem*, que aqui tenho, Agostinho Neto chama a atenção para uma poesia que não pode ser esquecida, a poesia com que o povo acompanha os diversos momentos da sua vida, a poesia que existe sob forma de provérbios, adivinhas, letras de música, fábulas. Depois de reconhecer que *os poetas angolanos* – está a falar dos poetas angolanos escritos, modernos – *são poetas de compromisso, raros são os poetas formalistas*, diz ele, *ao poeta honesto continua a pôr-se o problema da comunicação com o público*. Esta advertência foi colhida, e já na *Antologia dos Poetas Moçambicanos* se inclui a poesia chope e, na dos *Poetas de São Tomé e Príncipe*, se incluem, em apêndice, poemas de Francisco Stockler, em forro, que eram largamente cantados pelo povo.

E no exemplar da *Mensagem* que estou citando, está incluso um artigo notável de Gabriel Mariano “O Bilinguismo e a Estrutura Económico-Social”, que trata do uso exclusivo, sucessivo ou alternado do português e do crioulo pelos diferentes grupos sociais cabo-verdianos, classes, castas (de funcionários, por exemplo), hierarquias, patrão e empregado, com detalhes sobre as circunstâncias, momentos públicos e privados, conversas privadas ou perante superiores, que

mostra bem que a temática das línguas estava desde então presente nesse movimento espantosamente precursor. E aqui não deixo de ceder um pouco à política. É preciso dizer que, naquele que era um movimento de elite, havia também um sentimento generoso, de pensar no mais largo, no povo, e que, quando se fala em música chope, estamos a dizer que afinal o país não somos só nós, a pequena elite ilustrada e assimilada, mesmo sendo contra a assimilação. É preciso provavelmente voltar a regenerar este serviço público, servir o povo, pensar nos outros, e dizer que este não foi um momento exclusivo do nosso tempo porque, através da história, houve sempre grupos que serviram todos.

O caso particular de Moçambique

Vou analisar este caso de um ângulo moçambicano. Tendo como referências Mondlane, que aqui esteve por breve tempo, e Marcelino, que logo seguiu para Paris, e as passagens também curtas de Chissano e Mocumbi, o número de moçambicanos no âmbito da Casa nunca se comparou ao de Angola ou mesmo de Cabo Verde, pese embora a participação de Sérgio Vieira, que gostaria estivesse aqui, e de Mário Machungo. Veja-se um indício no número de autores publicados na Coleção de Autores Ultramarinos; depois da primeira edição de *Godido*, do escritor moçambicano João Dias, só em 1964 é editado José Craveirinha, com *Chigubo*, e mais tarde se ensaia uma publicação de Noémia de Sousa, abortada devido ao encerramento da Casa em 1965.

Comungando uma população bantu com as restantes colónias portuguesas, Moçambique está mais virado para o Oceano Índico (Ibn Batuta chegou a Sofala). Ao longo do Zambeze, existem formações biológicas particulares, por exemplo, hemoglobina D, que só existe na Melanésia; por outro lado, a discriminação era mais violenta, as distâncias eram maiores e, sobretudo, a emigração fez-se para países vizinhos de dominação britânica e lá se formaram os movimentos políticos. O que explica uma presença menos ativa em Portugal.

Mas a presença de Moçambique, se não foi tão numerosa, tem conteúdos inesperados e desconhecidos. Num escrito que vai ser publicado nos 50 anos de *Luuanda*, do Luandino, que ele me autorizou a citar, Luís Bernardo Honwana, cujo livro maior da literatura moçambicana, *Nós Matamos o Cão Tinhoso*, celebra também, numa simbólica coincidência, 50 anos, num texto que ele intitula “O Luuanda de Luandino e a Mensagem da CEI”, Honwana afirma de entrada: “Para mim não dá falar do Luuanda de Luandino sem falar da Casa dos Estudantes do Império e do seu boletim, a Mensagem... Nós sabíamos de cor os poetas de Angola: o Viriato, o António Jacinto, o Agostinho

Neto, o Mário António, todos eles. Misturávamo-los com o Craveirinha, com o Rui Nogar e com a Noémia de Sousa e dizíamos-los com o mesmo orgulho e desafio nos saraus de poesia no NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos), no velho Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.”

Dois notas finais

Os estudantes anticoloniais da Casa sempre tiveram um representante na lista das esquerdas em Coimbra, o primeiro deles de que me lembro, quando ganhámos as eleições, foi o Manuel Videira, que está ali. Na manifestação de vitória da lista das “esquerdas”, de que eu fiz parte, no ano seguinte, o relatório da PIDE regista que na manifestação de vitória havia muitos pretos, em sublinhado. Também lá vêm, nesse relatório, os nomes de Manuel Alegre e José Carlos de Vasconcelos, os nossos tribunos da época. Compreendo a perturbação dos relatores policiais perante esta inesperada amálgama. Ali em Coimbra, perante os seus olhos impotente, estava uma outra Internacional de poetas, uma aliança por uma liberdade sem fronteiras.

Em Lisboa, a participação foi institucionalmente feita na RIA, de quem a Casa recebeu apoio e a quem emprestou, além da Gestetner, a sua pluma veemente na redação dos comunicados. Aqui, em Coimbra, o primeiro grande momento de unidade entre nós e o movimento associativo foi a ocupação de Goa, quando rejeitámos a posição de solidariedade da direção, então ainda de direita, com o argumento meramente formal, reconheça-se à distância, de que a Associação Académica era apolítica e portanto não podia tomar posição.

A segunda nota é que, nesse tempo, as casas, os locais físicos, contavam pouco. A CEI em Coimbra, fechada entre razões internas e comissões administrativas, era um estado de espírito, mais os livros de poesia da Coleção de Autores Ultramarinos que nós passávamos entre nós e aos nossos colegas portugueses. Em Lisboa era um lar, que de tão esqualido morreu de inanição, uma casa cuja renda era paga nos termos que acima indiquei e uma cantina onde se comia o que se podia. No meu tempo, ao saberem que o bife era de cavalo, os comensais não fizeram levantamento de rancho, simplesmente saíram a relinchar.

A Casa, a despeito do seu nome, não era uma coisa nem uma organização, era um estado de espírito. As organizações são pessoas: a Casa do meu tempo era essa vontade de resistir, o que incluía serões culturais, festas e serenatas amorosas com Rui Mingas na viola. E foi a poesia o meio exclusivo que permitiu reequilibrar a desproporção. Exclusivo porque só nós, não

a PIDE, não o regime, a podíamos utilizar, podiam apreender os livros, mas o poema já estava abrigado para sempre no recôndito dos corações. Por isso, sem acordos formais, a Casa estendia a sua ação a milhares de quilómetros. Foi, a despeito da sua pequenez – pouco mais do que uma esquina, de novo me inspiro numa imagem de Luís Bernardo -, um pequeno farol de juventude para um mundo novo.

Uma lição para as alianças

Este valor da palavra poética está comprovado na sua permanência. O que nos une todos aqui foi ter vivido esse tempo poeticamente, por isso permanecemos assim ao longo da vida, com posições e comportamentos diversos, mas todos unidos pelo coração. Porque, depois da saída de vários aqui presentes e sem transmissão formal do mandato de poetas, podem-se passar contactos, panfletos, jornais clandestinos, mas não a missão de cantar. E, no entanto, como a gesta poética se renovou com novos atores!

A batalha pelos corações foi ganha pela poesia. Esta é uma lição que talvez a UCCLA e a CPLP estejam a retomar: como animar a unidade dos povos por via da cultura e da poesia.

Moderador

David Borges – Na terceira estação desta minha moderação imagino Ernesto Lara Filho, algures entre 1959 e 1961, no Rossio. Ali parado, contemplando a paisagem humana, Angola desaguando no Rossio e o sermos patrícios nivela-nos a todos, o Pavão, o Mingas, surgidos do Chiado, os atletas, o cafezinho, a cerveja, o cachorro quente, a mostarda no cachorro ou o prego sem mostarda.

Isto serve para introduzir Nayma Mingas e quase se torna desnecessário apresentar Rui Mingas, que foi um grande atleta em Portugal, é um grande músico. Foi talvez a primeira voz a fazer estremecer não apenas Portugal, mas também as ainda colónias na altura, com a canção “Monangambé”, uma das primeiras canções com toda a potência possível da época, foi e é professor universitário, foi embaixador de Angola em Portugal. Vamos ouvir a declaração de Rui Mingas pela voz de sua filha Nayma.

16

Nayma Mingas

em representação de Rui Mingas

Muito boa tarde a todos, sou a filha mais nova do Rui, o Mingas. E quero dizer-vos apenas o seguinte, para mim é uma

honra muito grande estar aqui hoje porque – eu emocionome com estas coisas – a Casa dos Estudantes do Império faz parte do meu imaginário e também do imaginário dos meus irmãos. Eu, sendo a mais nova, nunca pensei ser a pessoa que hoje aqui estivesse para falar sobre ele porque eu tenho três irmãos mais velhos e nós, africanos, temos a mania de dar sempre prioridade aos mais velhos. Portanto, é com muita honra que eu aqui estou para presenciar esta celebração, esta abertura das celebrações da Casa dos Estudantes do Império, e também para citar-vos as palavras do meu pai.

“Excelentíssimos Senhores, gostaria de começar por agradecer à União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), nas figuras institucionais do seu presidente, o Exmo. Senhor Dr. Ulisses Correia e Silva, e do seu Secretário-Geral, meu amigo e conterrâneo, Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho, o convite que me foi endereçado para poder participar nas comemorações do quinquagésimo aniversário da Casa dos Estudantes do Império (CEI).

Louvo esta iniciativa porque permite o reencontro, depois de vários decénios de silêncio, de camaradas que estiveram irmanados pelo ideal da liberdade. A Casa dos Estudantes do Império reveste-se de especial importância para mim, pois foi onde começou a minha consciência e ativismo político, onde começou a minha carreira musical como trovador da poesia que ouvia e lia. Foi lá que criei uma rede de conhecimentos com figuras de referência da africanidade e da luta antifascista, com particular destaque para António Agostinho Neto, fundador da minha pátria, Amílcar Cabral, Guiné-Bissau e Cabo Verde, Marcelino dos Santos, de Moçambique, e Pinto da Costa, São Tomé e Príncipe, Pedro Pires e Mascarenhas Monteiro, Cabo Verde, e Arménio Ferreira, uma figura especial. Faço também especial menção ao meu amigo Jorge Sampaio, então Secretário-Geral da RIA. Foi também a Casa dos Estudantes do Império que me albergou no seu lar durante cerca de 5 anos, até à altura do seu encerramento, onde usufruí de inúmeros benefícios sociais que estavam à disposição dos seus sócios e, também, porque foi lá que conheci a minha amada mulher, Leta, a mãe dos meus filhos Katilla, Angela, Carlos e Cláudia. Permitam-me, portanto, partilhar convosco o episódio que mais me marcou na Casa dos Estudantes do Império, que foi o dia do seu encerramento. Foi uma surpresa, ia almoçar à cantina com um grupo de amigos quando fomos avisados, a meio do caminho, de que o espaço tinha sido invadido pela PIDE. Isso fez-nos afastar do local, cautelosamente, e conscientes de que estávamos encerrando uma longa história de prazeres e deveres que ajudaram a construir o homem que sou hoje. Gostaria de saudar os meus amigos

contemporâneos a quem teria muito gosto de poder saudar e estender um fraterno abraço, bem como deixar uma palavra de saudade a tantos que já partiram desta vida e que colocaram um tijolo na parede da história da Casa dos Estudantes do Império. Congratulo a organização por este magnífico evento e a todos vós, meus amigos, meus companheiros, minha família de tanta partilha, que bem-haja. Ngasakidila!¹⁰”

Moderador

David Borges –Vindo do sol e do calor, Ernesto sofria como todos os estudantes da Casa dos Estudantes do Império. Do friozinho das proximidades do Natal em Lisboa, um frio que congela e endurece, caustica, fere, magoa e eu ainda sem agasalhos, dizia ele. Um pouco de poesia de Angola e um baile na Casa dos Estudantes do Império começam a aquecer, começam a agasalhar, os pardais dos telhados lisboetas vieram cumprimentar, as noites de farra morreram, falta-me o calor de Luanda e de Benguela, começo já a suspirar de saudades. Falta-me a muamba, a praia da Samba, a ilha, o Portugal de Benguela, boas festas irmãos. Lembrem, nem que seja só por instantes, a figura triste e sozinha deste pobre “siripipi” da crónica angolana “Um dia destes eu volto”. E terminou essa crónica com versos da irmã Alda Lara “o meu prazer sem lei, a minha alegria enorme de poder enfim dizer, voltei”. E lá em baixo, nas avenidas da cidade as acácias rubras a sangrar, numa verbena sem fim, estarão a florir só para mim”. Foi do cenário das acácias que saiu Pepetela para a luta anticolonial em Angola, com escala naquele casarão do Arco do Cego, que agora nos serve de quarta estação deste painel.

17

Pepetela

Boa tarde a todos! Não vou referir-me em particular a ninguém e só quero agradecer à UCCLA por esta iniciativa e pelo convite e dizer que, normalmente, de um escritor espera-se que venha com um texto escrito. Bem, pensei, ponderei e achei que isso seria muito arriscado, porque aquilo que trouxesse escrito já teria sido dito aqui e ainda por cima eu fazia parte do segundo painel. Portanto, resolvi recorrer às minhas artes de acrobata, ou trapezista que salta sem rede, e tentar dizer as coisas que já foram ditas, mas de uma maneira um pouco diferente, de uma forma mais pessoal, mais intimista talvez. Já se referiu, todos nós estamos de acordo, a importância extraordinária da Casa dos Estudantes do Império na consciencialização de uma juventude, que levou uma parte dessa

juventude para a luta política pela independência dos nossos países. Já se referiu a parte cultural, a importância cultural da Casa, eu vou talvez insistir um pouco nesse aspeto e menos na parte política, porque já está mais que dito mas, para pessoas que não têm as idades que nós temos (felizmente que aqui na mesa há exceções!) que há 50 anos frequentávamos a Casa dos Estudantes, para os mais novos, talvez seja difícil compreender certas coisas que aconteciam connosco e o meu caso pessoal pode ajudar como exemplo.

Eu vim para cá, para Portugal, para Lisboa, com 16 anos. Saí com 16 anos de Angola e cheguei com 17. Claro, vim de barco. Portanto, muito novo, com algumas ideias políticas já, mas que depois, mais tarde, foram reforçadas e ampliadas na Casa dos Estudantes do Império, com muitas leituras, é certo, mas sem orientação, praticamente. E conhecendo duas ou três cidades de Angola, o que era já até exceção, a maior parte de nós vinha a conhecer apenas a sua cidade. Eu já conhecia pelo menos quatro: Benguela, Lobito, Huambo (na época, Nova Lisboa) e Lubango (onde também estudei e que se chamava Sá da Bandeira). Portanto, já conhecia quatro cidades, não é nada mau. Não conhecia Luanda e acabei por passar 2 ou 3 horas em Luanda, não conheci bem Luanda. Mas, vindo para cá, na Casa dos Estudantes do Império, ao usar a biblioteca – falou-se pouco da biblioteca – a biblioteca da Casa, que talvez hoje seja uma coisa menor, sem importância, para mim foi um manancial incrível de conhecimento, porque havia uns bonecos – quando uma pessoa ia de comboio de Benguela para o Huambo passava no monte Sáoa, e no monte Sáoa, ao longo da linha, vendiam-se umas aves que nós chamávamos capota, que no Brasil chamam galinha-de-angola, acho que em Luanda devem chamar galinha-do-mato. Havia essas capotas feitas em madeira, para vender, eu passava por ali e via aquilo e tal, e só aqui em Lisboa, só na Casa dos Estudantes do Império, é que eu aprendi que aquelas capotas faziam parte do artesanato angolano, que fazia parte da grande arte africana. Não fazia a mínima ideia do que aquilo era, no fundo. Foi aqui na biblioteca que pude ver os livros, que eram normalmente feitos em França, sobre arte negra, em que havia desde os bronzes do Benim [...] às nossas máscaras tchokwe. Foi aqui que eu descobri que havia todo um continente que eu tinha percorrido, uma larguíssima costa desse continente, e não fazia a mínima ideia do que aquilo era, e isso aconteceu com a grande maioria dos estudantes que vieram para Portugal. Esse é um aspeto que creio que é muito importante, aliado, obviamente, depois, à literatura, aos livros que a Casa ia publicando, essa iniciativa do Carlos Ervedosa, apoiado pelo Fernando Costa Andrade, que devemos lembrar sempre. Portanto, esses livros que vão surgindo, as conferências que se

¹⁰ Termo quimbundo que significa “obrigado”, “estou grato”, do site <http://linguakimbundu.xpg.uol.com.br/>

faziam na Casa, discussões, debates, os mais velhos que nos puxavam de lado e diziam “olha, aprecia aquele quadro ou aquela cena, ou aconteceu isto na Argélia”, enfim, uma série de questões, eram passadas dos mais velhos para os mais novos, que fez com que eu abrisse os olhos para a riqueza cultural do continente africano e quisesse também participar nisso. Eu já escrevia, sempre escrevi, mas escrevia sem saber que escrevia, no fundo, e foi na Casa que aprendi, com o Ervedosa, que me explicava que uma história não valia só pela história em si, mas sim por aquilo que queria dizer da sociedade. [Aprendi também] com outro camarada cabo-verdiano, João Varela, o grande poeta João Vário, ele assinava João Vário. Um dia, o Ervedosa mostrou-lhe um conto que eu tinha experimentado para ver se passava no Boletim e ele pegou no conto e desfez o conto de uma ponta à outra, desmontou-o totalmente, e ao desmontar linha a linha, eu aprendi que, num conto ou num texto, qualquer que ele seja, não deve haver uma palavra a mais, cada palavra conta, e não só cada palavra conta, como conta também a ordem das palavras. Ele pegava numa frase que eu tinha escrito, mudava as palavras e dizia “o que é que te parece?”. Eu dizia “bem, isso quer dizer não sei o quê” [e ele respondia] “pois, a perspectiva agora é outra” e, de facto, acho que o Varela foi das pessoas que mais me ajudou a compreender o que era a literatura. Eu que tinha lido tanto, lia mas não sabia desmontar um texto. Isso para mim era a Casa dos Estudantes do Império. Também era aquela solidariedade que mais tarde, muito mais tarde, encontrei na luta armada, o mesmo tipo de solidariedade em que, quando íamos para as manifestações, e sobretudo a partir de 1960/61, quando começaram a ser violentas e arriscadas, havia sempre alguém que dava uma indicação, alguém que puxava o outro que tinha caído, esse tipo de solidariedade de pessoas que olham para trás para ver quem é que se atrasou e que é fundamental em qualquer sociedade, não é só em qualquer luta ou em qualquer guerra ou em qualquer movimento político, não, na vida, no viver das pessoas, é fundamental ver quem é que está connosco, se está a avançar também ou se ficou para trás, e isso eu aprendi na Casa dos Estudantes do Império, também. Portanto, de jovem, muito jovem, quando ali entrei, dali saí homem.

Também queria dizer uma coisa, a importância da Casa no movimento estudantil português também deve ser muito referida porque nós, de facto, fazíamos parte de duas associações, tínhamos a Casa dos Estudantes do Império como nossa associação de estudantes das colónias, mas tínhamos a associação da faculdade, da universidade onde estudávamos, e fazíamos a ligação, muitas vezes, entre diferentes faculdades, e creio que a Casa teve um papel muito importante na RIA.

Isso seria bom estudar, é um desafio para os historiadores, para quem faz teses, ver o papel da Casa na RIA – Reunião Inter-Associações – porque, de facto, naquela época, em que não havia telemóvel e em que era preciso estar sempre a olhar para trás, porque podia haver um senhor de cinzento no Mimo, no Rialva ou no Amazonas – ali onde havia bares e cervejarias, no Arco do Cego, perto da Casa dos Estudantes do Império – um senhor que ficava sempre numa mesa isolada, tentando ouvir o que nós dizíamos e sobre o que nós falávamos. Havia todo esse ambiente pesado da PIDE em cima [de nós]. Nós sabíamos também que, provavelmente, havia dentro da Casa (porque não?) pelo menos um ou outro que dava alguma informação, às vezes sem querer, mas podia haver. Mas, fundamentalmente, era o que se fazia ali à volta da Casa e que criava um ambiente pesado, era um ambiente que sentíamos constantemente, um ambiente pesado. A imagem que eu tinha de Lisboa, quando me fui embora, era essa, um ambiente cinzento, triste, de pessoas tristes, vestindo escuro.

Mais tarde, muito mais tarde, comecei a notar diferenças grandes em Lisboa, as pessoas a falarem muito mais alto, pareciam os espanhóis, para agora voltar a encontrar de novo aquele ambiente que me faz voltar aos anos 60, nitidamente pessoas mais tristes. E, portanto, talvez agora me sinta mais em casa, de novo.

Voltando à Casa, isso era o que eu queria dizer mas, também, chamar atenção para o facto de que nós, ao falarmos da Casa, não podemos só pensar na Casa como um paraíso, realmente era o nosso lar, no fundo era onde nos sentíamos bem, onde encontrávamos amigos, onde talvez tivéssemos alguma protecção, mas é preciso ver que era capaz de ser uma minoria, não sei se é possível saber isso, mas dos estudantes das colónias que estavam aqui em Portugal, provavelmente só uma minoria frequentava a Casa dos Estudantes do Império. E a minoria dessa minoria frequentava-a todos os dias porque havia uma boa parte que ia só para as farras, e isso era importante, as farras ajudavam, permitiam que conversássemos uns com os outros e trocássemos impressões. Mas, era uma minoria das minorias, no fundo, que era ativista e, mesmo assim, dessa minoria, alguns talvez não se preocupassem com certos aspectos, certos problemas, estavam mais virados para os estudos, para a carreira, para o futuro e muito menos interessados e preocupados em participar no destino dos países. É bom não criar mitos, é óbvio que o meu papel, a minha profissão, é exactamente destruir mitos, portanto, não estou a dizer segredo nenhum, mas acho que não devemos criar mitos, a Casa foi extremamente importante, mas vamos relativizar um pouco as coisas para estudos futuros.

Por exemplo, uma coisa que ninguém referiu – já agora, inspirando-me no que disse há pouco o David [Borges] –, havia uma atividade muito importante na Casa, que era a desportiva, não era o futebol, de vez em quando havia uns jogos de futebol entre Angola-Moçambique que nós ganhávamos sempre, ou Angola-Cabo Verde [que ganhávamos] ainda mais facilmente, mas as atividades mais importantes eram o pingue-pongue e os matraquilhos, eram atividades permanentes no segundo andar, onde havia as mesas de pingue-pongue e de matraquilhos que atraíam muita gente. Mas, recordações são muitas, se a pessoa começa a puxar as recordações, depois nunca mais acaba, portanto, muito obrigado pela vossa atenção!

Moderador

David Borges – Não sei como Pepetela soube que eu ia falar de futebol a seguir, deve ser feiticeiro, aliás numa apresentação dos livros dele, na RDP África, uma máscara tchokwe caiu, sozinha, sem ninguém lhe tocar e nisso vimos um prenúncio de qualquer coisa. Quinta estação, Coimbra-Portugal, Ernesto passou por Coimbra, tentando um curso superior mas ficando-se pelo curso de regente agrícola. Em crónicas daqui, de Coimbra, cuidou saber de futebol e pelo futebol saber que tinham acabado de entrar na Universidade os jogadores Wilson, Araújo e Chipenda, da Associação Académica de Coimbra, um moçambicano, dois angolanos e gritou, “Viva a Académica, o terror dos sete mares e que só este ano já jogou nos Açores, Cabo Verde, Senegal, Cacilhas, Entroncamento e Guiné” e escreveu sobre os golos do Águas, as corridas do Coluna, os passos melífluos de Santana, angolanos, moçambicanos, guineenses, timorenses e açorianos do futebol português para dizer que estavam todos na brecha, amigos, a seleção nacional portuguesa de futebol, constituída por vinte e cinco ultramarinos, proclamada está a independência do futebol africano. É neste cenário de futebol com a Académica de Coimbra que passo a palavra ao Dr. Almeida Santos.

18

António de Almeida Santos

Caro presidente e demais membros da mesa, caro Vítor Ramalho, queridos amigos de África e de Portugal, minhas senhoras e meus senhores.

Raras vezes na minha vida fiz discursos verbais que só demorassem dez minutos e o Ramalho fez-me chegar três mensagens a dizer “nem mais um minuto”. Mas quando vi que a mesa era presidida por este senhor, disse “não, ele não vai ser

tão rigoroso”. Mas mesmo assim fiz um textinho escrito que não passa dos dez minutos.

Começarei por ler o texto, em que digo o seguinte: «Quando, para um jovem estudante de Coimbra, Lisboa era longe, mesmo muito longe, e a deslocação até ela dispendiosa e rara, visitei mais de uma vez a Casa dos Estudantes do Império. Numa dessas vezes, tive o privilégio da companhia do meu grande e fraterno companheiro de Coimbra, o estudante de medicina Agostinho Neto. [Neto] era visita quase diária da minha república académica, sediada no edifício do então ACE, hoje ACM¹¹, onde, com um grupo de estudantes africanos ali também residentes, além de outros que a nós se associavam no entusiasmo da discussão da problemática colonial, tínhamos instituído uma *soit-disant* sucursal cultural da Casa dos Estudantes do Império de Lisboa.» Eu não sei o que se passava nas outras repúblicas mas a nossa caracterizava-se por só se pensar em política e mais nada. Por vezes, com sacrifício da própria matéria escolar, o que nunca foi o meu caso, mas foi o caso de alguns dos meus companheiros da república.

«A Casa dos Estudante do Império tinha sido instituída pela ditadura com o objetivo de tentar dirigir e controlar o crescente entusiasmo em curso da juventude académica, nomeadamente universitária e, mais acentuadamente, africana, sobre o fenómeno da libertação política das colónias em geral e das colónias portuguesas em particular.» Em todo o caso, essa libertação, como já foi realçado hoje aqui de manhã, tinha começado muito antes, tinha começado no século XVIII, em que houve batalhas duríssimas, em que as tropas portuguesas chegaram a estar em risco de perder essas batalhas e acabaram por se safar à ultima hora porque tinham melhores armas, etc. Mas, Moçambique, Angola e outras colónias não começaram a lutar no meu tempo de estudante, muito antes, porque a ânsia de liberdade é umas das ânsias mais genéricas e mais comuns do ser humano, felizmente.

«Mas a breve trecho se viria a concluir que, juntando a rapaziada escolar do então império colonial português numa associação propriamente sua, mais se acelerou do que se controlou o processo, daí o seu encerramento compulsivo, facto que também ajudou à consumação do mesmo processo. Só quem conheceu de perto o importantíssimo papel que a Casa dos Estudantes do Império representou no processo da emancipação das colónias portuguesas é que pode tentar ajuizar sobre o significado e a dimensão dessa causa, entre muitas outras.» E, já agora, também ajuizar sobre o significado deste nosso encontro aqui. Nas escassas deslocações que fiz

¹¹ Associação Cristã da Mocidade.

à Casa dos Estudantes do Império, porque eu tinha pouco dinheiro para viajar e as poucas vezes que ia a Lisboa era para ver jogar a Académica, que normalmente perdia, e agora também não mudou muito, mas, era raro, só se aparecesse um indivíduo ou um raro estudante que tinha automóvel, era um em mil, e que por acaso era meu amigo e dava-me uma boleia de vez em quando até Lisboa. Por regra, os estudantes de Coimbra não punham os pés em Lisboa no meu tempo de estudante, inclusivamente, conheci amigos africanos de quem ficaria admirador e correligionário para sempre, correligionário político e sobretudo no empenhamento da libertação, não apenas das colónias portuguesas, mas de todas as colónias. Tinha chegado ao fim a era colonial, Inglaterra tinha perdido o seu império, a França tinha perdido o seu império, já tinham voltado para casa, e nós ainda continuávamos nessa altura a bater-nos pela continuidade. Salazar disse um dia que “isto é coisa para 400 anos”. É claro que ele não pensava isso, porque parvo ele não era, mas convinha dizer aquelas coisas para ver se as pessoas acreditavam nele, e raras acreditavam, a verdade é essa. Foi o caso do grande Amílcar Cabral, cujo percurso de resistente emancipador, no seu caso, sobretudo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, das quais foi herói de renome mundial até que inimigos da libertação africana lhe roubaram a vida. Admirador, colaborador e também amigo até a morte, até que a morte o levou, fui também do angolano Paulo Jorge, a quem para sempre me ligou uma fraterna amizade, uma admiração sem limites. Quando, em Angola, se realizou uma última homenagem quando ele estava já próximo do fim da vida, eu fui lá para me despedir dele e fiz um discurso de homenagem ao Paulo Jorge e consegui comover aquela gente toda porque eu próprio estava comovido, e a melhor maneira de um orador comover os outros, é estar comovido ele próprio. «Também o conheci na Casa dos Estudantes do Império e acompanhei a sua luta sem tréguas pela independência do seu país e pela emancipação da África em geral. E quando, depois de Abril, nos reencontrámos, e ele veio a ser o primeiro e brilhante Ministro dos Negócios Estrangeiros do MPLA, pudemos dar largas à nossa fraternidade.» Ele foi-me visitar, eu já era ministro para o ultramar, embora sem esse nome, estivemos a conversar e eu perguntei-lhe “Então e a tua família?”, “Não faço ideia, já não vejo a minha família há não sei quantos anos”. Ele já não via a família há vários anos! “Então, mas como é isso, já podes vê-la”. “Posso mas não tenho dinheiro”. “Está bem, há de vê-la”. Paguei do meu bolso uma viagem, em primeira classe, de ida e volta a Angola e mandei entregar [a passagem] no hotel em que ele estava. Toda a vida ele falou nisto, o que é uma coisa normal entre dois amigos, como nós éramos, mas a verdade é que aquele homem, quantas vezes ele me agradeceu isto, da minha lembrança, do meu

gesto, que não tinha nada de extraordinário mas para ele teve um significado excecional.

«Foram muitos os estudantes ultramarinos que viveram na minha república, muitos mesmo, que por ela passaram e depois se celebrizaram na luta pela independência dos seus países ou na sua direção política após a luta, prefiro não tentar identificar todos para não esquecer algum. Destacarei, no entanto, dois casos: o do Agostinho Neto, de quem eu já falei – visita diária da minha república», era raro o dia em que ele não passava lá para discutirmos política e, às vezes, evidentemente, jantava connosco, outras vezes ficava a ouvir umas guitarradas porque, quando chegava a hora, nós agarrávamos na viola e na guitarra, eu tocava guitarra, o moçambicano tocava viola, havia cantores, um dos quais era eu próprio e havia outros muitos bons, e fazíamos ali noitadas musicais até altas horas, o que fez com que eu tivesse que ‘comprar’ algumas faltas ao meu curso de direito para não chumbar por faltas, «que se formou em medicina e se distinguiu também como poeta, com distinção. Agostinho Neto foi um grande poeta, não só um grande poeta de Angola, um grande poeta *tout court* e foi líder destacado do MPLA, na fase da luta, inclusive da luta militar contra a ditadura política portuguesa, pela independência do seu país e, finda a luta militar, presidiu politicamente à nova Angola independente na fase da luta entre os movimentos de libertação que passaram a lutar entre si pelo poder político dirigente. A fase final dessa luta, já circunscrita à disputa da liderança apenas por dois movimentos político-militares, o MPLA e a UNITA, viria já a desenrolar-se sob a direção suprema do novo e atual Presidente da República, Engenheiro José Eduardo dos Santos. E o MPLA ganha o poder supremo em Angola, não mais voltaria a perdê-lo nas eleições democráticas que viria a promover.

O segundo caso que me permito destacar é do também estudante de Coimbra, republicano da minha república, o estudante de medicina e depois médico distinto em Angola, Eduardo dos Santos.» Tem o mesmo nome do presidente mas não se confundem, porque o presidente liderava o MPLA e Eduardo dos Santos pertencia à Revolta Ativa. Por isso, nunca foram amigos, os dois, a verdade é essa, nunca se entenderam muito bem. Mas o Eduardo dos Santos e o Agostinho Neto sempre mantiveram a amizade da república. «Eduardo dos Santos era médico dele e foram sempre muito ligados um ao outro. E o Eduardo dos Santos veio a ser adversário leal do MPLA. Foi meu correligionário político e brilhante jogador de futebol na Associação Académica, embora sem ter atingido a projeção de outro brilhante jogador da Académica que era também membro da minha república, da seleção nacional e,

desta, treinador, o célebre moçambicano Mário Wilson.» Que ainda hoje é um dos meus melhores amigos, grande amigo e um homem de um grande carácter. Ainda recentemente publicou um livro, eu prefaciei o livro e nesse livro pude tecer-lhe o elogio que a minha alma exigiu, foi de facto um elogio muito grande e muito sincero. «Líamos os mesmos livros, tínhamos os mesmos amigos e participávamos nas mesmas ideias, em particular, discutíamos em grupo a problemática colonial. Como de muitos outros, soube sempre que, quando chegasse a hora, o Eduardo dos Santos iria ao encontro da independência da sua Angola. Como foi. Voltei a reencontrá-lo em Luanda, já médico consagrado, e sempre que lá fui, voltei a estar com ele. O Agostinho Neto, em homenagem à camaradagem da nossa passagem por Coimbra, nunca deixou de o ter a ele, Eduardo dos Santos, por médico e por amigo, mesmo quando ele preferiu ligar-se à Revolta Ativa. Quando visitei o Agostinho Neto pela última vez, dias antes de ele partir para Moscovo, onde ia ser operado a um cancro, soube que o Eduardo dos Santos o acompanharia, como acompanhou, mas o Neto viria a falecer na operação, coisa que não estava nas previsões de ninguém, porque não se morre normalmente após uma operação a um cancro, mas ele morreu, infelizmente. Deixou um vazio difícil de preencher, perdemos ambos um grande amigo, um tenaz dirigente político que se bateu sempre com exemplar coragem» e eu diria que além da inteligência, a coragem foi a nota dominante do espírito e da luta do Agostinho Neto «pela independência de Angola. Mais tarde, o próprio médico Eduardo dos Santos teve também o seu cancro e não havia em Angola, nesse então, muitos clínicos à altura da gravidade da doença. Precisava de vir para Portugal mas não tinha em Angola, e menos ainda em Portugal, meios financeiros para isso, não tinha enriquecido, de seu tinha apenas a casa de família. Escrevi ao seu homónimo, já então o atual presidente da república, pedi-lhe, como amigo do meu velho companheiro, que arranjasse quem lhe comprasse a casa para ele poder deslocar-se para Lisboa, e que aproveitasse os seus méritos profissionais fazendo-o médico da embaixada, na embaixada de Angola em Lisboa, de modo [que ele] pudesse lutar com êxito, como durante anos lutou, contra a terrível doença. O presidente teve o gesto nobre de arranjar quem lhe comprasse a casa e de o nomear médico da embaixada, como eu tinha pedido. Por essa atitude, além de outras, fiquei também para sempre amigo do presidente. O Eduardo dos Santos viveu ainda uns pares de anos largos, sempre como médico da embaixada, e eu faço gosto em recordar aqui esse bonito gesto político e solidário do presidente Eduardo dos Santos.»

Após a revolução libertária de Abril e do fim da minha condição de advogado em Moçambique, por ter aceitado ser

ministro do primeiro governo democrático português, após quase meio século de ditadura obscurantista, com a pasta de ministro ultramar, embora com outro nome para parecer que não era a mesma mas era e chamava-se Ministério da Coordenação Territorial «teve o seu fim a minha tão sedutora aventura moçambicana onde não cessei de bater-me pelo fim da era colonial.» O convite que recebi dos novos dirigentes políticos portugueses teve também a ver com isso. Podia citar muitos outros africanos a quem fiquei ligado pelos mesmos ideais libertários do mundo colonial português» mas são tantos que já não cabiam no discurso, ia ficar muito longo «e não só, e vim a reencontrar, já na condição de ministro para o ultramar, sobretudo na fase da negociação dos acordos de descolonização. Fui, nesse, então o único representante de Portugal que negociou todos os acordos e fui também o seu principal redator.» Um dos acordos foi redigido praticamente só por mim com o Pedro Pires sentado ao meu lado, a corrigir uma palavra ou outra de que não gostava e eu substituí a palavra por outra; entendemo-nos muito bem também nesse pormenor. «Tendo falhado a solução comunitária que defendi em textos» porque eu cheguei a ter a coragem de defender em texto, que foi proibido pela censura, como se calcula, a solução comunitária, Portugal e as colónias numa comunidade, numa CPLP de hoje, mas na altura mais avançada do que hoje a CPLP, que já é uma comunidade de países independentes e, na altura, não seria uma comunidade de países independentes, seria uma comunidade de países independentes, mas não independentes uns dos outros porque estavam ligados por essa comunidade, «incluindo em livro, que a PIDE apreendeu, a solução que restava era a da luta armada e a ela recorreram os africanos para o efeito exilados e conseguiram mantê-la e fazê-la progredir durante mais de dez anos nas três frentes, da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, até que Salazar caiu da cadeira, suponho que ainda convicto que a guerra era coisa para 400 anos. E Marcello Caetano, que talvez tenha chegado a admitir no espírito dele qualquer solução política, nunca o disse, acabou por fugir dela com medo de que a direita lhe retirasse o poder, como acabaria por retirar se os militares não têm feito o 25 de Abril. Não a direita militar mas um punhado de bravos militares no ativo repuseram a república e a democracia em Portugal e recusaram-se a continuar a inutilidade e a desumanidade da via militar. Já bastava de mortos e de feridos e também já não era cedo, Inglaterra, França e outros países com importantes impérios coloniais tinham já regressado a casa, daí a pressa com que, no caso português, tudo teve que ser feito, até porque a guerra na Guiné estava perdida» chegou a ser celebrada a independência como sabem, em Madina do Boé

«Moçambique a caminho disso e quanto a Angola, funcionaria sempre a conhecida lógica do castelo de cartas, quando cai uma, caem as outras todas. No conveniente período transitório de cerca de um ano que se seguiu à assinatura dos acordos de descolonização, o poder foi já exercido por representantes locais dos cidadãos naturais dos territórios, sob tutela de um representante do estado português. Mas tinham passado muitos anos de guerra entre as frentes, com larga sementeira de mortes e feridos de ambos os lados, e o chamado regresso de cerca de 500 000 retornados, residentes coloniais que não puderam aceitar a perda ou restrições dos seus anteriores direitos, traduziu-se num drama bem urgente que me amargurou duramente a segunda metade do meu mandato de ministro para a problemática das colónias.

Custou-me muito ter de deixar Moçambique, terra em que durante duas décadas exerci com êxito a profissão de advogado, em que me nasceram 5 filhos que adoram a sua terra e em que, integrado com destaque no chamado grupo dos democratas de Moçambique, concorri duas vezes, com outros camaradas, a deputado pela oposição à dita assembleia nacional, tendo em ambas sido ‘descandidatado’ pelas mais utópicas e singulares razões. Na primeira vez, porque defendíamos ideias contrárias à ordem social estabelecida» pois se éramos da oposição, como é que podíamos não defender?, «e na segunda, por não termos feito a prova da qualidade de cidadãos portugueses, apesar de inscritos nos cadernos eleitorais; é claro que recorreremos à anulação das candidaturas mas só os dois juizes de carreira votaram a nosso favor, os demais estavam lá para cumprir ordens e cumpriram. Mais tarde, quando Marcello Caetano convidou a candidatarem-se os dois deputados da ala liberal, Sá Carneiro e outro, convidou-me também a mim e a mais dois membros do grupo dos democratas de Moçambique a indicar por mim. Respondi que não podia aceitar porque o regime ganhava três traidores e eu perdia todos os meus amigos», que raio de negócio era esse?, «continuei assim a redigir os textos de protestos do grupo dos democratas de Moçambique, com dezenas ou centenas de assinaturas consoante a coragem que era precisa», e devo dizer que, se eu puder, não muito longe de agora, vou tentar recuperar a maioria desses textos e vou publicá-los, porque não? já que não puderam ser publicados em ditadura, que sejam publicados em liberdade, «que eram sistematicamente apreendidos na tipografia e por isso mais procurados e difundidos do que sem a proibição.» As ditaduras, felizmente, são sempre pouco inteligentes. «Dito isto, foi dito o bastante para que se fique a saber que mesmo sem ter sido visita assídua da Casa dos Estudantes do Império», *porque vivia longe e não tinha dinheiro para viagem pra Lisboa*, vivi sempre no respeito

pelo seu espírito e no encantamento da sua sedução, daí o gosto com que lhe presto esta singela homenagem.

Moderador

David Borges – Terminei com a última estação deste percurso, a “Infância Perdida”, de Ernesto Lara Filho, que escreveu um dia sobre uma cadela que teve quinze filhos, brancos, pretos e mestiços, uma cadela que, escreveu, não era propriamente uma cadela, mas uma instituição, um exemplo, um caminho a seguir, uma rota, um destino. Sentiu Ernesto, nesses tempos de exílio estudantil em Portugal, as roídas saudades que atormentaram todos os que de África se agasalhavam do frio na CEI, vincadamente expressas essas saudades num seu poema, publicado na *Antologia de Poesia Angolana*, editado pela CEI, poema dirigido ao seu grande amigo Miau, capitão do Portugal de Benguela, companheiro mulato dos bancos de escola e que tinha o delicado nome de Edelfride.

“Diz à tua mãe que o menino branco um dia há-de voltar cheio de pobreza e de saudade, cheio de sofrimento, quase destruído pela Europa, ele há-de voltar para se sentar à tua mesa e voltar a comer contigo e com os teus irmãos e meus irmãos, aquela muambada de domingo com quiabos e gengibre, aquela muambada que nunca mais me esqueci, nos longos domingos tristes e inverniais da Europa.

Diz aos mulatos e brancos e negros, que foram nossos companheiros de escola, que te escrevo este poema chorando de saudades, as veias latejando, o coração batendo de esperança, de esperança, porque ela, a esperança, como diz aquele nosso poeta que anda perdido nos longes da Europa, está na esperança, amigo.”

E chamo agora o Dr. Filomeno Vieira Lopes, em nome da Liga Africana.

19

Filomeno Vieira Lopes

Estou aqui em nome da Liga Africana, precursora da Liga Nacional Africana. Agradecemos o convite da UCCLA e cumprimentamos o seu Secretário-Geral e todos os presentes. Desta homenagem se tiram grandes lições para as gerações futuras e também para os que ainda estão vivos e que pertenceram às gerações que homenageamos hoje, para não caírem no esquecimento e para não deixarem esmorecer a esperança que

criaram. Como escreveu o poeta António Neto, no seu poema “Os mortos perguntam: De todos os sonhos que homens sonharam e homens violaram”.

Trago uma mensagem pessoal do presidente da Liga Africana, António Madaleno, que vou ler:

«Louvo a iniciativa singular da evocação do 50º aniversário do encerramento da Casa dos Estudantes do Império que, quando em atividade, deu alento e esperança aos jovens estudantes do então império colonial que se encontravam em distintos pontos da Metrópole. Recordo ainda que, quando estudante na Escola Comercial de Luanda, com colegas e amigos, era a CEI que nos animava à distância a encarar a necessidade de lutarmos pela defesa da nossa dignidade e entendermos os ideais nacionalistas. Foram pois as lições bebidas de quem, inteligentemente, soube, na toca do lobo, alicerçar

a união para a libertação da ditadura e colonização dos nossos povos. Alegro-me recordar aquela época, a casa dos meus pais, na Amadora, local de encontro para uns “quitutes” da terra, uma sopa ou só um aconchego da velha Adelaide aos jovens estudantes em Portugal e membros da CEI. Resta-me a nostalgia dos meus 28 anos, que tinha na data do fecho da CEI, que, acrescentados aos 50 que assinalamos, me permitem ser um jovem presidente da Liga Africana. E isto, na sequência do seu primeiro presidente, o Dr. João Batista de Castro Vieira Lopes, que igualmente presidiu à CEI, no final dos anos 50, e que participou ativamente na maior fuga de estudantes e quadros africanos do espaço colonial para a esfera da libertação nacional. Cresce assim a minha responsabilidade de manter os ideais de então da Liga Nacional Africana, instituição fundada em 1910. Bem hajam, muito obrigado, António Madaleno.»

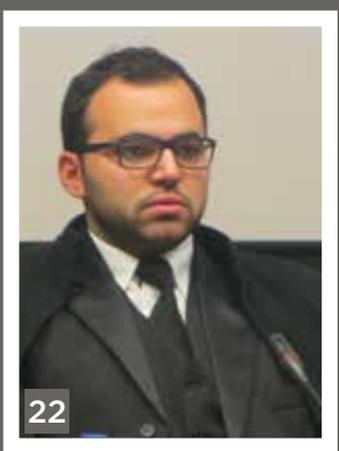




20



21



22



23



24



Sessão de Encerramento

20 Vítor Ramalho
Secretário-Geral da UCCLA

Queria agradecer a presença de todos nesta sessão de natureza cultural, que é apenas o início desta necessária e justa homenagem. A presente homenagem já permitiu resgatar de algum esquecimento o nome dos associados da Casa dos Estudantes do Império, através do trabalho de investigação histórica na Torre do Tombo. Foram identificadas e registadas todas as fichas que haviam sido apreendidas pela PIDE à data da invasão e encerramento definitivo da CEI, em 1965. Este trabalho está à disposição na *pen* que a UCCLA distribuiu a todos os presentes. Vamos ter outras iniciativas já no primeiro trimestre do próximo ano, promovendo debates de natureza política, fazendo uma grande exposição, na Câmara Municipal de Lisboa, com o espólio cedido por inúmeros associados com quem estamos a contactar através da Comissão Organizadora. Vamos ainda fazer um colóquio internacional em 22, 23 e 25 de maio, na Fundação Gulbenkian, com a presença de vários professores de universidades europeias e dos países de língua oficial portuguesa que se dedicaram ao estudo deste período e, particularmente, da Casa dos Estudantes do Império. Vamos ainda, como referi, encerrar no dia 25 de maio, que é o Dia de África, o dia em que foi criada a Organização de Unidade Africana (OUA), em Addis Abeba, e nessa altura estarão presentes entre nós aqueles que, jovens na altura, foram mais tarde Primeiros-Ministros ou Presidentes da República nos países de onde eram originários. Para grande satisfação minha, todos eles aceitaram imediatamente o convite que lhes enderecei: Pascoal Mocumbi, Mário Machungo, Joaquim Chissano, Miguel Trovoada, Pedro Pires, França Van Dúnem e, naturalmente, a viúva do Dr. Agostinho Neto, que estará também presente na última sessão da homenagem. Recordaremos, igualmente, os membros mais ativos da Casa. Estes agradecimentos são múltiplos, porque isto é uma atividade coletiva, nada se faz individualmente e muita gente congregou esforços para este objetivo.

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Coimbra, 28 de outubro de 2014
Anfiteatro da Universidade de Coimbra

Vamos distribuir hoje a reedição das *Antologias* de Poesia de Angola, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe que haviam sido editadas pela Casa dos Estudantes do Império. Devemos esta reedição a pessoas que participaram, há 20 anos, noutra edição, entre elas a Aida Freudenthal, que está aqui presente, a Rute Magalhães e o Carlos Veiga Pereira, que estiveram sempre connosco. Foram ilustres ativistas, praticamente desde a primeira hora, da Casa dos Estudantes do Império, e a intervenção deles foi determinante para que esta homenagem fosse possível. Os livros de bolso de que nos falou o Óscar Monteiro, a *Coleção dos Autores Ultramarinos*, vão ser publicados no Jornal *O Sol* a partir do dia 31 de outubro, como já referi, mas hoje distribuiremos os dois primeiros números. Não foi uma tarefa fácil e estou sensibilizado pela colaboração desinteressada de muitos dos antigos estudantes da CEI, alguns dos quais gentilmente aceitaram ser membros da Comissão Organizadora. Outros colaboraram de diferentes formas, como, por exemplo, o único ex-associado que possuía os 22 livros de bolso e os guardava como a menina dos seus olhos. Foi necessário garantirmos que lhe devolvíamos os livros, facsimilando-os e fazendo depois um trabalho muito cuidadoso. Nessas obras que *O Sol* vai editar, na contracapa, aparecerá uma fotografia dos autores, como eles eram na altura, e uma breve biografia de cada um.

Como referi anteriormente, no entendimento da UCCLA, a construção de sociedades mais fraternas e com maior participação cívica e democrática passa pela promoção do conhecimento e pelo resgatar da memória. Neste âmbito, a UCCLA distribuiu – repito – nesta sessão uma *pen*, onde identificámos os nomes dos associados da Casa de 1944 a 1965, com a referência ao local onde residiam, aos proponentes para sócios, ao curso que frequentavam. Foi um trabalho de investigação muito cuidadoso na Torre do Tombo e que durou longos meses a uma equipa de investigadores sob orientação do Dr. Rui Lourido, historiador e coordenador cultural da UCCLA. Este levantamento da UCCLA permite agora novos trabalhos, nomeadamente sociológicos, com

base nas detalhadas informações registadas. Os ficheiros dos associados da CEI, quer da sede, em Lisboa, quer das delegações de Coimbra e do Porto, encontram-se na Torre do Tombo, pois a PIDE, ao tomar de assalto a Casa dos Estudantes do Império, levou todo o arquivo e só depois do 25 de Abril esses documentos foram preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Esta sessão marca o início do programa de homenagem, sendo útil recordar aquilo que disse: vivemos num período muito incerto da evolução do mundo, um período que, de alguma maneira, teologiza os mercados e os endeusa. Aquilo que constitui a marca mais profunda da Humanidade, que é feita de sentimentos, que é feita de relações de proximidade, que é feita de cultura no mais profundo que há da nossa alma, está de alguma maneira marginalizado. A Casa foi testemunho vivo de uma ação em que esta marca esteve presente: a afetividade, a solidariedade, a luta, os objetivos mais vastos para a autodeterminação e para a independência, a utilização da cultura como arma, mas uma arma de nobreza, uma arma que fertiliza a relação mais vasta entre todos aqueles que nela participaram, e esse testemunho não pode ser perdido e foi isso que aqui quisemos fazer.

Não foi fácil chegar aqui, garanto-vos que não foi nada fácil, não porque não haja generosidade, mas nós partimos sem meios nenhuns, e muitos empresários com investimentos lucrativos nos países africanos de língua portuguesa entendem que a homenagem não justifica um apoio, mínimo que seja. Digo-o com pesar, mas aqueles que melhor perceberam isto foram as empresas de além-mar, como se dizia antigamente dos territórios hoje independentes, com abertura, com respostas imediatas. Ficámos aquém, ainda, do que era possível, e eu dizia aos meus colegas e amigos “vamos ver como é que para o ano vamos alcançar aquilo que é necessário em termos de receitas, mas vamos conseguir”. Alguém disse que o impossível é uma palavra que não consta no dicionário quando a nobreza dos atos justifica que sejam desenvolvidos. Eu também acho isso, quando as coisas são justas e sérias, isso é possível e foi possível, com a ajuda de todos. O ser humano é sempre um fator de surpresa a cada momento e nós tivemos muitas surpresas agradáveis,

Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, muito obrigado pela sua compreensão e apoio da Reitoria desde a primeira hora. Agradeço também ao Bruno Matias, da Associação Académica, que fez o que pôde e o que não pôde para os jovens perceberem a memória do futuro. Também aqui ao nosso querido representante da Associação da Casa dos Estudantes do Império e ao representante do Instituto Camões, que nos apoiou, e à senhora

presidente, Ana Paula Laborinho. Eu não tenho mais palavras a não ser um agradecimento final a todos e a certeza que encorajaram a UCCLA, encorajaram a minha pessoa, contra ventos e marés, a não desistir. Algumas ausências, que não deveriam ser ausências, não nos fizeram quebrar nesta determinação e a vossa presença é o reflexo disso tudo. Muito obrigado!

21

Fernando Martinho

Representante dos Associados
da Casa dos Estudantes do Império

Muito obrigado pela possibilidade de, mais uma vez, poder usar da palavra, de uma forma muito curta, muito rápida, porque o importante, o que tinha que ser dito, foi dito. Tivemos representantes e figuras, nas mesas que se sucederam, de uma grande qualidade e não vou distinguir nomes, mas todos se aperceberam de algumas inteligências cintilantes que por aqui passaram e nós percebemos como é que puderam ter o futuro e a carreira que vieram a ter, depois de terem passado pela Casa dos Estudantes do Império. As coisas não acontecem por acaso. Foi uma oportunidade muito grata de nos podermos rever. Há pouco, tive o ensejo de rever o Dr. Manuel Videira, não sei se perto de 50 anos depois de o ter conhecido, quando era dirigente da Associação Académica, da secção de desporto da associação, numa lista de esquerda, uma das primeiras listas de esquerda que ganharam a Associação Académica no início dos anos 60, e nunca mais o voltei a ver até hoje. Foi muito gratificante a possibilidade que esta homenagem me proporcionou e corporizo esta virtude no Dr. Vítor Ramalho, como já disse anteriormente, e independentemente de todos os objetivos colaterais que estas homenagens possam comportar, há nelas aspetos positivos que são altamente louváveis e que devem ser apoiados por todos nós, quaisquer que sejam as perspetivas que tenhamos sobre a Casa dos Estudantes do Império e o seu impacto no que foi o futuro.

Um deputado na Assembleia da República de Portugal usou a expressão “peste grisalha”, para referir-se a pessoas como nós. Esse deputado, espero que possa ter oportunidade de assistir a algo de semelhante e perceber o que há de injusto, de brutal, de primitivo, de depreciativo, nesta expressão da “peste grisalha”, define toda uma orientação, todo um pensamento, toda uma maneira de estar. Estes “grisalhos” que aqui estão são os “grisalhos” que estiveram nestes últimos 50/60 anos na origem daquilo que estas pessoas podem agora reivindicar como se tivesse caído do céu e fosse natural, e não foi.

Uma última palavra ainda sobre a preocupação do Dr. Vítor Ramalho de referir alguns nomes. Por muito que ele se esforce e individualize nomes que foram importantes na CEI, inevitavelmente deixará para trás outros que foram tão importantes como os que são conhecidos e famosos mas que tiveram um destino menos frutuoso, de menor sucesso. Há pouco, ali com o Dr. Manuel Videira, lembrava o meu companheiro, com quem cheguei a Coimbra, jovem caloiro, vindo do Lubango, os dois caídos aqui como uns miúdos: o Gika, o Comandante Gika, o Gilberto Teixeira da Silva, dói-me que ele não seja recordado e lembrado, e porquê? Porque morreu, morreu em combate. Esta sessão fez-me lembrar também, e há bocado já o referi, o livro do Pepetela, *A Geração da Utopia*, o longo caminho de todos estes poetas que estivemos a celebrar hoje aqui, a quem o meu amigo de longa data, o Óscar Monteiro, chamou os “anjos anunciadores”. Nenhum destes “anjos anunciadores” conseguiu prever, no seu romantismo e no seu espírito epopéico de premonição de um futuro, as toneladas e pilhas de cadáveres que se acumularam entre os seus poemas e a realidade de hoje em dia. E com isto termino.

22

Bruno Matias

Presidente
da Associação Académica de Coimbra

Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos na pessoa do Dr. Vítor Ramalho, não só por ser o líder da UCCLA mas também por ser uma pessoa que é conhecida e reconhecida em Portugal pelos seus diversos méritos. Hoje, a UCCLA provou mais uma vez que é possível continuarmos, de geração em geração, década a década, a relembrar o passado, as relações entre os países lusófonos, hoje países independentes. Mas é importante também referir a disponibilidade demonstrada por personalidades como o Senhor Embaixador Murargy e o Senhor Reitor da Universidade de Coimbra: “Bruno, estarei disponível para voltar a Coimbra, para falar com os estudantes da lusofonia, com os estudantes da universidade, sobre o passado, sobre o presente, sobre o futuro, sobre as relações que podemos ter nos países lusófonos, sobre a língua portuguesa como uma língua mundial, cujas potencialidades ainda não foram devidamente aproveitadas”. É o que estamos a fazer com este tipo de encontro, a projetar o futuro. Há momentos menos bons, de vez em quando, nas relações entre os países da lusofonia e parece-me que é importante

que esta homenagem, que se desenvolverá até maio de 2015, seja um exemplo para as relações lusófonas entre os países da CPLP. A Associação Académica de Coimbra está aqui, também, para ajudar no que puder, para trabalhar como fizemos para esta conferência, e estaremos disponíveis para que, a partir de agora, possamos reforçar os laços no sentido de trabalhar na memória coletiva que é tão importante.

A primeira reunião que tive com o Dr. Vítor Ramalho sobre esta ideia, sobre este encontro, e que me ficou gravada na memória, foi precisamente a necessidade de nós, jovens, recuperarmos a memória coletiva. Não é só adquirir conhecimento universitário, histórico. É fundamental ter memória coletiva, é assim mesmo que vamos desenvolver o nosso trabalho enquanto associação académica e é assim mesmo que a UCCLA, os países lusófonos, a CPLP, os estudantes da lusofonia em Coimbra, podem contar com a Associação Académica para desenvolvermos essa memória coletiva e para trabalharmos em conjunto para valorizar a CPLP, para reforçar a união da língua portuguesa, umas das línguas mais faladas no mundo, mas nem sempre devidamente aproveitada. Muito obrigado!

23

Mário Filipe

Representante do Instituto Camões

Boa tarde a todos. Em nome do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, e da sua presidente, Professora Doutora Ana Paula Laborinho, gostaria de saudar e de felicitar o Dr. Vítor Ramalho e a Universidade de Coimbra por esta iniciativa e, particularmente, pela oportunidade e pelo privilégio que foi para mim assistir a esta sessão, e por isso agradeço a todos os intervenientes, que foram absolutamente brilhantes. Espero que isto fique registado para memória futura porque o que aqui foi dito hoje, foi claramente muito importante. Muito obrigado!

24

Joaquim Carvalho

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

Eu queria saudar o Dr. Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, e o Dr. Fernando Martinho, em representação dos associados da Casa dos Estudantes do Império, todos os pre-

sententes, todos aqueles que estiveram nesta sessão tão única, tão carregada de emoções, de reencontros e de ideias partilhadas durante décadas, e que estão aqui de novo. Queria, ao encerrar a sessão, reiterar o agradecimento da Universidade de Coimbra à UCCLA por nos ter associado a esta iniciativa, que é uma iniciativa da UCCLA a que a Universidade de Coimbra deu todo o apoio que estava ao seu alcance dar. Mas queria deixar claro que, para nós, foi uma honra e um privilégio ter sido o local escolhido para iniciar este programa de homenagem que se vai desenvolver até maio de 2015. Estaremos sempre disponíveis para iniciativas deste tipo. É algo a que nós damos uma extraordinária importância e, por isso, desde o primeiro momento, quisemos apoiar.

Queria agradecer a todos que vieram aqui, muito em especial, se me permitem, àqueles que voltaram aqui, e foi um imenso privilégio e com alguma emoção, para alguém que esteve, obviamente, longe destes acontecimentos cronologicamente, ouvir os testemunhos e ter toda esta informação, tão forte e tão vivida, daquilo que aconteceu em Coimbra, no modo como isso mudou a vida das pessoas que aqui estiveram e, através delas, mudou a vida de tantas outras pessoas e de tantos países. E queria agradecer muito especialmente por este evento nos ter ajudado a recordar a nós, universidade e cidade, uma parte tão importante daquilo que nós fomos e daquilo que nós somos.

Coimbra é, por razões muito variadas, que o Senhor Reitor referiu, um local onde se encontram pessoas que, de outro modo, dificilmente se encontrariam. E isso é uma riqueza inestimável, a capacidade que a cidade e a universidade têm,

mesmo em tempo obscuros e de repressão, de acolher esses espaços de encontro, esses espaços de diálogo, é algo inestimável e nós temos consciência que é um legado que temos que preservar e aumentar e continuamos a trabalhar nesse sentido.

Foi referida na sessão de abertura, a Casa da Lusofonia, o espaço que criámos para estimular o contacto com os estudantes internacionais que chegam a Coimbra, que vêm de mais de 90 países, com os estudantes lusófonos, que aí têm o seu espaço para atividades, exposições, debates e iniciativas. É verdade também que a Universidade tem uma responsabilidade de preservar a memória e aumentar o conhecimento desta época e o desafio que foi lançado é um desafio que levamos muito a sério; há coisas que fazemos, a documentação do 25 de Abril é um bom exemplo do esforço que a Universidade tem feito na preservação de muita documentação, de muitas memórias e de muitos testemunhos, mas há muito a fazer e isso, seguramente, qualquer pessoa que aqui tenha estado durante o dia percebeu a imensidade do trabalho que se pode ainda fazer pela preservação da memória destes momentos tão importantes e que nos arriscamos a perder, e pelo aprofundamento do conhecimento que temos. Por isso, queria mais uma vez agradecer à UCCLA, agradecer a todos vós e encerrar esta sessão porque também já percebi, pela dinâmica do dia, que isto são momentos de reencontros e nada melhor do que um jantar de convívio com música apropriada para continuarmos esta sessão, tão bonita, e reforçar os laços tão importantes que aqui se fizeram no passado. Muito obrigado a todos!

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

SEGUNDO ATO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA LISBOA



**Edmundo
Rocha**



Vitor Ramalho



Luís de Almeida



António Filipe



**Maria Flor
Pedroso**



**Manuel dos
Santos Lima**



**Carlos Veiga
Pereira**

Debate sobre “A Casa dos Estudantes do Império e o Movimento Associativo Estudantil”

na Assembleia da República
Lisboa, 24 fevereiro de 2015

António Filipe

em representação da Assembleia da República

Muito boa tarde a todos! Caro Doutor Vítor Ramalho, permita-me que saúde na sua pessoa, na sua qualidade de Secretário-Geral da UCCLA, todos os ilustres participantes nesta sessão, poupando-me a referência individualizadas, dado que são tantos e tão ilustres que seriam mais as omissões injustas dos que as referências que eu poderia fazer. Queria cumprimentar todos, em nome da Senhora Presidente da Assembleia da República (AR), dar-vos as boas-vindas e dizer que a Assembleia da República se congratula por poder servir de anfitriã desta iniciativa. Queria dizer-vos também, que é para mim motivo de satisfação ter sido incumbido pela Senhora Presidente da AR de a representar nesta sessão: quando, há umas semanas, a Senhora Presidente me fez chegar esta solicitação, fiquei entusiasmado porque, para mim, é sempre um motivo de enorme interesse poder ouvir falar da Casa dos Estudantes do Império.

Como saberão, não sou da geração da Casa dos Estudantes do Império, não é do meu tempo, a minha formação foi toda feita já em democracia, depois do 25 de Abril de 1974, mas compreenderão que quem tem apego aos valores da democracia, quem se formou na democracia portuguesa, nutre uma grande admiração por todos aqueles que lutaram pela democracia antes do 25 de Abril em Portugal, e por todos aqueles que lutaram pela libertação dos povos colonizados, sendo que a Casa dos Estudantes do Império junta esta dupla qualidade de ter sido fundamental para a luta de libertação e ter sido, também, um elemento muito importante no movimento democrático em Portugal. Portanto, é muito entusiasmante para mim poder saber mais sobre a Casa dos Estudantes do Império, essa instituição tão interessante que, tendo sido criada pelo regime com determinado objetivo, que era formar uma elite colonial, acabou por ter exatamente o efeito contrário, que foi, contra a vontade dos seus promotores iniciais, acabar por contribuir para a forma-

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

ção de dirigentes notabilíssimos da luta de libertação e, mais tarde, na direção dos países libertados; para além disso, deu uma grande contribuição ao movimento democrático em Portugal, selando uma aliança entre os democratas portugueses e aqueles que lutaram pela libertação dos territórios então colonizados. Assim, para quem tem grande admiração pelas pessoas que lutaram corajosamente, em tempos tão difíceis, em circunstâncias tão adversas, e que deram uma contribuição inestimável para a conquista da democracia em Portugal, para a independência dos países africanos de expressão portuguesa, e que também contribuíram para estes laços que nos unem e para que possa haver, de facto, uma relação tão estreita, tão forte, entre o povo português e os povos da CPLP, a Casa dos Estudantes do Império deve ser motivo da nossa homenagem, do nosso interesse. É importante que possamos conhecer mais, saber mais, sobre o que foi a Casa dos Estudantes do Império e daí o entusiasmo com que aceitei a incumbência da Senhora Presidente da AR para a representar nesta sessão. Como não vieram cá para me ouvir, eu ficaria apenas por estas palavras de boas-vindas, pois creio que não faz sentido desejar felicidades e sucessos a esta sessão porque, seguramente, isso está mais que garantido, pelo próprio tema em si e pelos participantes nesta sessão. Portanto, limitar-me-ei a reiterar as boas-vindas à Assembleia da República e dizer que eu próprio alterei uma parte da minha agenda para poder estar aqui a acompanhar com o maior interesse, creiam, os trabalhos desta iniciativa. Muito obrigado a todos!

Edmundo Rocha

Antigo associado da CEI

Muito boa tarde! Em primeiro lugar, permitam-me agradecer o convite que me foi feito pela UCCLA na pessoa do seu Secretário-Geral, Dr. Vítor Ramalho, para participar neste debate, e saudar vivamente esta iniciativa que põe em destaque o papel histórico da Casa dos Estudantes do Império

[CEI] não só na luta antifascista, em sintonia com as forças progressistas portuguesas, mas também na mobilização dos estudantes africanos para as ideias anticolonialistas. Permitam-me também saudar todos aqueles aqui presentes e ausentes que participaram de perto ou de longe nestes anos de fogo. A vossa presença traduz o espírito da CEI, regido pelos valores da cultura, da solidariedade e da liberdade. Permitam-me também saudar os meus companheiros de mesa e a Maria Flor Pedroso.

Nesta catarse dos valores e princípios que regeram as nossas lutas, não queria deixar de manifestar o meu mais profundo respeito e homenagem a tantos camaradas da minha geração já desaparecidos que contribuíram com inteligência, coragem e determinação para a luta pela liberdade dos seus povos. Foram eles: João Vieira Lopes, Gentil Viana, Paulo Jorge, Graça Tavares, Iko Carreira, David e José Bernardino, Fernando Costa Andrade, Carlos Ervedosa, Daniel Chipenda, Rui de Carvalho e Jorge Hurst, entre outros. Raros são os camaradas ainda vivos que podem testemunhar os acontecimentos dos anos 50 e 60 do século passado da CEI. Lamento a ausência neste painel do meu camarada e amigo Tomás Medeiros, ativo participante da Casa e diretor do Departamento Cultural nos anos 50 e 60 e cujo testemunho teria sido precioso.

A Casa dos Estudantes do Império foi uma associação criada em 1944 pelo regime de Salazar para melhor controlar os estudantes que vinham das colónias portuguesas. Assim, no ato de inauguração da sede, na Avenida Duque D'Ávila n.º 23, em Lisboa, o Ministro das Colónias¹ de então afirma: "A organização da Casa dos Estudantes do Império era indispensável ao regime, sabendo nós que podemos contar com a vossa dedicação, patriotismo e boa vontade, e permite criar entre os estudantes uma mentalidade nacional mais profícua. Cada vez mais as nossas colónias estão integradas no pensamento do continente e é bom reforçar o elo que reúne o escol do ultramar e do continente" (*dixit*).

A CEI desenvolveu durante anos uma intensa atividade associativa e cultural e de apoio assistencial, e promoveu o desporto e ações culturais, reunindo estudantes oriundos de várias colónias africanas, indianas e macaenses. A CEI foi um lugar de convivência, de afirmação de valores próprios a cada território e de exercício de participação democrática na autogestão da associação. Desde a sua criação, foram várias as gerações que imprimiram um espírito unitário peculiar à Casa dos Estudantes, um oásis de democracia e de liberdade numa sociedade obscurantista e repressiva. A fisionomia da

CEI evoluiu muito desde a sua criação, em 44 do século passado, sendo nos primeiros anos dirigida por estudantes filhos de colonos e de altos funcionários coloniais, com ideias muito ligadas ao regime.

Com efeito, a Casa dos Estudantes foi criada para servir o regime mas, com o tempo, transformou-se no seu contrário, numa arma poderosa nas lutas antifascistas e anticolonialistas. Mais tarde, nos anos 48 a 50, apareceu a geração dos "Mais Velhos", com nomes prestigiosos como o de Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara, tendo alguns deles feito parte dos corpos gerentes da Casa dos Estudantes. A tomada de consciência política dos estudantes africanos mais velhos passou primeiro pela militância nos movimentos de oposição portuguesa, sobretudo no Movimento de Unidade Democrática, o MUD juvenil. Só muito mais tarde é que alguns deles viriam a ter relações mais estreitas com o Partido Comunista Português (PCP), tendo o Lúcio Lara participado no seu V Congresso, em 1957, no Estoril. Esta atitude de militância nos movimentos de oposição portugueses decorria da inexistência, nessa época, de movimentos africanos anticolonialistas estruturados e ativos nas colónias e da noção de que, radicados em Portugal, estavam obviamente impossibilitados de fazer um trabalho de politização das massas africanas; também a ideia emanada pelos ideólogos do PCP era de que a libertação das colónias passava prioritariamente pelo derrube do fascismo, ideia essa que travou durante anos a eclosão de um movimento anticolonial autónomo entre os estudantes africanos. Houve, portanto, um longo período, até 1957, em que os "Mais Velhos" participaram ativamente na luta antifascista, tendo alguns sofrido prisões prolongadas e torturas nos calabouços da PIDE, caso de Ivo Lóio, de Carlos Veiga Pereira e de Agostinho Neto, tendo outros optado pelos rigores do exílio, caso do Marcelino dos Santos, de Mário de Andrade, de Aquino de Bragança e o meu próprio. E foi graças a essa participação na luta antifascista que os jovens africanos foram esclarecendo os seus camaradas portugueses sobre a cruel realidade do anacrónico, desumano e repressivo colonialismo português, num processo de mútua formação. Esta ação esclarecedora da realidade colonial teve certamente uma grande influência na tomada de posição do PCP a favor da autodeterminação e independência das colónias no seu V Congresso, em 1957.

Os estudantes mais velhos só raramente apareciam na Casa, preferindo encontrar-se no recato dos salões de Tia Andreza, santomense de boas famílias que dispunha de um magnífico apartamento na Rua Actor Vale, n.º37, em Lisboa, onde encontravam um ambiente diferente. Era um espaço de inter-

¹ N.E.: Francisco Vieira Machado.

câmbio de ideias, de discussão, de conversa, de papo, daquilo que cada um sabia, de palestras, poemas e estudos, e que permitia a aproximação de gerações e a transmissão de um caldo de culturas em vias de desaparecer. E, assim, nasceu o Centro de Estudos Africanos, frequentado por Alda Lara, Francisco Tenreiro, Mário de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Alda Espírito Santo. A ideia fulcral era o retorno às fontes, a redescoberta do “eu” africano, a reafricanização de assimilados – que eles eram de facto –, a tomada de consciência da total alienação pelo facto de terem sido dos poucos eleitos Portugalizados que conseguiram ultrapassar todas as barreiras e atingir a suprema etapa do ingresso nas universidades portuguesas. A comunicação entre eles, os processos mentais, processavam-se necessariamente em português, de tal modo a alienação cultural tinha sido global e estrutural. Esse movimento cultural no Centro de Estudos Africanos, nos anos 50, evoluía, simultaneamente, com fenómeno idêntico em Luanda, liderado por Viriato da Cruz, “Vamos descobrir Angola”, e que tanta importância viria a ter no despertar da consciência nacionalista. Nessa busca cultural para se reafricanizarem, para reencontrarem as suas raízes, iam descobrindo e dissecando a iniquidade do sistema colonial que os tinha alienado e descobriram muito mais coisas, a inexorável máquina de exploração e de aviltamento de milhões de homens e mulheres africanas nas colónias. Nesse processo de descoberta, chegaram à conclusão de que pertencia à sua geração a responsabilidade histórica, o compromisso real, de denunciarem ao mundo a situação dos seus povos e de assumirem o engajamento total na luta pela independência dos seus países. Esta posição de rotura definitiva com o colonizador era inovadora, senão revolucionária. Uma das obras literárias que iria ter uma influência considerável no despertar das consciências dos jovens africanos em Portugal, e que constituiu um marco fundamental na afirmação dos valores culturais e da personalidade africana na época, foi o *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, publicado no Centro de Estudos Africanos por Mário de Andrade e Francisco Tenreiro, em Lisboa, que revelou a negritude na literatura africana de expressão portuguesa. No entanto, os “Mais Velhos”, caldeados na militância do MUD Juvenil e no PCP, sentiam que as reuniões no Centro de Estudos, embora enriquecedoras, eram muito teóricas e alguns deles, essencialmente, Lúcio Lara, Mário de Andrade e Agostinho Neto, juntaram-se ao grupo de trabalhadores marítimos africanos numa agremiação de carácter recreativo e cultural, unidos na mesma aspiração de promoção do homem africano e inseridos no combate comum pela liberdade das suas terras. Essa associação de jovens intelectuais e de trabalhadores africanos conferiu ao Clube Marítimo Africano um papel histórico relevante, de carácter inédito para a época. Era

ali que educavam e consciencializavam os marítimos africanos e as suas famílias, era ali que encontravam os camaradas trabalhadores marítimos nos navios que demandavam os portos africanos e brasileiros e que serviam de correio, permitindo o contacto com os movimentos nacionalistas africanos nas colónias. Essa aproximação de intelectuais africanos a marítimos africanos era a consequência lógica da prática marxista e da necessidade de contactar os nacionalistas tanto em Angola como na Guiné.

Gradualmente, e com o passar dos anos, a Casa dos Estudantes do Império foi frequentada por um número cada vez maior de jovens africanos, a “Nova Vaga”, mestiços e negros, os quais deram um novo cariz, uma nova tonalidade e uma nova orientação ao processo cultural de busca de uma identidade africana e rasgaram novos horizontes, abertos às ideias de liberdade e de progresso. Este terceiro período na vida da CEI ficou marcado pela tomada de posse de jovens estudantes mestiços e negros nas direcções da Casa e uma orientação marcadamente anticolonialista na política associativa, com a direcção assumida, primeiro, pelo moçambicano Fernando Vaz, em 1957/58, depois pelo João Vieira Lopes (já falecido), em 59 e, no ano seguinte, pelo indiano Óscar Monteiro, onde se destacaram Gentil Viana, Paulo Jorge e eu próprio. Muitos de nós participaram também nas atividades das associações de estudantes portuguesas.

A minha participação nas atividades da Casa dos Estudantes divide-se em dois períodos: o primeiro, em Coimbra, de 49 a 51, anos em que tomei contacto com a cultura africana em colóquios e debates, e que permitiu a tomada de consciência da minha africanidade. Foi nesse período que conheci Agostinho Neto, Carlos Veiga Pereira e Lúcio Lara, entre outros estudantes africanos que frequentavam a Casa em Coimbra. O segundo período de militância e vivência na CEI vai de 54 a 61, período em que, para além dos meus estudos de medicina, participei ativamente, não só nas atividades associativas em todos os domínios – chegando a ser vice-presidente da direcção da CEI em 59 –, mas também em atividades clandestinas. As atividades clandestinas dos estudantes da CEI são pouco conhecidas e por isso irei debruçar-me sobre este aspeto particular.

As minhas atividades clandestinas começaram ainda em Coimbra, no MUD Juvenil, em estreita ligação com Lúcio Lara, Agostinho Neto e outros camaradas, mas a minha ida para França, em 51, evitou que fosse detido pela PIDE. De regresso a Portugal, em 54, embrenhei-me na difusão de ideias anticolonialistas e antifascistas entre os estudantes da Casa.

Nessa altura, desenhavam-se no seio da Casa dos Estudantes duas correntes ideológicas: a primeira, marcadamente marxista, orientada por David e José Bernardino, estreitamente ligada ao PCP, enraizou-se sobretudo em alguns angolanos do sul de Angola e também entre alguns moçambicanos. Esta corrente teve alguma importância na Casa dos Estudantes pois [os seus apoiantes] ocuparam diversos cargos em várias direções. A segunda corrente, de carácter nacionalista, agrupava muitos elementos jovens da “Nova Vaga” e tinha por objetivo a afirmação da nossa identidade africana, a troca de ideias sobre o futuro dos nossos países. No entanto, só em novembro de 1957 é que esta corrente nacionalista se afirmou, após uma reunião em Paris sobre a situação política nas colónias portuguesas e os meios de luta para atingir a independência nacional. Estiveram presentes nessa reunião históricos membros da Casa dos Estudantes, como Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Guilherme Espírito Santo. Também presente, Viriato da Cruz, recém-chegado de Angola, era o único não-membro da Casa dos Estudantes. As teses e o programa do partido comunista angolano [por ele criado], apresentados por Viriato da Cruz, foram rejeitados, tendo prevalecido a via do movimento nacional *Rassemblement*, a qual propunha a unidade de todas as forças e classes sociais em cada país no processo de luta pela independência nacional. Foi decidida então a criação do Movimento Anticolonial (MAC), cuja sede viria a ser instalada pouco tempo depois, em Lisboa, por aí estarem concentrados numerosos estudantes e trabalhadores africanos. A pedido de Lúcio Lara, reuni, em Lisboa, numerosos estudantes africanos da CEI e foi então decidido apoiar e participar no MAC, tendo sido escolhido três elementos, Iko Carreira, Carlos Pestana e eu próprio, como delegados da “Nova Vaga” na cúpula do MAC, em que já participavam Lúcio Lara, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Eduardo dos Santos. As atividades do MAC foram orientadas nas duas associações que tinham um grande número de africanos, a Casa dos Estudantes do Império e o Clube Marítimo Africano. Eu fui incumbido das relações com o PCP, através do camarada Vasco Cabral. O PCP dava-nos apoio logístico na publicação de panfletos e permitia veicular notícias sobre as colónias no jornal *Avante*. As atividades do MAC esmoreceram com a saída de Lara para a Alemanha, em março de 59, de Agostinho Neto para Luanda, em dezembro de 59, e de Amílcar Cabral para a Guiné. As eleições legislativas em 1958 provocaram a mobilização de muitos estudantes africanos do MAC a favor do general Humberto Delgado e, logo após a sua derrota, alguns jovens tentaram lançar a Intentona da Sé. O nosso grupo era composto por Jaime Serra, Fonseca e Costa, Lígia Monteiro e eu próprio, reunidos na Sé, em Lisboa. O falhanço desta operação levou à minha fuga para Angola; aí tive contacto com alguns dirigentes dos movimentos nacionalistas e fui incumbido de organizar os estudan-

tes angolanos em Portugal num quadro nacional angolano: João Vieira Lopes, Gentil Viana, Alberto Bento Ribeiro, Graça Tavares e eu próprio aderimos e formou-se a cúpula do movimento de estudantes angolanos (MEA). Este movimento dos estudantes teve a sua importância porque é ele que está na base da fuga dos estudantes em Portugal.

O MEA prosseguiu a política de consciencialização e de mobilização dos estudantes e dos trabalhadores angolanos em Lisboa, estendeu as suas atividades a Coimbra e ao Porto. As relações com os estudantes portugueses reunidos na RIA tiveram, nos anos 60, um grande desenvolvimento, as reuniões da cúpula da RIA passaram a realizar-se em segredo no terceiro andar da sede da CEI, com o José Bernardino como nosso delegado. Desta maneira, os estudantes africanos estiveram empenhados no processo democrático da luta dos estudantes portugueses. Os acontecimentos de 4 de fevereiro, em Angola, foram acolhidos com alvoroço e ansiedade. Recebemos então um apelo da direção do MPLA, na altura em Conacri, no sentido de enviarmos alguns elementos mais preparados politicamente para se juntarem aos outros, aos poucos elementos que constituíam, então, a direção provisória do MPLA no exterior: Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara. No entanto, como as comunicações com Conacri, através da embaixada egípcia, eram muito demoradas, a direção do movimento de estudantes decidiu enviar para o exterior dois elementos, Graça Tavares e eu próprio. Saímos pela fronteira de Vila Real de Santo António e chegamos a França, a Niort, a casa de um amigo meu, Marc Antoine Delanné. Aí entrámos em contacto com a direção do MPLA em Conacri, mas a resposta foi dececionante, o MPLA dizia não ter meios logísticos para apoiar a saída de Portugal de estudantes africanos. Fomos então para a Alemanha, onde fomos acolhidos com amizade e solidariedade por Luís de Almeida, aqui presente, em sua casa, em Birkesdorf, Düren. Já havia nessa altura um embrião de organização de estudantes africanos das colónias portuguesas no exterior, a UDEAN, dinamizada sobretudo por José Carlos Horta e Luís de Almeida. Esta ligação entre os estudantes africanos no exterior de Portugal e os estudantes africanos da CEI, em Portugal, foi muito importante na dinâmica das lutas de libertação. Foi, contudo, a realização do primeiro congresso constitutivo da União Geral de Estudantes Africanos², em setembro de 1961, em Rabat, Marrocos, que lhe conferiu uma legalidade internacional e permitiu dar uma outra dimensão à luta anticolonialista dos estudantes das colónias portuguesas no exterior e, também, dar uma base de apoio a todos aqueles estudantes que iam saindo de Portugal. Uma das operações mais espetaculares foi a fuga clandestina de Portugal de cerca de uma

² União Geral de Estudantes da África Negra (UGEAN).

centena de estudantes africanos, nas barbas da PIDE, em junho de 1961. Esta fuga foi uma operação montada pelo movimento dos estudantes angolanos (MEA), apoiado pela CIMADE, organização protestante com sede em Paris, por três agentes da CIA e pelo governo francês de Couve de Murville. Refutamos assim as informações avulsas de certos historiadores que atribuem ao PCP um papel de relevo na organização dessa fuga. Está presente entre nós o camarada Medeiros, Tomás Medeiros, que teve um papel ativo nessa fuga. Uma parte dos elementos que participaram na fuga foi integrar os movimentos nacionalistas: PAIGC, caso de Pedro Pires, FRELIMO e MPLA. Neste último movimento, João Vieira Lopes e Graça Tavares integraram a direção política, Iko Carreira foi encarregado de criar as FAPLA, e 10 médicos integraram o corpo voluntário angolano de ajuda aos refugiados (CVAAR), sendo eu um dos voluntários. Os médicos voluntários que integraram o CVAAR eram todos membros da Casa dos Estudantes do Império. Iko Carreira afirma que o CVAAR constituía a cobertura jurídica do MPLA no Congo Léopoldville, pois o MPLA nunca conseguiu autorização legal do governo congolês para ali exercer as suas atividades. Os postos do CVAAR ao longo da fronteira com Angola serviram também de depósito de armas destinadas à luta armada. A maior parte dos estudantes da CEI que participou na fuga continuou os estudos graças às inúmeras bolsas de estudos obtidas pela UGEAN em vários países.

Em conclusão, pensamos que a Casa dos Estudantes do Império desempenhou um papel histórico ímpar na tomada de consciência dos jovens africanos, na denúncia do fascismo e do colonialismo e, mais tarde, na participação ativa na luta pela emancipação e pela independência nacional. Em todas as etapas fundamentais, a criação do MAC, o movimento de estudantes, a fuga dos estudantes, o congresso constitutivo da UGEAN, no CVAAR e na direção do MPLA, no PAIGC e na FRELIMO, estão presentes estudantes da Casa dos Estudantes do Império. Neste contexto, cada um de nós deu o seu contributo, não só à luta antifascista, mas também à emancipação dos nossos povos. Foi a geração da coragem, do empenhamento nacionalista e do sonho. Após a fuga, a Casa dos Estudantes do Império nunca mais seria a mesma, apesar dos esforços levados a cabo pela equipa de Carlos Ervedosa, nunca mais houve a mesma pujança e dinamismo. As organizações clandestinas deixaram de existir; no entanto, o espírito da Casa manteve-se graças à terceira geração de estudantes, de que a Rute Magalhães e a Aida Freudenthal são a expressão. Esta atitude dos estudantes da Casa dos Estudantes do Império, de participação ativa na luta antifascista, primeiro, e anticolonialista, depois, pode servir de exemplo às juventudes africanas dos países de língua oficial portuguesa, na sua participação

ativa na construção dos seus países, num quadro democrático de progresso e de liberdade. Muito obrigado!

Carlos Veiga Pereira

Antigo associado da CEI

Caros amigos, depois da excelente exposição do Edmundo Rocha, é difícil dizer alguma coisa de novo e vou-me limitar a algumas notas sobre a vida da Casa dos Estudantes do Império.

Em primeiro lugar, há um problema que alguns investigadores têm suscitado, que é a existência de um projeto inicial relativamente à Casa, da parte do governo, um projeto que acaba rapidamente e, apesar disso, a Casa mantém-se por mais 20 anos, o que parece um paradoxo e uma cegueira estranha da parte do governo. A iniciativa da criação da Casa não foi propriamente do governo, o facto é que aparecem várias associações de estudantes, ou tentativas de associações de estudantes, em 42/43, uma das quais em Coimbra, dos estudantes de Moçambique, que, de resto, têm uma delegação em Lisboa e, nessa fase, o centro é Coimbra. Depois aparece uma Casa dos Estudantes de Angola em Lisboa, também em 1943. Nessa associação de estudantes de Angola em Lisboa há, de facto, uma predominância de pessoas ligadas à Mocidade Portuguesa e simpatizantes do regime, como o Marques Mano de Mesquita, o Santos e Castro e vários outros dirigentes dessa associação. Alguns deles, de resto, eram alunos de Direito e foram alunos do Professor Marcello Caetano, na altura Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. E conseguem um certo apoio, dado por Marcello Caetano, que arranja uma sede para a Casa dos Estudantes de Angola, na Praça das Flores. A seguir há uma reunião de estudantes e essa associação consegue congregiar bastantes estudantes de Angola, não só de Lisboa, mas de todo o país, e os associados elegem o Professor Marcello Caetano como presidente de honra da Casa dos Estudantes de Angola. A seguir a isso, aparece a ideia de várias associações já existentes se federarem, juntarem-se, mas há uma resistência muito grande da parte da Casa de Moçambique em Coimbra, que não aceita. Finalmente, chega-se a um acordo e é engraçado que a ideia inicial era chamar-lhe a Casa dos Estudantes das Colónias e não Casa dos Estudantes do Império. A Associação dos Estudantes de Angola promove uma visita do Ministro das Colónias, Vieira Machado, à Casa de Angola, e aí já há representantes de Cabo Verde, da Índia, de Macau, que estão a trabalhar também no sentido de criar associações, e surge pela primeira vez a ideia de uma federação, afirmada e enaltecida pelo Ministro, uma junção de todas essas associações. Em todas as declarações sobre o assunto há

algumas de tipo político, como no caso do Ministro Vieira Machado, que já foi aqui citado pelo Edmundo, e numa conferência do Professor Marcello Caetano, mas, nas declarações dos próprios estudantes, a tônica é sempre no sentido do apoio aos estudantes que estão a estudar aqui em Portugal, os estudantes das colónias. Aparece muito pouco uma tônica política ou ideológica, é muito mais vincado o aspeto de assistência material aos estudantes, dos problemas de isolamento, etc. E há uma outra coincidência engraçada, é que tanto as entidades oficiais como os próprios estudantes só falam em rapazes, nunca falam em raparigas. O que está previsto é que haja rapazes que vão fazer parte daquelas associações, mas raparigas não, de todo.

Só em 1944 é que a Casa dos Estudantes do Império acaba por surgir, enfim, a resistência de Coimbra desaparece, embora a delegação de Coimbra continue a ser constituída e completamente dominada só pelos estudantes de Moçambique.

Quanto à questão da permanência da Casa durante 20 anos – apesar de algumas informações, de alguns relatórios da PIDE a aconselhar o encerramento da CEI, apesar de algumas denúncias até de sócios da Casa relativamente a atividades políticas na Casa, há a ideia de que uma grande parte da atividade da Casa, durante esses 20 anos, esteve ligada a esse aspeto de apoio aos estudantes; e, por outro lado, há ainda a questão de que a atividade da Casa só foi possível porque ela era financiada, fundamentalmente, pelo Ministério das Colónias, quer dizer, pelos governos-gerais das colónias. O dinheiro vinha através do Ministério das Colónias, mas eu penso que uma parte dessas captações iniciais de apoios por parte do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, do Marcello Caetano, e do Ministro das Colónias, têm muito a ver com a obtenção desse apoio material, porque as tentativas que tinham sido feitas até ali levavam a que, sem o apoio oficial, as associações não tivessem meios para fazer nada. Foi, portanto, fundamental desde início, e assim se manteve até ao fim da Casa, o financiamento das atividades da Casa através dos governos das colónias e não só, também de empresas, o que, de resto, começa desde o início, logo que foi criada a Casa de Angola, em parte ela foi financiada por alguns comerciantes importantes aqui de Lisboa ligados a Angola, como o Fonseca e Costa e o Ricardo Pires, por exemplo, que financiavam a Casa, primeiro a Casa de Angola e depois também a Casa dos Estudantes do Império.

Depois, quem eram os sócios da Casa?

Além dos sócios que eram filhos dos altos funcionários e da alta burguesia das colónias, havia uma parte importante dos estudantes que tinha origem modesta, economicamente mo-

desta. No princípio, o número de sócios não brancos era de uma dúzia no máximo e alguns deles vêm estudar através do desporto, do futebol, é o caso dos dois irmãos Boavida e é o caso do Eduardo dos Santos, por exemplo, do médico, que vêm estudar graças a contratos para jogar futebol. Há depois as bolsas, o Agostinho Neto vem estudar com uma bolsa americana, das missões metodistas, o Pinheiro da Silva – que depois veio a ser Secretário Provincial da Educação em Angola, na segunda metade dos anos 60 e que, de resto, fez uma obra bastante importante –, o Pinheiro da Silva vem estudar com uma bolsa da Liga Nacional Africana. É uma coincidência extraordinária que ele e o Agostinho Neto partem de Luanda no mesmo barco e vêm no mesmo camarote, ambos com bolsas, e ainda viveram em Coimbra juntos. E depois divergiram completamente, e até ao fim, porque o Pinheiro da Silva era um fanático apoiante do Salazar e, inclusivamente, depois do 25 de Abril, criou um movimento de apoio, de estudos, para enaltecer a obra do Estado Novo. Também o Sequeira Costa, o pianista, veio estudar com uma bolsa da Câmara Municipal de Luanda. Uma grande parte dos estudantes angolanos, e moçambicanos também, que vieram estudar para Portugal, vieram através das bolsas.

Nessa altura – os anos 30 nas colónias foram catastróficos, como se sabe, uma miséria terrível –, no fim da guerra, há de facto uma modificação, começa uma modificação grande do ponto de vista económico e há uma subida muito grande das exportações dos produtos coloniais e, portanto, aumentam, por um lado, as possibilidades das pessoas mandarem os filhos estudar e, por outro lado, inicia-se uma certa política de concessão de bolsas de estudo, o número de bolsas de estudo cresce imenso, inclusivamente bolsas concedidas pela Mocidade Portuguesa, por exemplo, o Ivo Lóio estudou com uma bolsa da Mocidade Portuguesa. Há bolsas de câmaras, bolsas da Liga Nacional Africana, bolsas do governo-geral, uma grande quantidade de bolsas.

Mas o núcleo inicial da Casa dos Estudantes do Império rapidamente entra em conflito com uma grande parte dos sócios porque, justamente, há essa tendência política, é uma tendência extremamente autoritária também, de presidencialismo, e muito rapidamente, em 46/47, esse núcleo inicial perde completamente o controlo da Casa, e nessa altura a Casa, tanto em Coimbra como em Lisboa, passa a ter uma orientação muito diferente. É o caso de Coimbra. Na altura em que eu cheguei a Coimbra, a delegação da CEI em Coimbra é dominada, completamente, pelos moçambicanos e há uma espécie de revolta, um “golpe de estado”, em que a direção passa a incluir angolanos e também macaenses. O presidente

continua a ser moçambicano e eu sou vice-presidente. No ano seguinte, eu sou eleito presidente e essa é a primeira vez que há um presidente angolano. Nessa mesma altura, é a primeira vez que na Casa dos Estudantes do Império é eleito para os corpos gerentes um africano negro, que é o Agostinho Neto. Fui eu próprio que propus à direção – eu era vice-presidente – a eleição de Agostinho Neto. Algumas pessoas mostraram receio de que a proposta não viesse a ser aceite porque nunca tinha havido, em Coimbra, nem sequer um mestiço na direção, e o argumento é que se iria começar com um negro, ainda por cima extremamente negro. De maneira que havia o receio que isso provocasse alguma reação. Mas, ao contrário desses receios, o Agostinho Neto foi eleito sem nenhuma oposição, sem nenhuma dificuldade, digamos que por unanimidade, não houve qualquer resistência. E esse é um aspeto que eu creio que é importante, que é o facto de uma parte dessa evolução da Casa no sentido democrático e no sentido de deixar de ser uma organização dos filhos dos colonos brancos, dar-se de uma forma bastante pacífica e sem grande resistência, o que não quer dizer que não houvesse casos de racismo.

De resto, há uma tendência para ver a Casa através só de Angola e Moçambique e eu acho que a Casa teve uma influência muito grande em todos os estudantes, independentemente da origem étnica. Os estudantes de Angola e Moçambique (que eram colónias de povoamento) eram, fundamentalmente, brancos, mas chegavam aqui à Casa e, de repente, estavam com estudantes da Índia, que não eram europeus, como é óbvio, e com estudantes de Macau e com os cabo-verdianos (os cabo-verdianos foram uma fonte de educação muito grande em relação aos estudantes que vinham de Angola e de Moçambique), de repente há uma convivência de etnias muito diferentes, com algumas dificuldades, como é fácil de imaginar, mas há uma evolução relativamente pacífica e uma tolerância bastante grande nas relações entre os estudantes.

No caso de Coimbra, a evolução política é muito maior, há um número muito maior de estudantes da Casa dos Estudantes do Império que são do MUD Juvenil e/ou um número menor, mas de qualquer maneira um número apreciável, de estudantes que são do partido comunista. Ao contrário de Lisboa, em que há uma politização muito menor e isso creio que teve uma certa influência, nessa primeira fase, nos anos 40 a princípios dos anos 50. Os problemas fundamentais punham-se pouco, relativamente pouco, falava-se nisso, claro, toda a gente nas colónias era a favor da independência. Havia um problema: até ao começo da guerra colonial havia uma propensão para a independência e toda a gente vivia um ressentimento muito grande relativamente à chamada metrópole e à

política de Salazar em relação às colónias. Nessa primeira fase, as reivindicações vão mais no sentido do desenvolvimento económico, do desenvolvimento da instrução, de descentralização, da alteração da política instaurada pelo Ato Colonial. Depois, nos anos 50, já começa a aparecer o problema da independência e, a partir de certa altura, nos fins dos anos 60, começa a haver de facto uma separação, ou um conflito racial latente, que se traduz numa situação que é, quando se dá essa fuga de estudantes, só estudantes mestiços ou negros é que são convidados, há uma exclusão muito clara dos brancos e começa a haver, tal como aconteceu nas colónias, uma desconfiança muito grande dos brancos em relação a negros e mestiços e dos negros e mestiços em relação aos brancos. E aí, além de um conflito político, começa a haver, de facto, um conflito racial. Não sei se será legítimo dizer, mas eu creio que o facto de os membros da Casa de Coimbra terem uma formação política de forma geral muito mais aprofundada, levou em parte a que tivessem tendência a manter-se muito mais num plano político e menos num plano de conflito racial e creio que isso teve influência nalguns dos dirigentes, nomeadamente, do MPLA, parece-me ser bastante evidente.

A Casa de Coimbra desenvolve também uma atividade cultural grande – aliás o primeiro Boletim Cultural da Casa dos Estudantes do Império, o *Meridiano*, foi publicado em Coimbra, como disse, desenvolve uma atividade cultural grande integrada também na própria universidade (eu próprio fui editor da *Via Latina*) e há uma participação grande nas atividades da Associação Académica, nas atividades culturais em Coimbra, não só na Universidade mas também no Ateneu, nomeadamente o Costa Campos, e outros, o Agostinho Neto, o Lúcio Lara, participaram na fundação de uma revista cultural que, infelizmente, só publicou dois números.

Para terminar, creio que a evolução da Casa, desde uma associação que, no princípio, tem como objetivo principal uma certa assistência material e moral aos estudantes que vêm para Portugal (e o choque é enorme, nessa altura, a transição das colónias para Portugal foi um choque muito grande para todos nós), para uma associação que se ocupa também, por um lado, de problemas culturais, e, por outro lado, de problemas políticos, e que acaba por ter um papel importante na luta pela independência das colónias, acabou por ser o grande legado da Casa dos Estudantes do Império. Mas eu creio que é importante dizer que essa evolução foi feita de uma forma relativamente harmónica e pacífica dentro da própria Casa e é engraçado que não houve conflitos políticos grandes, mesmo em relação ao problema da independência, os conflitos dentro da Casa foram relativamente pequenos. A evolução é re-

lativamente bem aceite, pelo menos até certa altura, pelos próprios estudantes filhos dos colonos.

.....

Manuel dos Santos Lima

Antigo associado da CEI

Minhas senhoras e meus senhores, boa tarde. Saúdo a Senhora Presidente da Assembleia da República, representada aqui pelo Doutor António Filipe, e o Dr. Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA. Dizem que os últimos são os primeiros mas eu dou graças a Deus por ser o último, porque assim falarei muito menos tempo.

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) continua a ser, para os estudantes africanos lusófonos do meu tempo, uma referência, um marco indelével pelo que representou. Pertenço à geração independentista, aquela que nos anos 50 do século passado, em termos políticos, militava clandestinamente pela emancipação dos seus povos e que, num plano literário, exprimia a sua mensagem poética numa perspetiva messiânica, isto é, partindo da memória do passado e da vontade de futuro, anunciava a nação, inventando-a e apelando ao combate redentor. Recorde-se que, no pós-guerra, o conceito de luta armada estava muito em voga e a caneta foi a primeira arma que conhecidos nacionalistas empunharam. Pertenço à geração que seguiu de perto a emergência dos povos afro-asiáticos e que teve como balizas o pan-africanismo e a negritude. Pela CEI passaram alguns nomes sonantes já aqui evocados, tais como Mário de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Gabriel Mariano, Alda Espírito Santo, Tomás Medeiros, Carlos Veiga Pereira, Correia Mendes, Edmundo Rocha, Rui Mingas, Pedro Pires, etc. Na década dos anos 40, a colónia africana de Lisboa repartia-se por pequenos grupos, os residentes, os desportistas, os embarcações e alguns estudantes. O primeiro agrupamento de que me lembro chamava-se a Casa da África Portuguesa, uma associação recreativa, animada maioritariamente pelos cabo-verdianos e santomenses radicados na capital, cujos encontros se davam na tal famosa Rua Actor Vale, n.º37, a casa da tia Andreza, assim como na Rua Carlos Mardel, n.º 111. A futura CEI surge em 1943, com o nome oficial de Casa de Angola. Mais tarde surgirá o Clube Marítimo Africano, frequentado, sobretudo, por embarcações angolanos que nos traziam lembranças da terra e as novidades do que se passava lá fora, por causa da censura. Foi assim que Paris se tornou a nossa grande referência cultural e política, pois era na capital francesa, ou pela rádio Moscovo, que os colonizados lusófonos e setores da oposição portuguesa tinham acesso ao que era proibido em Portugal. Se bem que unidos pela solidão e certa irreverência e até oposição anti-situacionista, a Casa

dos Estudantes do Império era, para nós, um porto de abrigo, embora não deixasse de refletir algo da realidade socioeconómica colonial vigente e de base epidérmica, a mesada. Quanto mais claro, mais folgada. Assim, independentemente das festas da “malta” na Casa dos Estudantes do Império, havia as festas restritas dos mais claros; do mesmo modo, certas reuniões de carácter político-nacionalista eram um exclusivo dos grupos mais escuros. Isso, porém, não impedia uma boa camaradagem e até sólidas amizades, apesar de, correntemente, o neocolonialismo pós-independência ter posto em cena novos atores e outras máscaras para as novas associações de interesses. É assim que, decorridos estes anos todos e na reta final da existência, me é grato estar presente nesta evocação da Casa dos Estudantes do Império, saudar e agradecer aos seus organizadores, evocar os companheiros que nos precederam na eternidade. Gostaria de chamar atenção para uma afirmação do Edmundo Rocha, não foi o Iko Carreira que criou as FAPLA, fui eu que criei o braço armado do MPLA, o EPLA³, que formou os primeiros 285 militares do MPLA.

Um dos problemas da nossa solidão, na metrópole, é a diferença social, e no Portugal desses tempos, talvez poucas pessoas possam imaginar, nem sempre era fácil ser negro na sociedade portuguesa, apesar de toda a propaganda oficial que sempre defendeu uma ausência total de racismo e uma igualdade que nunca existiu. Fui o primeiro negro a ser admitido na escola primária no Luau porque o meu pai, funcionário público, se bateu por isso; para fazer o exame da admissão ao liceu era preciso ir do Luau ao Bié, cerca de 800 km, e eu, sendo o único negro entre três estudantes, não podia comer no vagão-restaurant com os meus colegas e as refeições eram servidas na cabine. E no liceu do Bié, na altura, Silva Porto⁴, ao todo só eramos dois negros a fazer o exame de admissão ao liceu, um que vinha das missões protestantes e que fez um excelente exame e, no fim, o professor, português, perguntou-lhe: “Então rapaz o que é que tu queres ser quando fores crescido?”, e ele respondeu: “Cozinheiro!”. E foi um balde de água fria naquela sala: “Atão cozinheiro porquê, rapaz?”, “Pra comer”, respondeu ele.

Outro problema com que a nossa geração se debateu é que não havia raparigas africanas com quem nos ligarmos e, na hora certa, elas não estavam lá, porque os nossos pais mandavam estudar para a metrópole os filhos, os rapazes que, dentro da hierarquia africana, eram os substitutos naturais do pai, de maneira que vinham os filhos mais velhos. As meninas iam

³ N.E.:EPLA – Exército Popular de Libertação de Angola

⁴ N.E.: Depois da independência de Angola, a capital da província do Bié passou a denominar-se Cuito.

para os colégios de freiras, onde não as víamos. Assim, na Casa dos Estudantes do Império havia, a certa altura, cerca de 27 raparigas africanas e, creio eu, 275 rapazes. Bom, quanto a jovens portuguesas, dávamo-nos naturalmente bem com elas, mas a interracialidade era um mito. Pouca gente poderá imaginar o que era, quando os negros saíam à rua, haver miúdos que dançavam à nossa volta cantando: “Olha o preto da Guiné, lava a cara com café.” Isso era uma delas.

As senhoras viam um preto e diziam: “Ai, dá sorte ver um preto”. Bom, outras pessoas ainda passavam pelos negros, passavam o dedo e olhavam para ver se não mascarrava. Este é outro aspeto da portugalidade. Bom, portanto, termino aqui esta pequena intervenção, saudando todos os presentes. Obrigado.

Moderadora

Maria Flor Pedroso - Para terminar, o Senhor Embaixador Luís de Almeida, Embaixador de Angola junto da CPLP. Já passou pela Bélgica, pela Holanda, pela Alemanha Federal, Etiópia, Marrocos e agora junta todos os países que falam esta língua. Faça favor.

.....

Luís de Almeida

Antigo associado da CEI

“Muito boa noite a todos. Penso que o tema para o qual fomos convidados está mais ou menos esgotado. Claro que haveria muito mais para contar; depois da Casa dos Estudantes do Império, o que é que surgiu? Depois da Casa dos Estudantes do Império, lá fora, o que surgiu veio a dar, digamos, a mãe, ou avó, da CPLP. Refiro-me à CONCP⁵, criada em Marrocos, em abril de 1961, em Casablanca, que congregava nacionalistas angolanos, guineenses, moçambicanos. Esta primeira CONCP era a Frente Político-Militar que deveria organizar ou mobilizar os nacionalistas para a luta contra o colonialismo, em todas as suas frentes, evoluiu e, em 1965, em Dar-es-Salam, na Tanzânia, realiza-se o segundo congresso da CONCP, uns dois meses antes da Cimeira Tricontinental, em Havana. Essa segunda CONCP é que será a máquina, a alavanca, que vai fazer com que a luta nos nossos países se desenvolva, mais na Guiné-Bissau, porque a Guiné-Bissau tinha uma vantagem que não tinham os outros países, sobretudo Angola, a Guiné-Bissau tinha fronteiras amigas, Angola só tinha fronteiras inimigas, quer dizer, eu falo do MPLA.

Mas, praticamente tudo foi dito sobre o que foi a sede, o que

foi a Casa dos Estudantes do Império. Aproveito aqui a ocasião para render homenagem ao nosso conterrâneo e grande ativista político, Dr. Vítor Ramalho, é graças a ele que se está a fazer esta renovação da memória da CEI para ver, de facto, de onde é que nós viemos e para onde vamos.

A Casa dos Estudantes do Império é, de facto, o ponto de partida. O ponto de chegada, eu creio que muitos de nós já atingiram, mas agora é preciso ir mais longe e talvez amigos como o Dr. Vítor Ramalho nos possam dar dicas, sobre a continuação desse espírito. Nós temos que seguir o espírito que orientou a Casa dos Estudantes do Império, o espírito que orientou a CONCP, e que fez com que os nossos partidos políticos fossem o menos antiportugueses possível, mas simplesmente antissistema colonial. É isto que, a meu ver, deve constituir o cimento que nos deve unir, portugueses e nós, das ex-colónias, no sentido de criar, de facto, uma unidade que vá para além das contingências políticas ou outras que possam surgir.

Estou-me a referir, neste momento, por exemplo, à questão de que se fala muito, que é o problema de Angola. Em Angola há uma crise do petróleo que está a ter reflexos muito negativos aqui em Portugal. Ao ler a imprensa, ficamos assustados. Quer dizer, é uma fase difícil, mas não é insuperável. Na parte que se refere a Angola, vamos ultrapassar esta fase, e talvez haja males que vêm por bem, porque talvez permita reduzir essa dependência muito grande do petróleo, nós vamos ultrapassar esta crise!

Agora, o que é que pedimos? Pedimos que os nossos amigos portugueses, sobretudo no tocante à imprensa, deixem de dar um tom de alarmismo à situação que se vive Angola. Ainda hoje ouvi na rádio dizer que muitos portugueses estavam a preparar-se para regressar, houve brasileiros que também se prepararam para regressar, e isto é mau porque faz-nos lembrar muito 1975. Quando em Angola combatemos a invasão estrangeira que era representada pela FNLA, com tropas zairenses, com a UNITA e as tropas sul-africanas, e instalou-se o pânico e nós fazíamos tudo por tudo para que a população branca não abandonasse o país, se éramos todos angolanos, deveríamos ficar todos em Angola, mas essas pessoas vieram-se embora. Espero que não tenhamos agora também uma espécie de retornado económico e que as pessoas compreendam, se a situação é má, deve ser má para toda a gente, e vamos todos dar as mãos de maneira que possamos ultrapassá-la, porque a crise vai-se ultrapassar. O MPLA é um movimento muito forte e tem raízes muito profundas na sociedade e nós vamos ultrapassar esta situação, que é difícil mas não é insuperável. Portanto, a minha palavra no fim é que estamos, de facto, a fazer tudo para que aquele espírito

⁵ Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

que vem da Casa dos Estudantes do Império perdure e que possamos manter aquele espírito de solidariedade que existia já naquela altura entre angolanos, moçambicanos, guineenses e portugueses antifascistas. Muito obrigado.

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Muito obrigada. Não sei se vai haver perguntas do público, como sabem estamos um bocadinho atrasados em relação ao nosso horário inicial. Eu passava a palavra ao Dr. Vítor Ramalho e ao Dr. Rui D'Ávila Lourido para a apresentação deste livro, a *Literatura e Lusofonia*.

.....

Vítor Ramalho

Secretário-Geral da UCCLA

Após um breve intervalo, teremos um debate aberto a todos. Mas primeiro vamos apresentar o último livro editado pela UCCLA, dos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa, iniciativa que dá continuidade e reforça o espírito da Casa de Estudantes do Império, de congregar as vontades e criatividade de todos Países de Língua Portuguesa à volta da literatura e de um tema pré-selecionado. A UCCLA, todos os anos, tem vindo a promover os Encontros de Escritores de Língua Portuguesa (EELP), o último dos quais foi em Angola. Já levámos 60 escritores de Língua Portuguesa ao Brasil e agora a Angola, e entre esses 60 escritores foram quatro prémios Camões. A UCCLA, para além desta iniciativa, desenvolve inúmeras outras de natureza cultural.

.....

Rui D'Ávila Lourido

– Diretor do Setor Cultural da UCCLA

Muito boa tarde. Estivemos a ouvir importantes protagonistas da CEI, que, de forma geral destacaram o papel da cultura como cimento da resistência ao fascismo e ao colonialismo. A promoção da literatura produzida por estudantes das colónias portuguesas, em Língua Portuguesa, foi um elemento essencial da consciencialização e aprofundamento da identidade africana desenvolvida pela CEI. Com este mesmo espírito de reforçar o relacionamento entre todos os países lusófonos, a UCCLA tem vindo, nomeadamente, a promover a literatura através de encontros anuais de escritores de todos os Países de Língua Portuguesa. Já organizámos cinco encontros, quatro na cidade de Natal, no Brasil, e o último na cidade de Luanda. De forma a contribuir para uma maior difusão das reflexões apresentadas aos EELP, temos vindo a editar em livro os textos destes escritores lusófonos, livros esses que estão à vossa disposição.

Os EELP começaram no ano de 2010, com o Eng.º Miguel Anacoreta Correia e continuaram com o atual Secretário-Geral, Vítor Ramalho. Tornaram possível levar representantes da literatura de todos os países da lusofonia, que refletiram sobre diferentes temas, desde o futebol à gastronomia ou ao erotismo. Entre os mais famosos, tivemos quatro grandes escritores que receberam o prémio Camões e que nos acompanharam nesses encontros, o João Ubaldo Ribeiro, o Professor Eduardo Lourenço, o Mia Couto e o Pepetela, que esteve no último encontro. Outros, como o Germano Almeida, acompanharam-nos em vários encontros. A riqueza das reflexões e dos respetivos textos têm lucrado com o cruzamento e debate entre diferentes perceções culturais e geracionais. Autores experientes e já famosos como o cabo-verdiano Germano Almeida, o angolano José Eduardo Agualusa e autoras como Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, que já venderam mais de um milhão de exemplares dos seus livros, cruzaram as suas experiências com jovens escritores como o poeta cabo-verdiano José Luís Tavares ou a poetisa são-tomense Alice Goretta Pina, o romancista português Nuno Camarinho ou o jovem, mas já famoso angolano Ondjaki, entre tantos outros.

Neste livro, apresentamos três temas principais, em três capítulos: Literatura e Futebol, Literatura Infanto-Juvenil, Literatura Oral e Tradicional.

Estes textos, na realidade, o que nos demonstram, é a riqueza, a diversidade das origens geográficas, etárias, níveis de notoriedade de cada um deles, a maior riqueza, no fundo, são as diferenças na sua perceção da realidade, as suas reflexões abrangendo um único ou vários domínios, que vão do poético ao histórico, do académico ao literário; no histórico, por exemplo, num dos primeiros encontros, salvo erro no primeiro, foi apresentada a primeira descrição publicada na China sobre o Brasil, reflexões sobre as complexas peculiaridades criativas, relações entre a palavra escrita e a sensibilidade dos vários escritores, a sociedade e a vertente onírica do Ser Humano. Para finalizar, é nossa convicção que um escritor lusófono, seja ele africano, asiático, europeu ou americano, ao expressar-se na sua língua materna, enriquece-a, naturalmente, mas quando o faz em Língua Portuguesa, dá uma outra amplitude, uma outra dinâmica à sua produção literária, ao partilhar as suas reflexões e criatividade com mais de 250 milhões de pessoas que falam Português. O Português é, atualmente, uma das línguas com enorme crescimento à escala global, sendo hoje a quarta ou quinta língua no mundo. A diversidade cultural consubstancia e enriquece as múltiplas identidades das nossas sociedades, com mais de 500 anos. Muito obrigado pela vossa atenção.

DEBATE:

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Abro o debate para a apresentação de questões que queiram colocar. Para melhor gestão do tempo, faremos as perguntas todas de seguida.

Alberto Lopes de Oliveira Ressorreição – Sou um nacionalista angolano e tenho muito prazer em estar presente nesta pequena assembleia. Gostei imenso do tema que estamos debatendo. Eu vim a convite de uma associação angolana, e gostava de perguntar, há alguma facilidade em constituir uma Casa dos Estudantes dos PALOP? Por favor, temos necessidade disso, temos muitos estudantes, muitos jovens com grande capacidade intelectual, e estão perdidos na sua diversidade. Precisamos de uma orientação política, técnica, económica, académica, social e associativa, precisamos disso porque temos muitos povos de todos os PALOP e muita gente, muita juventude, estão perdidos na droga, estão perdidos em tudo.

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Bela pergunta, não sei a quem a quer dirigir? Há três pessoas que se inscreveram para falar.

Francisco Viana – Muito boa tarde. Antes de mais, felicito os organizadores, e em especial o Dr. Vítor Ramalho, pela iniciativa. Eu sou filho de estudantes da Casa dos Estudantes do Império e sou o produto de uma branca, não sei se por não haver negras. O meu pai é angolano, Gentil Viana, e não sei se é pelas razões que disse o Manuel Lima, mas acabou por sair daqui com a sua branca, moçambicana de passagem. Tenho aqui muita gente, vários tios, o tio Edmundo Rocha, o tio Luís Almeida, o tio Manuel Lima, mas também o Adolfo Maria e o Mário Jorge Maria. A questão que eu

ponho, porque estou a ver aqui uma geração e nós estamos já a seguir. Eu, por acaso, também fiz parte da famosa fuga dos estudantes, era bebé, drogaram-me para eu não acordar. Considero que o maior feito da Casa dos Estudantes do Império foi não só unir os estudantes mas também avançar para o movimento de libertação nacional. Vejo com muita tristeza esses membros e camaradas que partiram para a luta de libertação nacional, aqui em Portugal. Então há qualquer coisa que eu gostaria de vos perguntar hoje, aos mais velhos, se trabalhámos tanto e ainda estão aqui, significa que há coisas que nos nossos países nós ainda não alcançámos, o meu tio Luís de Almeida, enfim, é Embaixador da República de Angola, obviamente que está a trabalhar com o nosso governo há muitos anos e há muitas décadas, mas sabe também que há muitos compatriotas aqui que ainda não regressaram e há muitos jovens que hoje estão aqui, em Portugal, dos nossos PALOP, que precisam de regressar, outros já se formaram aqui. E dizia muito bem o nosso Embaixador, o que está a acontecer em Angola não é nenhum drama, mas afeta Portugal.

A minha pergunta clara para todos é: primeiro, o que é que nós podemos fazer para que esse mesmo espírito, no fundo, de revolucionários, o que é que os jovens que estão aqui poderão fazer para que amanhã possam regressar aos seus países, e acabar ou dar continuidade àquilo que não conseguiram fazer em Angola; segundo aspeto, porque é que o regime de hoje, que já passaram 40 anos, não está a dar um apoio social para as comunidades africanas.

Terceira e última pergunta, se realmente existe um futuro comum, se realmente está comprovado que a partir de Portugal é possível contribuir para beneficiar Angola, então o que é que nós pode-

mos fazer para perpetuar esse espírito e juntos, também, aqui a partir de Portugal, possamos melhorar a vida dos angolanos, dos cabo-verdianos, dos africanos e também dos portugueses. Essa é a equação a que é preciso encontrar uma solução, porque senão isto não passará de saudosismo. Vamos falar de saudosismo, mas queremos agora alimentar os nossos filhos e os nossos netos. Muito obrigado.

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Muito bem, temos aqui belas perguntas, que davam para outro debate, Dr. Vítor Ramalho. Temos ali António Faria.

António Faria – Muito boa tarde. Eu chamo-me António Faria, fui diretor da Casa dos Estudantes do Império, nos últimos anos, quando já não era a mesma. Estou aqui para felicitar a organização por este nobre acontecimento, felicito o Dr. Vítor Ramalho e nele a UCCLA, por ter organizado esta homenagem, esta justa homenagem a nós e felicito também os antigos companheiros da Casa dos Estudantes do Império, anteriores à minha passagem, visto que eu sou dos últimos, eu fui dos que fecharam a porta. Levantei-me apenas para destacar que a Casa dos Estudantes do Império criada, como se disse aqui, como uma montagem do regime colonial, mas cuja mudança foi quase imediata.

A Casa dos Estudantes do Império nasceu fundamentalmente com os estudantes apoiados por colonos de Angola. A Casa de Angola foi fundada em 1943 e a Casa dos Estudantes do Império em 1944. Quero recordar Alberto Marques Mano de Mesquita, um dos líderes, uma pessoa espantosa, respeitada da CEI. Quando organizei a comemoração da fundação da Casa dos Estudantes do Império, em 1994, apoiada pelo Jorge Sampaio, que era na

altura o presidente da Câmara de Lisboa, ele foi recordado, ainda estava vivo nessa altura mas praticamente incapacitado pela doença Falou-se nos “Netos de Norton”, título que nasceu aliás de uma conversa minha com o Orlando da Costa, que colaborou comigo num documentário que não consegui acabar, da RTP. Gostaria de recordar ainda que na CEI havia uma secção, da Índia, que não foi falada aqui convenientemente pois foi um elemento estruturante e extraordinário. Em Angola havia a cultura colonial, mas na Índia havia uma cultura nacional e ainda hoje nós sentimos que o sector de Goa era importante, mormente o Carlos Ataíde Lobo, que foi o segundo presidente, a seguir ao Alberto Marques Mano de Mesquita. A Casa dos Estudantes do Império foi fundada em março e, em outubro, o Marques Mano de Mesquita é destronado e cria-se um ambiente de progresso extraordinário na Casa dos Estudantes do Império que, esse sim, durou praticamente os 20 anos seguintes até nós fecharmos as portas. Eu queria fazer essa retificação como homenagem ao sector da Índia, que não pode ser esquecido, de maneira nenhuma.

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Muito obrigada pela sua intervenção e pelas intervenções de todos. Dou a palavra ao Adolfo Maria.

Adolfo Maria – Vou ser breve. Em primeiro queria realçar esta atividade da UCCLA, do resgatar da memória de tempos de brasa, que hoje ninguém pode imaginar o que foram, em que se lutava para poder falar e para sobreviver e para ter o mínimo de dignidade humana, mesmo aqui em Portugal e pior era nas colónias. Aliás, o Manuel dos Santos Lima relatou alguns episódios. Estão aí três combatentes, o Edmundo Rocha, o Luís de Almeida, o Manuel dos Santos Lima. E eu queria só salientar o

seguinte, eu creio que ainda é preciso bater na tecla, importantíssima, que a Casa dos Estudantes do Império não foi só uma casa onde se tomou consciência dos vários problemas que punha o sistema colonial, das identidades nacionais e das identidades africanas. A CEI deu, no que respeita à luta de libertação nacional, um contributo extraordinário para um salto qualitativo na luta de libertação nacional. Eu recordo apenas que, de repente, naquelas condições em que o MPLA estava, face à pressão da UPA/FNLA, absolutamente salvaguardada pelo Congo, as fronteiras fechadas e com poucos quadros, de repente, dezenas de quadros ingressaram no MPLA, e não só, também foram alguns quadros para a UPA e também para o PAIGC e para a FRELIMO. Bem, em proporção, foi esmagadora a proporção no caso do MPLA. Este reforço dos movimentos em luta armada, pela independência das antigas colónias, com quadros da CEI, não tem sido suficientemente debatido e realçado. Mas foi de uma importância extraordinária e a prova viu-se no Congo Léopoldville de então, apareceram 12 médicos, que constituíram o CVAAR, entre eles são-tomenses e angolanos. Bom, isto é muito importante e eu espero que, por exemplo, no colóquio que vai haver na Gulbenkian, um dos temas seja precisamente esse, o salto qualitativo ou não, conforme a perspectiva, que permitiu a fornada de futuros militantes que saíram da Casa dos Estudantes do Império. Deixo à vossa reflexão.

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Vamos dar a palavra para começar a responder à questão de criar atualmente uma Casa dos Estudantes para os estudantes dos PALOP, e porque é que Portugal não está a dar mais apoio a esses estudantes?

Vítor Ramalho – Há aqui vários amigos que se recordam que há uns anos, pro-

curámos reabilitar e preservar a Casa dos Estudantes do Império, inclusivamente o antigo edifício no Arco do Cego. Bate-mos na altura a todas as portas, inclusive à Assembleia da República, e à Presidência da República. Infelizmente, por um corte de gerações, a memória não era habitualmente salvaguardada na altura. Nunca mais abandonei a ideia de procurar transmitir a mensagem, com outros amigos, do que representou a Casa. Tive o privilégio, raro talvez, de ter privado com o Gentil Viana, com o Mário de Andrade, com os mais velhos, por razões que não vale a pena estar aqui a especificar, e percebi a dimensão que a Casa dos Estudantes do Império tem para o imaginário coletivo de todos nós. Isto para vos dizer que não foi possível levar por diante a preservação da Casa, devido a complexos, sem razão nenhuma, do antigo colonizador, e por se omitir que a luta anticolonial também foi comum à luta dos portugueses, dos angolanos, moçambicanos, etc., contra graus diferentes de repressão. O edifício da antiga CEI no Arco do Cego foi vendido, e o máximo que conseguimos - se passarem por lá constatarão isso – foi colocar no chão uma lápide que diz: “Aqui foi a Casa dos Estudantes do Império”. É triste, essa memória, de homens como o Amílcar Cabral, que foi fundamental na Casa, por tudo o que já aqui se disse, é necessário reavivar o espírito da pergunta que você fez.

Eu acho que começa a haver condições para isso, com estes movimentos que estamos a criar. Em Moçambique tem-se falado bastante nisso, o Sérgio Vieira tem-me ligado, o Mário Machungo também, o Pascoal Mocumbi e o próprio Chissano, e por isso é que vêm cá e agora talvez seja possível pressionarmos, de fora para dentro. A Câmara Municipal de Lisboa vai criar, brevemente, a chamada Casa de África, que vai ficar ali ao pé da Cordoaria Nacional. Eu não sei até

que ponto, porque isso já foi deliberado, será possível alargar esta chamada Casa de África (porque vai estar mesmo em marcha) à Casa dos PALOP, mas todos temos que fazer força para isso, por todas as razões e mais uma, portanto essa situação embrionária está lançada e é preciso agora pressionar. Aqui o Senhor Embaixador terá um papel determinante por ser embaixador junto da CPLP. Não me queria alongar mais sobre isto, mas esta memória é uma memória que não se pode perder e compete-nos passar o testemunho dos mais velhos para os mais novos, preservando o seu espírito de intervenção cívica solidária.”

Moderadora

Maria Flor Pedroso – Para responder igualmente às perguntas que foram colocadas pelo público, dou a palavra a Manuel dos Santos Lima.

Manuel dos Santos Lima – Gostaria de fazer algumas observações. Não sei se alguém conhecerá todos os condicionamentos que levaram os nossos países a não terem dado mais do que deram. Há um perfil comum a países como os nossos; primeiro, os povos, não souberam reter os seus quadros, o continente africano exporta, anualmente, cerca de 65% dos seus quadros para os países desenvolvidos. Essa carência de recursos humanos é ocupada depois, por exemplo, em Angola, por chineses: enquanto os angolanos estão a dançar, das 21 até às 7 da manhã, às 5h30m da manhã estão os chineses, pacatamente, de martelo na mão, a construir.

Bom, depois, os países africanos de expressão portuguesa tiveram, na altura da independência, um perfil comum: partido único, culto da personalidade, perseguição aos insubmissos e corrupção generalizada. Falando de Angola, hoje, em Angola, 85% da população é pobre e filhos dos responsáveis políticos de An-

gola e de Moçambique ocupam os lugares cimeiros nas fortunas acumuladas em África, como que por acaso. Eu sou ainda pessimista quanto ao futuro dos nossos países, não sei se eles terão tempo de recuperar o tempo perdido. Por outro lado, é uma lógica trágica, a ser verdade, como até agora nada o contesta, a vida nasceu em África, quem primeiro nasce, primeiro morre, portanto o continente africano não é um continente de futuro e, sobretudo, se pensarmos na enorme hemorragia cerebral e muscular desse continente, onde a escravatura fez mais de cem milhões de vítimas e onde hoje, 85% da população em quase todos os países são pobres, cerca de 20% vive com menos de 2 dólares por dia e 65% com menos de 1 dólar. É tudo.

Francisco Viana – Mas acabou por não dizer o que é que se pode fazer para melhorar. África é sim um continente de futuro, eu não podia ficar calado, África é um continente de futuro e nós, africanos, vamos demonstrar isso. E queremos que aqueles que estão cá façam mais qualquer coisa e que se juntem a nós.

Manuel dos Santos Lima – Mas o meu ponto de vista é que não sei se ainda teremos tempo.

Francisco Viana – Temos muito tempo e toda a vida!

Manuel dos Santos Lima – Viva o otimismo da juventude!

Francisco Viana – Não, já tenho 56 anos!

Luís de Almeida – Eu e o Manuel Lima somos muito, muito, amigos. Nos anos 50 estávamos quase todos os dias juntos. O Manuel Lima ao pôr o problema, tal como pôs, leva-me a perguntar porque é que o Manuel Lima não regressa à sua

terra? Quando os angolanos, os moçambicanos, os guineenses preferem viver no conforto, digamos, relativo ou não, mas conforto que as suas terras não podem dar, há, por parte deles, uma certa ...cobardia não direi, porque o Manuel Lima não é cobarde, mas não há razão para o Manuel Lima tomar essa posição. Regressa à terra, pá! Porque é com todos os seus filhos que a terra se vai desenvolver. Agora, se há angolanos, ou moçambicanos ou dos outros países, que criticam o seu país, sim senhor, o nosso país não está bem, mas também não está tão mal como o Manuel Lima pretende. Mais, o Manuel Lima, quadro que é, foi o primeiro comandante do EPLA, eu tive o privilégio de o ter ajudado a sair de Damasco, onde ele tinha pedido asilo para não ir para a Índia. Portanto, o Manuel Lima deveria regressar. Estou a pôr o problema abertamente porque, de facto, isto não responde à pergunta que o Chico Viana pôs, agora que vim para Portugal é que estou a ver a quantidade de angolanos vivem aqui, e eu pergunto, porquê? Corrupção há em todo o lado. Mas é necessário que os angolanos se consciencializem que a terra não é madrastra, mesmo se a terra não está bem, mas é com o nosso sacrifício e trabalho que podemos melhorar o país. Ao falarmos nos dois dólares por dia, apesar disso, as pessoas vivem, Manuel Lima, vivem, e seria bom que os angolanos que criticam venham à terra. A situação em Angola hoje é diferente da situação de há vinte anos, trinta anos. Logo a seguir à independência não havia pão, e porque é que não havia pão? Porque havia o embargo de exportação de farinha para Angola, decretado pelos países ocidentais. Hoje há pão e muito pão. Mas há muito por fazer e é preciso que sejamos todos, nós os angolanos, a darmos as mãos e irmos para a terra e fazermos qualquer coisa para que essa situação mude. É só isso, com toda amizade que eu tenho pelo Manuel Lima.

Moderadora

María Flor Pedroso – Antes de terminar há uma frase que o Manuel Lima quer deixar.

Manuel dos Santos Lima – Bom, é só para dizer ao meu querido amigo Luís de Almeida que eu fui, durante dois anos, reitor da Universidade Lusíada, em Luanda, e atualmente sou diretor do

Politécnico, no Huambo, para onde regresso amanhã. Portanto, não deixei Angola. A segunda coisa, apesar da minha participação na luta de libertação, eu não tenho uma pensão de reforma, porque alguém se está a abotoar com ela.

Moderadora

María Flor Pedroso – Onde a Casa dos Estudantes do Império nos leva!

Termina assim este debate, que foi um pouco entrecortado, que transbordou um pouco, como é normal. Foi a atualidade, talvez os meus colegas jornalistas hoje tivessem feito mal em não estar aqui, porque este debate deu efetivamente notícia. Tenham uma boa tarde e eu agradeço mais uma vez o convite do Dr. Vítor Ramalho.



homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

▲ TERCEIRO ATO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EXPOSIÇÃO "CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
1944 - 1965, FAROL DE LIBERDADE"

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

1944 - 1965

21 MAI/
25 JUN

ENTRADA LIVRE

GALERIA
DOS PAÇOS
DO CONCELHO

SEG A DOM
10H ÀS 13H,
14H ÀS 17H



design@Rute Project

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Exposição “Casa dos Estudantes do Império, 1944-1965. Farol de Liberdade”

Esta exposição é uma iniciativa da Comissão organizadora do programa de homenagem aos associados da Casa dos Estudantes do Império, criada pela UCCLA. É constituída por seis núcleos: *O desmoronar dos Impérios Coloniais; A Casa por dentro; À volta da Casa; A Casa à descoberta do Mundo; A Casa vigiada; Para lá da Casa.* A exposição, essencialmente documental, visa reconstituir o percurso da Casa dos Estudantes do Império (CEI), inserindo-o no contexto nacional, imperial e internacional mais alargado, bem como dar a conhecer o universo humano que a compunha, a natureza e impacto das suas atividades, as relações estabelecidas com o mundo exterior (a oposição portuguesa, o movimento estudantil, redes de solidariedade anticolonial internacional, etc.), o processo de (re)descoberta dos seus territórios e culturas de origem, e a importância do seu legado histórico.

ORGANIZAÇÃO:

CML – Câmara Municipal de Lisboa

Presidente – Fernando Medina

Vereadora da Cultura – Catarina Vaz Pinto

Diretor Municipal de Cultura – Manuel Veiga

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Secretário-Geral – Vítor Ramalho

COMISSÃO EXECUTIVA:

Coordenação Geral e Curadoria – Jorge Mangorrinha

Consultoria Histórica – Aida Freudenthal | Cláudia Castelo

Textos e Seleção de Conteúdos

Aida Freudenthal | Cláudia Castelo | Carlos Veiga Pereira (colab.) |

Rosário Rosinha (colab.) | Rute Magalhães (colab.)

Conceção Expositiva

André Maranhã | Joana Cintra Gomes | Rute Figueira

Design Gráfico – Rute Figueira

Digitalização – João Carlos Oliveira | Joaquina Cunha

Execução e Montagem – J. C. Sampaio, Construção

AGRADECIMENTOS PESSOAIS:

Acácio Meireles | Amândio Cordeiro | Amândio Costa | Ana Carmo Mesquita (espólio Dr. Arménio Ferreira) | António Noronha |

António Segadães Tavares | Arsénio de Pina | Artur Costa Salgado | Astrid Carvalho | Celme C. Cruz (espólio Zé Ilídio Cruz) | Conceição Neto | Edmundo Rocha | Eduardo Medeiros | Fernanda Santos (espólio Zé Manel Santos) | Fernando Jorge Colaço | Fernando Pereira | Filomeno Vieira Lopes | Frederico Delgado Rosa | Gracinda Monteiro (espólio Manuel Monteiro) | Isabel Castro Henriques (espólio A. Margarido) | Jaime Menezes | João Oliveira | Jorge Querido | Jorgelino Andrade | José Sonnemberg Fernandes | Judite Cília | Júlia M. Jaleco | Júlio Almeida | Luís Cília | Manuel Rui Monteiro | Margarida Lima de Faria | Maria do Rosário F. V. Monteiro | Maria Ervedosa (espólio C. Ervedosa) | Óscar Monteiro (espólio Fernando Ganhão) | Paula Pena | Sara Boavida | Tomás Medeiros

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

PARCEIROS: FMS – Fundação Mário Soares – Alfredo Caldeira, Catarina Santos | RTP – Rádio e Televisão Portuguesa – António Luís Marinho, Filomena Fernandes, Hugo Alarcão | ATD – Associação Tchiveka de Documentação – Luanda (Angola) – Wanda Lara | CIDAC – Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral – Helena Teotónio Pereira

COLABORADORES: ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo – Silvestre Lacerda, Anabela Ribeiro, Fernando Costa, Paulo Tremoceiro, Rui Manuel Pires | BNP – Biblioteca Nacional de Portugal – Luísa Vaz | IMAGOTECA – Biblioteca Municipal de Coimbra | Livraria Histórica e Ultramarina | Arquivo GES – PCP

CASA DOS
ESTUDANTES

DO
IMPÉRIO 1944 -
1965

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO — FAROL DE LIBERDADE



A criação da Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) foi sugerida pelo ministro das Colónias e apoiada pela Mocidade Portuguesa, para reunir numa só associação os jovens "ultramarianos" e estudar na metrópole. Além da sede em Lisboa e da delegação de Coimbra, houve uma lenda e efémera delegação no Porto. A Casa cedo subverteu as expectativas oficiais de um corpo obediente e alinhado com a ideologia imperial. Se o grupo fundador tinha simpatia do e pelo regime, a maioria dos membros das direcções eleitas que se seguiram contestou a ditadura e o colonialismo. Pela Casa (ou melhor pelas Casas) passaram jovens de diferentes províncias geográficas, de diferentes etnias, de diferentes origens sociais, culturais e económicas, de diferentes religiões e com diversas posições político-ideológicas. Juntos defenderam a liberdade e a independência da Casa para país fascista. Muitos deles viriam a participar nas lutas de libertação nacional, alguns dos quais em posições de destaque como militantes e dirigentes, outros como participantes na construção dos novos países africanos independentes.

Constituída por seis núcleos - O desmantelar dos impérios coloniais; A Casa por dentro; A sota da Casa; A Casa à descoberta do Mundo; A Casa vigilante; Para lá da Casa, a exposição, essencialmente

documental, visa reconstituir o pensamento da Casa dos Estudantes do Império, inserido-o no contexto nacional, imperial e internacional mais alargado, bem como dar a conhecer o universo humano que a compunha, a natureza e o impacto das suas actividades, as relações estabelecidas com o mundo exterior (a Oposição portuguesa, o movimento estudantil, redes de solidariedade anticolonial internacional, etc.), a descoberta dos seus territórios e culturas de origem e a importância do seu legado histórico.

A Casa foi alvo de rusgas e apreensões e finalmente encerrada pela polícia política da ditadura. Por isso, o que resta do seu arquivo institucional encontra-se no Arquivo da PIDE na Torre do Tombo. A exposição vive dos materiais que foi possível reunir: fotografias, publicações periódicas, livros, documentos oficiais, etc., muitos dos quais na posse de artigos associados que generosamente os cederam, outros disponibilizados pelo Arquivo da Fundação Mário Soares, pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo, pela Biblioteca Nacional de Portugal, pela Hemeroteca Municipal de Lisboa, pela Imagotheca da Câmara Municipal de Coimbra, pelo Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral - CIDAC, pelo Arquivo do PCP - GES, entre outros arquivos e bibliotecas nacionais e municipais.

Em Lisboa, Coimbra e Porto, universidades e institutos foram frequentados por jovens provenientes do então Império colonial, onde tais instituições eram inesistentes. Graças ao intenso convívio diário entre os sócios, a ambiguidade identitária de um foi sendo clarificada, permitindo a muitos jovens reencontrarem e projetar o seu futuro individual e coletivo.

Dos vetores da exposição merecem particular destaque o que toca as contradições entre o projeto oficial que presidiu à criação da Casa e a dinâmica interna que conduziu ao afastamento da Casa dos propósitos enunciados pelo Estado Novo; e o que incide nos processos de consciencialização cultural e política e de crescente contestação do sistema colonial, em consonância com o movimento que emerge no rascacão do II Guerra Mundial e se estende até aos anos 60, de afirmação dos nacionalismos asiáticos e africanos.

A Casa foi um pequeno farol de liberdade e solidariedade, um nó numa vasta rede de agentes, ideias, instituições e movimentos transnacionais de resistência ao colonialismo, uma imprevisível antecâmara da independência futura.





A CASA POR DENTRO

No início dos anos 40, foi criada, em Coimbra, a Casa dos Estudantes de Moçambique, iniciativa de universitários oriundos da colónia; em meados de 43, iniciativa semelhante deu lugar, em Lisboa, à fundação da Casa dos Estudantes de Angola, seguindo-se a criação de Casas de outras colónias.

A Mocidade Portuguesa obtém o apoio do ministro das Colónias para proceder à fusão de todas as Casas numa única Casa dos Estudantes do Império (CEI).

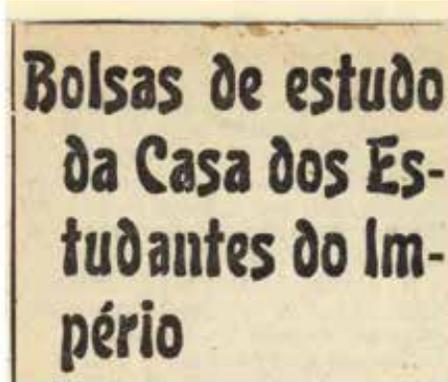
A sua fundação data de 1944, criando forte expectativa tanto na metrópole como nas colónias, onde os jornais dão relevo à sua utilidade social e política. Tanto os estudantes como as suas famílias desejam assegurar o bem-estar dos sócios

e promover a sua integração num meio desconhecido e, por vezes, hostil. Entretanto, o regime projetara formar as futuras elites coloniais, com uma “mentalidade imperial”.

Porém, a realidade gerou uma dinâmica inesperada. Os estudantes que afluem à CEI estabelecem entre si relações de amizade, de camaradagem e de cumplicidade. A participação em atividades sociais, culturais e recreativas da associação estimulou o conhecimento, a identidade cultural e a noção de pertença aos territórios de origem. A partir de 1957, uma estrutura interna mais funcional permitiu resultados mais eficazes no sentido de uma consciência coletiva.

Demarcando-se da cultura colonial dominante e numa troca permanente com movimentos literários das colónias, a atividade editorial da CEI projetou as novas literaturas africanas em língua portuguesa, enquanto a *Mensagem* publicava textos que denunciavam a violência do sistema colonial, o trabalho forçado, o contrato e a falta de investimento na educação dos africanos.









A CASA POR DENTRO

SÓCIOS E CAMARADAGEM

Actividades RECREATIVAS E CULTURAIS promovidas pela Casa dos Estudantes do Império

E' já hoje que, por iniciativa da Delegação em Coimbra da Casa dos Estudantes do Império, será inaugurada no salão próprio do Posto de Turismo, á Portagem, a Exposição de Fotografia Etnográfica, de Neves Dias, patrocinada pelo Grupo Camara e que estará patente até 15 do corrente.

Por outro lado, o concerto de piano por Sequeira Costa, marcado para o próximo dia 17, ás 21,45, no Anfiteatro-Maior da Faculdade de Letras e que a Casa dos Estudantes do Império dedica á Academia, em geral, e aos estudantes ultramarinos, em particular, é aguardado com justificado interesse.

Já na próxima 4.ª-feira, para comemorar o dia de S. Martinho, a Delegação da Casa dos Estudantes do Império promove uma excursão á Mealhada, Sangalhos, Luso, Buçaco e Penacova, com visita a algumas caves.

O espectáculo que, como já anunciei o «Diário de Coimbra», a Sociedade de Instrução Tavadense, vem efectuar, a convite da Casa dos Estudantes do Império, no próximo dia 16, ás 21,30 horas, no Teatro Avenida, a favor do Asilo da Infancia Desvalida, e que será dedicado á população de Coimbra, está a despertar verdadeira ansiedade. O facto de ser levada á cena a peça «Frei Luis de Sousa», de Almeida Garrett, aquela com que José Ribeiro alcançou, recentemente, o Prémio de Encenação, no Concurso de Teatro do S. N. L., justifica bem o entusiasmo que existe por esse espectáculo.

Também a Delegação da Casa dos Estudantes do Império, dentro do seu variadissimo programa de actividades recreativas e culturais marcadas para este início do ano lectivo, estabeleceu que, no próximo dia 21, se efectue um almoço de confraternização dos ultramarinos; e, á noite, um baile no C. E. L.

Casa dos Estudantes do Império

AVENIDA DUQUE DE ÁVILA, 23

COMEMORAÇÕES DO 18.º ANIVERSÁRIO

PROGRAMA
(30 DE MARÇO A 7 DE ABRIL)

- 30 DE MARÇO — 21 HORAS
PALAVRAS DO PRESIDENTE DA Direcção
CONFERENCIA PELO ENG. HUMBERTO FONSECA
— O PROBLEMA DO FOMENTO ECONOMICO-SOCIAL DE CABO VERDE A LUZ DAS CALAMIDADES NATURAIS DA REGIÃO.
- 31 DE MARÇO — 10 HORAS
Encontro de Futebol no I. S. Técnico
DIRIGENTES ANTIQOS — DIRIGENTES ACTUAIS.
— 13 HORAS
Passelo Turístico a SINTRA.
- 1 DE ABRIL — 18 HORAS
Abertura de exposiçao de pintura de JOSE PÁDUA (Pavão Moçambicano).
- 2 DE ABRIL — 21.30 HORAS
Conferencia a designar oportunamente.
- 4 DE ABRIL — 21.30 HORAS
Audição de Musica de JAZZ comentada pelo DR. RAUL GALADO
(apresentaçao gentilmente cedida pela PHILIPS).
- 5 DE ABRIL — 18.30 HORAS
SESSÃO DE CINEMA NO IMPERIAL
(em colaboraçao com o C. C. U. L.).
- 6 DE ABRIL — 17 HORAS
CONVERSA SOBRE CULTURA ULTRAMARINA
(Pelo Departamento Cultural de C. E. L.).
— 21.30 HORAS
SESSÃO DE FOLCLORE
Com conjuntos de ANGOLA E CABO VERDE
- 7 DE ABRIL — 10 HORAS
Manhã Desportiva — no Estádio Universitario.
— 13.00 HORAS
Almoço de Confraternização seguido de Tarde de Convívio.

100 — — — — —





CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
 Associação de Estudantes
 LISBOA

Cartão de Identidade N.º 121

Nome: **Carlos Natal Gonçalves Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: Carlos Mendes

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **António José Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: António José Mendes

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
 Associação de Estudantes
 LISBOA

Cartão de Identidade N.º 122

Nome: **António José Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: António José Mendes

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **António José Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: António José Mendes

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
 Associação de Estudantes
 LISBOA

Cartão de Identidade N.º 123

Nome: **António José Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: António José Mendes

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **António José Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: António José Mendes

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
 Associação de Estudantes
 LISBOA

Cartão de Identidade N.º 124

Nome: **Filipe Eduardo de Almeida**
 1º Secretário - Direcção

Matrícula: 121212

Assinatura: Filipe Almeida

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **António José Mendes**

Matrícula: 121212

Assinatura: António José Mendes

Casa dos Estudantes do Império
 Associação de Estudantes

Nome: **Luís Carlos de Jesus**

Matrícula: 121212

Assinatura: Luís Carlos de Jesus



A CASA À DESCOBERTA DO MUNDO

O movimento da Negritude, iniciado em França por intelectuais africanos e antilheses, reivindicava o fim da violência colonial e da discriminação racial e a valorização cultural e política dos negros. Inspirado no pan-africanismo e no *Harlem Renaissance* (Movimento Negro Americano) do período entre-guerras, teve forte impacto na juventude pós-1945, nos países colonizados de África e das Caraíbas e na América Latina. Não obstante a repressão e o isolamento impostos pela ditadura salazarista, ecos daqueles movimentos também vão chegar aos jovens das colónias portuguesas.

A partir de 1947, a atividade cultural da CEI começa a responder ao desejo dos associados de conhecer

as suas raízes culturais, de (re)descobrir África e o mundo. Esse processo não se circunscreve à Casa. Tanto em Lisboa como em Coimbra, surgem espaços informais de circulação de livros e ideias, de reflexão e debate político, de contestação ao fascismo e ao colonialismo, sob o impulso da “geração de Cabral”. É o caso do Centro de Estudos Africanos (CEA) onde, entre 1951 e 1953, um grupo restrito de estudantes discute, em reuniões semi-clandestinas, as identidades culturais e históricas e os problemas africanos.

A Negritude e outras filiações intelectuais transnacionais, assim como movimentos culturais e literários das colónias portuguesas, como o “Vamos descobrir Angola!”, animam as conversas. Ali fermenta a crítica ao lusotropicalismo que Mário de Andrade viria a publicar na revista *Présence Africaine*, denunciando a argumentação usada pelo Estado Novo para legitimar a perpetuação do império português.

Este despertar cultural dos jovens da CEI consistiu, essencialmente, na “reafricanização dos espíritos”.

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

QUARTO ATO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

COLÓQUIO INTERNACIONAL

“CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO:
HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, LEGADOS”



COMISSÃO ORGANIZADORA DA HOMENAGEM
UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Vítor Ramalho (Secretário-Geral)
Anabela Carvalho
Anabela Simão
Carlos Brito
Clara Santos
Isabel Cruz
João Laplaine Guimarães
José Bastos
José da Silva Ferreira
Rosário Rosinha
Rui Lourido

Aida Freudenthal
Carlos Veiga Pereira
Cláudia Castelo
Judite Cília
Luís Todo-Bom
Rute Magalhães

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aida Freudenthal
Amélia Neves Souto, CESAB, Moçambique
Ângela Coutinho, PRI, FCSH-UNL
Cláudia Castelo, CIUHCT, FC-ULisboa
Conceição Neto, UAN, Angola
Elísio Macamo, CEA, Universidade de Basileia
Fernando Tavares Pimenta, CesNova, FCSH-UNL

Isabel de Castro Henriques, CESA-ISEG-ULisboa
Leila Leite Hernandez, USP, Brasil
Manuela Ribeiro Sanches, FL-ULisboa
Marcelo Bittencourt, UF, Brasil
Margarida Calafate Ribeiro, CES-UC
Maria Paula Meneses, CES-UC
Miguel Bandeira Jerónimo, ICS-ULisboa
Miguel Cardina, CES-UC

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS:
UCCLA; CES, ICS, Univ de Lisboa

APOIOS: CML, FCT, Fundação Calouste Gulbenkian; Camões Inst da CL.

COLÓQUIO INTERNACIONAL
**CASA DOS ESTUDANTES
DO IMPÉRIO: histórias,
memórias, legados**

22, 23 e 25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

homenagem
**CASA DOS
ESTUDANTES
DO IMPÉRIO**

APRESENTAÇÃO

Além de painéis centrados na evolução e no papel histórico da Casa dos Estudantes do Império, o programa do Colóquio incide sobre temas que estão a montante e a jusante da Casa e se interligam: o império português, o Estado Novo, e a cena internacional instituída no final da Segunda Guerra Mundial, concretamente a era das descolonizações; a situação colonial nas sociedades de onde provinham os estudantes associados da CEI; as questões que estiveram na origem da contestação ao colonialismo pelos estudantes oriundos do espaço imperial, tais como o trabalho forçado, as restrições aos direitos sociais, económicos e políticos, a educação, etc.; a emergência dos modernos nacionalismos asiáticos e africanos e a circulação transnacional de atores, textos e ideias anticoloniais; os movimentos e organizações de estudantes africanos e asiáticos nas colónias e nas metrópoles de outros impérios coloniais; o nascimento dos movimentos de independência nas colónias portuguesas, as lutas de libertação e os processos de descolonização.

O objetivo do colóquio é contribuir para leituras da história atentas ao mundo, às circulações e aos (des)encontros, capazes de desfazer preconceitos (mormente uma visão eurocêntrica da CEI), a ilusão do unanimismo (ausência de contradições e conflitos internos) e o mito da excecionalidade da Casa no contexto internacional.

Trata-se de um colóquio multidisciplinar que congrega especialistas das Ciências Sociais e das Humanidades, oriundos de instituições académicas de diversos países, interessados em debater de forma crítica e plural as histórias, as memórias, as interações e os legados da Casa dos Estudantes do Império. O desafio que se propõe é contextualizar a Casa em várias escalas de análise e compreendê-la, enquanto realidade dinâmica e heterogénea, num quadro comparativo internacional¹.

¹ In: Programa do Colóquio, distribuído durante o mesmo.



QUIZÃ [22 de maio (sexta-feira)]

09h00 | Registo de participantes e entrega de documentação

09h15 - 09h30 | Sessão inaugural

Isabel Luís Cardoso, Diretor do ICS-ULisboa
Margarida Calafate Ribeiro, em representação da direção do CES-UC
Eduardo Marçal Grilo, Administrador da Gulbenkian
Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA

09h30 - 10h15 | Conferência de abertura

Valentim Alexandre
Portugal, a questão colonial e as grandes viagens de História (1941-1975)

10h15 - 11h30 | 1.ª painel

O problema colonial e o contexto político nacional e internacional nos anos 1940-1960

Fernando Tavares Pimenta, CESNOVA-UNL

Pedro Aires Oliveira, FCSH-UNL

O Salazarismo e as Escuelas Brasileiras da Descolonização

Helóia Paulo, CES20-UC

A Oposição exilada e o problema colonial

Diego Ramada Curto e Bernardo Cruz, IFRJ-UNE

Causas do encerramento da Casa dos Estudantes do Império

11h30 - 11h45 | Pausa para café

11h45 - 13h00 | 2.ª painel

A situação colonial e os temas da "dissidência"

Miguel Bandeira Jerónimo, ICS-ULisboa

Alexander Keese, Universidade Humboldt de Berlim/Universidade de Genebra

O Império das Dissidências: realidade de colonial e conflito interno na administração «ultramarina» portuguesa, 1940-1961

José Pedro Monteiro, ICS-ULisboa

Au politics laborais enquanto objecto de contestação imperial: redes e circuitos internacionais e transnacionais, 1940-1962

Philip Havik, IHMT-UNE

Impostos e imposições: o impacto das políticas e práticas fiscais nas colónias portuguesas em África, 1900-1960

13h00 - 14h30 | Pausa para almoço

TERÇA [22 de maio (sexta-feira)]

14h30 - 15h00 | 3.ª painel

A Casa dos Estudantes do Império: contexto social, político e cultural

Aida Freudenthal

Filipe Zau, Universidade Independente de Angola

Marilúdas e estudantes africanas, da década de 50, em Portugal: uma mezena etnográfica de complexidade política

Darlene A. Sadler, Indiana University Bloomington

A Casa dos Estudantes do Império e o Boletim Mensagem

Victor Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Entre a diversidade e a política: o discurso na Casa dos Estudantes do Império

Cláudia Castello, CIUNCT-ULisboa

A Casa, África e o Mundo: pistas de investigação

16h00 - 18h15 | Pausa para café

18h15 - 18h00 | 4.ª painel

A Casa dos Estudantes do Império: histórias, percursos e memórias

Margarida Calafate Ribeiro, CES-UC

Aida Freudenthal

Os estudantes gozes na Casa dos Estudantes do Império

Ángela Coutinho, IPRJ-UNL

Os edifícios cabo-verdianos e guineenses da Casa dos Estudantes do Império: socialização e trajetórias políticas

Inocência Maria, Universidade de Lisboa/Universidade de Macau

Os Ficcionistas da CEI: a narrativa curta e a sua função testemunhal

Carlos Serrano, Universidade de São Paulo

CEI, Fugas: No espaço do imaginário e no tempo das regressões

Marcelo Bittencourt, Universidade Federal Fluminense

Os ambientes coloniais e as memórias da CEI



MANHÃ (23 de maio (sábado))

09h30 - 11h00 | 5.ª reunião
Os movimentos estudantis no desmoronar dos vários impérios coloniais
Ângela Costinho, IPH-UNL

Hakim Adi, University of Chichester
African students and anti-colonial activity in Britain, 1900-1955
Nicolas Bancel, Université de Lausanne
Le conflit entre FLN/EF et FL/DZEMO: La guerre d'Algérie comme catalyseur de la radicalisation des mouvements étudiants coloniaux, 1938-1960
Amélia Neves Sousa, Centro de Estudos Sociais Agostinho Neto
O movimento estudantil universitário em Lourenço Marques nos anos de 1970

11h00 - 11h15 | Pausa para café

11h15 - 11h30 | 6.ª reunião
A circulação transnacional de ideias, textos e ideias anticoloniais, e a emergência dos modernos nacionalismos asiáticos e africanos
Miguel Carliño, CES-UC

Mariana Ribeiro Sanches, FI-ULisboa
Viagens de textos e descolonização da Europa
Laila Leite Hernandez, Universidade de São Paulo
A Riberência dos ideais e o pensamento social africano
Maria Paula Meneses, CES-UC
Aliados a Sul
Fidel Reis, Universidade Agostinho Neto
O panfleto como lugar de luta anti colonial: o caso de Angola, 1958-1965
José Neves, FCSH-UNL
Economias de guerra e paz em Amílcar Cabral

11h00 - 14h30 | Pausa para almoço

TARDE (23 de maio (sábado))

14h30 - 16h30 | Mesa redonda
A Casa por quem a viveu
Edmundo Rocha, Fernando Mourão, Humberto Traça, Manuel Videira, Tomás Medeiros e Rute Magalhães
(moderação: Cláudia Castelo, CIUHCT, Uliúboa)

16h30 - 16h45 | Pausa para café

16h45 - 18h00 | Mesa redonda
Os filhos da Casa
Com a participação de descendentes de sócios da Casa dos Estudantes do Império
(moderação: Margarida Calafate-Ribeiro, CES-UC)

MANHÃ (25 de maio (segunda-feira))

09h30 - 11h00 | 7.ª reunião
Repensar conceitos: "Colonial", "Descolonização", "Pós-Colonial"
Maria Paula Meneses, CES-UC

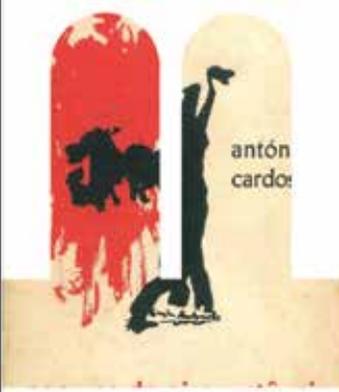
Bouventura Sousa Santos, CES-UC
Carlos Cardoso, CODESRIA
Óscar Monteiro

11h00 - 11h15 | Pausa para café

11h15 - 12h45 | Mesa redonda
O lugar da história nos Estudos Africanos. Balanço e perspectivas
Laila Leite Hernandez, Universidade de São Paulo

Clara Carvalho, CE-ISCITE-IUL
Elisio Macamo, Universidade de Swazila
Isabel de Castro Henriques, CESA-ISEG-ULisboa

12h45 | Sessão de encerramento
Bouventura Sousa Santos, Diretor do CES-UC



antón cardoso

Inscrição online gratuita em www.icsci.pt
No final do colóquio será entregue um certificado de frequência aos participantes inscritos



CASA DO IMPERADOR ESTUDO



homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

COLÓQUIO INTERNACIONAL
CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO:
histórias, memórias, legados

Fundação Calouste Gulbenkian | 23 maio de 2015

MESA REDONDA:

“A Casa por quem a viveu”



Edmundo Rocha



Fernando Mourão



Humberto Traça
(Mbeto Traça)



Manuel Videira



Tomás Medeiros



Rute Magalhães

Fundação Calouste Gulbenkian

23 maio de 2015

Mesa redonda:

“A CASA POR QUEM A VIVEU”,

com Edmundo Rocha, Fernando Mourão, Humberto Traça, Manuel Videira, Tomás Medeiros e Rute Magalhães

Edmundo Rocha

Muito obrigado, agradeço a vossa presença. No decurso das intervenções de muitos participantes neste colóquio, apercebi-me da enorme importância e notoriedade que esta associação de vontades e de sonhos soube granjear ao longo da história. Porque este olhar sobre o passado, sobre a nossa vivência na Casa, é também uma revisitação da história que várias gerações souberam gizar sobre o nosso microcosmo, o nosso devir como agentes transformadores sociais e sobre o intercâmbio de culturas, de ideias e de vontades.

Ao longo de duas décadas, de 1944 a 1965, a CEI, criada a partir de núcleos nacionais de estudantes angolanos, cabo-verdianos, goeses, agrupou-se por vontade política do Estado Novo, tendo sofrido paulatinamente uma evolução que eu caracterizaria em quatro períodos. O primeiro período foi representado, essencialmente, por muitos filhos de colonos, de altos funcionários coloniais, no espírito do regime. Durante anos, a CEI desenvolveu uma intensa atividade associativa, de apoio assistencial, ações culturais e promoveu o desporto. Reunindo os estudantes oriundos de várias colónias africanas, macaenses e indianas, a CEI foi um lugar de convivência, de cruzar de culturas, criando um espírito unitário resultante da fusão de valores diversos, dando origem àquilo que vemos e sentimos hoje, o espírito da Casa, que perdura após décadas de uma história tumultuosa.

No final dos anos quarenta, com a chegada da geração dos “Mais Velhos”, Amílcar Cabral, Mário de Andrade e Marcelino dos Santos, em Lisboa, e de Agostinho Neto e Carlos Veiga Pereira, em Coimbra, iniciou-se um segundo período na vida da CEI. Foi no início desse período que eu mergulhei profundamente nas atividades da CEI em Coimbra onde, através de conversas, debates, colóquios, iniciei a minha angolanidade. A presença de vários estudantes ligados ao MUD Juvenil e ao Ateneu de Coimbra conferiu à delegação da CEI de Coimbra um marcado de cunho político antifascista e anticolonialista

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Colóquio Internacional
CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO:
histórias, memórias, legados

em nítido contraste com as atitudes mais conformistas da grande maioria dos estudantes africanos em Lisboa. A participação de Marcelino dos Santos e de Amílcar Cabral em cargos diretivos em Lisboa, não conseguiu modificar estas características da CEI, motivo que levou os estudantes africanos mais progressistas a reunirem-se na casa da são-tomense tia Andreza, criando aí um espaço de liberdade, de confronto de ideias e de saberes, naquilo que veio a chamar-se o Centro de Estudos Africanos, uma iniciativa intelectual que traduzia uma pulsão telúrica da redescoberta do Eu africano.

A criação do Clube Marítimo Africano, em dezembro de 1954, obedeceu a outras necessidades e objetivos. O Clube Marítimo movimentou elementos africanos oriundos de extratos sociais diferentes e nasceu da convergência de ideais



progressistas e nacionalistas que permitiram o encontro de trabalhadores africanos com estudantes africanos, marxistas e nacionalistas, que não encontravam na CEI de então um ambiente propício às suas atividades políticas. O Clube foi o inédito “soviète” africano incrustado em terras lusas, onde militaram vários estudantes africanos, entre os quais Agostinho Neto, Lúcio Lara, Pedro Sobrinho e Ivo Lóio. A ação dos jovens africanos não incidiu somente na criação de um ambiente fraterno, multinacional e pluricultural, mas sobretudo rasgou novos horizontes abertos a ideias de liberdade e de progresso. Foi para nós a época da descolonização dos povos subjugados, muitas vezes difícil e sangrenta como foram as guerras de libertação do Vietname e, depois, da Argélia.

Nos anos cinquenta, as notícias destes acontecimentos conseguiam ultrapassar o espesso véu obscurantista em que mergulhara o mundo português, e influenciaram os estudantes africanos em Portugal, permitindo modificar gradualmente as suas atitudes e comportamentos. Este processo progressivo da descoberta de uma identidade própria, da tomada de consciência das diferenças históricas, culturais e sociais, da “redescoberta da roda” do nosso universo e também da necessidade de organização de práticas políticas, levou à criação do Movimento Anticolonial, o MAC. Inspirado pelos mais velhos, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Lúcio Lara, para muitos deles, a tomada de consciência política passou primeiro, nos anos 1949-1951, pela militância nos movimentos de oposição portuguesa, sobretudo no MUD juvenil. Só muito mais tarde é que alguns deles, sobretudo Lúcio Lara e Ivo Lóio, vieram a ter relações mais estreitas com o PCP. Houve, portanto, um longo período, até 1954, em que os Mais Velhos participaram ativamente na luta antifascista portuguesa tendo alguns, sofrido prisões prolongadas e torturas nos calabouços da PIDE, Ivo, Agostinho Neto, Graça Tavares. Outros, como Marcelino Santos, Mário de Andrade, Aquino de Bragança e eu próprio, optaram pelos rigores do exílio.

De 1954 a 1959, os “Mais Velhos” só raramente apareciam na CEI, preferindo militar no Clube Marítimo, onde encontravam um ambiente diferente. Esta aproximação de intelectuais africanos com trabalhadores marítimos, inédito na época, era a consequência lógica da praxis marxista e da necessidade de contactar os nacionalistas nos seus países de origem. A geração da “Nova Vaga”, que caracteriza o terceiro período da CEI a partir de 1954, composta sobretudo por mestiços, iria imprimir um espetacular dinamismo às atividades socioculturais e um carácter vincadamente nacionalista e progressista à ação de mobilização política, recusando a militância nos partidos e movimentos de oposição portuguesa. O ano de 1957 consti-

tuiu um ano charneira, com a direção da CEI assumida pela equipa de Fernando Vaz e consolidando-se a viragem no ano seguinte sob a direção de João Vieira Lopes e depois, em 1959-1960, com a equipa de Óscar Monteiro, da qual eu fui vice-presidente.

A nova geração, a “Nova Vaga”, utilizou a Casa como um instrumento político decisivo, não só permitindo a consciencialização dos jovens africanos que, entretanto, chegavam em grande número das colónias, mas também acompanhada paralelamente pela criação de organizações políticas africanas clandestinas, como o MAC e, dois anos depois, o Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), pouco conhecido, mas que esteve na base da organização da fuga dos cem estudantes. O terceiro período assiste às transformações sociopolíticas na CEI. De 1954 a 1961, a CEI foi-se progressivamente africanizando, colorindo-se com a chegada sucessiva de gerações de jovens mestiços. Foi neste período que começaram a aparecer jovens negros protestantes, que residiam nos lares do Lumiar e de Carcavelos. Jonas Savimbi, José Lihuca, Pedro Sobrinho e Pedro Filipe são alguns dos exemplos paradigmáticos. Esses jovens raramente frequentavam a CEI, receosos da sua má reputação política. Essa mestiçagem progressiva da CEI, no terceiro período da CEI, foi-lhe conferindo um ambiente diferente, africanizando-a mais, e ligando-a mais profundamente às famílias da terra.

Os fatores que conduziram a uma consciencialização política crescente dos jovens africanos foram múltiplos, complexos, progressivos. Leitura de obras de escritores progressistas, franceses, antilheses, brasileiros, africanos, influências políticas provenientes de Paris e do Brasil, independências e guerras de libertação em vários países do terceiro mundo, contactos regulares no Centro de Estudos Africanos, no Clube Marítimo Africano e no MAC, com os “Mais Velhos”, todos eles marxizados. Foi, no entanto, a “Nova Vaga”, a geração dos anos 1954-1961, que imprimiu um rumo novo e decisivo à Casa, transformando-a no seu contrário. Em 1957, com a criação do MAC, observou-se a alteração da orientação qualitativa na tomada de consciência nacionalista progressista dos jovens da nova vaga. A CEI deixa então de ser um local de encontro social e lúdico dos estudantes, para se transformar num poderoso instrumento de ideias libertadoras e do progresso do homem africano e da humanidade.

Face ao início da guerra colonial, em 1961, à repressão dos militantes africanos, e face ao apelo dos Mais Velhos, então em Conacri, à testa do MPLA, o MEA decidiu responder positivamente e organizar, em junho de 1961, a fuga de estudantes de Portugal. Para tal, enviou para o exterior dois dirigentes do

MEA, Graça Tavares e eu próprio, em abril de 1961. Perante a recusa do MPLA em assumir os custos dessa operação, foi o Bispo Black, dirigente máximo das igrejas protestantes (que encontramos em Genebra, em maio de 1961, com Luís de Almeida e Desidério Costa) que, com o apoio de Jacques Beaumont, dirigente da CIMADE, se encontrou em Lisboa com o meu amigo, Dr. João Vieira Lopes (já falecido), para organizar a fuga dos estudantes, que teria uma dimensão internacional e constituiu, a meu ver, o feito maior dos estudantes africanos em Portugal, da CEI.

Peço ao Medeiros e ao Videira, que participaram diretamente na fuga, para exporem os detalhes e as implicações dessa operação. Com a saída desses jovens de Portugal, abriu-se o quarto e último período da CEI, do qual temos aqui duas representantes, que são a Rute Magalhães e a Aida Freudenthal. A fuga criou um enorme vazio na CEI e conduziu ao enfraquecimento da ala nacionalista e progressista. No entanto, os estudantes que ficaram em Portugal, dirigidos por Carlos Ervedosa e por Júlio Correia Mendes, tentaram manter o espírito (lutador) da CEI. As atividades dos jovens estudantes africanos inquietaram cada vez mais o governo fascista, que decide suspender as dotações financeiras e encerra definitivamente, em 1965, as atividades da CEI, tendo todos os arquivos sido retirados pela PIDE.

Em conclusão, durante os vinte anos da sua existência, as ideias que nortearam a vida da CEI evoluíram de ideias fascistas no início da sua atividade, no primeiro período, para ideias nacionalistas e anticolonialistas, no terceiro e quarto, períodos. Uma nítida afirmação progressista e marxista no segundo período, no início dos anos cinquenta, sobretudo na CEI em Coimbra. A viragem ideológica para ideias nacionalistas anticolonialistas deu-se em 1957, com a criação do movimento anticolonialista (MAC). A ação mais marcante foi, certamente, a fuga dos cem estudantes africanos de Portugal, que veio reforçar a luta nacionalista e lhe conferiu uma dimensão histórica.

Fernando Mourão

Vou tentar referir-me só a alguns pontos. Em primeiro lugar, aqui o meu camarada Edmundo Rocha colocou-me sempre como radical, nos seus livros, eu, o João Vieira Lopes e mais uns tantos. Era o núcleo radical da Casa. E o que era ser radical na Casa? Naquela altura, havia a ideia de que havia bons

e maus portugueses, os salazaristas, eram os maus portugueses, e os outros, eram os bons portugueses, mas chegámos à conclusão que luta era luta, depois podíamos reconciliar, mas essa história de bons e maus não ia dar muito certo, daí essa fama que me deram, de radical. Embora radical, por exemplo, em Coimbra, fui editor da revista *Vértice*, que era uma revista do Partido Comunista. Se bem que eu tivesse trabalhado com o partido, nunca fui membro, embora tivesse sido várias vezes convidado, estabelecemos um elo muito forte, ora com o núcleo do MUD juvenil, ora com o próprio partido. Houve uma eleição para a Associação Académica de Coimbra, cujo presidente era o Urbano Frestas, eu aparecia lá como tesoureiro, e perdemos por poucos votos. Creio que o Boal também participou. Essa eleição, quase que a ganhámos, com a ajuda da Noémia Delgado, que era de Moçambique. A Noémia apresentou-nos às meninas do lar católico, a quem prometemos casamento, e as meninas católicas da faculdade de letras votaram maciçamente em nós. A Noémia depois veio a casar com o Alexandre O'Neill.

Há um tema para o qual quero chamar a vossa atenção, que é o tema dos esquecidos.

Vejam bem todas estas ligações, o Urbano, o Iko Carreira e outros, fizeram um curso de aviação em Cernache de Bonjar-





dim porque, nas nossas utopias, achávamos que nessa guerra íamos ter aviação e era preciso saber pilotar um avião. Tudo isso se deve a uma figura que ficou de aparecer, mas está doente, o nosso velho camarada Fernando da Costa Campos, que vive em Lisboa, amigo íntimo do Neto, é hoje um dos esquecidos. Foi um dos homens que esteve à frente da formação marxista na Casa dos Estudantes do Império.

Nessa época, havia uma grande ligação com o Ateneu, onde escondemos toda uma biblioteca. Quando pensaram fazer lá uma comissão administrativa, que não tomou posse porque foi recebida com cacetes, nós estávamos no primeiro andar e, na porta, onde estavam os indianos, macaístas, alguns angolanos, que era o caso do presidente da comissão, acharam por bem não subir as escadas. Cortaram-nos a verba, mas a Casa continuou com a sua direção própria. Nessa altura, na biblioteca da CEI, tínhamos não só literatura oficial do governo português, que foi extremamente útil, literatura antiga, depois a literatura dos brasileiros, o velho Georges Politzer, a 1.ª edição (a 2.ª edição, feita pelos assistentes, pois ele foi fuzilado, já estava um pouco estalinista, por isso não tem comparação com a 1.ª edição), e os livros da *Présence Africaine*, entre outros. Tudo isso foi transportado às escondidas para o Ateneu. Fiquei a saber que, quando houve 25 de Abril, em Portugal, esses livros desapareceram todos e perdeu-se o rasto dessa imensa biblioteca.

Ora, o que é que acontecia? Eu fui diretor da biblioteca durante anos, e como a minha mãe morava em Paris, ela era de São Tomé e era pintora, eu ia visitá-la periodicamente, e através do Mário de Andrade, ficava na *maison des étudiants du maroc*. Quem conhece bem a história do apoio da minha mãe é o Lúcio Lara, o dinheiro do partido passava pela conta dela e ela também emprestava ações para se ir buscar dinheiro. Então, a casa dela passou a ser ponto de reunião. Mamãe dava-se muito bem com os argelinos e foram em casa dela os nossos primeiros contactos com o *Front de Libération Nationale*. Mais tarde, com o Aquino de Bragança, vou reencontrá-los em Rabat. Isto depois liga-se à criação de uma célula do FLN, a Ahmed Ben Bella, com dois argelinos que estiveram no Brasil, que eram membros do *Front de Libération Nationale* e que pertenceram a essa célula. Por outro lado, havia as relações de natureza cultural e política com o Cheik Anta Diop, Nasser, Senghor, Aimée Cesaire, Vincent Monteil, não sei se vocês se lembram, era arabista e tinha sido diretor do IFAN¹, em Dacar. E surge a relação da federação de estudantes africanos em França com a união dos estudantes em Praga. Nas visitas periódicas para ver a minha mãe, em Paris, eu fazia de

“pombo-correio”, e trazíamos livros com capas de livros religiosos e outras coisas. Neste contexto, podemos constatar as relações estabelecidas pelos militantes e estudantes internacionalistas entre Paris – Rabat - *Front de Libération Nationale*.

Devido à limitação de tempo para falar, gostaria só de chamar a atenção para dois assuntos. Primeiro, pretendo conversar com a Aida Freudenthal sobre o seguinte: vejo que aqui há um “repeteco” incompleto. O Edmundo diz no livro dele que eu inventei “a roda”. Quer dizer, no fundo, a secção de Estudos Ultramarinos era uma cópia do Centro de Estudos Africanos, como depois foi no Brasil e em outros lados, em Argel e por aí fora. Então, de tempos a tempos, tínhamos que “reinventar a roda”, porque a cultura colonial era muito forte e influenciava todos, em especial os mais novos, por isso tínhamos que voltar a esses assuntos culturais antes de entrarmos na parte da formação política, um tema que o Edmundo apresenta bem. Na época, a repressão não permitia muita clareza, mas coexistiram a linha nacionalista e a linha marxista e, dentro da linha marxista, está a linha ligada ao partido comunista. Hoje, curiosamente, as pessoas têm vergonha de ser comunistas. Eu vejo no meu departamento, 80% dos professores eram marxistas, hoje são ex-marxistas e militam na direita, uma coisa estranhíssima, como essas coisas aconteceram. É tudo “ex”. Então, esse aspeto, do que era ser marxista, o que era o partido comunista, o que era um nacionalista, acho que é um tema a rever.

É importante recordar alguns ativistas que continuam no esquecimento. Quanto ao Aquino de Bragança, o azar dele era ser indiano, pois ao não ser africano ficava em segundo plano. Mas a grande cabeça, quem fez realmente a CONCP, quem dava as últimas ideias, era o Aquino Bragança. Eu lembro-me que, quando se começou a trabalhar, apareceu o famoso Manifesto do amplo movimento popular para a libertação de Angola. E foi o Aquino de Bragança que, como bom diplomata que era, dava as últimas cartas e punha as coisas numa linguagem mais universal. Foi ele que fez a abertura da relação oficial de Moçambique com o Brasil, anulando o argumento de alguns brasileiros democratas a residir em Maputo, que se opunham ao reconhecimento, pelo governo moçambicano, do governo brasileiro por ser um governo militar. Foi importante ampliar a outros os apoios aos novos governos para afirmação dos novos países independentes. Recordemos que o governo de Angola foi reconhecido pelo Brasil no governo do General Geisel, um grande estadista que reconheceu a independência de Angola.

Temos uma série de outras figuras de que pouca gente fala, como o Ivo Lóio, que já faleceu, foi torturado, teve grandes dificuldades. E o nosso camarada Guterres, ninguém sabe o que

¹ IFAN-Institut Français d'Afrique Noire.

é feito dele, se morreu na cadeia, se não morreu, se está vivo, não faço ideia. Morava com os irmãos Bernardinos. Essa gente toda sumiu.

Alguns médicos deram um apoio fundamental e amigo aos estudantes da CEI. Arnaldo Graça, psiquiatra português de Lisboa, deu-nos um apoio extraordinário, pôs a área médica toda a dar-nos apoio. O Arnaldo Lima, que era de Viana do Castelo, também não sei o que é feito dele. O outro Arnaldo, que era da Madeira e morreu aqui em Lisboa foi médico oncolologista durante muitos anos e acabou a vida mal.

Havia ainda um grupo de açorianos que fizeram engenharia, eu conhecia-os bem, porque fui indicado pela CEI, pelos irmãos Bernardinos, para ser o tesoureiro da RIA onde trabalhei com o João Cravinho, mais tarde deputado do Partido Socialista em Portugal.

Durante esse período em que estive na RIA conheci de perto uma série de gente que frequentava a Casa, que iam aos bailes e comiam lá na cantina, um deles até esteve para ir para o Brasil e depois descobri que foi para a Checoslováquia, perdi-lhe o rasto. Ou seja, há umas dezenas de pessoas extremamente importantes, africanos e não africanos, de que ninguém fala, desapareceram. Já que vocês aqui tiveram esta ideia magnífica de fazer essa homenagem à CEI, eu aproveito a ocasião para ver se pomos um termo ao “repeteco”. São sempre os mesmos. Os jovens pesquisadores vão lá e copiam sempre os mesmos nomes e isso continua de geração em geração e não temos praticamente novidades, o quadro tem muitos buracos. Ora, acredito que seria ocasião de se arranjar um grupo para se redescobrir estes nomes esquecidos. Outro membro da CEI, um rapaz indiano, médico, que foi presidente ou diretor da Casa, já não me lembro, depois foi viver na União Indiana, era um moço marxista que ajudou a divulgar a poesia. Foi o grande divulgador do Tagore² e da sua poesia. Quero ainda assinalar que, com o apoio dos marxistas, de alguns nacionalistas e do partido comunista, foi na direção desse indiano que se fez a abertura para todo o grupo do David (Bernardino). Ora, ninguém sabe desses homens que prepararam, no fundo, o caminho para os ativistas mais novos darem continuidade à consciencialização africanista e colonial. Há aqui coisas muito curiosas, e hoje, que já ultrapassámos, dificuldades, lutas, maldizeres, desconfianças, alguém ou um grupo de historiadores devia pegar realmente nestes temas e tentar apresentar esses nossos camaradas esquecidos que têm todo o mérito para estarem aqui presentes e infelizmente não estão.

² Rabindranath Tagore, poeta, romancista, músico e dramaturgo indiano. Prémio Nobel da Literatura em 1913.

Humberto Traça (Mbetto Traça)

O meu nome é Humberto Traça, sou angolano e pertenci à CEI. Vou falar um bocado sobre o meu percurso na Casa, claro está que não vou ser tão profundo nem tão eloquente como foram aqui os Mais Velhos, o Edmundo e o Fernando. Apesar de eu já ter mais de 70 anos, eles são os Mais Velhos, naquele tempo na Casa, eles eram os nossos Mais Velhos.

Antes de mais, quero agradecer esta iniciativa de se homenagear a saga da Casa que, pelo seu papel e pela vontade de alguns destacados membros, deu um contributo definitivo e útil às lutas de libertação das ex-colónias.

Para muitos de nós, naqueles tempos, a Casa era um lugar onde, através das amizades construídas, colmatávamos a falta das famílias que estavam longe e com as quais as comunicações eram difíceis e esporádicas. Era um reencontro de velhas amizades e um bom lugar para construir novas amizades. Mas, como aqui já foi dito, nem todos os que estavam na Casa comungavam as mesmas ideias de independência, e também não eram poucos aqueles que só apareciam para as farras, e aqueles que preferiam manter-se afastados para



não serem associados às ideias que não eram do agrado das autoridades.

A Casa foi sempre palco de inúmeras atividades conspirativas, entre as quais se destaca a fuga dos Cem, no verão de 1961, e não só.

Eu pertenci inicialmente à Casa em Coimbra, mas, sobretudo a partir de 1961, as suas atividades tinham pouca expressão. Fui membro da República dos Milionários, a qual, pela sua actividade, sobressaía no meio académico e era maioritariamente composta por angolanos. A República dos Milionários estava já na altura sob a permanente mira da PIDE, e diga-se de passagem, com certa razão. Entre 1961 e 1962, dez dos seus membros, quase todos angolanos, tinham “bazado”. Uns na fuga dos Cem, outros na fuga de Chipenda e outros ainda, individualmente.

O primeiro desertor das guerras coloniais foi também um antigo membro da República dos Milionários, o Dr. Mário Moutinho Pádua, que desertou em Angola em outubro de 1961, foi médico do PAIGC, e exilou-se na Argélia.

Eu vim viver aqui para o largo da Casa, na Rua Marquês de Tomar, naquele ano difícil de 1963, em que as poucas notícias que nos vinham do exterior não eram boas e a minha vida desenrolava-se toda na Casa.

Em março de 1963, fui preso pela PIDE, em plena rua, quando saía do Café Rialva para a Casa. O Rialva, assim como a Mimo, eram uma espécie de extensão da Casa.

No dia anterior havia sido publicada uma notícia nos jornais onde se dizia que eu, em companhia de Rui de Matos e de outros jovens, havíamos tentado fugir para Marrocos num bote a remos que acabaria por ir dar à costa de Cádiz. Na mesma leva foram presos o Alberto Rui Pereira, o Cláudio Sobral e o Zé Nobre.

Fui libertado meses depois e regressei à Casa. Em outubro desse mesmo ano, fui incorporado na 1.ª Companhia Disciplinar de Penamacor, onde fiquei até abril de 1964, altura em que fui transferido para Santa Margarida e mobilizado para ir combater no Ultramar. Em junho desse mesmo ano, na iminência de ser preso, e aproveitando um fim de semana, desertei, e foi na Casa que fui procurar ajuda e encontrei. Pude contar com a solidariedade ativa de vários camaradas angolanos e moçambicanos, entre os quais, o Dinis da Gama, o Américo, em casa de quem dormi a primeira noite. Do Óscar Monteiro, que me

arranjou um passaporte moçambicano falso, com o qual saí. Do Alfredo Margarido, do Matos Viegas e do Eugénio Vaz, que me arranjaram refúgio durante os cerca de 30 dias que estive escondido. Da Rute Magalhães que, com a PIDE à porta, retirou o meu passaporte, que estava escondido na biblioteca. Do meu amigo do peito e já desaparecido José Lucas e ainda e sobretudo do Rui Pereira, do Álvaro Sequeira Santos e do Zefo, que me resgataram quando estava perdido na outra margem do rio. Mantiveram permanente contacto comigo, e depois, pondo em risco a sua segurança, não hesitaram em levar-me de carro até à fronteira, que atravessei com a ajuda de um passador. E depois de uma longa e solitária travessia de Espanha, consegui chegar a França.

O Rui Pereira, que está aqui presente, era então, naqueles tempos difíceis, o presidente da Casa e é um dos melhores testemunhos vivos sobre os anos que antecederam o seu encerramento definitivo.

Estar aqui 50 anos depois, a falar da Casa sobre os mais diversos aspetos é bom, gratificante.

Manuel Videira

Chegámos a Coimbra num grupo em que estavam integrados o Gentil Viana e o Teixeira da Silva, que eram estudantes de Direito, e ficámos completamente desamparados porque a Casa de Estudantes de Coimbra era uma agência, digamos, da casa central aqui em Lisboa. Não tinha a mesma vivência, a mesma intensidade, a mesma quantidade de estudantes e, portanto, o sistema de encontros e de convivência era muito diferente.

As instalações da CEI de Coimbra eram bastante exíguas, não davam para se organizar, como aqui em Lisboa, um restaurante, uma cantina, ou uma biblioteca. Nós ouvíamos falar da “República dos Milionários”, que era a “república” dos angolanos, que sempre tiveram tendência para milionários. Claro que essa república de milionária não tinha nada, era só a tabuleta, porque a maior parte deles vivia de bolsas ou de subsídios familiares, mas, de qualquer modo, na “República dos Milionários” nós conseguíamos algum apoio e muita orientação e, dessa maneira, começámos a organizar encontros, convívios, passeios. A primeira vez, que eu me lembre, de participar numa atividade concreta da Casa dos Estudantes do Império de Coimbra, foi no Clube Ateneu. O Ateneu, como



já foi aqui dito, era um clube tido como um clube de esquerda, de operários de esquerda, mas tinha instalações que eles facilmente nos emprestavam ou alugavam, e era aí que nós organizávamos os grandes encontros festivos, as chamadas grandes “farras”.

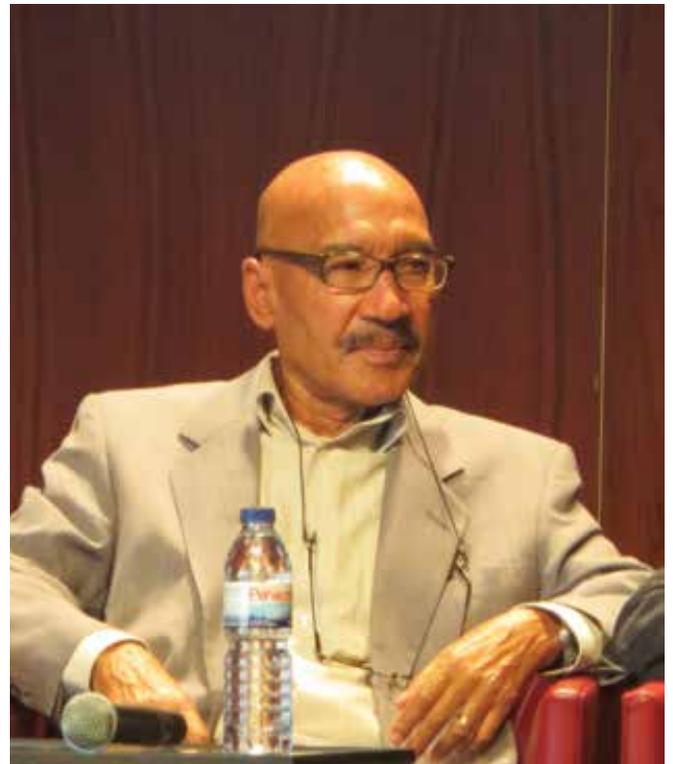
Eu vou tentar esquematizar o meu testemunho, falando de dois ou três acontecimentos mais ou menos em cada ano que frequentei a Casa dos Estudantes do Império em Coimbra. Em 1954, passei aquilo que em Coimbra é muito clássico, que é o chamado ano do caloiro. O ano do caloiro é um ano que nós andamos ali de um lado para o outro, mais ou menos perdidos, mas sobretudo obrigados a estudar e a não nos divertirmos muito, porque a partir das 18 horas, não sei se sabem, há a chamada praxe, e os caloiros, se forem apanhados a circular depois do pôr-do-sol, são rapados e nós pensávamos que esse “rapanço” era ainda mais grave no nosso caso, porque a nossa carapinha crescia muito mais dificilmente, e quando chegava o frio realmente era um problema muito grave. Então, os caloiros africanos em Coimbra praticamente não saíam de casa depois das 18 horas.

Assim terminou o ano de 54, sem nenhuma atividade especial. Os acontecimentos importantes eram explorados por nós para mobilizarmos os caloiros e, se não estou em erro, em 55, foi a Conferência da Bandung. Como não tínhamos grandes temas de debate nacionais para mobilizarmos os africanos que eram sensíveis às atividades da Casa, a Conferência de Bandung constituiu um grande tema para nós – vocês estarão recordados, a Conferência de Bandung veio criar o Movimento dos Não-Alinhados, chefiado sobretudo pelo Pandita Nehru, por Josip Tito, da Jugoslávia, e por Nasser, do Egito. Esses três foram para nós os grandes chefes da Conferência de Bandung. E, então, mobilizávamos os estudantes para lhes chamar a atenção para o facto de, pela primeira vez, os países africanos terem uma oportunidade de serem defendidos na cena política mundial. Outro acontecimento que me recordo de ter importância relevante, já em 1956³, foi um incidente que se deu nos Estados Unidos com uma senhora, que era costureira, Rosa Parks, que se recusou a ceder o seu lugar naquilo a que nós chamamos machimbombo, um autocarro, e foi presa. Isso provocou da parte dos negros americanos uma onda de revolta e um movimento de boicote, conhecido como o movimento de boicote aos autocarros. Esse foi outro tema que nós debatemos muito frequentemente, chamando a atenção para o facto de que, se os negros americanos se começavam a revoltar, nós deveríamos também preparar os

nosso espírito para uma revolta, mais cedo ou mais tarde. Bom, não tendo um lugar onde nos encontrarmos, os estudantes africanos frequentavam um café, o Café Montanha, em Coimbra, onde estavam sempre pelo menos dois agentes da PIDE conhecidos e nós sabíamos de antemão que não nos devíamos chegar muito perto deles. E era nesse café que nós, através de livros e mensagens, trocávamos informações sobre acontecimentos mundiais que tivessem alguma incidência em África. Portanto, em 55/56, acho que foram esses dois incidentes que serviram de mobilização e de animação das hostes em Coimbra.

Depois passámos para o ano de 1957, que foi um ano crucial, um ano realmente de bastante desenvolvimento e de chegada de novos estudantes africanos a Coimbra. Esse ano, para mim, foi também o ano em que, depois de três anos a estudar, foi-me concedida uma passagem de barco, não era de avião ainda, era de barco, para Angola. Quando eu obtive essa passagem, com uma facilidade que me espantou um pouco, junto do Ministério das Colónias, vim contactar aqui em Lisboa o Gentil Viana, o Paulo Jorge e acho que o Carlos Pestana.

Nessa altura, eles arranjaram-me um encontro mais ou menos secreto, passava-se num ambiente de Hitchcock, um encontro com o Costa Campos, um nome que também deve



³ O episódio a que Manuel Videira se refere ocorreu a 1 de dezembro de 1955, na cidade de Montgomery, Alabama, EUA, onde vivia Rosa Parks.

ser lembrado aqui. O Costa Campos, que eu já tinha conhecido em Coimbra, por que ele esteve lá a estudar Engenharia ou Matemática e depois veio para Lisboa – era por nós designado, confidencialmente, como “Molotov”, por que ele usava um chapéu e um bigode muito parecidos com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética. O “Molotov” pediu-me para, nas vésperas do embarque, ter um novo encontro com ele. Nesse novo encontro, entregou-me uma encomenda, que me aconselhou a que “adesivasse” na barriga, para ser entregue a um marítimo no navio em que eu ia passar as férias a Angola, e isso mediante uma senha e contra senha. Esse foi o meu primeiro ato de participação nas atividades clandestinas, revolucionárias, daquela época. Entretanto, estava a esquecer-me, foi o mesmo “Molotov” quem, em Coimbra, pela primeira vez, me contactou para me encarregar da cobrança das quotas atrasadas da CEI, que era realmente, naquela altura, um imbróglcio não muito fácil de resolver. Como eu me devo ter desempenhado satisfatoriamente dessa tarefa, ele resolveu incumbir-me dessa entrega, portanto, eu confirmo aqui que de facto os marítimos serviam de portadores de mensagens para África. Não li a mensagem, entreguei-a exatamente como estava, lacrada.

Passemos, portanto, ao ano de 1958. Se estão lembrados, foi o ano das grandes eleições presidenciais, de Humberto Delgado. Claro que nós todos, os mais velhos e os mais novos, recomendámos que todos os estudantes ultramarinos apoiassem incondicionalmente a candidatura de Humberto Delgado porque era o único que nos dava algumas esperanças para um futuro melhor. Lembro-me até de, nessa altura, ter uma vez encontrado aqui em Lisboa o Graça Tavares, que se gabava, em plena rua, de ser membro de uma das comissões eleitorais de verificação de voto. Era um grande atrevimento, e eu lembro-me de lhe perguntar: “Mas tu, epá, tu és preto, pá e vais-te meter num assunto desses!”, e de ele responder: “Epá, eles também têm que me começar a preparar para ir para as nossas eleições”, vejam lá, é verdade, foi um acontecimento real.

Bom, para além disso, nós ocupámo-nos com a análise de uma entrevista que, pela primeira vez, Salazar deu, mais ou menos prolongada e pública a uma jornalista francesa que era a Christine Garnier, e todos os dias íamos ler e reler para ver se havia alguma esperança, alguma declaração, que nos pudessem dar esperanças para o futuro independentista das colónias mas, como também devem saber, nisso Salazar fechou-se em copas e não disse absolutamente nada. Mas foi também um dos acontecimentos que serviu para mobilizar o grupo de estudantes.

Em 1959, dá-se em Coimbra a chegada de novos estudantes, entre os quais estavam três grandes jogadores de futebol, que eram o Daniel Júlio Chipenda, o Araújo, que está aqui entre nós, e o António dos Santos França, que é atualmente General e grande personalidade em Angola. Foram jogar futebol para a Académica e estudar simultaneamente. Com eles, não sei se por arrasto ou por simples coincidência, foram outros vários estudantes para Coimbra, houve uma grande animação à volta das atividades da Casa dos Estudantes do Império e começámos então a ter atividades mais vastas e, ao mais alto nível, algumas discussões sobre os problemas da autonomia e da independência. Esse ano de 1959 tem, também, um fenómeno extremamente agitador que foi a luta dos barbudos na Sierra Maestra, os que são da minha geração certamente ainda se lembram que, depois da vitória da revolução cubana, nós todos, pelo menos em Coimbra, queríamos ser barbudos, e teve que sair uma instrução confidencial a dizer que o único barbudo que devia existir entre nós era o Daniel Chipenda, por que era mais velho e por que já vinha com barba e já usava barba há muitos anos. Então todos os outros tiveram que rapar a barba para não chamar a atenção da PIDE, que já andava em cima de nós. Por exemplo, o diretor da PIDE, que era o Inspetor Sacchetti, não sei se se lembram, os que andavam por Coimbra, era um senhor que andava sempre muito bem vestido e muito bem cheiroso, de tal maneira que havia estudantes ultramarinos que diziam que quando passavam pela Rua Ferreira Borges sentiam o Sacchetti pelo cheiro do perfume, e desviavam-se imediatamente do passeio. Não sei se por acaso, a direção da PIDE estava instalada ao fundo da Rua Antero de Quental, ligeiramente desviada, e era precisamente na Rua Antero de Quental que morava a maior parte dos estudantes ultramarinos. E o Chipenda também foi morar para lá, acho que oficialmente deram-lhe aquela casa para estar provavelmente sob vigia. Mas a casa dele tinha dois pisos, tinha uma cave que se isolava facilmente e era nessa cave que nós tínhamos os nossos encontros clandestinos.

1960 é o ano em que pela primeira vez temos informações mais concretas sobre as hesitações sociais e políticas em Angola, e é assim que, através da BBC – tínhamos uma escuta diária da BBC – ouvimos falar nas reivindicações na Baixa de Cassange e, depois, da repressão que se seguiu, e isso serviu-nos de pretexto para falarmos outra vez, para nos reunirmos e discutirmos o futuro de Angola. Antes, porém, foi o “Processo dos 50”, em fins de 1959, que serviu de pretexto para fazermos uma excursão ao Buçaco e, durante a excursão, os mais responsáveis reuniam-se à parte para debater o problema. Ainda em 1960, o outro acontecimento que provocou grande celeuma, mas desta vez grande preocupação entre nós, foi

a independência do Congo, do Congo Léopoldville, com toda aquela agitação, mas sobretudo com as reações que já se faziam sentir na altura, de que Portugal jamais deixaria que nas suas colónias acontecesse o que se tinha passado no Congo.

Depois, quando ainda se falava nesse acontecimento, em finais de 60 e princípios de 61, houve o problema da tomada do navio *Santa Maria* pelo capitão Henrique Galvão, no Brasil. Nós ouvimos dizer, pela rádio, que Galvão queria dirigir-se para Luanda, mas ignorávamos totalmente qualquer ligação entre esse ato e aquilo que de imediato foi noticiado como a grande rebelião de Angola, que foi o assalto às cadeias do 4 de fevereiro de 1961. A partir de 4 de fevereiro de 1961, toda a atitude dos responsáveis e dos estudantes, mas dos estudantes angolanos em particular, foi a de tomar precauções por que, evidentemente, esse ato não iria ficar impune mesmo aqui em Portugal.

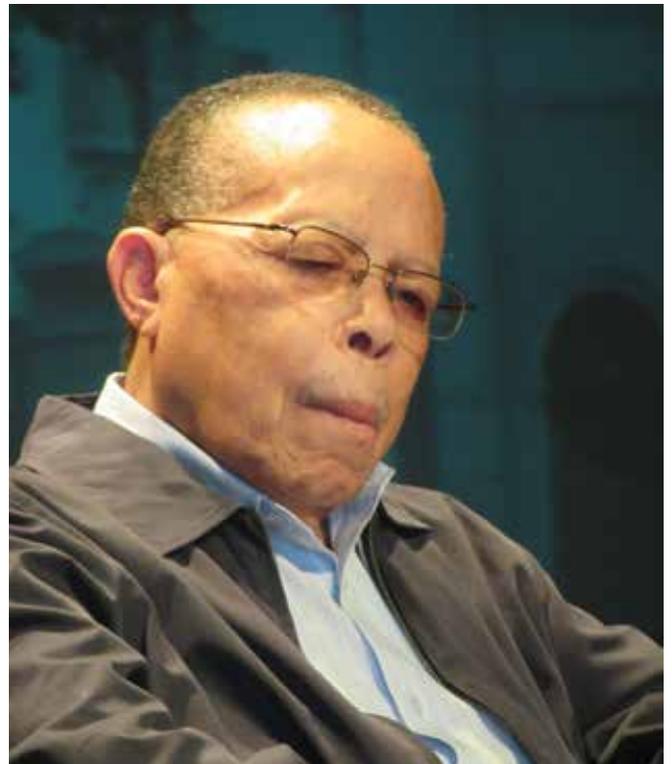
Não houve, que eu me lembre, uma reação imediata da PIDE, mas a verdade é que nós nos sentíamos fortemente vigiados e, claro, achámos que deveríamos tomar precauções e, sobretudo, tentar saber junto da central em Lisboa qual seria a melhor atitude a tomar, por que tínhamos vários responsáveis, entre os quais estava eu, na iminência de serem mobilizados militarmente para a guerra. E nós precisávamos de saber qual era a posição dos responsáveis no exterior, na altura já se falava em Mário Pinto de Andrade, em Viriato da Cruz e Lúcio Lara e outros que estavam em Paris, a preparar o movimento de libertação de Angola. Eu fui um dos encarregados de fazer o contacto e contactei com o nosso colega também já referido, e falecido, João Vieira Lopes. Foi com o João Vieira Lopes que criámos três focos de preparação para a grande fuga de 61. A sede era aqui em Lisboa, e criámos uma célula clandestina em Coimbra e outra no Porto, ficando encarregado desse contacto, única e exclusivamente, o atual embaixador Bento Ribeiro, que era o mais novo do grupo dos responsáveis, que andava sempre com uma pequena pasta e, por isso, o cognome dele ficou o “Meia Pasta”; até hoje, ele é conhecido entre nós como o “Meia Pasta”. Ou seja, nós só poderíamos confiar em mensagens verbais trazidas pelo “Meia Pasta”. É a partir desse momento que começamos a estruturar e a mobilizar, em Coimbra, os estudantes, nesse caso não só os de Angola, mas principalmente os de Angola, e também os que quisessem sair e formou-se a estrutura da grande saída. Eu penso que esta parte deveria deixar para o nosso colega Tomás Medeiros, pode ser? Por que acho que não devo esgotar no assunto. O que posso agora dizer é que estou muito agradecido e de certo modo comovido com este encontro, acho que é a terceira vez que participo nele. Espero que ele se possa re-

petir enquanto nós sobrevivermos e desejo para a direção da UCCLA muitos sucessos no futuro. Muito obrigado.

Tomás Medeiros

Praticamente tudo foi dito, e dito de uma maneira muito séria. Existe em Portugal um general que dizem ter cara de pau, por que está sempre sério e nunca se ri. Eu, como não tenho cara de pau, vou convidar-vos para uma risota. Chamo-me Tomás Medeiros, dizem que nasci em São Tomé, mas os meus amigos angolanos dizem que sou angolano e, como não gosto de conflitos, não sou nem são-tomense, nem angolano, sou universal.

Cheguei a Portugal em 47 e vim de Nova Lisboa, Huambo, onde frequentei o colégio Adamastor. Esse colégio foi importante na minha vida, por que foi nesse colégio que aprendi a ter uma cama e aprendi a comer à mesa, com faca e garfo e toalha. Esse colégio tinha um menu muito especial, nós chamávamos 365, por que o almoço era peixe com arroz, ao jantar era o resto do peixe com arroz. Em Nova Lisboa, tive uma experiência interessante, houve um concurso de pintu-





ra organizado pela Câmara Municipal, concorri, tive a menção honrosa. Em Nova Lisboa, havia o hábito das celebrações com grandes discursos. E uma vez organizaram no cinema Ruacaná uma celebração, convidando o padre Martinho, que era o orador oficial lá da cidade, e como eu era bom aluno, o diretor escolheu-me para participar nesta cerimónia. Qual era a minha tarefa? Estudar o Canto V de Camões. Recitei o Canto V mas sem perceber nada e, no dia seguinte, fui bastante aplaudido. Outra herança do colégio Adamastor: à noite, antes de irmos para a cama, tínhamos que rezar, mas o diretor do colégio entendeu que a Bíblia já não chegava e inventou nova versão da Bíblia e nós tínhamos que repetir a Bíblia, e também tínhamos que estudar a história de Nossa Senhora de Fátima e verificámos que o diretor chorava quando se falava de Fátima e nós perguntámos “Porquê?”. É que quem chorar com o padre ou com o diretor tem boas notas no fim do ano.

Vim para Portugal em 47, frequentei o colégio Portugália, na Rua Palmira, e a escola Luís de Camões, na Almirante Reis. Pela primeira vez soube o que era ler, descobri uma professora na escola Luís de Camões que me ensinou a ler, por que até então era decorar tudo e repetir o sujeito, o predicado e os complementos diretos. Mas essa professora, que era também professora de Filosofia, ensinou-me a conhecer um filósofo, que era Espinoza. Eu, com 15 anos, repetia Espinoza sem perceber absolutamente nada. Mas era bom jogador de futebol. E era capitão da equipa de futebol lá do colégio, ganhámos dois campeonatos sem perder um único desafio. Como prenda, fomos almoçar num restaurante na outra banda, comemos bem mas, imaginem, jovens bem comidos e bem bebidos, no regresso, começámos com uma algazarra no barco. Veio a polícia, impôs-nos silêncio, e eu levantei-me e disse: “Você conhece Espinoza?”, e como o polícia não conhecia Espinoza

Há outros acontecimentos na minha vida, justamente nesta fase. Pela primeira vez, soube o que era o racismo. Em São Tomé, como o meu pai era a pessoa mais querida em São Tomé, eu nunca senti o que era racismo, mas senti-o no Chiado. A minha professora de Português pediu-me que fizesse uma redação sobre o racismo, eu fiz a redação, esta redação foi apreciada e passou a ser texto de leitura de todas as escolas onde ela dava aulas. E também nessa altura descubro o jornalista angolano Luís Alberto Ferreira, que entendeu que o meu nome, António Alves Tomás Medeiros, era muito longo e simplificou-o passando a chamar-me Tomás Medeiros.

Mas falemos da Casa dos Estudantes do Império. Falámos aqui do entusiasmo, falámos do marxismo e falámos de uma

revolução que estava quase à beira da porta. Eu devo dizer que o marxismo passou a ser odiado e adorado; adorado pelos partidos comunistas e odiado por outros. O que era o marxismo? Vou contar duas histórias para as pessoas perceberem o sentido que se dava à palavra “marxismo”. Uma amiga angolana, marxista-leninista, escreve a uma colega: “Minha querida, como é que tu estás?”, “Eu estou bem, graças ao marxismo-leninismo”. Mas não foi tudo, eu li um livro publicado pelos exilados portugueses de São Paulo e dentro do livro vinha um texto, um capítulo, sobre o marxismo-leninismo. Eu vou repetir: numa formatura, depois do “à direita, volver”, etc, o chefe pergunta: “Vocês sabem o que é o marxismo-leninismo?”, “Não!”, “Seus burros, não têm vergonha, e querem saber?”, “Sim!”, “Então oiçam, uma vez, um senhor chamado Marx, barbudo e cabeludo, vai a Moscovo passar as férias e, passeando à beira do rio Moskva, ou Moscovo, encontrou um senhor meio careca, com bigode meio farto e começaram a conversar: “Epá o que estás aqui a fazer?”, “Vim passar as férias, etc.”; trocaram impressões e, no regresso – o barbudo era Marx e o não barbudo era o Lenine –, começaram a trocar correspondência, e depois morreram. As famílias disseram: “Epá, isto aqui é material que a gente pode aproveitar.”

Como é que eu chego à Casa dos Estudantes do Império? Eu cheguei à Casa dos Estudantes do Império por indicação do angolano Mário de Andrade. Encontrei o Mário de Andrade, ele fez o diagnóstico e notou que eu em cultura e política era igual a zero. Disse: “Epá, tens que vir a minha casa, e vais à Casa dos Estudantes do Império, há ali uma rapaziada a fazer coisas interessantes”. Fui à casa do Mário de Andrade, ele emprestou-me um livro que era o *Batouala*, de René Marin, o primeiro livro político que li na minha vida. Fui à Casa dos Estudantes do Império e, como diz um poeta moçambicano, “eu bebeu suruma dos teus ólho”⁴, fiquei encantado com a Casa dos Estudantes do Império.

O que era a Casa? Era um lugar de abrigo, lugar de acolhimento, onde se reuniam os estudantes vindos de África, com a missão única de estudar, ser doutor, voltar e ocupar o lugar dos pais, dando continuidade à política colonial. Mas a Casa era só isso? Eu cheguei numa altura em que já se tinha lutado contra a Comissão Administrativa e iniciámos a fase de desconstrução da mitologia, ou da ideologia, colonial. Na Casa, essa desconstrução fez-se como? Ortega y Gasset disse: “Yo soy yo y mi circunstancia”. Fez-se com o contacto com os estudantes portugueses que, reunidos à volta da RIA, Reunião Inter-Associações, lutavam contra o ensino imposto pelo re-

⁴ N.E.: Do poema “Xicuembo”, de Rui Nogar.

gime fascista português. Ali foi o nosso primeiro banho político, e também contactámos os comunistas portugueses e o MUD Juvenil, que lutavam contra o fascismo em Portugal. É certo que, não tendo nós formação política nenhuma, estes dois contactos foram aliantes. Mais, não foi só contacto, as leituras que nós tivemos que fazer foram importantes. Líamos muito, eu cheguei a passar 24 horas sem dormir a ler livros, e que livros é que líamos? Líamos Pablo Neruda, líamos sobretudo a literatura brasileira, líamos Gilberto Freyre que escreveu três livros, o resto é porcaria. Escreveu *Casa Grande e Sanzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Ordem e Progresso*, e depois *Brasis Brasil e Brasília*, *Aventura e Rotina* e *O Mundo que o português criou*. Esses livros foram encomendados pelo Almirante Sarmiento Rodrigues, Ministro do Salazar, e também pelo Comandante Vilhena, que era diretor da Diamang. Continuámos a nossa luta mas com atenção e abertura ao exterior. E o que é que se passava lá fora? Desenvolviam-se vários movimentos decorrentes das Revoluções de Outubro, da chinesa, da cubana, do Vietname e nós participámos nestes movimentos todos através de leituras.

O meu amigo Edmundo Rocha é um bocado entusiasta falando do grupo dos marxistas-leninistas. Não! O marxismo era propagado, mas pouco compreendido, até porque o próprio Marx dizia que não era marxista. Portanto, com estes elementos todos, voltamos à Casa dos Estudantes do Império, onde funcionavam várias secções; eu participei em todas as secções da Casa, era da secção de futebol, fui jogador de futebol e vou contar uma história muito interessante. A fraternidade e solidariedade desenvolvia-se de várias formas, uma delas através de desafios de futebol, entre estudantes de Angola contra outros de São Tomé, Angola – Moçambique, etc.; uma vez Angola jogou com São Tomé, há um compatriota meu que recebe a bola e diz “Medeiros, o que é que eu faço com a bola?”, “Epá, chuta pá”. Angola estava a ganhar, o árbitro apareceu e perguntou, “Qual é o vosso problema?”, “Epá, Angola está a ganhar e nós temos que empatar o desafio”, “Ah, sim?! Pega a bola e vai lá marcar o golo e vem pá”. Ele marcou o golo, voltou e qual era o prémio? Não havia taça nenhuma; o prémio era uma boa cachupada ou um bom prato angolano na Casa dos Estudantes do Império. Na Casa havia teatro, eu participei no grupo de teatro. A Casa tinha uma biblioteca, aqui o meu amigo Fernando Mourão sabe o que foi a biblioteca, a Casa tinha uma secção editorial, que publicava a o boletim *Mensagem*, de que eu fui diretor, a Casa publicou muitos autores ultramarinos.

Bom, referimo-nos à diversidade de secções e atividades desenvolvidas na Casa, vejamos agora a heterogeneidade dos

seus associados, quem é que frequentava a Casa? Não havia negros, não é que houvesse racismo em relação aos negros. No liceu Salazar, em Moçambique, não havia negros, no liceu Salvador Correia, em Luanda, não havia negros e os poucos que havia não iam para a Casa dos Estudantes do Império, iam para os seus lares no Lumiar e em Carcavelos. E há uma história bonita comigo; eu sou convidado por Savimbi a assistir a uma conferência dada por um bispo protestante, e fui. O bispo fez a sua preleção e, no final, houve perguntas e respostas, e eu levantei-me e disse: “Senhor Bispo, o que o senhor disse é tudo mentira, Deus não existe”. O Savimbi e o Samuel Abrigada aproximaram-se de mim, levantaram-me e, como num baloiço, para cima e para baixo, empurraram-me e eu fui parar à rua.

Bom, esta é a Casa dos Estudantes do Império. Paralelamente às atividades da Casa dos Estudantes do Império e com a ajuda dos antigos associados da Casa forma-se a Casa de África, que era dirigida por dois santomenses, os irmãos Castro, ligados à PIDE. Havia o Clube Marítimo, havia o MAC⁵ e eu participei nessas atividades todas. E havia o Centro de Estudos Africanos em casa da tia Andreza. Estas atividades começaram a chamar a atenção da polícia e, um dia, uma organização de extrema-direita publicou um panfleto a denunciar os treze comunistas africanos mais perigosos em Portugal. Eu era o 13.º!

Pois bem, há três acontecimentos que alteram completamente a nossa visão do mundo: é o massacre de Pidjiguiti, na Guiné, o massacre de Batepá, em São Tomé e o 4 de Fevereiro, em Angola. Isso obriga-nos a tomar uma atitude diferente, já não era estudar, compreender a situação colonial, mas era transformá-la. É nessa altura que se dá a fuga dos estudantes africanos. Qual é a importância dessa fuga? Essa fuga vai explicar umas coisas muito interessantes, é que cerca de cem estudantes africanos fogem de Portugal e vão para o estrangeiro. Chegados ao estrangeiro, à Suíça, uns estudantes negros acompanham Savimbi e vão constituir a UPA, na altura dizia-se UPA e não UNITA e FNLA. Outros estudantes, uns, deslumbrados com as belezas de Paris, ficaram em Paris, quatro vão para os Estados Unidos e os estudantes do outro grupo, ligados ao MPLA, que estavam no fim do curso, foram para Léopoldville-Kinshasa, onde contribuíram para a formação, ou tentaram criar, uma base de apoio para o MPLA. Os outros estudantes, uns foram para Moscovo, eu fui para Moscovo, e outros continuaram a fazer os seus estudos. Naquela altura, os movimentos de libertação praticamente não existiam, havia um estado de espírito, havia o hábito de se falar da situação colonial, mas organização prati-

⁵ Movimento Anti-Colonial.

camente não existia. E são esses estudantes que vão constituir o núcleo duro dos movimentos de libertação, atuando na via diplomática, na formação do partido e na parte militar. Eu fui para a União Soviética.

Fui para a União Soviética, e devo dizer-vos que passei os melhores momentos da minha vida na União Soviética. Sou estudante, conheço uma escritora russa, Lydia Nekrassova⁶, que estava a traduzir o Castro Soromenho de português para russo; colaborámos e traduzimos Castro Soromenho. Conheço o escritor senegalês Ousmane Sambene, com ele e com mais alguns estudantes angolanos criámos a Federação dos Estudantes Africanos na União Soviética, de que fui um dos directores. Em Belgrado, criámos a Federação dos Estudantes Africanos na Europa; eu fui um dos directores. Fui colaborador de um académico, que me convidou a ser colaborador da Academia das Ciências da União Soviética e também fui investigador da biblioteca Lenine. Mas tudo isto vai conduzir a quê? Vou para Simferopol, acabo o curso de Medicina e, paralelamente ao curso de Medicina, estudo Latim, Economia, Política, Marxismo-Leninismo, Medicina Militar, sim, Medicina Militar. Com esta formação vou para Angola, vou para Cabinda, onde ocupo o lugar de comandante, não que fosse comandante com grande formação militar, mas pelo facto de ser, naquela altura, o único quadro superior do MPLA, acabei por ser comandante.

O que me resta de tudo isto? A experiência bonita. Fui comandante militar, fui indigitado para discutir com os cubanos a estratégia da presença cubana na luta de libertação de Angola. Consegui uma entrevista no jornal *Pravda*, e o [jornalista] russo ficou encantado, porque encontrou um comandante africano que falava russo e, coisa curiosa, tinha dois livros de Mayakovsky. Essa entrevista foi importantíssima na época, porquê? Não era hábito o *Pravda* publicar entrevistas com fotografias, eu fui o primeiro no mundo a ter direito a uma entrevista de duas páginas com várias fotografias. Quando o número saiu, foi a assombração, na cidade de Simferopol, a cidade ficou parada.

Rute Magalhães

Faltou aqui um remate condigno desta magnífica oração que o Tomás fez sobre os seus tempos e sobre este período histórico.

⁶ O livro a que T.M. se refere é *Terra Morta*, de Castro Soromenho.

Eu começo a frequentar a Casa apenas em 62, ou seja, frequentei a Casa de 63 a 65 e ouvir o percurso histórico destes senhores e partilhar aquela experiência foi um encantamento. Estes testemunhos são de pessoas que participaram muito ativamente, não só na Casa, mas posteriormente, nos movimentos, e eu constato que aqui é tudo angolano, embora o Tomás se reclame também do seu lado santomense. Eu também vim de Angola, com 16 anos vim para Lisboa, filha do colono, obviamente, e vim com a família, ou seja, não tive aquela situação de isolamento que muitos tiveram. Comecei por estudar no Técnico, todo o meu ensino secundário foi em colégios de freiras, e por isso tinha alguma disponibilidade para conhecer o que não conhecia, só que a minha ignorância era tal que eu nem sequer sabia o que não sabia.

No primeiro ano não frequentei a Casa, mas nos fins de 60, 61, há uma série de acontecimentos que não podiam deixar de me tocar, seja o episódio do Henrique Galvão, seja o 4 de Fevereiro, seja o levantamento no norte de Angola. Ainda, no último colégio de freiras, que era no Lubango, Sá da Bandeira ao tempo, as freiras comentavam muito o que se passava no Congo, a independência do Congo, e eu era de uma ignorância total, e só pensava: “A terra é deles”. Ou seja, eu não tinha formação política nenhuma.





Em Portugal, estes acontecimentos, e também as questões estudantis, fizeram que, a partir de 1962, eu não só tivesse estado muito ativa na associação do Técnico, mas através de algum ou alguma colega de Angola, passasse a frequentar a Casa, pouco depois da grande fuga, que foi no fim de 61. Encontrei lá algumas das pessoas que já aqui foram referidas, estava lá o Beto Traça, o Machungo, o Rui Mingas, o João Varela, só para lembrar, porque o Tomás diz que não havia nenhum negro. Não! Havia alguns negros! O que não quer dizer que não predominassem os estudantes brancos, filhos de colonos, uns com bolsas, outros sustentados pelas famílias; havia mestiços e havia pouquíssimos negros. Isto para mim é importante, na medida em que, da minha vivência em Angola, em Malange, eu tinha uma vaga noção do que era a situação colonial, do racismo, porque o racismo estava por todo o lado, mais disfarçado, mais polido, mas em tudo; eu já não era criança, mas uma pessoa jovem e que lia muito, aos 14 anos lia os célebres “Livros do Brasil”, eram dos poucos livros que apareciam em Malange e, portanto, eu tinha alguma capacidade de percepção do que era o contrato, o trabalho contratado; o meu pai era comerciante de importação e exportação e também industrial, e eu via negociantes negros em Malange que iam lá, ao escritório, à loja do meu pai. Eu tinha colegas mestiças, negras, poucas, obviamente, no colégio das freiras, no colégio em Sá da Bandeira também, portanto, eu sempre tive um convívio com pessoas de outra cor e não tinha essa vivência pessoal de discriminação. E na Casa entrosei-me, naturalmente, dentro desse espírito. Só que aí começou a minha aprendizagem política, são os primeiros livros que eu leio e, quando penso o que foi a Casa, a Casa foram as pessoas que conheci, os livros que li, as conversas, e aos poucos fui entrando totalmente no espírito da Casa, no sentido que o Edmundo falou, que depois perdeu.

É claro que esse espírito não era comum a todos e, aos poucos, fui participando em várias atividades da Casa, desde a editorial, à cultural, à secção de estudos ultramarinos, onde encontrei muitíssima correspondência assinada pelo Fernando Mourão, nos anos 50 e pouco, cartas dirigidas às embaixadas, cartas dirigidas às bibliotecas pedindo informação, cartas à Sociedade de Geografia a pedir que os sócios pudessem ir lá fazer consultas; fui participando em diversas atividades na Casa. A par disso, a aproximação ao MPLA foi natural, não sei dizer como, nem quando, mas quando dei conta estava a traduzir os comunicados do MPLA, que depois eram divulgados e enviados para Angola, eu devia ter vergonha de dizer, em caixas de sapatos. Isso levou algumas pessoas à prisão.

Que mais posso dizer? Da parte editorial houve um episódio

importante, o Ervedosa foi uma pessoa extremamente ativa e responsável; ele e o Costa Andrade, logo no início, com aquela “Coleção dos Autores Ultramarinos” que a UCCLA agora reproduziu. Tivemos pessoas importantes também, como o Alfredo Margarido, que foi muito importante na organização das *Antologias de Poesia*, dos *Contos*, do *Cancioneiro Popular*. No caso do Ervedosa, ele teve um papel muito importante no que levou à atribuição do Prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores ao *Luuanda*, do Luandino Vieira, porque foi ele, e eu acompanhei-o, mas a iniciativa era dele, e do próprio Luandino, porque este livro já tinha sido premiado em Luanda, onde obtive o prémio Mota Veiga. Com o dinheiro do prémio, a Linda, à data era a mulher do Luandino, fez a edição do *Luuanda*, que depois veio para a Casa e através da Casa foi apresentada a candidatura ao Prémio e quem levou os livros ao Manuel Ferreira foi o Ervedosa e eu acompanhei-o, já não sei porquê, enfim porque acompanhava um pouco estas lides. A consequência desse prémio está presente em todos vós, não vale a pena referir. Só queria sublinhar que a Casa para mim foi uma experiência fundamental no desenvolvimento da minha consciência político-ideológica e cívica e posso dizer, como tantos outros já o fizeram, sem a Casa eu não seria a pessoa que sou hoje. Acho que é o que tenho a dizer, a rematar esta magnífica lição de História que estes camaradas nos deram. Muito obrigada a todos.

Cláudia Castelo: Obrigada a todos os que falaram.





Cláudia Castelo: Obrigada a todos os que falaram e obrigada à assistência, se pudermos ficar mais uns minutos para pôr alguma questão ou fazer algum comentário, porque a ideia de tertúlia era também os sócios que estão aqui, na assistência, darem o seu livre testemunho. Não podem é ser muito demorados nos vossos comentários por que temos o painel dos filhos.

Público - Primeira pergunta à Rute, dado que é a única senhora. Que ambiente encontrou no Técnico, em relação ao problema, quer da politização, quer da consciencialização. Outra pergunta:

se a sua função muitas vezes não era de «decoração», ou seja, fica sempre bem uma senhora, por que disfarça várias coisas, é simpática, e uma rapariguinha nova, simpática, dá sempre imenso jeito para entreter “pides”. Eu conheci imensos “pides” e fui utilizada muitas vezes para ser chata junto dos “pides”, para eles não ouvirem as conversas que se passavam noutros locais físicos. Muito obrigada.

Adolfo Maria - Boa tarde. O Edmundo Rocha falou de quatro períodos e frisou bem a importância do período de 54 a 61. E eu queria lembrar que não se tem referido aqui pessoas que foram impor-

tantíssimas na mudança da estratégia da Casa dos Estudantes do Império, dá a impressão que as coisas apareceram sem que alguém tivesse feito propostas. Concretamente, o Carlos Ervedosa tem sido pouco evocado, o João Vieira Lopes, que foi quem coordenou a fuga dos cem, também não tem sido muito evocado, não estou a dizer que por esta gente que está aqui na mesa, por estes meus antigos companheiros. Mas o Gentil Viana, que gizou o projeto de mudança estratégica na Casa dos Estudantes, não tem sido mencionado, e dirijo-me principalmente aos historiadores, talvez haja documentos e vocês que estiveram na Casa

devem saber melhor. O Gentil Viana propõe que haja uma mudança e que o poder vá para os indivíduos sobretudo mestiços e negros. E o Gentil Viana não tinha qualquer preocupação racial, nenhuma! Ele propõe isso porque sabe que é nesse tipo de população que existem em maioria as ideias nacionalistas. Claro que também há brancos com ideias nacionalistas e é por isso que eles também integram a direção, mas esse plano, digamos, de “assalto” à Casa, pelas notícias que tenho, foi concebido por ele. Foi um dos seus rasgos estratégicos, ele teve outros, na luta de libertação, mas não me vou deter nisso. Era esta questão que eu queria levantar. Obrigado.

Público – Eu gostava muito que alguém na mesa falasse da Alda Lara, dos irmãos Lara.

Tomás Medeiros – Eu penso que há uma certa confusão na nossa maneira de ver a Casa dos Estudantes do Império. O amigo Adolfo falou de Gentil Viana, eu fui amigo de Gentil Viana e devo dizer que o Adolfo tocou num ponto essencial, é que a Casa não era um partido, a Casa não era um movimento. Dentro da Casa, sim, os estudantes angolanos dividiam-se em simpatizantes e não simpatizantes do MPLA, mas o MPLA não estava organizado e não existia na Casa como partido. O Gentil tinha as suas ideias e não podia manifestá-las na Casa porque a Casa não era um partido.

A Alda Lara aparece na Casa dos Estudantes do Império numa fase inicial; ela chega de Benguela, vai para a Casa dos Estudantes do Império e esse fenómeno de António Nobre, de fugir para a Torre de Anto, o fenómeno de Manuel Bandeira, de fugir para Pasárgada, ela sentiu isto na adaptação à nova realidade, na adaptação à Casa dos Estudantes do Império, e regressa a Benguela, a sua praia morena, é só isto.

Manuel Videira – Gostaria de lembrar que nós, na Casa dos Estudantes do Império de Coimbra, sempre tivemos uma ampla e aberta colaboração com os outros estudantes e dou um exemplo concreto, com a eleição de uma das direções de esquerda, do Dr. Carlos Candal. Isso foi em 1961, num período de bastante agitação, houve eleições gerais para a direção da Associação Académica de Coimbra e havia duas listas: a lista do CADC, que era o Centro Democrático Cristão, e a lista da oposição. Na lista da oposição estavam dois estudantes ilustres em Coimbra que eram o Carlos Candal e o Manuel Alegre; tivemos um encontro com eles, para a campanha, e ficou acordado que os estudantes ultramarinos, como éramos designados, elegeassem dois candidatos para a lista da oposição do Carlos Candal. Realizámos uma assembleia e nessa assembleia fomos designados para esses cargos o Carlos MacMahon, que foi um *Dux Veteranorum* de Coimbra, e eu. Carlos

Candal e Manuel Alegre conseguiram ganhar as eleições e, pela primeira vez, na direção da Associação Académica de Coimbra, passaram a figurar dois africanos que são o MacMahon, que foi eleito presidente da assembleia-geral, e eu, que fui eleito vice-presidente. Neste momento, não posso esquecer os nomes de Carlos Candal, de Manuel Alegre e de José Carlos Vasconcelos, o jornalista da *Visão*. Muito obrigado por me terem dado esta oportunidade.

Rute Magalhães – Vou responder àquela senhora que me perguntou qual era o ambiente político no Técnico e se eu não seria figura decorativa. Posso garantir que não. No Técnico – eu comecei a frequentá-lo em 60/61, e aqui disse que vinha de Angola, com 16 anos, sem politização nenhuma, portanto há coisas de que não me apercebi de imediato. Por volta de 62, em que começam as lutas estudantis, eu frequento a associação, trabalho na secção cultural, mais tarde fui expulsa por participar na redação do jornal, que era o *Binómio*, e também fiz parte da mesa da assembleia, era vice-presidente, quando o presidente não estava, eu dirigia as assembleias. Portanto, nunca tive de lidar com “pides”, a não ser quando fui presa, mas não foi no tempo em que estava ativa na associação. Nunca senti isso. Nada.



homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

COLÓQUIO INTERNACIONAL
CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO:
histórias, memórias, legados

Fundação Calouste Gulbenkian | 23 maio de 2015

MESA REDONDA:

“Os filhos da Casa”



Margarida
Calafate Ribeiro



Ana
Mesquita



Ricardo
Costa



Francisco
Viana



Sandra
Monteiro



Fidel
Reis

Fundação Calouste Gulbenkian
23 maio de 2015

Mesa redonda:

“OS FILHOS DA CASA”

com a participação de descendentes de sócios
da Casa dos Estudantes do Império

Com moderação de Margarida Calafate Ribeiro (CES-UC)

Moderadora

Margarida Calafate Ribeiro – Vamos então dar início ao último painel. O meu nome é Margarida Calafate Ribeiro, sou do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e este foi um desafio que me foi lançado pela Aida Freudenthal e pela Cláudia Castelo, que era organizar uma mesa de “segunda geração”, a mesa “Os Filhos da Casa”, porque tenho vindo a trabalhar bastante a questão da “segunda geração”, e de que maneira é que as memórias se transmitem para as gerações seguintes. Nós tivemos o privilégio de ter aqui uma mesa excelente, dirigida pela Cláudia, com o testemunho daquelas pessoas que têm a experiência, que têm a titularidade do testemunho, e



nos proporcionam as suas memórias. Uma coisa é aquilo que fica dessas memórias e que é transmitido à geração seguinte, ora pela via das narrativas públicas, que têm a ver com os discursos a que todos nós estamos mais ou menos sujeitos, seja dos média, seja dos historiadores e académicos, das várias conversas que nos identificam enquanto portugueses, angolanos, moçambicanos, etc.; outra coisa é aquilo que se passa na esfera privada, ou seja, aquilo que nos é transmitido pelas nossas famílias e muito particularmente pelos nossos progenitores porque, no fundo, tudo começa pelo nosso nome, e o nosso nome transporta em si uma identidade, uma identidade privada. E, por isso, esta mesa destina-se a re-interrogar a Casa a partir da segunda geração, ou seja, o que é hoje, para estes filhos da Casa, esse tipo de memória que lhes foi transmitida por via privada. E de que maneira é que veem que a Casa foi importante para os pais, ou não, ou de que maneira é que essa identidade se inscreve nas suas próprias interrogações sobre o Portugal contemporâneo e as relações com os países africanos de língua portuguesa. É claro que isto tem tudo a ver com o gesto comemorativo que estamos aqui a fazer, 40 anos depois da independência, e o gesto comemorativo é sempre um gesto político. E penso que será interessante ouvirmos estes filhos que conseguimos reunir, com a ajuda da Cláudia e da Aida. Eu pedia para eles se apresentarem. Eu vou apenas dizer o nome deles, porque o nome deles transporta a sua identidade:

A Ana, a Ana Mesquita, o Ricardo Costa, o Francisco Viana, a Sandra Monteiro e o Fidel Reis. Vou pedir-lhes para, em 10 minutos, uma coisa muito breve, falarem desta memória, de que maneira é que a Casa os interroga e essa memória é importante. E pedia também que se apresentassem enquanto “filhos de”. Vamos começar pela Ana. Muito obrigada.

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Colóquio Internacional
CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO:
histórias, memórias, legados

.....

Ana Mesquita

Boa tarde. Eu chamo-me Ana Maria Ferreira Mesquita Carmo. Quando me convidaram para participar nesta mesa redonda hesitei muito em aceitar, por duas razões: não sou propriamente filha de um estudante do tempo da Casa, mas sim de um médico da Casa, Arménio Ferreira Segundo, não tenho qualquer aptidão para falar em público, as comunicações que efetuei sempre tiveram a ver com a minha vida profissional, e tinham como base resultados de análise científica que davam crédito às minhas conclusões; mesmo numa simples discussão, só me lembro dos argumentos a apresentar no dia seguinte. Peço, pois, a vossa compreensão. No entanto, resolvi aceitar este desafio, porque sei, ou penso, que o meu pai gostaria. O meu pai não era da Casa, veio estudar para a metrópole em 1938 e formou-se em 44, ano em que foi inaugurada a Casa. Nesses anos viveu numa casa no Príncipe Real, com três açorianos que também estudavam medicina e a quem ele dizia dever o curso, porque eram muito marrões e obrigavam-no a estudar, quando ele preferia jogar futebol e namorar, mas foi um ótimo estudante, tanto liceal como da faculdade. No tempo de Luanda, não me parece que o meu pai já tivesse

uma profunda noção de nacionalismo, apesar de o pai (dele) ser dirigente da Liga Nacional Africana, mas faleceu precocemente quando o meu pai tinha 5 anos. As histórias que eu ouvia da sua juventude eram de grandes asneiras, sempre ligadas aos irmãos Espírito Santo. Ele afirmava mesmo que numa ida para roubar fruta, o Guilherme tinha batido o recorde de salto em altura, porque pulou por cima de um muro muito alto enquanto os outros foram apanhados pelo proprietário. Em Lisboa esta amizade continuou e eles referiam-se sempre à primeira ida do meu pai à praia, à Costa da Caparica. Como fazia em Luanda, ele despiu-se e mergulhou, era setembro, a temperatura da água não era bem a mesma, e os amigos tiveram que o tirar da água e esfregá-lo com álcool canforado até ele deixar de tremer. Esta grande amizade perdurou até ao fim da sua vida, apesar de o Guilherme ser um grande atleta do Benfica e o meu pai jogar no Sporting, às escondidas da minha avó que, de Luanda, ameaçava cortar-lhe a mesada. Em paralelo com a atividade académica e desportista, entrou para o MUD Juvenil, adquirindo uma consciência antissalazarista e antifascista.

Do ponto de vista de relação entre pai e filha, era o que eu gostava de vos dar uma ideia. Houve duas fases em que o meu pai e eu tivemos grande proximidade, na minha infância e depois do desaparecimento da minha mãe, em 91. Desde os meus seis anos que o meu pai me levava com ele na camioneta do Sporting, nas deslocações por estádios do país, na altura em que era médico do clube. Do Porto, por exemplo, eu só conhecia a Torre dos Clérigos, que ele me apontava ao passar no estádio das Antas. Havia também as idas a Madrid para ver o Real, partíamos sexta-feira ao fim da tarde, ele e o Anselmo Fernandez guiavam toda a noite, enquanto o filho dele e eu dormíamos no banco de trás. Víamos o jogo em Chamartín e regressávamos a Lisboa quando acabava, resultado, fiquei adepta ferrenha do Sporting e um bocadinho do Real. Nesse tempo, eu servia, ainda, para ficar de guarda a ver se vinha a polícia enquanto ele cortava o pinheiro de Natal em Monsanto. Não percebo se não se vendiam pinheiros nessa altura. Tinha também o hábito também de me levar quando precisava de transportar clandestinos ou de os ir tratar, dizia que a PIDE assim não desconfiava tanto. Por vezes chegava a casa e dizia: “Tens que ceder o teu quarto”, e eu já sabia que durante algum tempo havia um estranho em casa, de quem não devia fixar nem nome nem cara. Mas voltando a África, como médico da Casa, teve contato com Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Paulo Jorge, entre outros. Quanto à amizade com Agostinho Neto, isto não tenho a certeza, penso que ela começou no Hospital de Santa Marta, onde integrava a equipa do Doutor Carlos George e onde o



presidente fez o internato. O meu pai fazia sempre férias em setembro, para ir a Paris tirar a especialidade de cardiologia que cá não existia ainda. Numa dessas viagens, em 54, se não me engano, levou para o exílio o Mário Pinto de Andrade e o Marcelino dos Santos, mais tarde participou também na fuga de Agostinho Neto e família de Portugal, lembro-me bem de os ir visitar a uma casa gelada perto das Azenhas do Mar. Em conclusão, a grande importância que eu penso ter tido a Casa dos Estudantes do Império para o meu pai foi o convívio com estudantes provenientes de África e da Ásia que lhe proporcionaram o conhecimento das várias culturas, da literatura, da poesia, da música, tão bem interpretada por Rui Mingas e, ainda, o contato direto com aqueles que tiveram a coragem de iniciar a luta de libertação das então apelidadas colónias portuguesas. Nas suas viagens anuais a Paris, manteve sempre o contato com os líderes e elementos dos movimentos nacionalistas e com o chamado “embaixador” Câmara Pires¹, que tive a honra de conhecer, e com eles conviver, apesar de muito jovem, e que me impressionaram pela sua abnegação, idealismo, determinação e coragem. Gostaria de dar um abraço, também, ao Luís de Almeida, Helena Carreira, aos casais Veiga Pereira, Rui Mingas, Freudenthal e ao Américo Dinis da Gama, entre outros, que continuaram seus amigos até ao fim. A minha lembrança vai também para os já desaparecidos Iko Carreira, Luís Cabral e Orlando Costa. Muito obrigada.

Ricardo Costa

Muito boa tarde. Antes de mais, queria agradecer por terem-me convidado para vir a este colóquio, a este painel, e eu hesitei mesmo muito e não foi uma hesitação retórica porque, em bom rigor, por razões que eu não sei explicar exatamente, eu ouvi falar muito da Casa dos Estudantes do Império, mas a verdade é que nunca tive uma conversa inteira com o meu pai sobre o assunto. Eu podia agora, facilmente, mistificar isso ou inventar, porque, com as conversas soltas que fui apanhando era relativamente fácil construir um fio coerente, mas objetivamente isso não aconteceu, não sei se foi falha minha, se foi falha dele, mas é daquelas coisas que todos os presentes saberão, quando já perderam algum ente querido, mais tarde descobrem que há ali um ou outro momento, uma outra coisa da qual até sabem, conhecem, mas queriam saber mais ou conhecer mais e já não conseguem, infelizmente, saber diretamente. Quando recebi o e-mail fiquei com aquela sensação “olha, aqui está mais uma coisa”, esta eu já tinha a certeza,

¹ Inocêncio Câmara Pires.

porque já mais do que uma vez tinha sido interpelado por pessoas que estão a trabalhar, nomeadamente investigação sobre a Casa dos Estudantes do Império. Ainda esta semana, a Cláudia, que está ali na primeira fila, me enviou um e-mail com um projeto do meu pai, um projeto de documentário para a RTP, que eu não conhecia, deve estar nos papéis dele, eu não conhecia a existência e gostei muito de estar a ler.

O meu pai tinha uma coisa óbvia, uma diferença óbvia, em relação à maioria das pessoas que estiveram na Casa dos Estudantes do Império – e ouvi o painel anterior –, que era o facto de vir de Goa e não de África, e isso era uma grande diferença, não só pelo número – porque houve muito menos estudantes de Goa na Casa dos Estudantes do Império –, como pela distância, como ainda pela própria natureza [das situações], quer dizer, não podemos distinguir as colónias como natureza, uma colónia é uma colónia e devia deixar de o ser e passar a ser independente, como todas elas passaram a ser, mas no caso de Goa havia uma solução diferente, isso já foi mais do que estudado. Não só era uma colónia muito mais antiga do ponto de vista da forma como tinha sido [construída], da interação com a população, portanto, muito desenvolvida durante séculos em que Goa foi um exemplo e era um dos sítios mais prósperos e mais avançados da Ásia, como o pró-



prio sentimento de independência ou de necessidade de independência era uma coisa radicalmente diferente e eu acho, das conversas que fui tendo, que o meu pai, quando veio para Portugal, pura e simplesmente não tinha esse sentimento. Em Goa, o meu pai pertencia à elite goesa, no sentido de casta brãmãne, das elites católicas goesas, que tinham boa vida e posses e atenção. Em Goa, como todas as pessoas saberão, havia uma elite local com muitos séculos, portanto era uma coisa já muito antiga, de famílias que foram convertidas ao Cristianismo, ao Catolicismo, logo no século XVII ou XVI e por diante, ou seja, por razões que já estarão bastante estudadas, no caso de Goa, houve, desde o princípio, uma elite local e, portanto, a lógica de colonização de Goa foi bastante diferente da que aconteceu em África. E por isso é que digo, do que conheço, do que fui ouvindo, e também dos livros do meu pai, onde também se apanham muitas das suas ideias e das memórias, que o chamado sentimento de necessidade de independência de Goa era muito diferente e, no caso dele, acho que era inexistente quando ele veio para Portugal. E acho que a Casa dos Estudantes do Império mudou-o radicalmente, no bom sentido. Em primeiro lugar, ele politizou-se em Portugal, depois foi até morrer membro do Partido Comunista Português, como sabem, esteve preso várias vezes, teve problemas graves com a PIDE, enfim, não tão graves como outras pessoas tiveram.

O meu pai chamava-se Orlando da Costa, era goês e trabalhou toda a vida em Portugal. Veio para cá com 17, 18 anos, de barco, como se vinha na altura, de barco a vapor, pelo canal do Suez, e veio para estudar e estudou Filosofia, Histórico-Filosóficas, que era o curso que havia na altura, na Faculdade de Letras de Lisboa. Depois, como teve problemas com a PIDE e foi proibido de ensinar, trabalhou toda a vida em publicidade, foi um dos primeiros *copywriters* portugueses, na altura era muito normal, pessoas de letras que não podiam ensinar, acabavam muitas vezes a trabalhar na área da publicidade, sobretudo pessoas que tinham jeito para escrever e, toda a vida, profissionalmente [o meu pai] foi publicitário. Mas, por gosto e por jeito, foi também escritor e esteve muito ligado à questão da Sociedade Portuguesa de Escritores que, há bocadinho, também foi recordada por causa do episódio do Luandino Vieira.

E a questão da formação, quando oiço falar dos grandes amigos dele da época, eram, na sua esmagadora maioria, pessoas que vinham de Angola, da Guiné, de Moçambique, sobretudo de Angola e da Guiné, também vários de Moçambique, onde o meu pai tinha família, havia muita gente de Goa com ligações a Moçambique. Aliás, o meu pai nasceu, um pouco

acidentalmente, em Moçambique, depois fez toda a infância, toda a adolescência em Goa, em Margão, mas eu acho que esse sentimento e essa necessidade que levou ao surgimento dos movimentos independentistas, a necessidade de independência das então colónias, nasce nessa altura e nasce muito pela influência dos amigos que estavam na Casa dos Estudantes do Império, maioritariamente vindos de África, ou seja, onde esse sentimento, do ponto de vista político, era muito mais avançado. O caso de Goa era obviamente diferente, nem sequer era uma questão de independência, uma independência territorial, independência política, independência de um povo, mas [era] deixar de ser uma colónia portuguesa para ser integrada, e bem, na União Indiana e, portanto, não tinha nada a ver com nenhum dos outros casos. Não sei dizer ao certo depois quais foram as fases de politização, mas nesse caso há uma questão muito importante que é a da campanha do General Norton de Matos, no qual estiveram envolvidas muitas pessoas da Casa dos Estudantes do Império e eu acho que isso foi uma das molas, não só de envolvimento político como da sensação de estarem todos no mesmo barco, ou seja, acho que a Casa dos Estudantes do Império deu isso a uma pessoa que vinha de Goa e que estava bem na vida, que tinha uma família que lhe mandava dinheiro e que, portanto, podia viver bem. Quer o meu pai, quer o meu tio viviam, pelo menos pelos relatos que eu tenho e pelas fotografias, via-se que viviam bem em Lisboa e que não precisavam disso para nada, no sentido que o mundo deles era outro. E, aliás, é curioso que o meu tio (que já faleceu) e que viveu toda a vida na Índia, era radicalmente diferente do meu pai em todos os sentidos, eu acho que ele se sentiu português até ao fim, vivendo na Índia, porque era uma pessoa que nunca gostou muito da ideia da independência de Goa. Davam-se lindamente, ele e o meu pai, felizmente, mas tinham visões políticas radicalmente diferentes, inclusive nessa questão. Eu aqui estou a falar não de cor, porque ouvia essas conversas, mas não tenho total conhecimento de causa. Eu acho que uma das grandes diferenças teve a ver com a Casa dos Estudantes do Império e o convívio com todas as pessoas, não vou estar agora a dizer os nomes, já foram quase todos citados aqui, mas que eram muito amigos do meu pai, muitos deles eu ainda conheci porque, quando vinham a Lisboa, e muitos deles vieram ainda, felizmente, durante muito tempo, havia muito esse convívio. Eu acho que foi a Casa dos Estudantes do Império, o caldo, o que apertou esse gatilho desse sentimento, dessa necessidade que, para quem vinha de Goa, não era uma coisa óbvia, nem era tão lógico, nem tão natural, nem tão comum como para outra pessoa que viesse de Luanda ou que viesse de Lourenço Marques, que viesse da Guiné, e que tinha a discussão da independência, essa ne-

cessidade era uma coisa radicalmente diferente, tinha, aliás, o exemplo de todas as outras colónias africanas dos outros países que se estavam a tornar independentes. E, depois, havia também uma outra ligação e isso, o meu pai, como militante do PCP, pertenceu sempre àquilo a que se chama as células intelectuais, no sentido em que eu acho que esse foi o outro cruzamento, se quisermos, não só o cruzamento de alguém que vinha de além-mar, como a necessidade de independência, como depois uma profunda ligação intelectual a muitas destas pessoas que foram faladas, que eram intelectuais, escritores, etc.. E eu acho que a vida do meu pai não teria sido a mesma se não tivesse estado ligado à Casa dos Estudantes do Império; não sei o que teria sido, sei que o que foi, foi obviamente determinado e marcante por isso.

Francisco Viana

Vou já apresentar-me, agradecer o convite e dizer que não hesitei nem um minuto, nem um segundo, para participar neste debate, porque o entendo como um dever. Só não consegui confirmar, porque a minha vida é muito complexa e só consegui confirmar à última hora porque eu não sei onde é que eu vou dormir amanhã. Essa é que é a minha vida de combatente pela luta de libertação nacional pela via da economia dos negócios. Eu chamo-me Francisco Viana e tenho a sorte de ter tido um pai e uma mãe, ambos de grande valor, já falecidos, que participaram no movimento da Casa dos Estudantes do Império.

A minha mãe chamava-se Ângela Guimarães, Ângela Loureiro Esteves Guimarães, uma portuguesa de gema, nascida em Moçambique e que teve a coragem de, naqueles tempos, casar com um preto, ou cafuzo, como se dizia dantes. A minha mãe nasceu em Moçambique, é de origem portuguesa, 1936, 37, se não me engano, e daqueles novos cristãos, portanto, de origem judia. O meu pai é o Gentil Ferreira Viana, nascido em Luanda, angolano, e ele, também, filho de um grande nacionalista, Gervásio Ferreira Viana. Eu nomeio o meu avô, Gervásio Ferreira Viana, porque é a primeira pessoa que me inspirou, o meu avô, pai do meu pai, fundador da liga nacional africana. E este movimento associativo que precedeu os movimentos de libertação nacional e que formou esses homens, esses filhos, eles também eram os filhos, portanto, o meu pai já é um filho desta luta e quando veio de Angola e chegou a Lisboa e a Coimbra era já um homem bastante politizado pelo seu próprio pai. Mas eu também tenho a sorte de não ter tido só um pai, e eu não sou

só filho de Gentil Ferreira Viana, eu sou filho do Manuel Boal, eu sou filho do meu mais velho Correia Mendes, eu sou filho do Edmundo Rocha, eu sou filho do Tomás Medeiros, eu sou filho do Mário, eu sou filho da minha tia Lilica Boal, eu sou filho do meu tio Luís de Almeida, eu sou filho do meu tio Beto Traça, do tio Edmundo Rocha, que me tratava quando eu estava doente, etc.. Portanto, sou filho dessa geração, e não ouvi só a parte do meu pai das histórias da Casa dos Estudantes do Império. Tive a sorte de poder conviver com esses Mais Velhos todos e de eles me terem educado e contado as histórias do tempo da Casa dos Estudantes do Império; e quase que me vejo nas Assembleias-Gerais, nas intervenções do Edmundo Rocha e noutras intervenções. O meu pai falou-me muito, tenho um dossier que ele me deixou, quase como uma herança, do programa que ele propôs de reestruturação da Casa dos Estudantes do Império. Não vou falar do meu pai, ele é sobejamente conhecido, mas vou falar da causa em que ele e os meus tios acreditavam, porque penso que é mais importante, os Homens vão mas as ideias ficam e nós como filhos, devemos essencialmente transmitir as ideias.

A ideia que eu tenho da Casa dos Estudantes do Império é a ideia de um mutualismo, uma solidariedade entre aqueles que vinham de longe e encontraram aqui, na Casa dos Estu-



dantes do Império, um acolhimento, um sítio para estar, um sítio para comer na cantina, um sítio para fazer as suas festas e até um sítio para encontrarem as suas esposas ou os seus esposos, porque da Casa dos Estudantes do Império nasceram muitos casais: lembro-me do meu tio Vieira Lopes também, do meu tio o Benito Vieira Lopes, do meu tio Mário de Andrade, do Joaquim Pinto de Andrade que não sei se frequentou, mas eu é que não tive o prazer de o frequentar porque ele estava preso, mas eu fiz xixi na cama de alguns deles. Portanto, o Mário de Andrade, provavelmente o Tomás Medeiros e outros que me conheceram muito pequenino, quando eu digo pais são mesmo pais. Outros já mais velhos - como o meu tio Correia Mendes, com ele aprendi muito - que me passaram todos estes conhecimentos que têm a ver com a questão da solidariedade social por um lado e a questão da causa política por outro.

No que diz respeito à causa da solidariedade social, eu gostaria de dizer algo que aqui certamente vai chocar muita gente, mas o Salazar tinha uma visão melhor do que muitos dirigentes atuais da época portuguesa. E este edifício que se vê aqui é do tempo do Salazar. Salazar arranhou casa, até hoje os africanos estão sem casa, eu pergunto, quem foi melhor? Na minha opinião, no que diz respeito a esta questão, o Salazar foi melhor do que este regime. Salvo raras exceções, nós temos a nossa comunidade africana aqui muito desapojada, e todo o mundo sabe o que aconteceu com o movimento que há agora dos *meet*; os africanos não têm onde estar, não têm esta casa, não têm esta solidariedade, andam nos bairros e não sabem o que fazer, e de repente fazem um *meet*, encontram-se todos no Colombo e são todos caçados, porque é preto não pode entrar no Colombo, porque vai fazer confusão, mas também não tem onde estar. E, portanto, eu queria deixar aqui um apelo para que, do fim destas comemorações pudesse resultar um apelo ao governo e ao regime atual, que é um regime mais democrático, e que tem, por isso, obrigação de fazer muito mais do que o Salazar. Salazar era um ditador e fez isto. Olhem, quanto é que custa esta casa. É um palácio! Naquela altura custava muitos milhões e hoje não temos casa nenhuma, temos sim, às vezes, atividades para a lusofonia, mas normalmente apoiam mais as causas dos portugueses, quando aparecem dão-lhes os projetos, mas se aparecer um preto, não leva nada. E isso, eu tenho que o dizer aqui, como o meu avô o diria, e como está aqui o meu embaixador que está na CPLP, digo aqui mesmo à frente, a nossa comunidade africana precisa de meios e precisa de casa, e gostaria que, no fim, nós pudéssemos trabalhar para que esta casa, que já não existe, viesse a existir de novo para apoiar os nossos estudantes. Eu sou presidente da confederação empresarial dos PA-

LOP e não estou aqui de mão estendida. Estamos disponíveis, como africanos, para investir aqui em Portugal e erguermos uma casa, só solicitamos que as autoridades portuguesas arranjem um terreno condigno por que nós construímos; os africanos sabem construir e vão construir aqui a Casa de África, em Portugal. Desde que os portugueses nos façam aquilo que Salazar fez, arranjar um espaço. Portanto, isso é a primeira mensagem que eu trazia aqui. E é certamente, somos todos de esquerda, eu também, a minha mãe, o meu pai, e às vezes custa ver as nossas deficiências.

Relativamente à questão política, é outro buraco. Daqui, quando olhamos para aquilo que foi o movimento estudantil, vemos que havia uma parceria com os movimentos democráticos e os movimentos libertadores. Está aqui o nosso amigo que disse que o pai dele foi do Partido Comunista, e temos muita gente assim, muitos, o camarada Agostinho Neto também foi do Partido Comunista, esteve no Partido Comunista; havia uma militância, havia uma parceria entre o movimento libertador africano e o movimento libertador português. Manuel Alegre esteve connosco na Argélia, isto tudo, hoje, acabou. Os dirigentes só querem saber de Angola, dos diamantes, dos terrenos, do petróleo, não sei que mais. A gente encosta-se aqui a qualquer partido português e aí, não ofenda ninguém, o negócio primeiro. Naquele tempo, e eu tive a sorte de participar nos movimentos, e nessa fuga dos estudantes, eu era bebé, tinha dois anos, fomos presos em Espanha, e esses jovens eram políticos e a causa desses jovens era uma Angola, era uma África moderna, uma África democrática que ainda não aconteceu na sua totalidade. Por isso é que me apresentei como um lutador pela luta de libertação pela via da economia dos negócios. É necessário que possamos voltar a um novo paradigma entre a Europa e África e criar aqui, é esse o ideal que une e que unia então o Manuel Alegre e o Agostinho Neto, que era uma vida melhor para os nossos povos. É necessário que as novas gerações possam fazer mais do que os nossos tios e que os nossos pais fizeram. Porque se foi possível que saíssem africanos daqui e que fossem preponderantes para a luta de libertação dos nossos países, quer dizer que ainda é possível que continuem a sair daqui os nossos africanos para ajudarem a desenvolver os nossos países. E isso ainda não está a acontecer, portanto são esses dois elementos que me preocupam. Já estou quase, não diria que a morrer, mas já estou pelo menos na *pole position*, e não gostaria de ver de os ideais do meu pai, que morreu sem ver aquela Angola que ele gostaria de ter visto, os ideais do meu tio Mário de Andrade, que morreu sem ter visto aquela Angola, continuem por se realizar. 40 anos depois das independências, a nossa economia continua dependente

ou da ajuda internacional ou do petróleo, e juntos, europeus e africanos, podemos avançar para esta nossa nova aventura e caminhada. Queremos ver muitos europeus em África, não na qualidade de colonos, mas na qualidade de parceiros e queremos ver também aqui muitos africanos, em Portugal, não na qualidade de desempregados mas também na qualidade de empreendedores. Foi esse ideal que o meu pai me ensinou, o ideal que o meu avô me ensinou e é só por isso que eu entendi que era um dever vir até aqui e transmitir a minha mensagem. A luta continua, ela não está ainda concluída mas a vitória é certa desde que arregacemos as mangas e trabalhemos unidos, em prol da amizade entre os povos e a dignidade do ser humano. Muito obrigado.

.....

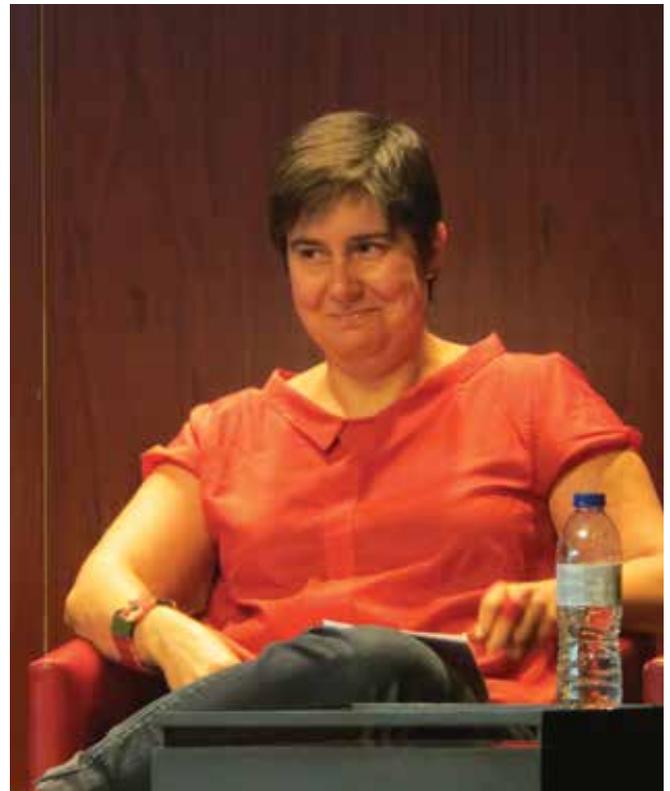
Sandra Monteiro

Muito boa tarde a todos e a todas. Quero começar por agradecer à organização e em particular à Aida e à Cláudia terem-se lembrado de fazer esta mesa, e à Margarida agradecer, sobretudo, o facto de não nos ter deixado perante a responsabilidade de trazer o testemunho dos nossos pais, porque isso era mais difícil, creio que tanto em vida, como quando eles já faleceram. Tentarei responder um pouco às duas questões que a Margarida colocou, uma sobre quem somos nós e quem são os nossos pais, no caso os meus pais, e em que é que a Casa os marcou e depois a questão sobre em que medida é que este legado da Casa nos interpela hoje e tem alguma coisa a ver com as questões que colocamos ao mundo contemporâneo e à nossa vivência atual.

Bom, em primeiro lugar, eu chamo-me Sandra Monteiro, Sandra Amaral Monteiro, e os meus pais são a Gracinda Amaral Monteiro, que no cartão de sócio da Casa diz Quina Amaral e que está aqui na plateia, e o meu pai Manuel Monteiro, Manuel Dias Monteiro. A minha mãe é professora, o meu pai e era médico, formou-se aqui e faleceu em 98. Eu e os meus irmãos, a Cátia e o Miguel, conversámos um pouco, e com a minha mãe também, sobre esta minha participação, porque a recolha das memórias, como tudo o resto, tem vantagem em ser um processo coletivo. E nós podemos dizer, era isto que eu queria dizer, não estaríamos aqui se não fosse a Casa. E aqui, neste caso, não é simbólico nem nada, é absolutamente literal. Os meus pais conheceram-se na Casa, começaram a namorar na Casa, casaram-se na Biblioteca da Casa e só depois é que regressaram a Angola. Nós nascemos lá, tal como eles, a minha mãe em Luanda, o meu pai em Moçâmedes.

O período em que eles chegam à Casa é, em primeiro lugar, quando o meu pai vem para cá fazer o curso de Medicina e, portanto, terá chegado à Casa, imagino, por volta de 55, 56. Depois a minha mãe vem em 61, 62, e encontram-se naquele espaço, onde acabam por casar em 64, não é, mãe? É. Nem posso fazer muitos elogios, nem me posso enganar porque senão tenho-a ali à perna. E, portanto, acabam por se conhecer num contexto específico, os últimos anos da Casa, com tudo o que isso implicou e de que aqui já se falou. Os meus pais não tinham na altura e não tiveram, posteriormente, nenhuma ligação partidária, não foram militantes partidários e até é muito curioso quando, uma vez, estive com o meu pai na Torre do Tombo a ver o processo da PIDE, o ano em que ali se dizia que ele tinha sido do MUD Juvenil (ele também não foi do MUD Juvenil) equivaleria a ele ter sido não do MUD Juvenil mas do MUD Infantil, pois teria 6 anos. E ainda hoje me lembro do prazer com que ele disse a olhar para aquilo: “Eram mesmo burros, não sabiam fazer contas básicas.”

Depois, o meu pai esteve na pró-associação dos estudantes de medicina e a inserção na Casa, pelo facto de ser médico, ou de estar a estudar para o ser, esteve ligada também ao posto médico; conta-se, acho que posso cometer esta incondição porque se calhar muitos de vocês a conhecem, seja



mito, seja história, que terá criado a secção feminina onde, de facto, conheceu a minha mãe, já um pouco com esse objetivo, não apenas o de estimular a presença feminina na Casa. Parece que nos filhos já há mais mulheres, as mesas dos pais é que eram mais masculinas. O meu pai vivia na própria Casa, na residência, e havia a utilização das cantinas, as farras, os bailes, tudo aquilo de que já se falou.

O movimento estudantil tem a ver com a crise de 62, e sempre ouvi o clássico lá da casa, a propósito do Maio de 68, que eles já tinham tido uma crise académica, em 62, e nós aprendemos a valorizar, também, acontecimentos que se calhar não são tão conhecidos em determinadas épocas, tão marcantes, mas que deixam lastro e que mostram como as coisas andam um pouco ligadas, como aqui se viu também em relação aos vários movimentos de libertação e às relações internacionais que se foram estabelecendo entre as oposições, na sua heterogeneidade, mas as oposições que lutavam pela liberdade e pelo fim da colonização [...] e, tal como existem as solidariedades internacionais, também há períodos de contágio, em que por vezes temos a história mais conhecida, a história escrita, depois há outros que se calhar só passado algum tempo é que começam a ser conhecidos, como aconteceu aqui de manhã com as mesas sobre a importância do movimento estudantil.

Há uma outra dimensão, além da socialização, da integração que, na conversa com os meus irmãos, imediatamente surgiu, foi pensar no que é que são miúdos de 16, 17, 18 anos a irem para outro país e para outro continente numa altura em que as tecnologias não eram as que existem hoje, e que nos fazem imediatamente pensar na emigração, da forma como terá sido absolutamente determinante que alguma integração social, afetiva, etc., e um processo de politização, que se seguiu, tivesse podido existir; habituei-me a que também, salvo provas em contrário, os amigos dos meus pais estivessem estado também na Casa, estão aqui alguns amigos mas muitos outros, que eu me lembro, por exemplo o cartão de sócia da minha mãe, em 63, é assinado pelo meu pai, como presidente e o secretário é um outro amigo também, que é o Ângelo Almeida, não é? Esta instituição foi de tal forma marcante que, salvo indicação contrária, qualquer amigo dos meus pais com quem convivêssemos, em férias, nas festas ou onde que quer que fosse, pelo menos um dos membros do casal, às vezes os dois, teriam passado pela Casa.

Ainda tenho um minutinho ou dois. Quanto às questões que nos interrogam hoje, há uma questão que eu partilho com outras pessoas que já o referiram também, há um dever de

intervir que nos fica, que não é um dever de intervir apenas, que é também um prazer de intervir, sem dúvida, é um bocadinho como, para quem não volta a Angola, como é o meu caso, que nunca voltei, estas coisas são quase como o que os meus amigos dizem, que “vão à terra”. É aqui, nesta diversidade e nas pessoas que vêm dos vários países africanos, que nós sentimos que vamos “visitar a terra”. E há um dever de intervir fora do que tem a ver com a CEI, por exemplo, os meus irmãos estiveram no movimento estudantil, como eu estive, e há uma noção, muito enraizada em todos nós, de que os processos são construções e que, mesmo em alturas em que tudo parece muito difícil, há sempre coisas a fazer coletivamente. E que mesmo que a vitória não seja certa, pelo menos será um bocadinho mais possível se fizermos alguma coisa.

Na minha vida profissional, além do meu associativismo, seja estudantil seja posteriormente e em associações várias em que tenho participado, na minha vida pessoal, apesar de ter começado na História, porque foi isso que estudei, depois enveredei por um jornal que creio que é um pouco esta paixão pelo internacional, esta defesa da liberdade, da democracia, do combate às injustiças, que é o *Monde Diplomatique*, a edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*, onde trabalho há quase 16 anos. E, portanto, diria que quer nas nossas vidas privadas, quer no nosso empenhamento como cidadãos, o legado da Casa está vivo e recomenda-se. Obrigada.

Fidel Reis

Chamo-me Fidel Raúl Carmo Reis, sou filho da Maria do Céu Carmo Reis e nasci na Argélia. Em função de alguns aspetos da trajetória da minha mãe, vou tentar ver o que eu herdei disto tudo e, para ser sincero, quero dizer, à partida, que da Casa dos Estudantes do Império herdei a memória só em Portugal, não antes; o que eu quero dizer com isso é que, vejam o meu nome, Fidel Raúl, eu sou do tempo revolucionário, é essa a memória que me persegue, o chamado “tempo revolucionário”. Durante toda a [minha] trajetória raramente, ou nunca, ouvi falar da Casa dos Estudantes do Império; [o que ouvia] era “luta de libertação, luta de libertação, luta de libertação”, era “luta de libertação até à vitória final” ou era o tempo do “vitória ou morte” ou o tempo do “a vitória é certa”. A minha vida foi essa, fui pioneiro, a minha mãe engajou-se no Movimento Popular de Libertação de Angola e toda a nossa vivência era esta, era mesmo “Estão a ver aqui o protótipo do homem novo”. E foi essa, mais ou menos, a minha trajetória

pessoal. Eu compreendo, eu era mais novo e de facto existe uma espécie de racismo etário quando se trata de destruir memórias, os mais novos não podem invadir determinados espaços, também porque não os compreendem. É um mundo de que não fazem parte. Mas eu julgo que era uma geração de “Angola-projeto” e, portanto, todo o discurso era um discurso do caminho desta “Angola-projeto”. E pelo conjunto destas circunstâncias, acabei por só me dar conta da existência da Casa dos Estudantes do Império, em Portugal.

A minha mãe veio para Portugal em 75, e eu vim com ela e é neste momento que começámos a ter um maior diálogo. São angolanos que estão aqui e dou-me conta, de facto, da existência deste espaço que foi extremamente importante na trajetória deles, e entendo, pessoalmente, que não se pode conceber a luta anticolonial sem ter em conta a Casa dos Estudantes do Império. Mas o que é que eles contam? Então começo a ouvir histórias da Casa dos Estudantes do Império. Sejam realistas, as primeiras histórias que comecei a ouvir da Casa dos Estudantes do Império eram sobre as miúdas, os cotas falavam das miúdas, havia umas belezocas que ali circulavam e eles falavam [delas] e quando eu começo a perceber melhor a Casa dos Estudantes do Império são as relações que a minha mãe foi criando com pessoas da Casa dos Estu-



tes do Império, em Portugal. O Adolfo Maria esteve na Casa dos Estudantes do Império, mas praticamente não se falava nisso, podiam falar entre eles, mas essa memória, eu não a tive. E, quando chego a Portugal, começo a ouvir [sobre esse assunto] da parte dos cotas que falam disso, mas, ao mesmo tempo, obviamente, esta é uma herança que parte da minha mãe, porque a minha mãe começou a fazer uma tese, se não estou em erro estava a fazer uma tese de doutoramento sobre a geração de 50, aí sim, eu começo a perceber qual foi a importância da Casa dos Estudantes do Império, por causa dessa tese que ela fez, que se chama “A Geração de 50”.

À medida que fui avançando, fui estudando, fui crescendo, os mais velhos abriram-me também portas de memória e tive acesso às histórias contadas, está aqui o Adolfo Maria, que contou as suas histórias, o Mário Pinto de Andrade contou as suas histórias e eu, como estava a formar-me em História, por iniciativa própria também comecei a pesquisar, tive a sorte de ler o livro da Dalila que é fundamental sobre os estudantes da CEI, a entrevista do Mário de Andrade ao Laban que também fala sobre estas questões. Eu quero ser sincero, a minha memória da Casa dos Estudantes do Império foi uma memória muito tardia, não me acompanhou na infância; eu vivi em muitas casas, nunca fiquei numa só casa no mesmo sítio, não fiquei no mesmo país, no mesmo sítio e no mesmo país mudei muitas vezes de cidade, portanto não fiquei rodeado, como a alguns acontece, dos chamados “objetos da memória”.

Por isso, esta memória que tenho da Casa dos Estudantes do Império é, por um lado, uma memória herdada, tive esse privilégio só depois, a partir da década de 80, e depois é uma memória que estou a estudar. Eu acho que fico mais com o “olho gordo” neste momento, sabendo qual foi o papel da Casa dos Estudantes do Império, por exemplo, no sentido das independências, no processo de descolonização, qual foi o papel que teve este capital social que se instituiu e que, se calhar, foi determinante em 75, para certos desfechos políticos, porque o papel da Casa dos Estudantes do Império para a reconstrução do nacionalismo angolano, para mim, já é incontornável. É esta a minha homenagem neste jogo de memórias. Obrigado.

Moderadora

Margarida Calafate Ribeiro – Muito obrigada a todos pela vossa participação.



homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

QUINTO ATO
24 maio de 2015

LUGARES E MEMÓRIAS

DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO,
UMA VIAGEM POR LUGARES SIMBÓLICOS



A VOLTA DA CASA





*Por aqui passaram
milhares de presos
políticos entre
1926 e 1965*

Auto-Estrada
A5

11
Estádio
Nacional

10
Nova Sede da
UCCLA

- 01 Partida do Hotel Altis - Rua Castilho, n.º 11
- 02 Faculdade de Direito e Medicina
Campo Mártires da Pátria
- 03 Clube Marítimo Africano - Calçada de São Vicente
- 04 Cadeia do Aljube/Museu da Resistência e Liberdade
- 05 PIDE - Rua António Maria Cardoso
- 06 Instituto Comercial - Largo do Camões

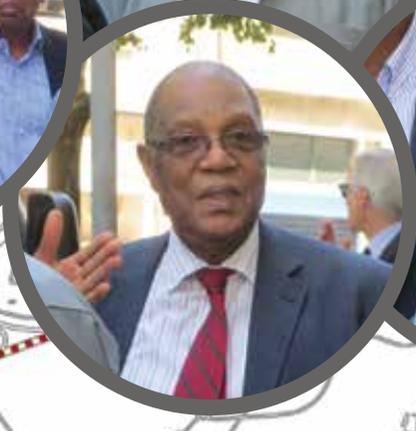


- 07** Escola Superior Colonial - Príncipe Real
- 08** Pastelaria Cister, Faculdade de Ciências
Rua da Escola Politécnica
- 09** Instituto Superior de Economia e Gestão
- 10** Instituto Superior de Agronomia
- 11** Instituto Nacional de Educação Física
Estádio Nacional (Jamor)
- 12** Lar - Av. Marquês de Tomar, n.º 91
- 13** Lar - Praça Pasteur
- 14** Lar - Praça João do Rio
- 15** Centro de Estudos Africanos
Rua Ator Vale, n.º 37

- 16** Instituto Superior Técnico
- 17** Lar - Rua Carlos José Barreiros, n.º 28
- 18** Pastelaria Açoreana, Café Tarantela
e Pensão D. Esperança - Largo D. Estefânia
- 19** Instituto Superior de Medicina Veterinária
Praça José Fontana
- 20** Casa dos Estudantes Angolanos
Av. Praia da Vitória, n.º 6
- 21** Casa dos Estudantes do Império - Av. Duque de Ávila
· Café Rialva
· Pastelaria Mimo
- 22** Almoço - Mercado Chão do Loureiro
- 23** Exposição CEI - Paços do Concelho

Auto-Estrada
A5

11
Estádio
Nacional







homenagem

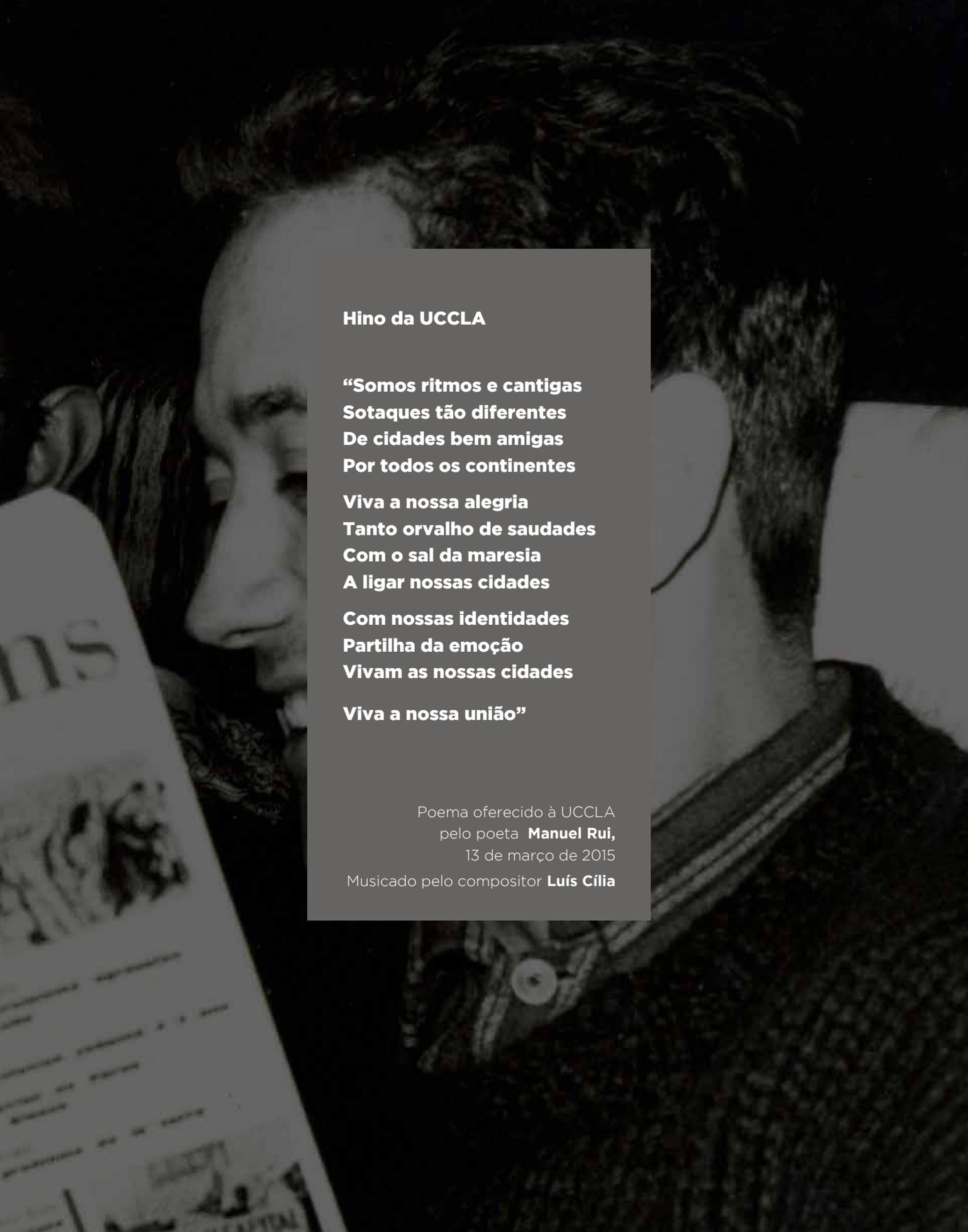
CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

SEXTO ATO

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

HOMENAGEM CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO





Hino da UCCLA

**“Somos ritmos e cantigas
Sotaques tão diferentes
De cidades bem amigas
Por todos os continentes**

**Viva a nossa alegria
Tanto orvalho de saudades
Com o sal da maresia
A ligar nossas cidades**

**Com nossas identidades
Partilha da emoção
Vivam as nossas cidades**

Viva a nossa união”

Poema oferecido à UCCLA
pelo poeta **Manuel Rui**,
13 de março de 2015

Musicado pelo compositor **Luís Cília**



25



26



27

Sessão Solene de Encerramento

Lisboa, 25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian

25 Vítor Ramalho

Secretário-Geral da UCCLA

Este encontro constitui uma convergência de desígnios nacionais dos nossos povos. Nesta homenagem aos associados da Casa dos Estudantes do Império não há objetivos que não tenham a ver com o que os nossos povos criaram à escala global e, sobretudo, com este contributo notável dos jovens que, nos anos 50/60 do século passado, vieram estudar para Portugal, quando não havia universidades nas então ex-colónias.

Como é sabido, o antigo regime criou a CEI para integrar esses jovens, com o propósito de fazer reproduzir o sistema quando regressassem às suas terras. Mas, nos anos 60, sob os ventos da descolonização, estes jovens corajosos deixaram as universidades que frequentavam para defenderem o fim da guerra e a independência dos seus países, valores morais e éticos muito fortes, pondo em causa a estabilidade da sua previsível integração no sistema colonial, o que lhes garantiria segurança e nível salarial elevado correspondente à elite integrada. Preferindo arriscar o seu próprio futuro e a própria vida ao juntarem-se de forma ativa à resistência ao regime colonial. É bom termos consciência desse sacrifício, numa altura em que se perdem princípios e valores, e em que o primado dos mercados e do dinheiro subordina praticamente todos os aspectos da vida.

Nós fizemos esta homenagem em honra destes jovens, e em honra de todos os povos falantes de língua portuguesa. Porque existia então um regime ditatorial que oprimia, de formas e em graus diferentes é certo, todos os nossos povos e países, mas a opressão existia e isso era inaceitável.

A solidariedade e o empenho militante desses homens pela causa da paz, do desenvolvimento e, sobretudo, pela causa da liberdade, levou as gerações futuras a ficar em dívida para com essa generosidade, pelo que o mínimo que podíamos fazer, era homenageá-los.

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Esta homenagem começou com importantes intervenções de homens de cultura, que se tinham formado na CEI, em 28 de outubro do ano passado, na Universidade de Coimbra, cidade onde houve uma delegação da CEI. Foi também uma homenagem ao profícuo trabalho cultural e de formação cívica desenvolvido pela CEI.

Decidimos terminar este ano de homenagem à CEI no dia 25 de maio, Dia de África, dia criado pela Organização de Unidade Africana. Seleccionámos, para fazer este encerramento, primeiro, os antigos Primeiros-Ministros dos nossos países e, logo a seguir, os antigos Presidentes da República. Todos eles foram jovens empenhados e ligados à Casa dos Estudantes do Império, e vão falar-nos da sua experiência de vida.

Depois disso, tivemos também presente que este ano faz trinta anos que a UCCLA foi criada por um homem determinado e que tinha amor aos povos de língua oficial portuguesa, que era o Engenheiro Nuno Kruz Abecasis, presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Mas também faz cinquenta anos que a CEI foi extinta, em 1965, pela PIDE. E passam, ainda, quarenta anos, este ano, que houve o reconhecimento da independência dos países africanos lusófonos. São datas convergentes e nós, todos, somos um caso único neste mundo global. E, por isso, temos que deixar de pensar pequenino e passar a pensar como estes homens pensavam na altura.

Estes homens formaram-se na CEI cultural e politicamente, alguns já não estão entre nós e, qualquer que seja o nosso sentimento, projetaram esta nossa realidade. Por isso estão aqui entre nós para falar da luta que travaram em prol da liberdade e de um mundo melhor. Quero ainda dizer que tivemos a ajuda e o apoio de quem percebeu a importância deste quadro tão relevante do mundo do futuro, da cultura. Nós estamos aqui pelo futuro, por uma razão clara, é que não é possível haver futuro sem memória. Muito obrigado.

Luís Campos Ferreira

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação – Portugal

Agradeço à UCCLA o convite para estar presente nesta cerimónia de encerramento das comemorações alusivas à CEI. Felicito o Dr. Vítor Ramalho por esta extraordinária iniciativa, que desenvolveu com tanta dedicação e empenho ao longo do último ano. Pude testemunhar, logo no primeiro encontro que tivemos em 2013 e em que me foi apresentada esta ideia, o enorme alcance histórico que esta iniciativa iria ter, razão pela qual a apoiei entusiasticamente desde a primeira hora. É, para mim, motivo de grande orgulho estar aqui a representar o Governo Português nesta cerimónia, na presença de figuras que são, indiscutivelmente, referências históricas incontornáveis.

Desde o começo destas comemorações, iniciadas em outubro passado na Universidade de Coimbra, esta iniciativa desenvolveu uma série de atividades que permitiram recordar, e dar a conhecer aos mais novos, a importância que a CEI teve na formação das elites políticas dos atuais países de língua portuguesa. Por isso, não deixa de ser simbólico que estejamos a encerrar esta homenagem no mesmo dia em que se comemora, a nível mundial, o dia de África. A convivência entre estudantes oriundos, à época, das várias ex-colónias portuguesas e a convivência com estudantes portugueses, permitiu o desenvolvimento de uma relação de apoio e de cumplicidade entre eles, a qual constituiu um importante elo de ligação que perdura até aos dias de hoje.

Pela CEI passaram vários estudantes que, mais tarde, vieram a tornar-se figuras de relevo na área cultural e política dos diversos países africanos de língua oficial portuguesa, alguns dos quais temos a enorme honra de ter aqui connosco. Neste sentido, permitam-me que destaque a presença do Presidente Miguel Trovoada e do Presidente Pedro Pires, e realce as presenças do Professor Fernando França Van-Dúnem, do Dr. Pascoal Mocumbi e do Dr. Mário Machungo. Quero também fazer uma referência especial ao Presidente Jorge Sampaio que, enquanto estudante, desempenhou um importante papel na mobilização estudantil e que destacou a solidariedade que se estabeleceu na década de 50 e princípios da década de 60 entre estudantes africanos e portugueses na CEI.

Realço, igualmente, a importante obra literária que foi sendo produzida pelos membros da CEI, a qual, em boa hora, foi agora editada por iniciativa da UCCLA, com o apoio, nomea-

damente, do Instituto Camões, permitindo às novas gerações tomar conhecimento destes trabalhos que se tornaram referências essenciais no panorama cultural lusófono. A atual divulgação destas publicações, que tem o mérito de se alargar a vários países, permitiu-nos retomar o contacto com obras de, entre outros, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Luandino Vieira, José Craveirinha ou Onésimo Silveira. Não me refiro apenas a obras literárias, mas também a poemas que deram origem a belas músicas que todos nós conhecemos e apreciamos, como são o caso das músicas “Mãe Negra” ou “Testamento” da poetisa angolana Alda Lara. Outra música que nos encanta é “Meninos do Huambo”, todos conhecemos o refrão dos “meninos à volta da fogueira”, da autoria de Manuel Rui Monteiro, antigo associado da CEI que é também autor do hino da UCCLA, que ouvimos no início desta sessão.

A cumplicidade que se estabeleceu entre os estudantes da CEI foi sendo aprofundada à medida que muitos deles foram assumindo responsabilidades nos seus respetivos países. Esta realidade permitiu igualmente que houvesse um desejo de fortalecimento da relação entre países que partilhavam não só um passado e línguas comuns, mas também que desejavam manter e tecer esta especial ligação no futuro, sentimento materializado mais tarde no projeto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Este relacionamento muito particular com os países lusófonos é uma das grandes prioridades da política externa portuguesa. Estas relações, alicerçadas numa língua e numa matriz cultural, jurídica, comuns, vêm do passado, têm presente, mas querem, sobretudo, construir um futuro. Um futuro ambicioso e mutuamente benéfico em termos políticos, económicos e culturais.

Neste contexto, a língua portuguesa, enquanto património comum e idioma global, tem um significativo potencial económico, onde novos polos de crescimento, recursos e ideias, pensam e falam português. Nunca é demais referir alguns números do que representa, atualmente, a língua portuguesa: somos 250 milhões de pessoas e, em 2050, seremos 325 milhões, que pertencem a um mercado de consumo muito relevante com um PIB superior a 2.5 mil milhões de dólares, cerca de 4% do produto gerado a nível mundial. E são 250 milhões de pessoas que se situam, na sua maioria, no hemisfério sul, o que faz com que o português seja o idioma mais falado neste hemisfério. Refira-se que este crescimento da língua portuguesa não é só nos países lusófonos, é cada vez mais em países não lusófonos onde há interesse crescente pela aprendizagem do português.

Esta homenagem, que decorreu ao longo do ano, foi uma iniciativa singular que deve ser encarada como exemplar

porque valorizou aspetos, porventura menos conhecidos, da história comum dos nossos países e que não devem ser esquecidos. No âmbito destas comemorações, quero destacar a exposição “CEI – Farol de Liberdade”, inaugurada ontem na Câmara Municipal de Lisboa, a qual representa mais um evento de elevada importância pelo espólio que reúne sobre a história da CEI e sobre os estudantes que por lá passaram, o qual merece ser reconhecido e ter uma ampla divulgação nacional e internacional. Felicito, uma vez mais, a UCCLA e o seu Secretário-Geral por esta homenagem, desejando que esta iniciativa não se esgote nestas comemorações, que o seu legado possa perdurar no tempo e seja divulgado em todos os países de língua oficial portuguesa, para que as gerações mais novas conheçam os factos, as personagens e os acontecimentos nele retratados, os quais também são parte da sua própria história. E que este conhecimento fortaleça os laços e os objetivos comuns dos nossos povos.

27

Artur Santos Silva

Fundação Calouste Gulbenkian

As histórias, as memórias e os legados da CEI foram aqui recordados e quase tudo foi dito sobre a Casa, como lhe chama Pepetela, no seu livro, *A Geração da Utopia*. Mas não será demais salientar a sua importância na história recente dos nossos países. A história da Casa é feita de muitas histórias, a história de um regime colonial no início do seu fim, a história da criação de uma elite ideológica nas colónias e dos seus movimentos de libertação, as histórias das fugas e da repressão. As histórias das conversas, das palestras, das reuniões da Casa. A CEI foi, sem dúvida, um espaço de reflexão e de cumplicidades que ajudaram a moldar o futuro político e social dos países dos seus estudantes.

Todos nos lembramos – eu era adolescente – do que foi o julgamento dos elementos que estavam na CEI e que foram ao mesmo tempo julgados com o movimento para paz e com o MUD (Movimento de Unidade Democrática) Juvenil no Porto, um julgamento de dimensão que nunca tínhamos tido, pelo número de réus julgados. A minha homenagem a todos. A criação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em 1996, foi seguramente uma decisão audaciosa face à situação que alguns Estados Membros então atravessavam e consagrou-a, como então se disse, como fórum privilegiado para o aprofundamento da amizade, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os

seus membros, tendo como cimento a língua portuguesa.

Gostaria, a este propósito, de recordar duas afirmações marcantes, a do Presidente Joaquim Chissano, que afirmou que “a lusofonia é uma utopia útil que não pode sufocar as culturas dos povos”. E o antigo Primeiro-Ministro de Angola, Lopo do Nascimento, salientou que não é lusófono, mas que a sua língua é a língua portuguesa: existe, pois, um espaço em língua portuguesa que não se restringe às vontades dos Estados e dos Governos, ou às fronteiras geográficas dos países. Penso, por isso, que importa olhar para o futuro e aprofundar o potencial do espaço global que partilha uma língua e em que um dos pilares é a CPLP, em benefício dos seus cidadãos e das suas comunidades.

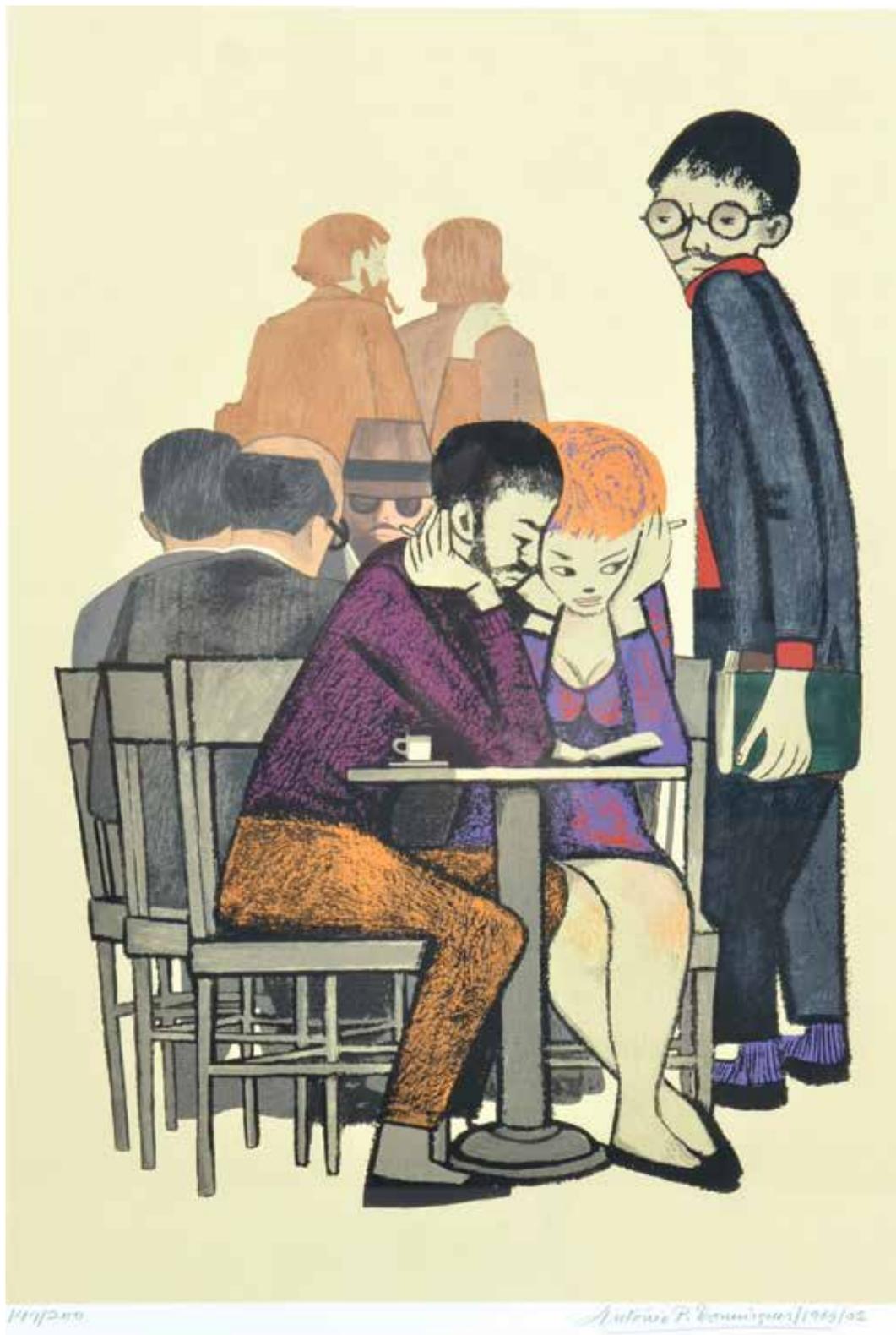
A complexidade atual das relações entre Estados e a integração das economias a nível global não podem ser um obstáculo, mas antes nos devem incentivar a procurar formas de afirmar a CPLP como ator relevante na cena internacional. A CPLP terá de caminhar da concertação política e diplomática ou da cooperação entre Estados, para uma maior interação económica e uma mais intensa colaboração entre a sociedade civil e os seus cidadãos. Devemos pensar seriamente na possível construção de uma verdadeira comunidade, não só cultural, mas também social e económica, entre os países de língua oficial portuguesa, melhorando o movimento de pessoas e de bens, protegendo os investimentos, envolvendo todos os países incluindo o Brasil, que poderá estar hoje mais interessado em aprofundar a sua relação com os restantes países da CPLP.

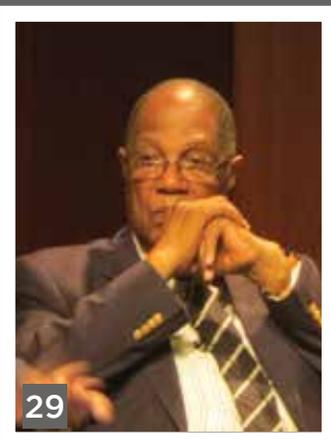
A CPLP é um espaço muito dinâmico em termos económicos, com peso geoestratégico crescente, designadamente ao nível da cooperação sul-sul, na produção energética a nível mundial. Como muitas vezes tem sido referido, cerca de 50% das novas descobertas de petróleo e gás, na última década, têm sido feitas nos países CPLP. Por outro lado, o uso da língua portuguesa tem apresentado uma das taxas de crescimento mais elevadas na internet e nas redes sociais e na aprendizagem como uma segunda língua. A língua é, sem dúvida, um bem público de elevado valor e, de acordo com um estudo recente sobre o potencial económico da língua portuguesa, com impacto direto ao nível do IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e dos fluxos migratórios.

Como sublinhou o Secretário de Estado da Cooperação, os países de língua portuguesa representam cerca de 250 milhões de habitantes, ligeiramente menos de 4% da população mundial, são responsáveis por 4% da produção mundial e por

mais de 2% de todo o comércio internacional. Pertencendo a diferentes espaços de integração regional, da União Europeia à CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), ao SADC, ASEAN, ou MERCOSUL, podem viabilizar um mercado potencial de 2 mil milhões de pessoas, ou seja, quase 30% da população mundial. Neste contexto, a não contiguidade geográfica pode ser uma força a aproveitar e não um obstáculo à maior integração económica. O potencial da maior integração económica, no espaço CPLP, enfrenta naturalmente condicionantes à intensificação de fluxos de pessoas, de bens ou serviços e de capitais.

Ultrapassar os entraves à livre circulação neste espaço e fomentar, em alguns países, um ambiente mais incentivador ao investimento sustentável, exige vontade política. Quase quarenta anos após a independência da maioria dos Estados Membros, volvidos dezoito anos sobre a criação da CPLP, é tempo de se dar mais um passo no sentido de uma afirmação mais competitiva desta Comunidade no espaço mundial. Essa é a grande aspiração de muitos de nós, que assim seja.





Primeiro Painel

Antigos Primeiros-Ministros

Preside ao Painel o

28 **General José Tavares**

Presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda e Presidente da Assembleia-Geral da UCCLA

Como sabem, estas três figuras ilustres, o Dr. Fernando França Van-Dúnem, ex-Primeiro-Ministro de Angola, o Dr. Pascoal Mocumbi e o Dr. Mário Machungo, ambos ex-Primeiros-Ministros de Moçambique, e outras que se encontram entre nós, têm, entre diversos pontos comuns, o facto de terem sido associados ou participado na CEI, extinta pela PIDE há precisamente cinquenta anos. Por isso mesmo, nunca é demais reconhecer e enaltecer o papel crucial desempenhado por eminentes filhos de África, em particular nos movimentos que culminaram na independência das ex-colónias portuguesas. Independências essas de que comemoramos o quadragésimo aniversário neste ano de 2015. Sendo vários os nomes que poderia citar da leva de nacionalistas com passagem e intervenção na CEI, não queria deixar de fazer menção especial ao saudoso Dr. António Agostinho Neto, fundador na Nação Angolana e primeiro Presidente da República da Angola.

Uma outra coincidência feliz, que merece alusão neste momento, é que hoje também celebramos o dia de África, instituído pela ONU em 1972, como reconhecimento da criação, em 25 de maio de 1963, da Organização de Unidade Africana, hoje União Africana. Mas ninguém melhor do que os nossos próximos oradores para, através das suas experiências pessoais, incluindo a passagem pela CEI, nos conduzirem numa viagem através da História.

.....29 **Fernando França Van-Dúnem**

Angola

Cumprir-me, em meu nome pessoal, e no do meu país, Angola, agradecer o convite que me foi feito para participar nes-

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPERIO

Lisboa, 25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian

ta cerimónia. Eu fiquei tanto mais lisonjeado porque me fez lembrar os anos que passei aqui em Portugal, não só como estudante de Direito, primeiro em Coimbra, depois em Lisboa, após o que saí daqui com alguns dos meus colegas, companheiros de fuga, em 1961.

Esse ato marcou a minha vida, mas antes de me tornar Primeiro-Ministro, ou Ministro do Plano ou da Justiça, em Angola, eu passei por aqui, além do tempo de estudante, como embaixador. E uma das primeiras visitas que fiz, foi ao Senhor Dr. Mário Soares. Foi, para mim, um grato momento porque eu tinha pelo Dr. Mário Soares uma grande estima, segui o seu percurso, desde a sua luta aqui em Portugal, depois a sua passagem por São Tomé e Príncipe. Conheci outras personalidades que, com o Dr. Mário Soares, lançaram as bases do Portugal Democrático. Uma vez mais, Dr. Mário Soares, os meus agradecimentos e a todos os outros que contribuíram para que a democracia se implantasse neste país e que, por arrasto, também chegasse aos nossos países.

A CEI, para mim, representou duas coisas. Em primeiro lugar, eu vinha de Angola, onde estávamos habituados a viver num ambiente paternal, onde os nossos pais é que faziam tudo. Desde comprar as nossas peças de roupa e os sapatos, porque não se comprava nada a pronto pagamento, era tudo fiado, por vale. Aquilo que hoje, lá na nossa terra, chamamos o kilapi, porque se escreve com lápis, e era o meu pai que fazia isso tudo. Ao chegar a Lisboa foi-me dado um estipêndio pago pelo meu pai e pelos meus tios, e eu tive de gerir o meu próprio orçamento. Então, comecei a ser Homem.

Em segundo lugar, a CEI foi um local de convívio, onde conheci amigos que vinham das outras colónias portuguesas. Fizemos amizade e, de certo modo, isso cimentou a minha personalidade. Isso permitiu-me também, já que se falou da Organização de Unidade Africana (OUA), dizer que fui um dos primeiros funcionários da OUA, fui funcionário durante dez anos. Comecei em Adis Abeba e terminei em Genebra, como representante-adjunto da OUA junto da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por outro lado, gostaria também de dizer que a estadia aqui em Portugal foi para mim um elemento ímpar da minha formação, não só como Homem, mas também como político, e, vou dizer porquê. No ano de 1960 e 1961, nós recebemos a informação de que o Presidente Agostinho Neto, Presidente do meu partido, passaria por Lisboa, num avião que o levaria depois para Cabo Verde, para onde ele tinha sido desterrado. E nós todos, quer os de Coimbra, quer os de Lisboa, viemos ao Aeroporto da Portela de Sacavém saudar o Presidente Agostinho Neto. Isso foi uma confusão porque a polícia política quis saber como é que tínhamos tido conhecimento da passagem do Presidente Agostinho Neto a caminho de Cabo Verde.

É claro que alguns de nós foram incomodados, mas como eu estava em Coimbra, depois de ter assistido a esse adeus, um adeus através dos muros, voltei para Coimbra. Acontece, porém que, na Queima das Fitas desse mesmo ano, estive em Coimbra e passou esse tempo todo comigo, um outro nacionalista, Ilídio Machado. Qual é o meu espanto ao saber que de regresso, ao passar por Lisboa, ele tinha sido preso pela PIDE. Então comecei a pensar que o facto de ter participado nesse adeus ao Presidente Agostinho Neto e ter passado essa Queima das Fitas com o Ilídio Machado, me iam valer alguns problemas. Tanto mais que eu quis ir de férias nesse ano a Luanda, e a minha família França Van-Dúnem mandou-me dizer que era melhor não ir. Percebi a mensagem, e por isso, quando recebi a indicação de que tinha que sair, abracei imediatamente a ideia.

Gostaria de deixar uma palavra de apreço e de amizade a alguns dos meus colegas que estão aqui, ao Presidente Trovoada, de quem fui colega na Faculdade de Direito, ele aqui e eu em Coimbra. Ao meu colega e amigo Pedro Pires, que foi um dos que fugiu comigo, e aos outros que também fizeram parte da nossa fuga. Ao Manuel Boal, à sua estimada esposa, padrinhos da minha filha mais velha, e a todos aqueles que comigo privaram, durante todos esses anos, eu gostaria de dizer muito obrigada.

Aquilo que fiz não foi para mim, foi para todos nós. Achei que, como pessoa com alguma formação, deveria ajudar o meu país. Ainda agora o faço porque, feliz ou infelizmente, quando falamos da independência da Namíbia, da libertação da África do Sul, eu fui um dos que escreveu, gizou, todos os documentos que serviram de base para a implementação da Resolução 435, do Conselho de Segurança, sobre a libertação da Namíbia. E a libertação da África do Sul seguiu-se a isso, até porque o meu Presidente dizia que, enquanto a Namíbia e a África do Sul não forem independentes, a nossa independência não estará garantida.

Mário Machungo

Moçambique

Eu cheguei à CEI vindo de Moçambique, onde nasci, cresci e estudei, no ensino secundário e técnico profissional, a escola comercial. Não havia ensino comercial em todas as colónias, mas com a bolsa que recebi pude vir aqui para Portugal. Mas fui advertido no aeroporto pela Polícia Internacional de Defesa do Estado: “Não vás à CEI que há lá comunistas, os comunistas não te vão deixar estudar, vais-te perder por lá”, e isso criou em mim uma certa curiosidade porque “o que era um comunista afinal de contas?”, não sabia.

Cheguei cá com curiosidade sobre a CEI, entretanto chegou o Pascoal e o Chissano. Deu-se então a crise de 1961. Mas nós já vínhamos de Moçambique com a preocupação da necessidade do nosso país ser independente. Falávamos em autodeterminação, autonomia, independência, havia uma certa mistura de conceitos no núcleo de estudantes secundários, fundado pelo Dr. Eduardo Mondlane, onde nos reuníamos e discutíamos o nosso futuro, em Moçambique e em África. Depois, deu-se a independência do Gana, os acontecimentos, sobretudo do Congo, com a ação do Patrice Lumumba e quando chegámos cá já havia esta preocupação e aumentou a minha curiosidade pela CEI. Fomos lá de facto, e assinámos um abaixo-assinado contra a Comissão Administrativa imposta à CEI e percebemos que o que se estava a fazer na CEI era a criação de um amanhã para os nossos povos,

A luta de Angola, de Moçambique, de São Tomé, de Cabo Verde e do povo português, eram as mesmas lutas, contra o mesmo opressor. Descobrimo-lo na CEI, havia um movimento associativo que fazia esta luta, o Dr. Jorge Sampaio era o Secretário-Geral da Reunião Interassociações (RIA) em 1961. Lembro-me perfeitamente do seu discurso na Cidade Universitária, no qual descobrimos que não há que nos separar, há que nos unirmos todos. Na CEI redescobrimos que temos a mesma cultura, nos poemas do José Craveirinha, nos contos do José Luandino Vieira, todos eles nos uniam na necessidade de desenvolver uma cultura libertadora para os nossos povos. Foi este o grande papel que desempenhou a CEI entre nós.

Houve uma grande fuga, a de 1961, de que eu não tomei parte, porque o Chissano, com quem nos encontrávamos sempre e que vivia num lar, quando fugiu, telefonou-me e disse-me, “Mário, quero falar contigo.” Respondi, “Que é que se passa?” O Chissano explicou, “Olha, eu vou-me ausentar, porque vou

para o Algarve estudar para os exames de outubro. Vou-me ausentar por algum tempo.” Passado alguns meses soube que estiveram presos em Espanha, porque estavam em fuga. Por causa da PIDE era secreta a organização da fuga, não se podia dizer a todos, “Olha, eu vou fugir!”, a organização foi muito cuidadosa e clandestina. O Chissano e o Pascoal tiveram que fugir porque a Universidade Clássica foi mais afetada do que nós, que estávamos na Técnica, ou nas outras universidades.

Mas isso não impediu que nós, que ficamos para trás, continuássemos a obra mobilizadora da CEI, para libertação dos nossos povos, conjugada com a luta do povo português para derrubar o fascismo e, por isso, integrei-me no movimento estudantil português, o que me custou a expulsão da universidade. Senti-me feliz porque, afinal de contas, estava a fazer alguma coisa, perdi alguns anos letivos porque a minha luta, a minha contribuição era positiva, e ia produzir resultados. E produziu, o 25 de Abril e a independência dos nossos povos.

31

Pascoal Mocumbi

Moçambique

Eu cheguei a Lisboa depois de Machungo e de outros compatriotas que estavam, quase todos, na área de economia. Enquanto eu tinha concorrido à Universidade de Medicina de Lisboa e tinha dispensado dos exames de admissão. Em Lisboa, vivia num lar de estudantes e não levou muito tempo para ser convidado a participar numa reunião da CEI. Fui, com o Chissano e com o Machungo, era a oportunidade para conhecer mais estudantes e aprender como é que se vivia em Portugal.

Fiquei muito satisfeito, ficámos muito satisfeitos, assistimos à reunião na CEI e aprendemos que, de facto, é preciso ter muita atenção. Quando fui convocado pelo Governo Português, disseram-me “Doutor, ou estudante Mocumbi, você acaba de chegar e já quer entrar num barco que você nem conhece.” Eu disse que não entendia como querer entrar num barco era ter uma reunião, na qual aceitei assinar uma carta em comum com todos aqueles que estiveram lá e concordaram com as ideias que estavam nessa carta, e eu não via mal nenhum nisso. Disseram-me: “Presta atenção porque, aqui, nós não gostamos disso.” (risos). O que eu disse foi “Bom, o que eu vim aqui fazer foi estudar, portanto, se quero passar o exame de medicina do primeiro ano, tenho de estudar todos os dias, porque há livros volumosos, sobretudo de anatomia, custa-

-me muito atender a essas reuniões, estas manifestações. Não tem mal nenhum aquilo que os portugueses querem fazer, mas eu, de facto, quero passar o meu exame de medicina e cumprir a missão que me trouxe aqui a Portugal. Portanto, estou grato por me chamar a atenção.”

O meu colega foi também chamado, no dia seguinte, e demos a mesma explicação: o que nos interessa é estudar. Em Angola já tinha começado a guerra e, sempre que íamos aos cafés, olhavam para nós e diziam: “você estão a ver aqueles que estão ali a entrar, aqueles estão a matar os nossos filhos lá em Moçambique.” A ouvir aquilo, não podíamos conversar com eles, sentíamos que o ambiente estava a ser mesmo muito difícil, tínhamos de pensar como é que íamos continuar aqui em Portugal, já que sentíamos que a polícia era capaz de nos criar problemas, podíamos ser presos por acharem que não estávamos a ser portugueses sérios, estávamos a violar aquilo que era esperado pelos portugueses, que era estudar, não era aquilo que estávamos a fazer, ao irmos às reuniões.

Começámos a pensar na fuga, em 1961 conseguimos fugir com a ajuda, sobretudo, daqueles que nos deram bolsas de estudo, o que nos permitiu organizarmo-nos e seguirmos para França, com muita dificuldade, era um risco muito grande, mas conseguimos. Chegamos a França, todos nós começámos a pensar no futuro, “como é que nós vamos fazer?”. Em Paris, já na casa que nos foi dada para vivermos até termos a nossa situação resolvida em França: onde estudar, quem cobra as contas, quem paga os nossos estudos, obtivemos ajuda e inscrevemo-nos, ficámos legais em França.

Bom, nós tínhamos a situação normal, continuámos os estudos e tivemos a visita do Presidente da FRELIMO, Dr. Eduardo Mondlane, que nos aconselhou: “Aqui, vocês seguem os vossos estudos. E quais são os vossos planos?”. E nós dissemos. Bem, nós, como estudantes que estamos aqui, queremos conhecer outros estudantes angolanos que se encontram à procura de estudar ao nível superior.” Contactámos com os que estavam a estudar nos países do norte, chamados países socialistas, “Bom, nós assim continuamos e vamos até onde pudermos ir no nosso curso de medicina.” Assim, ao mesmo tempo que estudávamos, tínhamos encontros regulares e comunicação com os nossos compatriotas e também com os nossos compatriotas dos outros países de língua portuguesa e íamos sabendo quais eram os riscos que corríamos, mas cada qual ia tentando garantir os seus estudos.

Criámos uma União de Estudantes Moçambicanos de nível superior e, deste modo, comunicávamos com os nossos com-

patriotas e, sobretudo, com os que, saindo de Moçambique, iam para Tanzânia. Quando a FRELIMO já estava inscrita na Tanzânia como Movimento de Libertação, dissemos que queríamos contribuir para a luta de libertação e aguardamos orientações para além daquelas que tínhamos. Não demorou muito tempo para que o Presidente Mondlane se fixasse na Tanzânia, com a família, e nos convocasse, venham cá, tirem férias para poderem contar-nos o que nos podem dar como contribuição para a Frente de Libertação.

Tivemos também contacto com os outros movimentos e tivemos uma reunião com estudantes das colónias portuguesas, para combinar como é que podíamos colaborar com todos os movimentos. Encontrámos os meios de acelerar a nossa luta integrados nos movimentos de libertação. Fomos chamados, cada qual foi chamado para o seu movimento. Eu fui chamado, o Chissano foi chamado e nós, integrados nos movimentos de libertação, começámos a desenvolver a nossa atividade como militantes.

Portanto eu penso que a capacidade que tivemos de trabalhar, partilhando informação e mantendo-nos amigos, como somos agora, e estarmos aqui nesta reunião, era o caminho mais adequado. Estou contente de me poder encontrar aqui hoje e poder partilhar ideias para o prosseguimento das nossas relações e para o desenvolvimento dos nossos países.

Moderador

Luís Todo-Bom

Comissão Organizadora da Homenagem

32

Quando o Vítor Ramalho decidiu lançar esta iniciativa, a grande reflexão foi: "ou fazemos isto agora ou qualquer dia já não o podemos fazer, porque já não vamos ter testemunhos vivos desta vivência que foi a CEI". Pois todos os ex-associados da CEI são mais velhos do que nós, que só chegámos a Portugal em 1965. Eu considero um privilégio, estarmos nesta sala, podermos ouvir de viva voz estes testemunhos, que representam uma realidade dolorosa, difícil, de sacrifício e sofrimento. A nova geração, a geração dos nossos filhos, acha que tudo o que têm: liberdade, capacidade de comunicação, etc., está garantido e esteve sempre garantido. E era bom que aprendessem que não esteve sempre garantido mas, mais importante que isso, não está garantido para o futuro, ou seja, a ideia que a liberdade não precisa de ser alimentada e que não é preciso defender nem cultivar, é uma ideia errada.

Nós, a comissão organizadora, temos tido a preocupação de pensar de como é que transmitimos isto às novas gerações? Como conseguir que os nossos filhos tenham as relações de amizade, afetividade e solidariedade que todos nós temos porque tivemos aquela vivência? Porque como eles não a têm, é difícil terem esta relação íntima de afetividade, de ternura até, entre os vários povos que aqui estão representados. Esse é o nosso grande desafio a seguir, que é tentar não deixar morrer esta realidade, deixar não só a memória e a história, mas deixar o paradigma da afetividade que esteve na base desta construção e que é necessário que se venha a replicar, ou seja, que as novas gerações encontrem um novo modelo e projeto de encontro entre os vários povos.

A UCCLA é uma organização que tem essa função, a CPLP é a grande organização que tem essa função. Mas eu tenho um pouco a noção que a própria CPLP considera tudo isto como garantido e que não se tem preocupado com este estreitamento da relação que é fundamental manter entre os nossos povos, que têm esta língua, não a mesma linguagem, mas a mesma língua. Porque os códigos de comunicação, apesar de tudo, são diferentes de país para país.

.....

General José Tavares

Encerramento do Painel

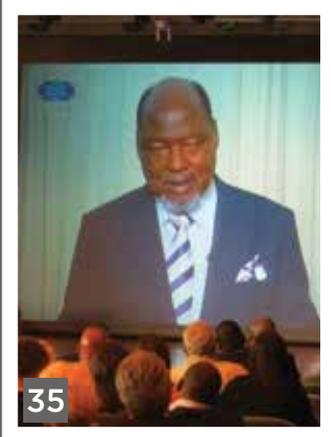
Gostaria de felicitar os nossos "Mais Velhos", os nossos participantes da CEI, pela brilhante apresentação que fizeram, foi uma aula de sapiência, em muito pouco tempo conseguiram exprimir aquilo que foi sua a vida pessoal enquanto membros da CEI. Gostaria de felicitar o Dr. Ramalho, a mola impulsora de todo o movimento que hoje culmina nesta enorme aula de sapiência, e que muito nos vai ajudar, mesmo depois de sairmos daqui, porque levamos esta mensagem, aquilo que ouvimos aqui, para nossa casa, para os nossos filhos. A mensagem deve ser passada, tal como antigamente, no vosso tempo, camaradas, passem a mensagem.

Esta mensagem não deve ficar aqui, não deve morrer aqui, deve sair para as nossas casas, os nossos encontros, deve ser passada para os nossos filhos, os nossos irmãos, os nossos netos, os nossos amigos... Por outro lado, gostaria de lembrar que este movimento não foi o único na história da luta ou da preparação da luta de libertação dos nossos povos, dos nossos países. Outros movimentos aconteceram, principalmente os movimentos no interior dos nossos países. Por esse moti-

vo, gostaria de sugerir ao nosso grande impulsionador desta homenagem que talvez a UCCLA pudesse fazer também, em Angola, São Tomé, Moçambique, Cabo Verde, nos países, de língua portuguesa, connosco, uma reunião do mesmo tipo, onde fossem também valorizados os que, internamente, deram o salto em busca da independência dos seus países.

Não vale falar só daqueles que fugiram para o exterior, é preciso também lembrar aqueles que fugiram para o interior

do país. Porque o papel dos de fora e dos de dentro foram complementares. Se só os daqui fugissem e os de dentro não, se calhar, o resultado que foi a independência que conseguimos conquistar há quarenta anos, não seria possível. Então eu ia sugerir ao nosso amigo Ramalho que promovesse, ao nível dos países membros da UCCLA, um encontro desses. Porque é preciso transmitir esta mensagem às novas gerações, para elas saberem quanto custou a independência dos nossos países.



Segundo Painel Antigos Presidentes da República

Preside ao Painel

33 **David Simango**

Presidente Conselho Municipal da cidade de Maputo e Presidente da Comissão Executiva da UCCLA

O Dr. Jorge Sampaio diz que em Portugal não se usa muito a palavra Presidente no caso de um antigo Presidente, mas nós, em África, não usamos ex-Presidentes. Por isso, queria, com a sua permissão, pedir-lhe para aceitar que o trate por Presidente, como vou tratar os outros dois Presidentes. Nesse sentido a minha missão está facilitada, sou muito pequeno para falar destas figuras, mas tive a sorte de presidir a um painel de Presidentes. Só essa razão é suficiente para não dizer mais nada. Mas queria, em nome da UCCLA, agradecer o facto de podermos contar convosco neste dia, que é um dia especial, como o General Tavares bem explicou durante a sua intervenção. Temos um militar a presidir a estas cerimónias, e eu, não sendo militar, o que vou fazer é pedir à moderadora para fazer as considerações iniciais.

Moderadora do painel

34 **Inocência Mata** – Agradeço muito esta oportunidade, mas, ao mesmo tempo, sinto-me constrangida, por estar aqui ao lado de três personalidades históricas que são referências, nos respetivos países, e também nos outros países que se expressam em Língua Portuguesa.

Estas personalidades já deram provas de uma cidadania participativa, mesmo depois de deixarem a política ativa. Já deram provas de uma cidadania participativa, encabeçando a luta pela independência dos seus países e, enquanto governantes, foram atores de responsabilidade nos seus países. Concordemos ou não com as opções circunstanciais, ideológicas, políticas, que terão tomado é inegável que são construtores-atores de países que se vêm fazendo. É o caso, particularmente, de Pedro Pires, Joaquim Chissano e Miguel Trovoadá. Não direi o mesmo do Presidente Jorge Sampaio,

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPERIO

Lisboa, 25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian

um país que se vem fazendo, mas uma democracia que se vem fazendo.

Antes de ouvirmos os presentes, vamos escutar e ver um quarto Presidente, que vai entrar por videoconferência, o Presidente Joaquim Chissano. Não apresentarei a biografia destes senhores porque eles não carecem de apresentação. Mas gostaria de referir que o Presidente Joaquim Chissano, depois de sair da Presidência, ganhou, em 2007, o Prémio Mo Ibrahim, um prémio que distingue os bons governantes. O mesmo se passou, aliás, com o Comandante Pedro Pires. Joaquim Chissano tem uma fundação que promove o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

35

Presidente Joaquim Chissano

Moçambique

Foi com agrado que aceitei o convite, e lamento não poder, por razões alheias à minha vontade, estar fisicamente convosco neste jubiloso momento na bela cidade de Lisboa, outrora capital do Império e do poder opressor de tantos povos, hoje capital da reconciliação e de encontro de amigos solidários unidos no seio da CPLP e empenhados na construção de uma sociedade melhor sobre as cinzas do colonialismo e da ditadura fascista.

Consola-me o facto de a UCCLA, organizadora desta homenagem, me ter proporcionado este meio para vos comunicar esta minha singela mensagem. Considero uma honra fazer parte do elenco dos homenageados, apesar de a minha presença na CEI ter sido de muito curta duração. Filiei-me na CEI alguns meses após a minha chegada a Portugal, ao constatar que as atividades desta associação visavam objetivos semelhantes aos que prosseguíamos no Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), do qual eu fora, uma vez, Presidente. Porém, no dia da minha filiação na CEI, a associação enviou ao Governo Português um abaixo-assinado, que me orgulho de ter assinado também, em pro-

testo pela imposição de uma Comissão Administrativa à Delegação da CEI em Coimbra. Como consequência desta nossa expressão de solidariedade com os estudantes ultramarinos em Coimbra, não tardou a ser imposta uma Comissão Administrativa à CEI em Lisboa. Pouco tempo depois, eu partia para França e, mais tarde, para o Tanganica, onde fui materializar os ideais da CEI e os do NESAM, o que continuámos a fazer até hoje.

Na minha visão retrospectiva desta nossa longa viagem, constato que cada um de nós iniciou a sua marcha num determinado lugar. O lugar onde a chama da liberdade começou a iluminar-lhe o caminho. A claridade não iluminou a todos com a mesma energia e não tinha a mesma intensidade nos diferentes pontos de partida. A luz frouxa do facho que segurávamos não clareava com nitidez toda a vastidão da estrada e dos atalhos e não mostrava claramente os escolhos. Só à medida que caminhávamos íamos descobrindo a beleza do caminho e, ao mesmo tempo, a sua dureza. As escolhas não eram fáceis, sobretudo quando nos apareciam pela frente as visões, ou alucinações, das medonhas dificuldades da parte invisível da viagem. Aquela parte que iria ser percorrida nas árduas lutas político-militares, diplomáticas e culturais dos nossos povos e nas batalhas para a consolidação das vitórias e ainda para a promoção do desenvolvimento económico, social, cultural e democrático dos nossos países recém-independentes e libertos da ditadura. O próprio opressor dos nossos povos, ao tentar criar sistemas para nos tolher a marcha, acabou criando espaços para o encontro de ideias de emancipação e da reconquista da dignidade humana vindas das várias partes do seu império. Foi nesses espaços, como a CEI, que estudantes da mesma colónia vieram a conhecer-se melhor, forjando o espírito de solidariedade nacionalista. Bem como vieram a encontrar-se estudantes de diferentes colónias, comungando assim, melhor, os seus sentimentos de sofrimento sob o mesmo jugo colonial e as suas aspirações à liberdade e dignidade.

A CEI foi um dos espaços onde começou a crescer a consciência e o reconhecimento da necessidade da luta comum para o alcance do nosso destino comum, a verdadeira liberdade. Aquela liberdade a que se referiu o companheiro de viagem, o são-tomense António Alves Tomás de Medeiros, quando o grupo da fuga de Portugal para França, em 1961, celebrava a sua liberdade num hotel de Hendaia, pequena cidade francesa na fronteira com Espanha. Medeiros disse que a nossa chegada ao território francês não era ainda a verdadeira liberdade, essa ainda estava por ser conquistada. Tínhamos de lutar por ela, porque essa seria a liberdade dos nossos povos.

Este sentimento de unidade e solidariedade na luta contra o colonialismo e hoje, pelo desenvolvimento, nasceu e cresceu, no íntimo de cada um de nós, naqueles espaços onde nos encontrámos e começámos a conhecer-nos uns aos outros.

Um desses lugares históricos foi a CEI, um local criado pelo regime colonial para nos manter na ignorância dos direitos dos povos à autodeterminação, independência e dos direitos humanos. O encontro dos subjugados das várias parcelas do império teve o mesmo efeito que o encontro dos escravos das várias regiões da África que os galvanizou na luta pela sua libertação. O conjunto dos fochos que cada um de nós empunhava produziu maior claridade, alongou para mais longe a visão de cada um. Os combustíveis para manter as chamas dos nossos fochos sempre acesas, cada vez maiores e sempre vivas, foram a troca das nossas ideias, cantos, poesias, prosas, em suma, das nossas culturas.

A nossa visão foi para tão longe que alcançou o ideal da união das lutas dos povos colonizados, uma união que contribuiu para a destruição do próprio império colonial, na base do qual todos éramos espezinhadados. Foi uma união que nos permitiu criar a fraternidade em que vivemos, uma fraternidade que urge reforçar, com atos de cooperação orientados para o crescimento e para os benefícios mútuos. A nossa união leva a nossa visão para além dos limites do que era o Império Colonial Português e lá abraçamos a cooperação com todos os países, não só de África, mas de todos os continentes, para a construção de um mundo de paz, justiça e igualdade.

A CEI é um exemplo vivo de que todos os homens e mulheres têm capacidades infinitas de criar condições para transformar o mundo para melhor, sempre que se lhes proporcione o acesso a um ou mais espaços e oportunidades para atuarem, sobretudo quando a sua criatividade e ação se tornam coletivas e convergentes. Agradeço o privilégio que a UCCLA me dá para percorrer, com todos vós, este caminho retrospectivo de setenta anos, no qual revejo figuras gigantes da nossa história que passaram pela CEI, impulsionaram o seu desenvolvimento revolucionário e inspiraram as gerações presentes, com a sua contribuição destemida, na realização daquilo que foram os ideais da CEI, transformando para o melhor os nossos países, a África e o mundo.

Tenho em mente personalidades que já deixaram este mundo e outras que ainda vivem entre nós e que, pelo exemplo que nos deixaram, ou que continuam a dar-nos, prosseguem com a sua tarefa. São alguns deles, Eduardo Chivambo Mondlane, de Moçambique, Agostinho Neto, de Angola, Amílcar

Cabral, de Cabo Verde e Guiné-Bissau, Marcelino dos Santos, de Moçambique, Miguel Trovoada, de São Tomé e Príncipe, Lúcio Lara, de Angola, António Tomás de Medeiros, de São Tomé e Príncipe, Alda do Espírito Santo, de São Tomé e Príncipe, Iko Carreira, de Angola, Paulo Jorge, de Angola, Pedro Pires de Verona, de Cabo Verde, e outros que, não tendo passado pela CEI, como Samora Moisés Machel, de Moçambique, e Aristides Pereira, de Cabo Verde, não só participaram, mas dirigiram a realização dos nobres ideais desta Casa.

Foi sob a sua direção que construímos os PALOP e, subseqüentemente, a CPLP. Se me permitem, gostaria de incluir no grupo destas figuras, outras que, não tendo sido subjugadas pelo Império Português, também foram companheiros da viagem para a liberdade. Por terem identificado as causas pelas quais lutaram, contribuindo assim para as nossas vitórias. Refiro-me a figuras como Kwame Nkrumah, do Gana, Julius Nyerere, da Tanzânia, Albert John Mvumbi Luthuli, Nelson Mandela e Oliver Reginald Tambo, da África do Sul, Sekou Touré, da Guiné-Conakri, Ahmed Ben Bella, da Argélia, Modibo Keita, do Mali, Kamal Abdel Nasser, do Egipto, Jomo Kenyatta, do Quênia, Kenneth David Kaunda, da Zâmbia, Joshua Nkomo, Robert Gabriel Mugabe e Jason Moyo, do Zimbabué, entre outros.

Neste ano em que celebramos quarenta anos da proclamação das independências dos países africanos que formavam parte do Império Português, aprez-me, desde já, saudar todos os povos dos PALOP. Congratulá-los pelas grandes realizações alcançadas durante esse período em prol do seu desenvolvimento e desejar-lhes muitos e grandes progressos, na próxima década, para celebrarmos, com maior alegria, o primeiro meio-século das independências. É com alegria que também congratulo o povo português pelos seus quarenta e um anos da erradicação da ditadura e conquista da democracia, desejo-lhes, igualmente, mais e maiores sucessos e bem-estar nas décadas que se seguem. Faço votos para que se fortaleça a CPLP e que cresça qualitativa e quantitativamente em matéria de cooperação entre os seus membros e relevância na arena internacional.

Moderadora

Inocência Mata – Gostava de relacionar aquilo que disse o Presidente Joaquim Chissano, que nos falou de Moçambique, de África, da CPLP, e antes de passar a palavra, ao Presidente Jorge Sampaio, quero lembrar que esta foi uma das suas atividades, como representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, uma organização das Nações Unidas que promove o diálogo entre sociedades, entre comunidades, para além das suas diferenças, diferenças culturais, religiosas e

outras. Um dos objectivos da promoção do diálogo (intercultural, inter-religioso e outros) é prevenir extremismos, aquilo a que eu chamaria “identidades assassinas”. Sem mais delongas, passo a palavra ao Dr. Jorge Sampaio.

36

Presidente Jorge Sampaio

Portugal

Nós, provavelmente, já nos habituámos e não notamos, mas eu noto sempre, que não precisamos de tradutores, apesar de todos os que aqui estamos, termos vindo das mais variadas proveniências e, nalguns casos, de bem longe. Não sei se temos a noção de que, qualquer que seja o percurso, as vicissitudes, os combates, as tristezas, os sofrimentos, as análises históricas que possamos fazer, há uma coisa extraordinariamente rica: é que, numa pluralidade que não interessa que nome tem, não vejo as cabines de tradução iluminadas e não vejo ninguém com aqueles auscultadores para ouvir, traduzido, o que diz o orador.

Isto, meus caros amigos, é de uma enorme riqueza. Respeitando as independências, não posso esquecer o que foram os inícios dos anos sessenta, e a extraordinária importância que tiveram, e não apenas para os jovens que vieram estudar para Portugal (para os quais a CEI foi criada, como tentativa do anterior regime para os enquadrar, fiscalizar, observar ou seguir, mas a verdade é que esses jovens não só se encontraram entre si, mas conheceram-se entre si) mas também para nós, portugueses, que tivemos a oportunidade de conhecê-los a eles.

Este encontro originou uma solidariedade que, quaisquer que tenham sido os caminhos seguidos, fez com que eu, sentado no café Vává, algures em 1961, quando começaram os acontecimentos em Angola, dissesse a um conjunto de amigos “este regime dura pouco, não vai conseguir aguentar estas batalhas”. Foram treze anos, meus caros amigos, de muito sofrimento, de um lado e do outro, convém não esquecer. Era preciso derrotar o colonialismo; negociar com os movimentos de libertação; recuperar um tempo perdido, pois, quando as coisas são feitas tarde e a más horas, deixam muito sofrimento pelo caminho. Portanto, o facto de estarmos aqui hoje e de termos aprendido, através da grande riqueza cultural, literária, musical desses futuros países africanos de língua portuguesa, foi para nós decisivo.

A resposta que demos nessa altura não foi apenas utilizar a casa do Arco do Cego como sítio de conspiração durante os

movimentos académicos, mas dar a todas as associações de estudantes igual número de votos, por cada associação, um voto. A CEI foi um organismo associativo que tinha um voto igual ao da Associação de qualquer outra faculdade. E foi isso que, por exemplo, fez com que haja uma fotografia, comigo, com 22 anos, a jogar pingue-pongue com o meu querido e inesquecível amigo, já falecido, Paulo Jorge, de Angola, por cuja memória todos temos enorme respeito.

O que é importante hoje é saber como é que olhamos para a frente.

O companheirismo aprofundado em espaços como a CEI e nas associações académicas foi um contributo decisivo, e que permaneceu, de alguma maneira, mesmo em posições políticas diversas. Nada disto foi fácil, mas foi possível desencadear todo um processo. Devemo-lo aos militares que, com o 25 de Abril, abriram um processo que levou à independência das colónias, com tudo o que isso significou e que celebramos agora. Não devemos esquecer que, apesar das organizações oposicionistas, este salto qualitativo de enorme importância foi feito pelos militares, que perceberam que a guerra não era uma solução, não era uma coisa que contivesse o elemento de resolução política que era necessário, com o tombo simultâneo do poder colonizador e o tombo simultâneo da ditadura em Portugal.

Isso não se repetiu em mais lado nenhum, o que explica muitas das vicissitudes que esses processos tiveram, consoante as características individualizadas e as características de cada país. Mas esse fundo comum permitiu-nos compreendermos durante este tempo todo até hoje e, como eu dizia de manhã, o que nós não podemos ignorar é a narrativa de cada um dos povos. A narrativa, a identidade, dentro deste enorme continente, que tem muitos traços de comum, que tem esta língua que falamos da maneira que entendemos e que recriamos de forma criativa, cultural, a música, o teatro, a literatura, a vivência.

Temos hoje uma nova responsabilidade, que é convencer os incrédulos de que a CPLP tem imenso futuro, sempre acreditei que tinha, e que não era possível logo de princípio porque estávamos em processos diferentes de desenvolvimento. Não podemos querer que todos sejam convergentes nas mesmas coisas, porque há estratégias regionais que têm de ser entendidas, mas também há interesses em comum de enorme importância. Por isso é que a cooperação é algo que deve ser solidificado, bem enraizado, sincero, sem relações de domínio, mas abarcando o que pode ser o intercâmbio de tudo

quanto se tem feito em tantas áreas, nas universidades, na ciência, nos hospitais, ao nível do ensino e por aí fora, em que o respeito mútuo tornou possível ouvirmos o que disse o Presidente Chissano, o que disseram todos durante os painéis de hoje e que, certamente, vão dizer os oradores seguintes, que eu conheço bem e com os quais conspirarei bastante, em momentos diferentes das nossas vidas, em visitas oficiais – a minha primeira visita como Presidente da República foi a Cabo Verde e não foi por acaso que eu quis que fosse antes da visita a Espanha. Meus caros amigos, temos esta responsabilidade de ver onde é que podemos convergir à escala internacional, nas Nações Unidas, reclamando o português como língua oficial das organizações internacionais, com tudo o que, do ponto de vista cultural e da dimensão e influência política que mutuamente podemos exercer neste mundo tão complexo, tão exigente e tão partido em tantos bocados. Não temos a guerra de blocos, hoje, temos uma multipluralidade extremamente complexa, e é por isso que precisamos de agregar, precisamos de ter uma dimensão pluricontinental, naquilo que são as nossas possibilidades.

Foi esse conhecimento que nos permitiu viver em conjunto, longe ou perto, que nos permitiu ter esse fundo comum, que é o fundo comum da nossa educação nos primeiros tempos, e convergir naquilo que foi uma luta de libertação e uma luta por uma vida livre e democrática. Houve coisas pelo caminho que não foram de todo agradáveis, Mas o que temos que fazer continuamente, todos os dias, é perceber, como eu dizia de manhã, a narrativa do outro.

A narrativa do outro é crucial porque não é idêntica à nossa. Mas se nós aproximarmos o conhecimento nas novas gerações, não é dizer que há cinquenta anos foi assim, e tem que ser assim, não nos podemos esquecer do que isto representa hoje e o que é que pode representar no futuro, de trabalho conjunto, de trabalho ao nível da capacidade de aprendermos todos uns com os outros e de cooperarmos no desenvolvimento dos nossos países. Isso é crucial e essa é a única maneira de tornarmos permanentemente presente uma coisa do passado, e de não nos arrependermos dessas narrativas, conhecemo-las, cada um tem uma versão e isso é legítimo. Devemos compará-las, medi-las, devemos estar de acordo sobre factos, não devemos esconder factos. A história não se renova no sentido de se refazer, ela tem que ser conhecida, tem de ser assumida para se seguir em frente, porque é isto, fundamentalmente, que está hoje à nossa frente e ao nosso dispor.

A CEI prestou-nos a todos um grande serviço. A mim, por exemplo, aprendi aí, mal, a dançar, porque ninguém dançava

como os estudantes da CEI. As festas eram absolutamente fundamentais, porque percebíamos que havia ali uma riqueza que o regime não nos deixava conhecer completamente. Por isso, eu saúdo a UCCLA, saúdo a CPLP, tive o prazer de ser o Presidente da República no tempo da sua criação. Quero manifestar a minha esperança de que todos, cada um nos seus pontos de influência, em estádios diversos do desenvolvimento, possamos encontrar as plataformas de serviço mútuo, no bom sentido da expressão, sem as opressões do passado mas olhando para o futuro de uma forma positiva, como dizem, de forma engajadora, uma palavra magnífica que todos compreendemos. Muito obrigado pela vossa atenção.

Moderadora

Inocência Mata – Acerca do Presidente Miguel Trovoadá, refiro o facto de ter sido, como representante da África Central, um dos cinco sábios, num Painel da OUA e hoje, como sabem, é o representante das Nações Unidas na Guiné-Bissau.

37

Presidente Miguel Trovoadá

São Tomé e Príncipe

Ao iniciar esta breve alocução gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a UCCLA pela justa e oportuna iniciativa de homenagear o conjunto de indivíduos, alguns dos quais aqui presentes, oriundos de antigas colónias portuguesas que, ao longo dos anos, frequentaram e animaram a CEI como seus associados. Aproveitei o momento para agradecer o convite que me foi endereçado para o efeito, assim como a qualidade dos eventos.

Os laços de amizade que se criaram entre estudantes das várias colónias portuguesas que frequentavam a CEI, as conversas e a troca de informação entre eles, fizeram com que o seu envolvimento na defesa das causas nacionais apresentasse determinadas similitudes, inclusive nas orientações ideológicas e opções de militância. Tais laços facilitaram sobremaneira a busca de plataformas de entendimento visando a cooperação e a coordenação de ações contra o adversário comum, como foi o caso da conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, realizadas de 19 a 21 de abril de 1961, em Casablanca, que deu origem à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Na mesma linha de ideias, podemos citar também a formação do grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa, os PALOP, que integra, em termos numéricos, a maioria dos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP.

Essa dinâmica de interação no sentido de criar novos espaços e mecanismos visando o estreitamento de relações entre países e povos com base em afinidades diversas, é o caminho mais adequado para a resolução de conflitos e promoção de condições de desenvolvimento socioeconómico mutuamente vantajosas. Antes de terminar, permitam-me uma referência especial aos associados da CEI que nos deixaram definitivamente e aos quais eu rendo aqui a mais respeitosa homenagem, assim como a todos aqueles que, não sendo originários do chamado ultramar português, comungaram connosco da mesma causa. Partilharam, como muitos dos nossos, as masmorras da PIDE e perderam a vida em defesa de ideais comuns pelos quais lutámos. Inclino-me perante a memória dos valiosos combatentes antifascistas portugueses, cuja ação heroica foi, incontestavelmente, uma mais-valia para a libertação das colónias e para o resgate da dignidade dos nossos povos.

A melhor forma de impedir que os seus sacrifícios tenham sido em vão é prosseguir o combate pela conquista de espaços de liberdade cada vez maiores, pela consolidação dos valores da democracia, boa governação e respeito pelos Direitos do Homem, pela promoção do desenvolvimento económico, justiça social, progresso e paz. Uma responsabilidade a que ninguém se pode furtar, a fim de não defraudar as legítimas expectativas dos nossos povos e trair assim o compromisso com a história.

Moderadora

Inocência Mata – Como sabem o Comandante Pedro Pires foi um dos Presidentes da CPLP a serem distinguidos com o Prémio Mo Ibrahim, uma distinção de inegável importância.

38

Presidente Pedro Pires

Cabo Verde

Saúdo a memória dos lutadores e construtores da África independente, pois a eles e ao seu empenhamento patriótico devemos a nossa presença aqui e nesta hora. Foram muitos, intervindo em várias frentes de luta, na resistência política, na resistência armada e na resistência cultural. Mesmo que quisesse, seria impossível citar os nomes de todos os que se bateram pela causa nobre da libertação dos povos africanos. Mas também não seria justo, nem ético, omiti-los neste momento tão significativo, é a nossa dívida para com essas mulheres e esses homens que se bateram e se sacrificaram pela causa emancipadora comum que nos uniu e nos une ainda. Por

isso, vou referir-me somente a alguns de entre eles, os que nos são mais próximos e mais queridos. Até porque muitos foram também associados ou frequentaram a CEI, cuja designação carregava, em si própria, um desmedido sentido de poder e de dominação que, por si só, constituía o motivo originário para a sua contestação.

Referi-me à dívida histórica e moral que temos para com os pioneiros da luta pela emancipação dos povos de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe. Assim, evoco, mas sem o propósito de todos abranger, as figuras inspiradoras e líderes inegáveis da nossa luta que foram Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Eduardo Mondlane, Samora Moisés Machel e Alda Espírito Santo.

Presto a estes símbolos maiores do nosso combate uma homenagem de reconhecimento e de estima pessoal. Ligam-me aos nossos companheiros de luta e aos líderes das nossas lutas de libertação nacional sentimentos de muito afeto e de gratidão. A árdua e longa caminhada, comungada e sofrida conjuntamente, a isso me obriga. Por isso, quero relevar as figuras de dois ausentes, Lúcio Lara e Marcelino dos Santos, nossos predecessores que, por falecimento, não se encontram entre nós. Presto-lhes igualmente uma homenagem fraterna e penhorada. Faço parte do grupo de jovens que, em julho de 1961, decidiram pela rotura frontal e coletiva com o colonialismo e, em coerência, optaram pelo comprometimento firme com os movimentos de libertação de Angola, de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Lembro, com saudade e muito pesar, aqueles e aquelas, integrantes desse grupo generoso e visionário, que já não se encontram entre nós e a quem rendo igualmente uma homenagem fraterna e muito reconhecida. Gostaria de destacar a presença entre nós de dois americanos que foram essenciais para o sucesso da nossa fuga, são eles Charles Roy Harper e Bill Nottingham.

Minhas senhoras e meus senhores, é-me gratificante partilhar este painel com o meu amigo e camarada de luta, Miguel Trovoada, sinto-me muito honrado. Lamento a ausência do Presidente Joaquim Chissano, compensada, porém, com a sua excelente mensagem em videoconferência.

Manifesto idêntico sentimento de satisfação e reconhecimento pela companhia amiga do Presidente Jorge Sampaio, porquanto as nossas lutas pela liberdade, contra o colonialismo e contra o fascismo, foram simultâneas, convergentes,

solidárias e compartilhadas. Sinto-me igualmente muito honrado e gratificado em partilhar consigo, Senhor Presidente, este painel presidencial.

Com idênticos sentimentos de amizade e de camaradagem saúdo os Primeiros-Ministros Fernando França Van-Dúnem, Mário Machungo e Pascoal Mocumbi, intervenientes no painel precedente. Não posso senão congratular-me com as vossas presenças amigas e expressar a minha simpatia e apreço pessoal. Saúdo com simpatia e amizade os antigos associados da CEI presentes neste ato. Como não me regozijar com a presença dos filhos dos antigos associados da CEI, trata-se de uma homenagem bonita que dedicam aos pais, nossos companheiros de luta.

Senhor Secretário-Geral da UCCLA, foi com muito agrado que acedi ao seu convite honroso para tomar parte na rememoração do papel histórico que jogou a CEI na agregação dos estudantes de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe. A CEI facilitou a esses jovens, através de um relacionamento interpessoal intenso, a consciencialização da sua situação de colonizados e da necessidade de se organizarem e de se baterem pela erradicação da dominação colonial nos países respetivos, gerando, deste modo, uma importante massa crítica anticolonialista. Foi precisamente o que aconteceu comigo. Foi no convívio com os estudantes das outras colónias que fortaleci a minha consciência anticolonialista.

Estabeleci com muitos deles relações de amizade, de cumplicidade, de solidariedade, de comunhão dos ideais independentistas e libertadores, assim como dos projetos de luta em que intervimos. Desse convívio fraterno germinaram também os ideais de solidariedade de combate durante a luta de libertação nacional, e que têm permanecido presentes e ativos durante estes quarenta anos de países livres e soberanos. Contudo, estes ideais, inestimáveis e insubstituíveis, pedem por uma exercitação persistente e pela sua permanente reativação, tal como as plantas pedem para continuar a ser cultivadas e adubadas. A CEI constitui um sítio de memória incontornável das nossas lutas de libertação e, em silêncio, vinha reclamando a sua rememoração e reconhecimento públicos. Daí provém a pertinência e o valor histórico da realização deste colóquio internacional, por esta razão, expresse o meu reconhecimento pela sua realização e felicito as instituições organizadoras, a comissão organizadora e a comissão científica do evento.

Este meu reconhecimento é igualmente extensível às instituições de apoio e, particularmente, à Câmara Municipal de

Lisboa e à Fundação Calouste Gulbenkian que proporcionou as suas excelentes instalações para a realização dos trabalhos do colóquio. Apraz-me relevar os contributos dos investigadores e conferencistas participantes neste colóquio que irão concorrer para desobscurecer e revelar o papel histórico das nossas lutas de libertação nacional, das várias gerações de associados e frequentadores da CEI. Em decorrência deste colóquio, os estudiosos interessados pela causa da libertação dos nossos povos e países disporão de mais uma importante documentação de suporte.

Minhas senhoras e meus senhores, a luta pela democracia e contra o fascismo em Portugal e as lutas de libertação nacional das antigas colónias tinham objetivos comuns, a liberdade e a dignidade, processaram-se num quadro de solidariedade e de desenvolvimento complementares e convergentes, as vitórias de uns e de outros foram resultado de combates complementares e subsidiários de todos. Deste modo, cabe às novas gerações valorizar e cultivar os valores de amizade, de cooperação e de solidariedade fraterna subsequentes entre os nossos povos e Estados.

Caros amigos e amigas, temos referenciado a libertação dos povos africanos. No início, foram importantes a coragem, a audácia, a confiança nas nossas capacidades, a mobilização de vontades e a disposição e generosidade para assumir os elevados custos da conquista da liberdade e da assunção de uma responsabilidade que é histórica. Dos nossos percursos, por vezes tumultuosos, cabe-nos tirar conclusões. Pessoalmente, têm-me interpelado, particularmente, dois elementos dos processos de mudança de sociedades e de construção de Estados Soberanos Africanos. Afinal, as transformações e transições das sociedades africanas, outrora colonizadas e de-

pendentes, em sociedades livres e soberanas, têm sido mais longas e complexas do que se podia imaginar. Igualmente, os processos de substituição de instituições dos Estados Coloniais por instituições Estatais Nacionais, soberanas, eficientes, representativas e inclusivas, têm sido muito mais complexos e perspetivam-se de longa duração. Mesmo assim, e a meu ver, não há razões para desesperanças e pessimismos por uma nova África, o mais importante é que se disponha de uma visão de futuro acertada e investir e empenhar-se num processo político progressista e de longo prazo. Finalmente, reitero o meu prazer e privilégio em participar na vossa ilustre companhia neste colóquio já histórico. Bem-haja, Casa dos Estudantes do Império.

.....

David Simango

Encerramento do Painel

O Presidente Jorge Sampaio diz que a CEI prestou um bom serviço, por isso é que estou aqui como presidente da UCCLA, pelos serviços que os associados da Casa prestaram. Ontem, numa sessão cultural na Câmara Municipal de Lisboa, a Tuna Académica de Coimbra cantou várias canções, mas há uma que não saiu da minha cabeça. É a que dizia “ai quem semeou?” E os senhores semearam. Depois, a mesma canção dizia, “ai quem resistiu?” E os senhores foram resistentes. E depois, a mesma canção dizia, “ai quem sempre disse não?”. E os senhores souberam dizer não, em algum momento. Não gostaria de terminar sem dizer as palavras do Presidente Chissano, ontem e hoje, estamos juntos!



homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

SÉTIMO ATO

OS FICHEIROS DOS ASSOCIADOS

DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
LEVANTAMENTO NOS ARQUIVOS DA TORRE DO TOMBO



Apresentação dos ficheiros dos associados da Casa dos Estudantes do Império

homenagem CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Enquadramento

No contexto da presente homenagem e procurando responder ao apelo de inúmeros investigadores e de muitos dos antigos ativistas da Casa dos Estudantes do Império (CEI), pela defesa da memória coletiva da CEI¹ como elemento importante na formação e consciencialização da Africanidade de muitos dos futuros líderes dos países de Língua Portuguesa (1944-1965), a UCCLA vem publicar a apresentação do levantamento dos ficheiros de associados da CEI, que se encontram à guarda da Torre do Tombo de Lisboa. A apresentação do levantamento dos ficheiros da CEI consubstancia o sétimo Ato deste Livro.

Foi a primeira vez que se realizou o levantamento sistemático e criterioso das fichas dos associados da CEI, tanto quanto sabemos. A UCCLA, em particular o Setor Cultural, verifica com agrado que este seu levantamento propiciou já inúmeros trabalhos de investigação universitária.

A CEI, instituída a 3 de julho de 1944², teve a sua sede em Lisboa e delegações em Coimbra³ e no Porto⁴. A razão de

ser de esta documentação se encontrar na Torre do Tombo tem a ver com o facto de a sede da Casa dos Estudantes do Império e a sua delegação de Coimbra terem sido encerradas, com a invasão das suas instalações, pela PIDE, em setembro de 1965⁵. Os respetivos arquivos foram apreendidos pela polícia política e armazenados em Caxias⁶. A Delegação do Porto da CEI tinha tido início a 14 de março de 1959 e foi encerrada em 1961⁷.

No quadro posterior à II Guerra Mundial, as autoridades portuguesas iniciaram uma nova fase de propaganda, ao considerar Portugal como um todo pluricontinental do Minho a Timor. A conjugação de vários fatores políticos levou ao adiamento da extinção da CEI, nomeadamente: os

⁵ A delegação de Coimbra foi encerrada a 2 e a sede, em Lisboa, a 6 de setembro de 1965, ambas igualmente invadidas pela PIDE. A sede na Av. Duque d'Ávila, n.º 23, em Lisboa, ocupava 3 andares e foi arrendada a 1-11-1944, por 2.000 escudos, sendo seu presidente Alberto Marques Mano de Lemos Mesquita. No ano de 1958 a sede teve obras de melhoria, com a instalação de refeitório e foi feito novo contrato de arrendamento em 1-9-1958, pelo valor de 6.000 escudos. A renda da delegação de Coimbra, na Avenida Sá da Bandeira, n.º 54, 3.º andar e águas furtadas, no valor de 1.300 escudos mensais, era da responsabilidade da sede em Lisboa, cujo pagamento era feito por depósito bancário na conta do proprietário do imóvel, o médico José Aires de Azevedo Novais Basto. Ver ANTT, PIDE/DGS, SR, processo n.º 329 de 1946, doc. 18.

⁶ No "Auto de busca e apreensão" redigido pela PIDE, aquando da invasão e encerramento da delegação de Coimbra, a 2 de setembro de 1965, refere-se expressamente que, entre outros objetos e máquinas, foram apreendidos: 150 "cartões de identidade manuscritos e datilografados de sócios da Casa dos Estudantes do Império", mais 120 "fichas de sócios demitidos" na gerência de 1954-55 da CEI, mais 396 "fichas manuscritas e datilografadas de sócios da CEI, atadas em separado", mais 88 "fichas do mesmo modelo das anteriores, mas delas separadas", mais 10 "fichas de sócios demitidos na gerência" de 1955-56, mais 18 "relações de estudantes ultramarinos nos vários estabelecimentos de ensino desta cidade". Ver ANTT, PIDE/DGS, processo n.º 3767, NT: 4480, fl. 17, do conjunto de fls. 16 à 28. O auto de entrega dos bens apreendidos, Coimbra, 13 de Outubro de 1965, o agente António Soares Barbosa" in ANTT, PIDE-DGS, SC., Delegação de Coimbra, Processon.º 3767, NT: 4480, fl.n.º 9.

⁷ Ver ANTT, PIDE-DGS, delegação do Porto, n.º de Processo n.º 3767. Em 1964 ainda havia tentativas para a sua reorganização por parte de estudantes do Porto (carta de Alberto Rui Santos Machado, de 23 Abril de 1964, violada pela PIDE, Ver ANTT, PIDE-DGS, SC., Delegação do Porto, n.º de Processo 25686, n.º instalação 3845, fol. 7. Mas os autores da cronologia inserta às páginas 249-250 da *Mensagem* (1997), referem que foi reaberta em 1962 e encerrada definitivamente em 1965, também no mês de setembro.

¹ Para uma visão geral da existência e importância da Casa dos Estudantes do Império, para além da leitura dos testemunhos publicados no presente livro, pode o leitor consultar, igualmente, a obra coletiva com estudos e entrevistas com perspetivas multifacetadas – P. Borges, A. Freudenthal, T. Medeiros e H. Pedro (Coordenador), *Mensagem: Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994*, ed. da Associação Casa dos Estudantes do Império, Direção gráfica de Judite Cília, Lisboa, 1997.

² Em encontro das Casas de Estudantes de Cabo Verde, da Índia, de Macau apoiado e enquadrado pelo Ministério das Colónias, tendo o ministro Vieira Machado justificado a proposta de fusão daquelas instituições de estudantes na Casa dos Estudantes do Império de forma a "contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre estudantes das colónias", mas que, progressiva e rapidamente, os estudantes conseguiram transformar num centro de reflexão sobre as realidades dos territórios coloniais e das diferentes noções de africanidade, com a decorrente consciencialização veiculada ao espírito anticolonial.

³ Fundada em dezembro de 1944 e em funcionamento a partir de fevereiro de 1945.

⁴ A criação da Delegação da CEI no Porto decorreu a 15 de março de 1959, com a eleição dos Corpos Gerentes na Assembleia-Geral convocada pela Comissão Organizadora. Recorte do *Jornal de Notícias* in ANTT, Fundo PIDE-DGS, delegação do Porto, n.º de Processo 25686, n.º instalação 3845, fol. 70.

Ministérios do Ultramar e o da Educação não queriam reconhecer o fracasso da sua política colonial, que não conseguia influenciar e cativar o apoio da elite estudantil ultramarina; a concentração das atividades destes estudantes na CEI permitia um melhor controlo por parte das autoridades (e pelas polícias); e, ainda, o receio da reação negativa dos estudantes ultramarinos e da repercussão internacional a esse encerramento. Paralelamente, as autoridades passaram a exercer um maior controlo e interferência na gestão da CEI. Caso das várias Comissões Administrativas e modificações de estatutos impostas à CEI, como a “portaria conjunta dos Ministérios da Educação Nacional e do Ultramar, de 30 dezembro de 1960, que criara uma comissão administrativa para examinar as atividades da Direcção da Colectividade”⁸.

O encerramento e extinção da CEI surgem na sequência do desconforto e gradual repressão, pelas autoridades estatais da ditadura portuguesa, à progressiva consciencialização antifascista e anticolonial de muitos dos seus membros e da CEI.

A título de exemplo da reação ao encerramento da CEI, reprodizimos aqui um manifesto, ou “volante”, assinado simplesmente por “C.E.I.” (e apreendido em Coimbra):

“O Fecho da CEI no dia 2 de Setembro de 1965, pelas 8 horas, um importante contingente da PIDE, apoiado por uma brigada armada da Polícia de Segurança Pública invadiu e ocupou a Casa dos Estudantes do Império. Três elementos da Direcção, convocados pela Polícia, foram laconicamente informados de que todo aquele aparato policial significava que a partir daquele momento a Casa dos Estudantes do Império deixara de existir. ... Não permitamos que a Casa dos Estudantes do Império morra! C.E.I.”⁹

⁸ Vários relatórios confidenciais da PIDE foram elaborados ao longo dos anos a denunciar atividades da CEI como contrárias ao regime e a pedir o seu encerramento (Ver ANTT, PIDE-DGS, nomeadamente os Processos 329 de 1946; proc. n.º 3767, NT: 4480, com documentação sobre a extinção em 1965 e dos anos anteriores; proc. 25686, NT: 3845, entre outros). ANTT, Fundo PIDE-DGS, delegação do Porto, n.º de Processo 25686, n.º instalação 3845, fol. 23. Ver igualmente Cláudia Castelo, “A Casa dos Estudantes do Império (1944-1995): uma síntese histórica”, *Mensagem*, 1997; Pires Laranjeira, refere o “contexto do encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, por esta ter atribuído o Grande Prémio de Novelística a *Luuanda*, de José Luandino Vieira”, in “Uma casa de mensagens anti-imperiais”, in *Mensagem*, 1997; Alfredo Margarido considera determinante a ação do Ministro do Ultramar Silva Cunha. Cf. Alfredo Margarido, “Projectos e limites da CEI”, in *Discursos*, n.º 9, Lisboa, Universidade Aberta, fevereiro de 1995, p. 162.

⁹ Este manifesto está arquivado (é a fl. 4), entre os documentos referentes à entrega das chaves da delegação de Coimbra da CEI, localizada na Av. Sá da Bandeira n.º 54, 3.º e águas furtadas, ao seu proprietário, in ANTT, PIDE-DGS, SC., Processo n.º 3529/62, NT. 3352, doc. n.º 1. O auto da PIDE de entrega da chave está noutro processo n.º 3767, da Delegação de Coimbra, NT. N.º 4480, fl.8.

O encerramento e a prisão, para interrogatório, de alguns dirigentes da CEI levantou protestos a nível nacional e internacional, nomeadamente pela cadeia noticiosa BBC e pelo jornal francês Le Monde¹⁰.

A UCCLA, consciente da importância que a Casa dos Estudantes do Império teve para o desenvolvimento futuro dos Países de Expressão Oficial em Língua Portuguesa, e querendo contribuir para incentivar o estudo multidisciplinar sobre a CEI, entendeu disponibilizar aos investigadores e ao grande público os ficheiros com as fichas de associados que chegaram até hoje e cujos dados seguidamente se apresentam. Estes dados já tinham sido disponibilizados através de uma *pen* oferecida aos convidados da sessão de inauguração do programa de homenagem, em Coimbra, em 2014, e estão ao dispor do público em geral no site da UCCLA <http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio>. O trabalho decorreu no âmbito da Comissão Organizadora da homenagem aos estudantes da Casa dos Estudantes do Império, promovida pela UCCLA. Estes dados foram atualizados e no geral confirmados, para a edição deste livro, como sétimo Ato (ou momento), desta homenagem.

O trabalho de investigação e levantamento beneficiou, em especial, das indicações da Dr.ª Aida Freudenthal, do Dr. Carlos Veiga Pereira, Dr.ª Rute Magalhães e da Dr.ª Cláudia Castelo, a quem deixamos aqui agradecimento público. Agradecemos a toda a equipa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao seu Diretor, Dr. Silvestre Lacerda, ao Chefe de Divisão, ao Coordenador da Sala de Leitura, Dr. Paulo Tremoceiro, e à Coordenadora do Núcleo de Transferência de Suportes, Dr.ª Anabela Ribeiro. Queremos, igualmente, agradecer à Dr.ª Sara Boavida pela elaboração dos quadros que apresentamos a seguir.

Queremos agradecer a todos os estagiários, quer da UCCLA, quer do Observatório da China¹¹ que, sob a nossa coordenação, durante longos meses fizeram a investigação e transcrição: Andreia Marujo, Edson Lázaro, Raquel Rodrigues de Carvalho, Sofia Ramos, Tiago Lourenço.

Apresentam-se a seguir dois diferentes tipos de documentos, I e II:

¹⁰ Pedro Ferreira, “Casa dos Estudantes do Império: Da opção imperial à luta contra o colonialismo português (1944-1965)”, policopiado.

¹¹ O Observatório da China – Associação para a Investigação Multidisciplinar sobre a China, apoiou desde o primeiro momento esta homenagem organizada pela UCCLA, por Macau ser membro fundador da UCCLA e na CEI terem participado igualmente 44 associados vindos de Macau, para além dos 8 associados que identificaram a China como local de proveniência.

O primeiro tipo (I. DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA) são tabelas que reproduzem o conteúdo das fichas de associados da CEI, chegadas até aos nossos dias e arquivadas na Torre do Tombo; o segundo tipo de documento (II. TABELAS E GRÁFICOS AUXILIARES) são para futuras investigações, com informações decorrentes de uma primeira análise das fichas dos associados.

I. DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

(dois diferentes tipos de fichas e cartões de sócio)

a) Fichas de associados

A Torre do Tombo possui 3 caixas-ficheiros de madeira, com as fichas individuais de sócio, das quais constam os principais elementos individuais (naturalidade, data de nascimento, estado civil, morada, profissão, entre outras informações). As fichas incluem igualmente as principais informações referentes à condição de associado da CEI (número de sócio, data de aprovação, categoria, secção, cargos desempenhados e em desempenho, o nome do curso que frequenta, valor da quota a pagar, louvores, castigos, observações, entre outras).

Composição dos ficheiros de associados:

Ficheiro de Madeira 1, Caixa 133, Delegação de Coimbra [com 883 fichas (inclui no final 141 fichas de sócios demitidos); muitos dos associados têm mais do que uma ficha referente ao seu processo, ou por mudança de direção ou renovação administrativa]; Caixa 134, Delegação de Coimbra (com 610 fichas de associados). Acrescente-se que localizámos igualmente aqui e registámos, 75 cartões de identidade de associados que não chegaram a ser levantados). Ficheiro de Madeira 2 (com 1086 fichas referentes a associados de Lisboa – falta uma, referente a um associado/a de apelido Velosa); Ficheiro de Madeira 3 (com 793 fichas referentes a associados da Sede (Lisboa) e da Delegação do Porto – uma em falta, referente a um associado/a de apelido Fernandes);

b) Fichas de candidatos a associados

Dois volumes ou maços:

Volume I contendo um dossier com 703 fichas relativas à Sede (Lisboa); Volume II composto por dois dossiers (com um total de 381 fichas de candidatos, que foram propostos e levados à reunião da direção da CEI para aprovação da sua condição de associado): um com 177 fichas relativas à Sede (Lisboa) e o outro com 204 fichas relativas à Delegação do Porto.

c) Cartões de identidade de sócios:

alguns cartões não chegaram a ser levantados e ficaram arquivados no ficheiro de associados. Como acontece na Caixa 134, Delegação de Coimbra, onde estão 75 cartões de identidade de associados.

As fichas acima descritas encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), fundo PIDE/DGS, com as seguintes cotas: PIDE/DGS, CEI, Ficheiro de Madeira 1, Caixa 133, NT.11141 (Delegação de Coimbra); PIDE/DGS, CEI, Caixa 134, NT. 11142 (Delegação de Coimbra); PIDE/DGS, CEI, Ficheiro de Madeira 2 – Lisboa; PIDE/DGS, CEI, Ficheiro 3 – Lisboa e Delegação do Porto; PIDE/DGS, CEI, Volume I e II, NT. 9171 (Proponentes – Lisboa e Porto).

A consulta das informações constantes nas tabelas publicadas em:

<http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio> permite o acesso à informação contida no original e contribui para a preservação das fichas originais, na medida em que, na maioria das vezes, o investigador poderá dispensar a consulta do original.

II. TABELAS E GRÁFICOS AUXILIARES

As tabelas e gráficos publicadas em

<http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio> foram elaborados a partir da informação contida nas referidas fichas de associados, existente na ANTT, com as seguintes informações:

- A primeira tabela (devido à sua extensão não a integramos neste livro, mas pode ser consultada em <http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio>) contém uma lista com a totalidade de associados, ordenados de forma alfabética, perfazendo 3.270 associados, e inclui toda a informação disponível sobre cada um deles, nomeadamente o local em que estavam inscritos como associados: Associados com ficha na sede (Lisboa): 2.048 sócios; Associados, com ficha na delegação de Coimbra: 1.038 sócios; Associados, com ficha na delegação do Porto: 184 sócios

Apresentamos de seguida algumas das tabelas e gráficos, constantes do site da UCCLA (<http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio>), ilustrativos da riqueza de elementos possível de recolher e analisar:

Ano de admissão como associado:

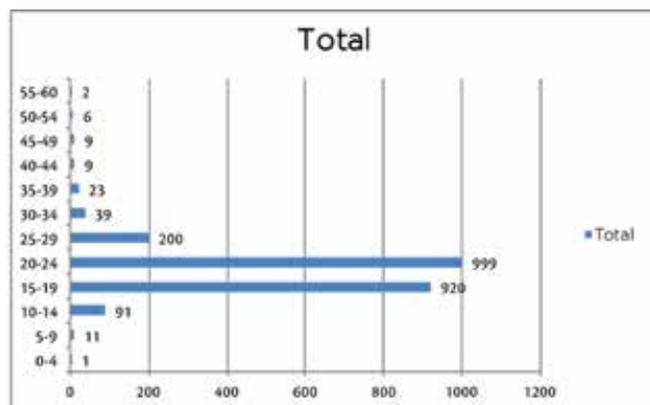
Ano de admissão	Lisboa	Coimbra	Porto	Total
1943*	78			78
1944	128	38		166
1945	88	70		158
1946	63	69		132
1947	37	62		99
1948	102	68		170
1949	66	78		144
1950	55	41		96
1951	65	46		111
1952	23	67		90
1953	16	49		65
1954	28	44		72
1955	14	26		40
1956	29	43		72
1957	287	69		356
1958	167	1		168
1959	149	9	71	229
1960	53	35	95	183
1961	45	1	2	48
1962	79		2	81
1963	78	4	1	83
1964	58	2	2	62
1965	24			24
s.d.-	316	216	11	543
Total	2048	1038	184	3270

* Associados vindos de outras associações, como a Casa de Angola, que fora fundada no ano de 1943 e que se integraram na CEI.

Será interessante investigar quais as condicionantes sócio-políticas e académicas que motivaram diferente recetividade e adesão à CEI, em anos diferentes, e em diferentes cidades. Assim, quanto ao aumento do n.º de associados, os melhores anos de Lisboa foram 1957, 1958 e 1959: com 287, 167 e 149 associados. Por seu lado, Coimbra registou nestes anos 69, 1 e 9 associados respetivamente, sendo 1945 a 1949 os anos que tiveram maior poder de atração de novos associados nessa cidade (respetivamente: 70, 69, 62, 68, 78 associados). Quanto ao Porto, os dois anos de início da delegação foram os mais fortes: 1959 e 1960, respetivamente com 71 e 95 associados, mas caíria posteriormente para 2 associados cada ano ou mesmo só 1 associado, em 1963.

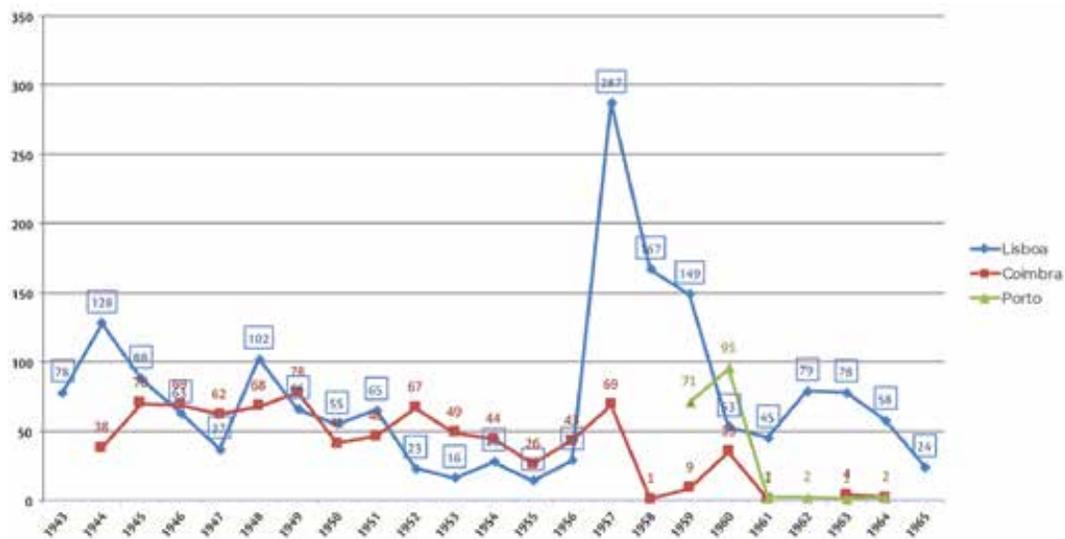
Idade

Quanto à idade, sendo a esmagadora maioria dos associados estudantes, é natural que o seu nível etário se posicione entre os 15 e 29 anos (cerca de 2000 associados). É igualmente interessante verificar que alguns dos filhos dos associados foram aceites como associados, explicando-se assim a existência de 12 associados cujas idades vão até aos 9 anos. A capacidade de a CEI despertar solidariedades em outros setores da sociedade, levou a que existissem associados com idades até aos 60 anos.

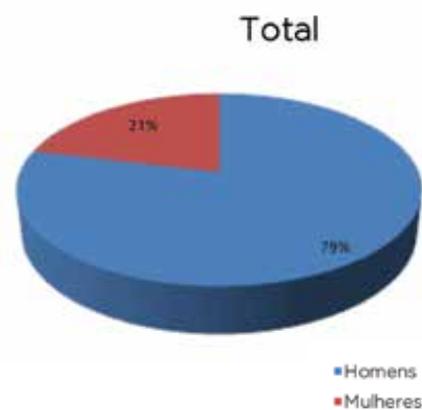
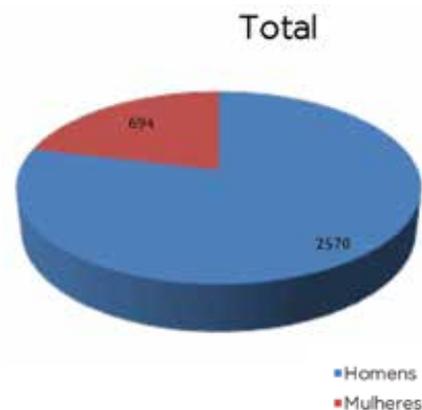


A distribuição etária entre Homens e Mulheres é semelhante em Lisboa e em Coimbra, mas no Porto existiram significativamente menos mulheres.

Número de associados segundo o ano de inscrição:



	M	H	Total	M	H	Lisboa	M	H	Coimbra	M	H	Porto
0-4	1		1	1		1						
5-9	5	6	11	4	4	8	1	2	3			
10-14	22	69	91	17	53	70	5	12	17		4	4
15-19	202	718	920	129	437	566	67	231	298	6	50	56
20-24	232	767	999	149	446	595	75	271	346	8	50	58
25-29	44	156	200	37	105	142	7	40	47		11	11
30-34	9	30	39	8	21	29	1	8	9		1	1
35-39	3	20	23	3	17	20		3	3			
40-44	1	8	9	1	5	6		3	3			
45-49	1	8	9		6	6	1	2	3			
50-54	2	4	6	1	4	5	1		1			
55-60	1	1	2	1	1	2						
SD+NA			960			598			308			54
Totais			3270			2048			1038			184



Género

Quanto ao género, as fichas existentes permitem verificar que 79% dos associados da CEI eram homens e 21% mulheres. A delegação do Porto foi a que teve menor percentagem de mulheres, 12%, seguida de Lisboa com 21% e Coimbra com 23%.

Natural de:

Quanto aos locais de origem registados nas fichas, é interessante verificar que: Angola tem 34% (ou 961) dos associados, Portugal 29,4% (ou 831), Moçambique 16,2% (ou 458), Cabo Verde 10% (ou 286), Guiné e Índia com semelhante valor de 2,4% (ou 67) e 2,5% (ou 70) respetivamente. Macau com 1,6% (ou 46) e São Tomé e Príncipe com 1,8% (ou 50). Todas as restantes origens estão representadas com valores muito reduzidos e semelhantes, entre 0,2% e 0,5%. Do Brasil temos 7 associados, da China – 6, da África não falante de língua portuguesa – 22, da América do Norte – 6, de outros países europeus – 8 associados. É importante ter em conta que 440 fichas de associados não têm informação quanto ao local.

Território	Total		Lisboa	Coimbra	Porto	
Angola	961	34,0%	602	295	64	961
Brasil	7	0,25%		5	2	7
Cabo Verde	286	10,1%	211	49	26	286
Guiné	67	2,4%	38	24	5	67
Índia	70	2,5%	44	23	3	70
Macau	46	1,6%	28	15	3	46
Moçambique	458	16,2%	273	154	31	458
Portugal	831	29,4%	465	322	44	831
São Tomé	50	1,8%	43	5	2	50
Timor	12	0,4%	7	3	2	12
Europa	8	0,3%	7	1	0	8
África	22	0,8%	11	9	2	22
Ásia	6	0,2%	6	0	0	6
América do Norte	6	0,25%	5	1	0	6
Total	2830	100,0%				2830

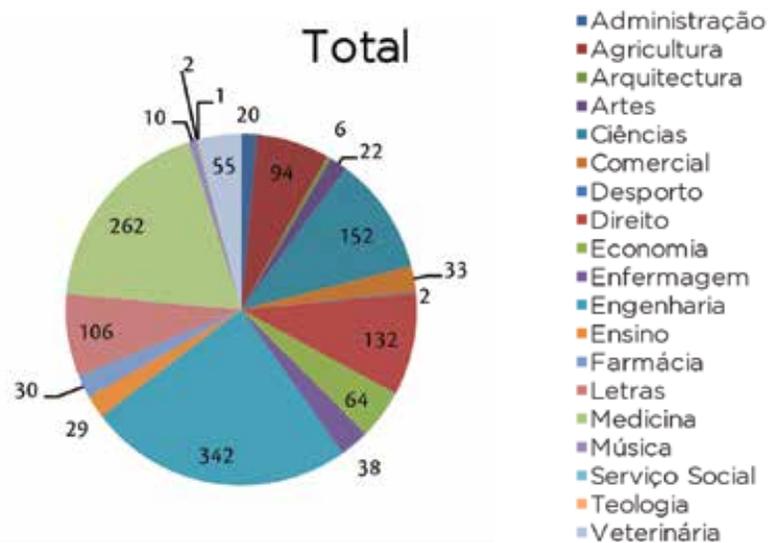
Profissão

Quanto à ocupação profissional do total dos associados, regista-se que 86% (ou 2809) eram estudantes e que 7% (ou 229) tinham outra profissão. Sendo que na sede, em Lisboa, esse valor descia para 83%, mas em Coimbra os associados estudantes já eram 91% e subiria ainda mais para 97% no Porto. É importante ter em conta que 229 fichas não possuem informação quanto à ocupação profissional.

Estudantes	2809
Agentes técnicos	9
Aposentados	3
Profissionais liberais	13
Estagiários e formandos	6
Comércio	13
Domésticas	20
Outros	2
Artistas	3
Proprietários e administradores	5
Saúde e serviço social	40
Serviços	36
Funcionários públicos	32
Profissionais da Marinha Mercante	10
Professores	12
Jornalistas	3
Militares	15
Técnicos de comunicações e transportes	10
Sem dados	229
Total	3270

Curso | Formação

É interessante registar que a opção dos estudantes pela frequência de um determinado tipo de curso variou segundo a cidade onde estava o associado. Mas considerado globalmente, Engenharia foi o curso preferido, com 72,7%; seguido de Medicina, com 58,9% e Ciências, com 47,4%. Na sede da CEI, em Lisboa, e no Porto, a frequência do curso de Engenharia (28,0% e 31,9%, respetivamente), seguida de Medicina (14,1% e 12,1%), foram as opções preferidas dos associados, enquanto em Coimbra foi Medicina (32,8%), seguido de Direito (14,4%) e de Engenharia (12,8%).



Posse de cargo

Outro tipo de informação que pode ser recolhida nas fichas de associados é a ocupação dos próprios cargos dos órgãos sociais da CEI. Assim, encontramos 108 associados que ocuparam cargos nas diferentes estruturas da CEI (69 em Coimbra e 39 em Lisboa). Para exemplificar a informação fornecida por esta lista podemos referir, por exemplo, que Lúcio (Rodrigo Leite Barreto de) Lara foi, na Delegação de Coimbra, Diretor do Departamento de Cultura e Propaganda entre 1949 e 1950 e novamente entre 1950 e 1951; Secretário da Direção entre 1950 e 1951; e Presidente da Direção entre 1951 e 1952.

NOTA FINAL

O número total das fichas existentes no ANTT é superior ao número de associados identificados, em virtude de muitos dos associados ter sido atribuída mais de uma ficha, por renovação administrativa ou por um associado mudar de delegação ao ir viver para outra cidade.

O presente trabalho é um trabalho em desenvolvimento, na medida em que o universo original de associados da Casa dos Estudantes do Império foi maior que o número de 3.270 associados, hoje indicados pelas fichas de associados chegadas até nós e que estão arquivadas na Torre do Tombo¹². No decurso desta investigação, constatámos a existência de vários associados, inclusivamente com cartão de identidade de sócio da CEI, mas cujas fichas de sócios não se encontram nos ficheiros de associados em depósito na Torre do Tombo. Por outro lado a grafia de alguns nomes pode ter sido erradamente escrita pelo funcionário administrativo da CEI ou, apesar de ter havido uma dupla verificação, pode ter ocorrido um lapso na cópia de uma das fichas manuscritas. Facto pelo qual desde já pedimos desculpa, solicitando que nos envie o seu esclarecimento numa mensagem (cultura@uccla.pt, ruilourido@uccla.pt) para futura correção de qualquer eventual “gralha”.

¹² Lembramos que, aquando da invasão da delegação de Coimbra da CEI, a 2 de setembro de 1965, a PIDE refere que “na cozinha da casa foi queimada grande quantidade de papéis, amontoando-se as cinzas junto da chaminé. O pó que as envolve mostra bem que a queimada não é recente...”, in “Auto de busca e apreensão”, assinado pelo agente António Soares Barbosa da Subdelegação da PIDE de Coimbra, ANTT, PIDE/DGS, Processo 3767, NT, 4480, fl. 27.

O contexto repressivo em que ocorreu a extinção da CEI levou ao desaparecimento e dispersão de vários documentos, como os livros de atas, os planos de atividade e inúmeros relatórios, bem como das respetivas bibliotecas (Porto, Coimbra, Lisboa). A sua procura, noutros arquivos privados ou públicos, permitirá complementar os estudos decorrentes da análise dos ficheiros de associados agora disponibilizados.

No âmbito desta investigação, alguns estagiários, sob nossa coordenação, fizeram uma primeira abordagem a esta documentação, tendo elaborado alguns trabalhos universitários nos seus estágios curriculares na Licenciatura de Estudos Africanos da Faculdade de Letras e na Licenciatura em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ambas da Universidade de Lisboa.

A Conferência Internacional, de 22, 23 e 25 de maio de 2015, foi um enorme contributo para o conhecimento, realizada pela Comissão Organizadora da homenagem à Casa dos Estudantes do Império promovida pela UCCLA. As atas serão publicadas pela Universidade de Lisboa.

A revelação, pela UCCLA, dos dados contidos nos ficheiros de associados da CEI pretende contribuir, ainda que modestamente, para o surgimento de novos estudos multidisciplinares que possam contribuir para um conhecimento mais aprofundado da Casa dos Estudantes do Império.

Rui d'Ávila Lourido
Historiador

Consultar listagem de associados e quadros em
<http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio>

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

EPÍLOGO

A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

APRESENTA-SE À COMUNICAÇÃO SOCIAL



França Van-Dúnem



Pedro Pires



Vítor Ramalho



Jorge Sampaio



Pascoal Mocumbi



Mário Machungo



CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Conferência de imprensa

Lisboa, 25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian



Vítor Ramalho – A UCCLA é a entidade promotora desta homenagem aos associados da CEI, para além da minha pessoa está aqui o senhor presidente da Comissão Executiva da UCCLA, o Dr. David Simango, presidente da Comissão Municipal de Maputo. Tiveram, também, a gentileza de vir de propósito para esta cerimónia, o senhor Dr. Vítor Narciso, presidente da Câmara Municipal de Cazenga e o senhor presidente da Câmara Municipal de Nam-pula. Chegará, também, hoje e estará entre nós na cerimónia que à tarde vai ter lugar, o Senhor General José Tavares, presidente da Assembleia-Geral da UCCLA e da Comissão Administrativa da cidade de Luanda.

Mário Machungo – Interessei-me pela CEI pelo seguinte: eu e outro colega, o Munguambe, fomos dos primeiros estudantes de Moçambique a vir estudar para Portugal num avião Super-Constellation, porque os que vieram antes de nós vieram de barco e levavam quase um mês a chegar. Nós viemos no Super-Constellation, um voo de cerca de vinte e quatro horas, mas apesar de tudo, viemos de avião. Chegamos ao Aeroporto de Lourenço Marques, na altura, um dos agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado que estavam no aeroporto chama-nos para o gabinete e diz “Mário, tu vais para Portugal estudar” e eu respondi “Sim, tenho uma bolsa, vou estudar em Portugal”. Então ele disse-me “mas eu chamo a atenção para uma coisa, quando chegares lá vais ouvir falar de uma coisa chamada CEI,

foge deles, são uns comunistas, se vocês vão com eles, vão ficar perdidos e não vão acabar os vossos estudos, de modo que, evita-os”.

Eu, que nem sabia o que era um comunista, cheguei a Lisboa cheio de curiosidade, mas onde é que estão esses comunistas tão terríveis? Depois, quando chegaram o Pascoal e o Chissano, ouvimos dizer que havia um movimento de contestação porque tinha sido imposta uma Comissão Administrativa à CEI e fomos lá assinar o abaixo-assinado. A partir daí, vimos que, afinal, a causa destes comunistas era uma causa justa, uma causa da nossa libertação.

Isto era só para fazer uma introdução e agradecer a oportunidade que nos deram para irmos aqui trocar experiências. Tudo o que vimos durante estes dias constitui um bom trabalho de testemunho, de educação das novas gerações e precisamos que isto seja feito não só em Portugal mas também nos nossos países, para que os mais novos fiquem com um bom testemunho do que foi o passado e do que foi preciso para chegarmos onde estamos hoje. Muito obrigado.

Pascoal Mocumbi – Eu tinha sido admitido como aluno de medicina, em Lisboa e já se sabia que em Angola havia alguma agitação, com uma manifestação contra o Governo Português, em Luanda. Fiquei preocupado quando, dois dias depois de uma reunião na CEI, sou chamado [pela polícia] e me per-

guntam “Mocumbi, você é estudante, acabado de chegar e está a entrar num barco que não conhece entrar?”. Respondi “bom, eu não sei por que estão a falar de barcos, estou no primeiro ano de medicina, quero é continuar e terminar os meus estudos”. Disse também que poderiam ir verificar as minhas notas, porque já tinha feito alguns exames, e tinha ficado satisfeito e os professores também.

Logo nas primeiras semanas da minha estadia em Lisboa como estudante, procurei informar-me junto dos colegas que aqui estavam o que é que poderia aprender e como é que me devia comportar em Lisboa. Portanto, quando soube que a CEI ia ser encerrada, perguntei-me como é que nós, que não eramos de cá, iríamos manter as relações estabelecidas entre nós os cinco. Estou satisfeito de estar aqui convosco, é o que posso dizer em poucas palavras. Muito obrigado.

Fernando França Van-Dúnem

– Tendo feito o exame de aptidão à Universidade, inscrevi-me na Faculdade de Direito de Coimbra. Cheguei a Lisboa por volta de 10/11 de novembro de 1957, passei aqui alguns dias e rumei a Coimbra. Eu já tinha tido ocasião de contactar elementos das antigas colónias, entre as quais o Vieira Lopes e o Videira, que estavam em Coimbra comigo, mas em Lisboa tive oportunidade de me encontrar com muitos companheiros das outras colónias portuguesas.

A CEI, para nós, foi não só um lugar de convívio, mas também um local onde podíamos almoçar e jantar a preços módicos. Havia pessoas carismáticas mas, sobretudo, pudemos conhecer-nos uns aos outros. Nós ouvíamos dizer que Portugal ia do Minho a Timor, e encontrámos timorenses, são-tomenses, toda uma plêiade de gente que acabou por fazer parte do nosso percurso.

Fiz parte do grupo de estudantes que chegaram a Portugal em 1957, mas houve um acontecimento que, de certo modo, reforçou a minha determinação de deixar o país. Estava eu no meu 4.º ano de Direito, já aqui em Lisboa, embora tenha começado em Coimbra, onde fiz os primeiros três anos do curso e, no dia em que tinha acabado de fazer a prova oral de Direito da Família, uma cadeira do 4.º ano, foi-me dada uma ordem para apanhar o comboio e ir até ao Porto, onde alguém iria buscar-me. Disseram-me que, se por acaso encontrasse alguém conhecido, fizesse de conta que não conhecia. Apanhei um comboio rápido, um comboio que saía daqui por volta da 12 horas e ia até ao Porto. Por acaso, encontrei-me com alguns companheiros, mas fiz de conta que não os conhecia. Quando chegámos ao Porto, fomos recebidos por um grupo de pessoas, não vale a pena falar de nomes, mas eram americanos, alguns deles até estão cá e estão a festejar connosco essa nossa fuga.

Mas o que de facto determinou a minha saída deste país, em 1961, foi o seguinte: fomos informados de que Agostinho Neto iria passar por Lisboa, vinha num avião que o levaria a Cabo Verde, onde lhe tinha sido fixado o desterro. Eu estava em Coimbra e quando recebi a notícia vim até cá, juntei-me aos outros companheiros de Lisboa, fomos ao Aeroporto da Portela de Sacavém, que

era como se chamava naquela altura e, do lado de fora, conseguimos ver o Agostinho Neto a sair de um avião para entrar noutro avião. Fizemos adeus, adeus, e isso preocupou um pouco a PIDE. Como eu ainda estava em Coimbra, depois daquela cerimónia voltei para Coimbra. Poucos dias depois, alguns de nós começaram a ser chamados.

Mas eu já tinha tido outro calafrio, porque, nas vésperas da Queima da Fitas de 1960, creio eu, apareceu lá por Coimbra um outro nacionalista, o Ilídio Machado, e como ele era tio dos meus primos direitos, passou todo o dia comigo. Só sei dizer que depois de ter saído de Coimbra, ele passou por Lisboa de regresso a Luanda e foi preso. Então eu pensei “não há hipótese de nós continuarmos aqui”. Foi por isso que acatei aquela diretiva de que vos falei. Apanhámos o tal comboio até ao Porto e lá veríamos o que se passava. Na realidade, fomos bem recebidos, mas o que determinou efetivamente a minha fuga foi, não só o facto da passagem de Agostinho Neto, mas também o facto de vivermos em Angola.

O meu pai sempre foi presidente ou Membro da Direção da Liga Nacional Africana. E nós, por arrasto, tínhamos o hábito de homenagear todos os africanos que, por uma razão ou outra, tivessem saído daquela situação, se assim se pode dizer. Isso despertou em mim algo de nacionalista, até porque o meu pai sempre foi, como eu disse, dirigente da Liga Nacional Africana e eu cresci nesse ambiente. Eu pertenço a duas famílias, Vieira Dias e Van-Dúnem, sou primo direito do Rui Mingas. Portanto, esse bichinho do nacionalismo já vivia comigo.

Depois de termos saído de Portugal, fomos presos em Espanha, eu e os meus companheiros. Por fim, conseguimos

sair e fazer o trajeto que todos nós sabemos qual foi. Muito obrigado.

Pedro Pires – Aproveito para saudar a presença do Presidente Dr. Jorge Sampaio, que está aqui connosco, nesta data de celebração da memória da CEI, e para saudar os meus companheiros de mesa, o Fernando França Van-Dúnem, o Mário Machungo, o Pascoal Mocumbi, meus companheiros da saga de libertação dos nossos países.

Aproveito também para saudar os meus companheiros que estão aí à frente, que fazem parte do grupo de pessoas que se interessaram, que se envolveram, nas lutas de libertação nacional. E os mais jovens, claro, também os saúdo pela sua presença e pelo seu interesse por esse facto, que são as roturas que tiveram lugar com a CEI, e toda a luta e o nosso combate de libertação. Por fim, saúdo os nossos amigos americanos, foram nossos companheiros na fuga de que falou o França Van-Dúnem e que aconteceu há 54 anos. E manifesto aqui o meu reconhecimento, a minha satisfação, pela realização desta celebração da CEI.

Cada um de nós tem uma vivência, uma experiência. Eu vim de Cabo Verde, e os meus primeiros contatos foram com os membros da comunidade cabo-verdiana, só posteriormente é que tive contacto com a CEI. Eu, na altura, fazia o serviço militar obrigatório, era aspirante a oficial miliciano, com outros companheiros, e com eles decidi passar a frequentar a CEI. Para um cabo-verdiano, a CEI era o sítio onde estavam os representantes de todas as ex-colónias, e foi a oportunidade de me relacionar com jovens, com estudantes das antigas colónias: Angola, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Com eles pude debater e tomar pulso à situação prevalente nos nossos países. Esse

contacto e esse tempo foi também uma altura de aprendizagem, aprendi muito com os outros sobre a situação nos nossos respetivos países. A CEI foi, também, a possibilidade de reforçar a minha própria consciência anticolonialista. Foi um espaço de convívio, de consciencialização e, ao mesmo tempo, de criação de relações políticas, de solidariedade, de cumplicidades, e do reforço dos nossos ideais. Por isso, digo aqui que a frequência da CEI, o convívio com os outros jovens, foram de grande importância para mim e, depois, para a decisão que tomei.

Devemos ter em conta que, em 1961, começou a luta armada de libertação de Angola, foi um grande choque para todos nós e um fator de consciencialização da necessidade da nossa intervenção mais direta nesse processo de libertação.

A CEI desempenhou esse papel de agregação da juventude estudantil, especialmente de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé. Juntou-nos e permitiu que, juntos, concebêssemos e sonhássemos futuros. A nossa presença na CEI, o convívio com os nossos contemporâneos das diversas colónias permitiu, mais do que isso, que estabelecessemos entre nós relações de solidariedade e de amizade que mantemos até hoje. Somos muito amigos uns dos outros, precisamente por isso, porque construímos essas relações na CEI. Mais tarde tivemos algumas aventuras em comum, fizemos um percurso comum e hoje mantemos essas relações e espero que as próximas gerações façam o mesmo.

Quero mencionar de novo a presença do Senhor Presidente Dr. Jorge Sampaio, que nos honra muito e que é a prova de que a luta foi comum e solidária e deu frutos de que todos nós beneficiamos hoje. O Portugal democrático

e as nossas independências são alguns desses frutos.

Reitero novamente o meu reconhecimento pela iniciativa da UCCLA e de outras instituições que a apoiaram. Quero agradecer ao Senhor Secretário-Geral da UCCLA pelo seu convite, pelo empenho e esforço que fez para que estes atos de comemoração, que se prolongaram por quase um ano, se realizassem.

Por fim, hoje, 25 de maio, o Dia de África, devemos saudar e evocar esta data e convidar todos os africanos para que continuemos a luta, como dizem os angolanos. Sabemos que há situações boas e outras menos boas e outras ainda muito complicadas que têm que ser resolvidas e isso só se fará com a intervenção empenhada e consciente de todos, para que o Dia de África do próximo ano, 2017, seja melhor do que este. E assim saúdo o dia e os ganhos que este dia representa. Obrigado pela vossa atenção.

Jorge Sampaio – Em Portugal já não se usa muito, ou mesmo nada, a designação de Presidente Jorge Sampaio, sou o vosso amigo de longa data.

Começo por uma parte mais divertida que ninguém mencionou, as extraordinárias sessões musicais e bailes que se realizavam na CEI. Aqueles jovens, aqueles colegas, trouxeram a sua música e as suas sessões culturais que nós, alunos da Universidade, frequentávamos com interesse e curiosidade. E as jovens africanas, e eles também, dançavam muito bem. Eu, que sempre fui um desastre em termos de dança, ficava a olhar e a pensar como se pode dançar assim e, portanto, aquelas manifestações culturais foram também marcantes.

Mas passaram 50 anos desde que a CEI foi extinta. É interessante lembrar que

ela foi criada pelo regime anterior com o propósito de enquadrar aqueles estudantes, na verdade, para saber o que é que eles andavam a fazer. E como é que aquela instituição foi ganhando raízes. Fez intercâmbios vários, com os quais os portugueses interessados na descolonização, ou no que poderia ser a descolonização, também se interessaram. Eu, que fui dirigente associativo, fiz essa aprendizagem por cá, nos anos 60, 59, 61, 62. Tínhamos uma ligação muito profunda com aqueles estudantes, sobretudo até à grande fuga de 1961. Há uma fotografia minha, com 22 anos, hoje tenho 75, a jogar pingue-pongue com o meu querido amigo Paulo Jorge, um político, um homem sério, profundamente enraizado na luta de libertação. Essa fotografia apareceu no Canadá, pela mão de um pediatra de origem angolana que ali estava e depois [de me chegar às mãos] fiz circular a fotografia por todo o mundo. E, por consequência, a CEI fez parte da nossa vida, até à sua extinção, mais ou menos inevitável, em 1965. Durou algum tempo, uma coisa surpreendente, depois desse desaparecimento massivo em 1961, lembro-me perfeitamente que as pessoas desapareceram. Tenho vários amigos que saíram nessa altura. Deixámos de saber onde é que eles estavam, e só mais tarde viemos a encontrá-los.

E o que é interessante verificar, já foi aqui apontado, é que, Portugal fez a mudança de regime ditatorial com o 25 de Abril de 1974, uma espécie de descolonização interna, de uma via autoritária para um princípio de um golpe militar que se transformou em Revolução e depois em Democracia, ao mesmo tempo que se fazia a descolonização, com tudo o que isso significava.

Em vários desses momentos, como Secretário de Estado da Cooperação, convivi com o Primeiro-Ministro no go-

verno de transição de Moçambique, Dr. Joaquim Chissano, mais tarde estive com ele, ambos como Presidentes da República. Estive com o Dr. Mário Machungo como Chefe da Delegação de Moçambique nas negociações de Cabora-Bassa com Portugal, na 4.ª fase, e foi uma negociação difícil, porque nós não tínhamos a coragem que teve mais tarde um Primeiro-Ministro, o Dr. Sá Carneiro, que disse “não há contencioso com Moçambique”. É preciso dizer estas coisas, porque foi assim que aconteceu.

E estive com o Senhor Primeiro-Ministro Mocumbi, como Ministro de Negócios Estrangeiros, bem como com o Dr. Van-Dúnem, e com vários Van-Duném, esta família está em toda a parte. Mas queria deixar uma palavra especial ao meu querido Presidente Pedro Pires, com quem tenho estado porque ele faz parte do júri do Prémio Gulbenkian, como eu. Estive em Cabo Verde, como Primeiro-Ministro e como Presidente da República. A minha primeira viagem, primeira mesmo, como Presidente da República, foi a Cabo Verde, com o antecessor do Comandante Pedro Pires e, mais tarde, com o Presidente Pedro Pires, que fez questão de me acompanhar na visita às ilhas de Cabo Verde, uma visita inesquecível.

Há duas coisas que é preciso assinalar. Em primeiro lugar, a circunstância de o Eng.º Abecasis, a quem eu tive o gosto de suceder na Câmara de Lisboa, ter tido a visão de que era preciso criar a UCCLA, e a verdade é que a UCCLA existe e resiste. E os primeiros não africanos a perceber que a UCCLA poderia ter interesse, curiosamente, foi a cidade de Macau. Esse assunto passou-se comigo, fizemos as diligências necessárias, a resposta foi positiva e Macau aderiu à UCCLA. Estivemos juntos em vários momentos, o Eng.º Abecasis e eu. E é verdade e muito importante dizer que,

mesmo quando estivemos em lados diferentes, cada um assumindo o seu ponto de vista, tínhamos alguma coisa em comum.

E essa alguma coisa em comum é difícil de se explicar, mas tem de ser explicado, porque no fundo, convergíamos no que era essencial: é que nem a colonização, nem a guerra, poderiam continuar.

Hoje, temos a CPLP, e eu tive a sorte de poder estar no seu ato fundador em 1996. Há muitas coisas que estão em curso que as pessoas não conhecem, mas a CPLP desempenha um papel que pode ser ainda mais importante. Sabemos, claro, que cada país tem a sua estratégia regional, senão mesmo a sua estratégia mundial. Mas há uma coisa que é de extrema importância, é que fizemos percursos comuns e paralelos e temos um instrumento comum, a língua, com a sua forma maneira plural de se exprimir. Por isso, quando, nas Nações Unidas, os países da CPLP se reúnem em posições comuns, isso faz-se sentir. E é importante que se faça sentir, independentemente das inserções regionais de cada país, sem complexos pelo facto de os caminhos serem diferentes. De alguma maneira, a CPLP é uma espécie de comissão de verdade e de reconciliação, que se congratula pela paz existir e pelas ações de cooperação. E nós esperamos que exerça a sua influência nesta vida internacional tão complexa, tão cheia de problemas. Eu nunca estive em África antes do 25 de Abril, mas não esqueço o sofrimento provocado por uma guerra, não devemos esquecer o que aconteceu, e não podemos esquecer que a paz foi feita. A CPLP tem uma função positiva e devo agradecer ao nosso grande amigo, o Secretário-Geral da UCCLA, a celebração deste aniversário, destas coincidências. Eu visitei a sede da União Africana, percebi que existe uma atenção nova

para estes problemas tão complicados e exigentes, que estão em toda a parte, na Europa também, para não falar no Médio Oriente e noutros locais.

Fomos capazes de, por entre tantos caminhos, tantas vicissitudes, estar juntos nestas celebrações e mostrar que é possível suplantar os traumas do passado, porque houve vítimas em todas as frentes, houve muito sofrimento, de uns e de outros mas, não esquecendo, soubemos superar isso para estarmos aqui hoje. Os dias de hoje e do futuro vão exigir, a nós e aos que cá ficarem, que levantemos este sinal de esperança e, embora seguindo os nossos destinos próprios, muitas coisas podemos fazer em comum e esta celebração inscreve-se nessa esperança. Felicito todos os que a tornaram possível, todos os que aqui vieram, alguns deles de bastante longe.

Estamos todos mais velhos, já vários ficaram pelo caminho, mas eu olho para vós e digo que estamos todos cheios de sorte. Recordo tantos momentos, como o acordo de Cabora Bassa, ou Canora Bassa, dias emocionantes e terríveis. Eu estive na primeira reunião em que uma delegação da África do Sul veio ao Songo para discutir a questão.

Vou-vos contar um pequeno segredo. Eu tive um amigo, grande historiador inglês, Keith Middlemas, que fez um extraordinário livro sobre Cabora Bassa. Tinha estado na Tanzânia a entrevistar a FRELIMO, em Portugal a entrevistar a administração Caetano, e todos aqueles que tiveram alguma coisa a ver com isso e também tinha falado com os sul-africanos. Tive acesso ao livro porque o autor mo ofereceu. Li-o numa noite e percebi, através do que ele contava, que, na delegação sul-africana que estava à nossa frente, havia correntes de opinião diferentes. Nunca revelei isto,

mas vou fazê-lo aqui pela primeira vez. Fez-se uma fotocópia do livro para todos os membros da nossa delegação, estudámos aquilo tudo e, nas negociações, que recomeçaram no dia seguinte, o que é que fizemos? Com o preço da eletricidade baixíssimo, indexado ao *rand*, ainda por cima, os sul-africanos tinham ali uma mina, mas a FRELIMO encarregou-se de cortar as linhas e, portanto, nunca mais a energia ia para o outro lado, nunca mais se pagou coisa nenhuma durante muitos anos.

Então, nós jogámos a única carta que tínhamos, que era sabermos que “aquele era contra aquele”. Porque uns sul-africanos achavam que não era preciso energia do exterior e outros, com maior abertura, achavam que precisavam. Nós jogámos com esse conhecimento e eles ficaram de boca aberta, como é que sabíamos aquelas coisas, e sabíamos por causa do historiador inglês. O *apartheid* acabou, e agora a energia é absolutamente necessária para a África do Sul. Vejam como as coisas são. Levei muito tempo, mas são recordações que ficam na história de cada um de nós. Muito obrigado.

Vítor Ramalho – Muito obrigado Dr. Jorge Sampaio. Vamos ter oportunidade, à tarde, de ouvir com mais tempo, não só os que estão nesta mesa, mas também o Dr. Miguel Trovoada, que não pôde estar aqui, e o Presidente Chissano, que nos enviou uma mensagem em vídeo que vai ser passada. A reunião recomeça às quatro e meia, se os senhores jornalistas quiserem fazer alguma pergunta breve podem fazê-lo agora, se não poderão fazê-lo à tarde.

Mário Machungo – Qual é a nossa responsabilidade no plano histórico de podermos transmitir a nossa experiência nesta grande epopeia libertadora. Estas conferências são úteis, mas é pre-

ciso deixar testemunhos mais palpáveis, transmissíveis às novas gerações. Muitas vezes falamos com os nossos filhos sobre o nosso sofrimento como povos colonizados, falo, por exemplo, na discriminação racial em Moçambique, mas eles não querem saber, porque isso não faz parte da sua vivência quotidiana, não querem saber que nós íamos à escola, em Lourenço Marques na altura, entrávamos nos machimbombos e não nos podíamos sentar nos bancos onde os outros se sentavam, tínhamos que nos sentar nos bancos de trás. Quando falamos disso esta geração não quer saber porque hoje a realidade é completamente diferente.

Quando digo que um parente nosso foi deportado para São Tomé e nunca mais ninguém o viu, não querem saber. São essas experiências que nós temos de passar às novas gerações, o que é que nos levou a fazer este combate pela libertação. Quando vim para Portugal começámos a falar neste sentimento, nesta necessidade de nos libertámos, uns falavam na autonomia, outros na autodeterminação, mas havia um sentimento que isso não era suficiente, era preciso libertação e independência para acabarmos com este sofrimento que era, de facto, a discriminação racial. Eu vim para Lisboa estudar, o meu pai foi professor, foi enfermeiro, foi para os caminhos-de-ferro, e foi-lhe recusado o lugar que era reservado a brancos, mas ele fazia o mesmo trabalho que os brancos. De modo que, quando nos juntávamos na CEI, conversando uns com os outros, lembro-me perfeitamente “afinal é a mesma cena em Angola, o mesmo em Moçambique”.

Falando com os nossos colegas de Angola, eles diziam “se fosse comigo a gente dava um soco naqueles gajos, que isto não pode ser, não pode acontecer”. Foram experiências diferentes que nos

uniram à volta da CEI, fizeram-nos sentir povos colonizados, espezinhados, e embora o regime colonial dissesse que “o sistema de assimilação era melhor que os outros”, colonialismo é colonialismo, não há colonialismo bom e colonialismo melhor. Foi isso que nos uniu e por isso todos temos a responsabilidade histórica de transmitir este sentimento. Quando se fizeram certas publicações, foi para acordar a consciência do povo português e combater a nossa luta, combater pela libertação do povo português também.

A libertação do povo português faz parte da libertação dos povos das colónias, o português também era oprimido pelo regime fascista, uma opressão diferente. Assim, a responsabilidade é comum, esta responsabilidade de transmitir às novas gerações não é um processo que já acabou, vamos transmitindo o possível, vamos fazendo ressuscitar a nossa memória da história e apresentando essa memória aos que a sabem desenvolver, há pormenores que não estão escritos, que não estão registados, mas há pessoas que podem fazer chegar esse conhecimento às novas gerações.

RTP – O senhor disse agora mesmo que as novas gerações não querem saber, e eu queria era saber se a responsabilidade não é exactamente da geração que está na mesa, que nestes quarenta anos, desde as independências, deixou poucos registos ou promoveu pouco a produção artística, filmes, que dessem conta dessa vossa narrativa, de uma outra forma.

Por outro lado, queria também perceber como é que estes senhores que estão à nossa frente, contam-nos que a CEI foi muito importante porque foi o momento de uma noção ideológica até. Quero saber se, nos vossos países,

antes de chegar a Portugal e à Casa, essa não era partilhada, ou se não havia a noção da necessidade de uma consciência ideológica e ela só nasceu na CEI. São estas as questões.

Pedro Pires – A questão que se coloca, para mim, é a questão da história e da memória, devemos ou não conhecer a nossa história e conhecer as nossas memórias. Entendo que todos os povos têm direito à história e todas as sociedades têm direito à memória. É evidente que o sistema de transmissão das memórias e de fixação da história têm de ser melhor trabalhados, porque não teremos futuro se não tivermos a memória e a história porque, sem memória e sem história o futuro não tem sentido. E se não tivermos a nossa memória, vamos receber a memória dos outros, se não tivermos a nossa história, vamos receber a história dos outros, seremos os outros e não nós mesmos. Daí a necessidade de trabalhar a questão da história e a questão da memória.

E o que é que nos compete a nós, em matéria de memória, não creio que tenhamos tanta responsabilidade em relação à história. Compete-nos, de facto, transmitir a nossa vivência que é a nossa memória, transmitir o nosso combate, que é a nossa memória. Quanto às jovens gerações, as gerações mudam e as sociedades transformam-se e comportam-se de maneira diferente. Quanto à necessidade do conhecimento da memória dos nossos respetivos povos, do conhecimento da história dos nossos respetivos povos, ainda é preciso fazer muito mais investigação porque, se se pensar um bocadinho nas coisas que aconteceram, vai-se ver que cada um conta a sua história de acordo com o sentido que tem da história do passado, não conta a história na minha perspectiva, conta a história na perspectiva dele. Eu vou citar só um exemplo

de algo que aconteceu há bem pouco tempo.

Em França, estavam a festejar a libertação de 8 de maio¹, mas o esquisito foi que, na mesma data, houve uma represália terrível das tropas francesas contra os argelinos e foram mortos milhares de argelinos, principalmente na cidade de Sétif. Mas o que é que queriam os argelinos? Queriam a liberdade. O que é que estavam a festejar os franceses? Estavam a festejar a liberdade. Qual é a diferença entre a liberdade de um argelino e a liberdade de um francês? Essa é a questão que se coloca. Nessa data os argelinos estavam a reclamar a sua liberdade e os franceses a festejar a vitória sobre o fascismo, cada um de nós que tire a sua conclusão. Em relação à contradição entre as gerações, do meu ponto de vista, são situações diferentes, momentos diferentes, prioridades diferentes. Para além de conhecer a história, porque muitas vezes serve de fundamento para as decisões que se tomam, cada geração tem as suas aspirações, os seus ideais e as suas ambições, no sentido nobre da palavra, e não deve haver contradição entre isso, embora aceitemos as diferenças.

Quando se diz que é fundamental que este passado não seja ignorado, significa que as aspirações estão a ficar diferentes, não diria contraditórias. Quanto às novas gerações, o que é que temos feito nas nossas escolas para transmitir essa memória, para dar a conhecer melhor a história? Essa é uma interpelação que acho correta, significa que não estamos a trabalhar bem ou que outras intervenções nesta matéria, que é a matéria da história e da ideologia, estão a ser mais fortes do que as nossas, que os outros, na sua argumentação, são mais fortes do que nós. Devemos conhe-

¹ 8 de maio de 1945, data da derrota formal da Alemanha nazi, no final da II Guerra Mundial.

cer a nossa história, aqueles que têm algo a dizer devem transmitir as suas memórias e, se forem escritas, melhor, para que os acontecimentos, as mudanças, os factos que ocorreram, sejam conhecidos. Ou seja, temos o dever e a obrigação de trabalhar muito mais a questão da memória e da história. Tem havido falhas do nosso lado porque as prioridades, por vezes, não nos deixam dar atenção ao que hoje estamos a reclamar, mas as questões da história e das memórias são fundamentais para dar solidez ao próprio processo da libertação nacional, sem isso não há solidez e, portanto, não há garantias para o futuro.

Nós estamos a trabalhar essa questão da memória. Eu, pessoalmente, no quadro da Fundação Amílcar Cabral. Ontem, fomos visitar a prisão do Aljube, hoje um museu, a memória está lá, fotografada, é uma obra de grande valor e as pessoas que lá vão ficam com ideia do que aconteceu antes. Nós não temos um museu desses e precisamos de trabalhar para isso. Os sul-africanos têm, por acaso, excelentes museus nessa matéria. Nós temos o Tarrafal, já fizemos alguma coisa, mas temos muitas outras para fazer. Por isso, insisto, há que trabalhar as memórias e as nossas histórias.

Televisão Pública de Angola – A pergunta para todos. Com base nestes desafios e neste encontro da história com memória, o Dr. Vítor Ramalho tinha dito que “Não há futuro sem memória” e agora o Senhor Presidente Pedro Pires reitera esse princípio. Há instantes, o Dr. Jorge Sampaio falava na questão da CPLP. Eu pergunto se esta homenagem à CEI e a existência da CPLP podem ser o princípio do novo caminho entre Estados e Povos, tendo a cultura como ponto de partida, para construir esta memória.

Vítor Ramalho – Eu só falei nisso porque acho que é de tal maneira determinante a memória e o contributo das pessoas que aqui estão e de outras que já estiveram. É fundamental os nossos governos, independentemente do juízo natural sobre a vida e sobre o futuro, introduzirem nos currículos, domínios que tenham a ver com esta memória. Porque os países não nasceram hoje, têm uma história. Tal como foi fundamental a colocação de uma lápide no chão do passeio onde foi a CEI.

Eu acho que devemos recriar uma instituição que, à luz do século XXI, seja uma forma de resposta também a esse nível. E todos temos responsabilidades, mas é uma questão de visão que vamos continuar a debater. De qualquer maneira eu vou passar ao Senhor Dr. Jorge Sampaio, para responder, porque sei que foi um ator direto nesta vivência toda.

Jorge Sampaio – Há um ponto em todas as perguntas e na intervenção do Dr. Mário Machado, assim como do Comandante e Presidente Pedro Pires. Eu experimentei confrontar, com os próprios israelitas e palestinos, os seus livros de história. E acompanhei de perto o esforço que, aliás, foi premiado também, pela Fundação Calouste Gulbenkian, de um conjunto de professores de história, um judeu israelita, outro

palestino, para fazerem um livro de história que fosse comum, cada página com a versão de cada lado dos acontecimentos.

É impressionante que isso não foi, obviamente, autorizado a ser expandido porque é extremamente difícil, mas é necessário pois cada um de nós tem uma narrativa, e é preciso que tenhamos a possibilidade de perceber a outra narrativa. E isso é extremamente difícil, e naquela parte do mundo é quase impossível porque se compararmos os trabalhos que foram feitos sobre os mesmos acontecimentos, a versão é totalmente diferente e é ignorada completamente do outro lado. Naturalmente aqui, também, teremos visões diferentes mas não podemos deixar de avançar. Em Portugal, certamente há muitos jovens de vinte anos que não sabem bem o que é que se passou em Portugal.

Isso é uma coisa que faz parte de uma educação permanente, cívica, cultural. Hoje, a historiografia sobre a guerra colonial é maior do que era há uns anos atrás, mas não posso esquecer que a minha geração foi profundamente dizimada do ponto de vista cívico e cultural devido à guerra. Uns para um lado, outros para outro, uns a fugir, outros a ficar. Mas também tivemos o 25 de

Abril, se não fosse isso não teríamos, nem teria havido, o processo acelerado que houve. Se tivermos a capacidade de, cada um de nós, de perceber a narrativa do outro e a sua justificação, então damos um avanço forte na compreensão e até na inevitabilidade histórica de alguns acontecimentos. O que não podemos é pensar que há só uma verdade, há várias verdades, narrativas, confrontos pacíficos que se têm de fazer ao nível das universidades, escolas e historiadores.

O prazer que nos dá a nós aqui portugueses, hoje, de ler os vossos escritores, e os vossos poetas, o prazer que há em ver os vossos teatros que é extraordinário. Os vossos autores são premiados com prémios portugueses. Todos nós temos pinturas de pintores moçambicanos, porque achamos que a arte é da maior importância. E, portanto, façamos com que estas iniciativas sejam permanentes e tenhamos a coragem de perceber a narrativa do outro, isto é muito mais difícil do que parece, porque, no fundo, estivemos em salas diferentes no decurso destes cinquenta anos e estamos hoje na mesma sala, falando com abertura sobre aquele mundo que percorremos com as convergências possíveis que depois se alargaram para lutas muito maiores.



Pedro Pires



Vítor Ramalho



Fátima Campos
Ferreira



Jorge
Sampaio



Miguel
Trovoada

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Programa Prós e Contras - RTP1 *

“A Geração da Liberdade”

– 25 de Maio de 2015

Sala do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa



PRIMEIRA PARTE

Fátima Campos Ferreira (FCF)

– Olá, boa noite. Não há futuro sem memória e também não há reencontro sem compreensão. A história marca o destino, o império, a luta, as independências. Mas o destino também guarda afetos e entrelaça culturas que se respeitam e se amam, e é por isso que estamos aqui esta noite, no Dia de África, quarenta anos depois das independências dos países de expressão portuguesa e cinquenta anos após o encerramento da célebre Casa dos Estudantes do Império. Nasce em 44 e fecha as portas em 65. Desperta consciências e torna-se no embrião de movimentos independentistas, na arrancada da literatura africana de expressão portuguesa. A Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, na Duque d'Ávila, em Coimbra e no Porto, foi ainda alfobre de conhecimento e de futuros de uma geração e, sobretudo, marca profunda de emoções vividas e sentidas. E creio que até hoje, não é assim, Dr. Pedro Pires? Que sensações perpassaram ontem por si quando visitou aquelas ruas, aqueles edifícios, aqueles lugares?

Pedro Pires (PP) – Comecei a pensar nesses anos que passaram, como é que seríamos há 50 anos, há 60 anos ou há 40 anos, quando iniciámos a caminhada de país independente.

FCF – Como é que o senhor era?

Sentia-se um homem livre ou nem por isso, nessa altura?

PP – Livre não era, mas sentia que tinha um ideal. Não era o facto de não ser livre que me inspirava mais, eu tinha um ideal, que adquirir com o tempo, e todo o meu esforço, tudo aquilo que eu podia fazer, estaria ao serviço desse ideal. É o ideal da luta pela independência, de modo que andava inspirado por esse ideal.

FCF – O senhor veio para Lisboa estudar, não para lutar pela independência. Foi aqui que nasceu o seu espírito combativo ou já trazia essa vontade?

PP – Não tanto assim, já tinha algumas ideias, embora não muito sólidas, mas queria qualquer coisa ou sentia que havia qualquer coisa que não estava bem e que era preciso mudar. “Como?” era a grande questão. Eu, para isso, não tinha resposta, mas sei que não estava bem e tinha uma ideia bastante correta disso. Era preciso mudar mas como mudar? Encontrei a resposta na convivência, nos debates, nas discussões com os mais jovens e menos jovens do que eu, com quem convivi nessa época e aí é que encontrei a resposta. Mas também encontrei respostas nalguns livros, porque lendo também se aprende bastante. Aprendi, evolui no contacto com outros jovens, mas também no con-

tacto com os livros, procurei conhecer outras experiências, outras informações, havia muita coisa que acontecia nessa altura, portanto, foi tudo isso junto que contribuiu para a minha formação e para a minha escolha. E fiz uma escolha.

FCF – Senhor Dr. Miguel Trovoada, e o senhor que homem era nessa altura, porque Pedro Pires diz que ontem, ao ir ao edifício onde era a Casa dos Estudantes, se interpelou a si próprio, “que homem era eu nessa altura?”. E o senhor?

Miguel Trovoada (MT) – Eu já sabia que homem era, sabia que tinha vindo para Portugal para prosseguir os meus estudos e, antes disso, tinha vivido momentos de algum confronto com a realidade colonial. Eu iniciei os estudos secundários em Angola e regressei a São Tomé em 1953, escassos meses depois do célebre massacre de Batepá, e ainda apanhei o rescaldo desse massacre, o sofrimento das pessoas que contavam horrores do que se tinha passado e, pouco tempo depois, embarquei para Lisboa. Portanto, cheguei eivado um pouco desse sentimento de injustiça.

FCF – Portanto, já trazia revolta dentro de si?

MT – Possivelmente teria alguma revolta. Cheguei e fui viver para o nº 37,

na Rua Actor Vale, na altura estavam lá muitos são-tomenses, na célebre casa da tia Andreza, e imediatamente comecei a frequentar a Casa dos Estudantes do Império. Portanto, a Casa dos Estudantes do Império foi o local onde nós amadurecemos algumas ideias, onde, em troca e em confronto de ideias com os estudantes africanos de outras colónias, pudemos então aprofundar algumas questões relacionadas com a nossa própria identidade e com as razões da nossa luta de libertação.

FCF – Estamos a falar de uma instituição que abriu em 1944, com o intuito de formar quadros que voltassem para as colónias - estudantes que vinham de lá para estudar aqui e que iriam voltar para serem quadros lá -, e que fecha em 65, por razões de que iremos falar ao longo deste programa. Dr. Jorge Sampaio, vale a pena evocar esta memória, porque estas são as memórias que depois nos vão ligar a um futuro de cultura entrelaçada, como eu dizia há pouco, na entrada deste programa. Faz sentido hoje procurarmos cada vez mais esse entrelaçar de culturas entre os povos?

Jorge Sampaio (JS) – Muito boa noite a todos. É um grande gosto estar aqui neste programa, na Câmara Municipal, onde estive uns 5 anos, na presença destas personalidades, direi, destes amigos. Eu frequentei ativamente a Casa dos Estudantes do Império nos anos de 1960, 61 e 62. A Casa foi um ponto de encontro essencial para a juventude africana que vinha estudar para Portugal; foi criada, como disse, nos anos 40, precisamente para controlar, verificar, diria mesmo, espiar, a movimentação daqueles estudantes – raríssimas minorias – que tinham tido a possibilidade, não havendo ensino universitário nas colónias, de virem estudar para Portugal. A Casa dos Estudantes do Império foi considerada um organismo associativo, na perspetiva das associações

de estudantes de que eu fazia parte, de Direito, e, mais tarde, da chamada Reunião Inter-Associações (RIA), que corresponde a uma federação académica de Lisboa. Lembro-me perfeitamente do desaparecimento de um contingente largo de estudantes provenientes de África, em 61, entre os quais alguns amigos meus. E fizemos a greve académica de 1962. O voto da Associação de Direito, ou do Técnico ou de Agronomia, era igual ao voto da Casa dos Estudantes do Império, como organismo associativo, e portanto eles participaram, as suas direções participaram ativamente nesses movimentos estudantis. Isso deu um conhecimento profundo, não só entre eles, como foi dito pelos meus antecessores no uso da palavra, mas deu um outro conhecimento que era muito importante para nós, porque não o tínhamos, e que era saber que, com a nossa idade, tínhamos todos 20, 21, 22 anos, convém não esquecer, havia pessoas que tinham uma visão completamente fora da visão vendida oficialmente e isso ia ao encontro de aspirações que muitos de nós tínhamos, de ver a descolonização começar. Obviamente, tudo isso se agravou quando a guerra começou. Foram momentos muito dolorosos e a circunstância de termos aqui como Primeiros-Ministros, quadros vários, etc., pessoas que fizeram parte dessa teia de relações, e eu devo dizer, independentemente das posições que tivemos nos diversos momentos, tínhamos um fundo comum, e isso é uma coisa a que de vez em quando tem que se fazer referência. Esse fundo comum era uma ânsia por liberdade. Quando a descolonização começou nos anos 60, ou antes disso mesmo, em toda a África, nós batíamos-nos por discutir nas Nações Unidas o que era um território ultramarino.

FCF – Em todo o caso, eu registei que disse que foram as primeiras abordagens, que houve as primeiras ligações, quer dizer que havia um grande desconhecimento do que era, naquela altura, a

cultura africana, as realidades africanas...

JS – Não era tanto assim, nós temos uma geração comum, que está aqui representada com pequenas variações de idade, mas a verdade é que tínhamos aspirações, cada uma dirigida ao seu próprio povo, ao seu próprio país, mas que eram, obviamente, movidas por “vagas” de democratização, num caso, noutros de libertação nacional, como aqui foi dito pelo Presidente Pedro Pires e, portanto, nós encontrámo-nos pela primeira vez, todos aqueles que conviveram em torno da Casa dos Estudantes do Império, que foi um alfofre de intercomunicabilidade da maior importância.

FCF – E de cultura, porque dali saíram grandes antologias e muitas obras publicadas.

JS – Bem, eu estou a falar em termos estritamente políticos, porque a Casa teve uma atividade cultural, literária em sentido amplo, da maior importância e também tinha uma coisa, sou o único a dizer isso hoje, é que tinha umas sessões musicais e de bailes, extraordinários, dançávamos tudo quanto havia, eles dançavam muito melhor do que nós, eu era um caso perdido nessa matéria, portanto não conto para a história, e eram espetáculos deliciosos, magníficos, grandes festas, etc., mas havia coisas duras, no sentido que a gente percebia que aquelas pessoas estavam num [outro] comprimento de onda e eu, como ouvi num café na Avenida da Igreja o anúncio do começo da guerra de África, lembro-me de ter dito a uns amigos meus, nós estávamos no auge das associações, “isto agora vai durar pouco”, mas a verdade é que as pessoas já se esqueceram que isto durou 13 anos. De 1961 a 1974, não fora a intervenção decidida dos movimentos de libertação e dos militares de Abril e de todos aqueles que, na minha gera-

ção, ou fizeram o serviço militar ou se exilaram no estrangeiro, por oposição, tudo isto foi um grande trauma na sociedade portuguesa, que nós soubemos [ultrapassar], senão não estaríamos aqui hoje. Há sempre controvérsias em torno dessa matéria, foi dolorosa para todos, mas a verdade é que, a partir de 74 e até 75, percebemos que era inapelável o caminho para as independências.

FCF – Muito bem, se me der licença, eu vou em direto a Moçambique, onde está o Dr. Joaquim Chissano. Boa noite, como está? Eu penso que nos está a ouvir em boas condições, não está, Senhor Dr.? Sabe que os seus amigos que estão aqui fizeram ontem um passeio pelos locais em que todos viveram aqui em Lisboa, naquele bairro ali junto da Avenida Duque D’Ávila, da Casa dos Estudantes do Império, foram aos cafés, às pastelarias, foram procurar o café Montanha, a pastelaria Rialva, enfim todos os sítios que calcorreamos. Lembra-se disso e dos bailes de que o Dr. Jorge Sampaio estava aqui a falar? Tem saudades desse tempo ou foi um tempo tão duro que não guarda saudades sequer?

Joaquim Chissano (JC) – O meu tempo em Lisboa foi muito curto, nós não tivemos tempo para visitar esses lugares todos. Conheci a Casa dos Estudantes do Império, tantos outros lugares mal conheço, não posso dizer muito sobre eles. Mas eu filiei-me na Casa dos Estudantes do Império, primeiro, porque trazia já alguma experiência de luta contra a desigualdade, em Moçambique, e outro motivo é que eu já conhecia Eduardo Mondlane sem o conhecer, quer dizer, vi o Eduardo Mondlane pela primeira vez já na França, depois de termos fugido, mas através do meu pai e de outros amigos que tinham ouvido falar do Mondlane, já discutiam o Mondlane e ouvi que o Mondlane tinha passado por Portugal e pela Casa dos Estudantes do Império.

E mais, o meu pai recomendou-me que fosse à Casa dos Estudantes do Império para encontrar pessoas que me pudessem ajudar a adaptar-me a Portugal. Falou do Dr. Arouca, por exemplo, que deveria estar na Casa dos Estudantes do Império, é verdade que não me encontrei com ele lá. Mas já tinha algumas referências sobre o que a CEI estaria a fazer, o que se discutia lá dentro. Ao chegar a Lisboa encontrei um ambiente que veio dar-me uma nova orientação sobre aquilo que tínhamos começado a fazer em Moçambique, foi na altura em que havia uma luta, mesmo em Portugal, contra a ditadura, havia um movimento estudantil nas faculdades, mormente na Faculdade de Medicina, onde eu estava. Sentia que havia qualquer coisa que se movia em Portugal e depois tivemos as notícias sobre o que se passava em Angola, na altura, e nós preparávamo-nos para uma luta mais avançada, daí a necessidade de irmos trocar a experiência com outros estudantes que se encontravam na Casa dos Estudantes do Império. Até ali havia poucos moçambicanos membros da CEI. Foi precisamente em 1961 que nós, eu, o Mocumbi e o Machungo, fomos nos inscrever como membros da Casa. Mas foi [sol] de pouca dura, nós fomos lá filiar-nos no mesmo dia, mas pouco tempo depois havia a história da comissão administrativa. Eu militei pouco na Casa dos Estudantes do Império, mas os ideais da CEI foram bem concebidos, por mim e pelos meus colegas e posso dizer que o nosso encontro com Agostinho Neto, com Marcelino dos Santos, etc., é como se nós estivéssemos estado lá quando eles estavam lá, mas eles eram de outra geração.

FCF – Portanto, é aqui, nesta Casa dos Estudantes, que se traçam as grandes estratégias e é aqui também que decidem agregar-se depois na Europa, quando sabem que começaram os primeiros combates em Angola, desenca-

dados pela UPA, em 1961. Esses momentos, eram tempos de sofrimento, eram tempos de revolta para si, jovem estudante, eram tempos de esperança, que homem era nessa altura?

JC – Como eu disse há bocado, nós já tínhamos uma experiência de luta pela igualdade em Moçambique. Tínhamos um núcleo de estudantes secundários africanos¹ e eu era presidente desse núcleo e fazíamos reivindicações, de uma maneira muito velada, não tínhamos grande experiência organizativa, mas, ao chegarmos a Portugal, começámos a pensar na maneira de nos organizarmos melhor, mesmo contando com os estudantes secundários africanos, e queríamos reorganizar o núcleo de uma nova maneira, daí que eu, o Pascoal Mocumbi, o Mário Machungo, o Eneias Comiche, o Salomão Munguambe, e alguns outros – éramos poucos os estudantes de Moçambique – iríamos encontrar-nos, para pensar em formas de dinamizar a luta clandestina que já estávamos a levar a cabo em Moçambique. Portanto, era esse o homem que ia lá para estudar mas imediatamente envolvi-me nesta atmosfera, não somente na Casa dos Estudantes do Império, mas também nos marítimos e noutros lugares onde tínhamos oportunidade de nos encontrarmos.

FCF – Os marítimos, os trabalhadores africanos que trabalhavam no porto de Lisboa e que eram residentes. Dr. Vítor Ramalho, é possível que o regime criasse esta casa em 44 com o intuito de formar quadros que voltassem para as colónias e não estivesse a adivinhar que ia acontecer o que aconteceu? O regime era assim tão inocente?

Vítor Ramalho (VR) – A Casa foi criada, como a Fátima referiu, em 1944

¹ NESAM – Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique.

e, nessa altura, estávamos perante um mundo completamente diferente. Era um mundo já bipolar e, portanto, o regime não tinha a visão que mais tarde os acontecimentos vieram a determinar. De qualquer maneira, queria aqui notar, o seu genérico é elucidativo sobre a importância deste evento. O seu genérico fala sobre a memória do futuro, que é uma realidade muito atual. Eu queria chamar a atenção [para o facto] que estes personagens, que vieram encerrar a homenagem à Casa dos Estudantes do Império, eram movidos, não por dinheiro, não pelo mercado, não pelo lucro, mas apenas por objetivos de liberdade e de dedicação à causa dos seus países. O Presidente Miguel Trovoada andava então em Direito e não terminou o curso para sair do país e arriscar tudo. O Comandante Pedro Pires, que foi Presidente de Cabo Verde, abandonou Ciências, onde se encontrava a estudar. O Presidente Chissano andava em Medicina e abandonou tudo para se dedicar a uma causa generosa sem saber o que lhe ia suceder. E os outros que vieram, o Professor França Van-Dúnem, que foi Primeiro-Ministro de Angola, andava em Direito, no quarto ano, quando abandonou tudo.

O Mário Machungo andava em Económicas, aqui em Portugal, e abandonou tudo para se dedicar a uma causa generosa. O Pascoal Mocumbi, que foi também Primeiro-Ministro, exatamente a mesma coisa; andava na altura em Medicina. O único que falta aqui dos estudantes que acabaram Presidentes da República ou Primeiros-Ministros é o Agostinho Neto que, como sabem, já era médico, na altura, e também foi um ativista da Casa.

Para termos a noção do que ela representou e da atualidade dela, por ela passaram as maiores personalidades, incontornáveis, da literatura do mun-

do de fala portuguesa. Estamos a falar de personalidades como Alda Espírito Santo, de São Tomé e Príncipe, de Francisco José Tenreiro, de São Tomé e Príncipe, de Alda Lara, de Angola, estamos a falar do Manuel Rui Monteiro, que as pessoas conhecem porque é o autor de “Os Meninos do Huambo”, mas também do Rui Mingas, que é o autor da música de “Os Meninos do Huambo” e que, tal como o nosso querido amigo França Van-Dúnem, foi também Embaixador de Angola em Portugal, e [estamos a falar também] do grande poeta que aqui está, o Manuel dos Santos Lima.

Nós, UCCLA, que representamos as cidades de Língua Oficial Portuguesa, aprendemos muito com os mais velhos; hoje, infelizmente, isso está um pouco esquecido. E esta juventude atual tem que aprender com os mais velhos e fazer uma intermediação entre eles. Com homens como Jorge Sampaio, que foi presidente da Reunião Inter-Associativa dos estudantes de Lisboa. Porquê? Porque eles, largando tudo, em 1961, saíram do país, 120 estudantes, abandonaram tudo para ir para Paris. Para quê? Não para ganharem dinheiro, não para irem procurar qualquer bem-estar, apenas para se reorganizarem na luta armada que se adivinhava. Homens como o Pepetela, que foi galardoado, em Portugal, com o Prémio Camões, um dos maiores escritores de Língua Portuguesa, homens como os que já citei, mas também o Craveirinha, cujo poema fantástico sobre o pai, que era português, termina dizendo “meu pai, tu foste o primeiro moçambicano que eu conheci”. Esta gente, foi isso que nos ensinou e é esta homenagem que nós [lhes] devemos, por isso reeditámos as 3 antologias poéticas de Angola, Moçambique e de São Tomé, e os 22 livros que eles publicaram. Está aqui o Manuel dos Santos Lima, que foi um deles, é hoje

um grande professor catedrático aqui em Portugal e também no Huambo. Portanto, esta é uma realidade atual e se há apelo que posso fazer é que os nossos governos instiguem a que seja estudado este período histórico, nas nossas escolas,

FCF – Nas diferentes perspetivas: cultural, política e humana.

VR – Este mundo de hoje, tão hedonista, tão desumano, exige esta resposta porque nós, mundo da fala portuguesa, somos um caso no mundo. Portugal foi o único país que descolonizou em ditadura, essa ditadura que nos oprimia a todos diferentemente. E quando há o 25 de Abril e por efeito das lutas de libertação nacional, todos nós nos libertámos simultaneamente, em nenhum país europeu isto ocorreu. É uma pena que nós não olhemos também neste quadro enquadrador e não aprendamos com eles. Não foi por acaso que, a cada convite que eu fiz a estes queridos amigos, porque são amigos, me respondessem imediatamente que sim. Não é por acaso que o Presidente Chissano, um homem [de estatura] mundial, está neste momento em Maputo [nos estúdios da RTP África] a participar connosco aqui [em Lisboa].

FCF – Muito obrigada. Bom, temos de facto aqui uma plateia de ilustres de vários países africanos. Está também aqui o casal Boal, que faz parte desse grupo de cento e tal estudantes que vão e integram essa viagem, uma viagem de epopeia, para França.

VR – Uma viagem, onde eles, quando saíram, os 120 em vários grupos, o Pepetela trata muito bem disso², foram presos em Espanha, estiveram mesmo na prisão, portanto era um período difícil, e eu acho que o Boal e a mulher também

² Em A Geração da Utopia.

estiveram [na prisão], tal como o Pedro Pires e o nosso amigo Miguel Trovoada.

FCF – Dr. França Van-Dúnem como foi essa viagem, essa peripécia? Eu vi nas imagens que estão aqui na exposição que as camionetas que partiram, mesmo para a altura, já deveriam estar a cair, já deveriam ser muito velhas.

França Van-Dúnem (FVD) – É verdade, a realidade foi para nós uma espécie de calvário.

FCF – Quem vos ajudou a sair de Portugal nessa altura?

FVD – Em primeiro lugar, havia uma espécie de comité organizador e fomos ajudados não só por estes membros, o comité organizador, do qual fazia parte o Dr. Vieira Lopes, o Manuel Videira e alguns americanos. Alguns deles estão aqui presentes.

FCF – Americanos que eram pastores evangélicos, missionários em África.

FVD – É verdade. Inclusive no primeiro dia que nós saímos de Lisboa para ir para o Porto, chegámos lá a altas horas da noite e não conseguimos encontrar os passadores.

FCF – Por que fronteira do país saíram?

FVD – Pelo norte. Eu saí de Portugal para Espanha e tivemos que atravessar o rio Minho em barcos onde só iam dois de cada vez, clandestinos sempre, e chegámos lá já de manhã, os passadores já lá não estavam, tivemos que passar um dia nos canaviais a comer laranja e queijo de cabra e esperar pela noite para podermos prosseguir o nosso caminho. Depois de um dia atribulado, não podia esperar outra coisa. De qualquer maneira, penso que depois fomos bem acolhidos, estivemos

inclusive depois na casa de um pastor espanhol que nos recebeu a meio do caminho, aí já encontrámos alguns dos nossos camaradas, como o Chissano e o Mocumbi, que tinham partido na primeira leva, e depois disso, então, continuámos a nossa caminhada para sair de Espanha.

Aí em Espanha, estávamos em São Sebastião, havia o festival de cinema de São Sebastião, de que não se fala muito agora, e lá disseram-nos que era preciso esperar porque o senhor que nos ia ajudar a atravessar a fronteira não estava lá. Só sei dizer que apareceram os indivíduos da Guardia Civil dizendo que não havia problema, nós iríamos no dia seguinte, mas o que aconteceu é que nós fomos de São Sebastião a Irún já algemados, para a cadeia. Correu mal. Porque eles, americanos, chegados à fronteira, deixaram-nos ali e deram a volta, legalmente, e foi do outro lado que começaram a mover os cordelinhos.

FCF – Vou pedir que passe o microfone aqui ao Dr. Mário Machungo e a pergunta que lhe vou fazer tem a ver com o “depois” de isto tudo, porque, enfim, há o regresso a África, às independências, ao recomeçar do desenvolvimento dos vossos países, e as coisas nem sempre correram como sonharam, pois não?

Mário Machungo (MM) – Pois, as coisas nunca foram fáceis, nenhum combate, nenhuma luta, é fácil, sempre tem altos e baixos. Os acordos de Lusaka que tive oportunidade de acompanhar e assistir, a convite da direção da FRELIMO, foram imediatamente seguidos do levantamento do 7 de Setembro. O levantamento de uma minoria que recusava a independência de Moçambique, não queria a independência de Moçambique. Isto levantou problemas

sérios, no seio de toda a população de Moçambique, mas houve serenidade suficiente para assegurar que o governo de transição iria tomar posse, como efetivamente tomou, no dia 20 de setembro. Há uma coisa, Fátima, [para a qual] eu queria chamar a atenção, porque os levantamentos que aconteceram e que se atribuem a discursos de dirigentes da FRELIMO, não é bem assim, porque se formos a tomar em consideração o discurso do Presidente Samora, que foi lido pelo Presidente Chissano, como Primeiro-Ministro, na tomada de posse do governo de transição, foi um discurso de apelo a todos, mas a todos, para permanecerem em Moçambique, para construirmos um país novo, antirracista, foi a expressão utilizada pelo Presidente Chissano, antirracista, construir um país novo.

FCF – O que falhou?

MM – O que falhou foi a recusa daqueles que deviam ter ficado ou, em vez de terem saído pacificamente, desencadearam movimentos para impedir a independência das maiorias negras em Moçambique.

FCF – Está a falar ainda dos portugueses que viviam em Moçambique?

MM – Portugueses e apoiados pela África do Sul, a Rodésia, por exemplo, desempenhou...

FCF – No caso moçambicano, por exemplo, entende que se o país não se tornou imediatamente um país multirracial foi porque...

MM – Multirracial, nós queríamos que fosse. Não se tornou estável.

FCF – Não se tornou estável, a culpa continua a ser, nessa fase, daqueles que deixaram o país, é isso?

MM – Daqueles que deixaram o país, daqueles que atearam fogo para destruir Moçambique a partir dos países vizinhos governados pela minoria, África do Sul, Portugal e Rodésia. Obviamente, está demonstrado em muitos livros, relatórios, que de facto a minoria branca da Rodésia e da África do Sul foi responsável pela destabilização, pela sabotagem, pelo impedimento da realização do nosso sonho de uma independência pacífica em Moçambique.

FCF – Senhor Dr. França Van-Dúnem, no caso de Angola, o que é que correu mal? Porque há quem diga, por exemplo, eu estava ler esta tarde Justino Pinto de Andrade, ele diz que depois da libertação não foram libertados, ficaram aprisionados, porque quem ganhou a guerra e quem foi para o poder tomou o país como um troféu, uma conquista de guerra. O que é que aconteceu, porque é que Pepetela teve que escrever *A Geração da Utopia*?

FVD – Eu vou dar-lhe a minha percepção. Pepetela é ligeiramente mais novo do que eu, e tem as suas razões de escrever assim, mas o que acontece é que nós, os que saímos de Portugal, por exemplo, tínhamos outra visão das coisas. Eu lembro-me de ter estado com o Pepetela numa famosa delegação que foi pela primeira vez, ainda o Presidente Neto estava vivo, numa missão ao Cuando Cubango, e estive com ele no mesmo quarto e estivemos a falar e não me parecia que houvesse algo de especial, simplesmente entre aqueles que tinham saído de Portugal, aqueles que tinham feito estudos, e aqueles que tinham pertencido à guerrilha, nem sempre houve aquela identidade de opinião quanto ao *modus operandi*. Mas, de qualquer maneira, nós quisemos participar e participámos e ajudámos o país a desvencilhar-se dos problemas.

FCF – Senhor Dr., se me permite, na sua tese há uma diferença entre os que estudaram fora e, portanto, construíram uma outra visão do mundo, e aqueles que permaneceram no país, mas que estiveram mais envolvidos na guerrilha, e que depois não houve um entendimento entre estas duas partes, é isso?

FVD – Não, eu não estou a dizer isso. É o *modus operandi* que era diferente. Nós víamos as coisas de uma determinada maneira, mas houve sempre um entendimento na medida em que nós nos considerávamos sempre como as retaguardas desses que tinham saído das guerrilhas e demos o nosso contributo. Tanto é assim que eu, por exemplo, fui um dos primeiros a ser nomeado embaixador do meu país.

FCF – Muito bem. Dr. Jorge Sampaio?

JS – Eu pedi muito discretamente a palavra porque, olhando em volta, como eu já disse hoje, nós temos com certeza numerosas narrativas e o grande momento que se está aqui a viver – tivemos todos o nosso passado, uns casos diferentes de outros, como é evidente –, mas o que interessa é esta possibilidade que faz com que estas pessoas estejam aqui hoje, é porque a gente pode olhar para o futuro, que é um futuro muito exigente do ponto de vista africano, se quiser, do ponto de vista europeu, do ponto de vista mundial, e partir daquilo que foi a convergência de um certo conjunto de propósitos e ideais, com vicissitudes imensas dos vários lados. Quando se passa por guerras e polícias políticas e prisioneiros e morte, etc., isso foi muito estendido, as lutas de libertação tiveram efeitos demolidores nos próprios militantes e houve sofrimento espalhado por toda a parte. Isso está na História, devemos conhecê-lo. Agora, devemos partir para o futuro e perceber que podemos valorizar todas

estas circunstâncias, conhecendo, por um lado, a narrativa de cada um e não achando que a nossa narrativa é a melhor. Eu não acho. Tenho a minha, mas não acho que a minha seja necessariamente a única possível. Devemos confrontá-las, devemos fazer esse exercício, se perguntar a vários povos em confronto as narrativas de cada um deles, verá coisas profundamente diferentes. Eu hoje à tarde dei o exemplo de Israel e da Palestina, se ouvir os mesmos factos contados por estas duas entidades, são profundamente diferentes na sua percepção. E, todavia, tem que haver uma maneira de os explicar. Portanto, o que me interessa é o futuro. O que é que nós fazemos com a CPLP?

Eu acho que é uma criação de grande significado e importância. Não podemos pensar que não há estratégias regionais em cada um destes países. Angola tem a sua, Moçambique a sua, e assim sucessivamente, o Brasil também, com certeza, mas a verdade é que temos aqui alguma convergência. Eu acho que as pessoas conhecem pouco o *site* da CPLP e o que se anda por aí a fazer. A valorização deste extraordinário instrumento, que é falarmos uma língua comum, mas variada, com várias contribuições próprias dos territórios onde ela se pratica, mas que deve ser, obviamente, uma língua nas Nações Unidas. E devemos concertar posições nas Nações Unidas quando isso for necessário e possível, pois isso aumenta a nossa capacidade de influência, nossa, de todos os membros da CPLP, dos membros originários, é a esses a que eu me refiro, em especial. E, portanto, há hoje diversos graus de desenvolvimento e de ajuda mútua que podem ser feitos sem nenhum complexo. O que é dramático é ter complexos nestas coisas, a História já não sai de onde esteve. É bom termos essa memória, é bom termos essa lucidez, mas é a partir daí

que a gente deve encontrar um caminho para os desafios do futuro.

FCF – É, portanto, com este espírito que estamos todos aqui também, sem complexos, a reescrever a História sob os diferentes pontos de vista, os diferentes setores, os diferentes lados. Nós voltamos para a segunda parte deste programa especial “A Geração da Liberdade”. Quero antes dizer ao Presidente Chissano, que está em Moçambique, que nos aguarde, voltaremos aí. Tenho também aqui um antigo Primeiro-Ministro de Moçambique, Pascoal Mocumbi, que está aqui na primeira fila e com quem vou falar também na segunda parte.

SEGUNDA PARTE

FCF – Voltamos à Sala do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, onde estamos a fazer um reencontro entre esta “geração da liberdade”, com ilustres africanos que ficam na História de um tempo de sofrimento e de dor, mas também de muitas esperanças, de muitos anseios, de muitas janelas que se abriram e depois voltaram a fechar-se. Estão aqui, conosco, não só homens que foram Presidentes, Primeiros-Ministros, embaixadores, mas também marcos de cultura de vários destes países africanos. Em Moçambique está o antigo Presidente Joaquim Chissano, que sucedeu a Samora Machel, em 1986, quando Samora Machel morreu.

Senhor Dr. Joaquim Chissano, li que o senhor, numa entrevista, respondeu ao jornalista que hoje não tem a certeza se é um político ou se ainda é, e sempre foi, um guerrilheiro. Eu vou dirigir-me ao homem político que acredito que também é e continua a ser. Que referências devem tirar os políticos de hoje desses tempos da Casa dos Estudantes do Im-

pério, das independências, das lutas das independências e, depois, das independências difíceis, amarguradas, que vários países africanos tiveram pela frente?

JC – Podem tirar o exemplo da igualdade dos povos que no início não se conhecem, mas, quando chegam a conhecer-se, descobrem que têm valores e interesses comuns. A Casa dos Estudantes do Império foi criada com o objetivo de nos transformar a todos em servidores de um regime colonial, ditatorial, mas o resultado foi que encontrámo-nos e lutámos em conjunto. Nem sequer dentro de cada país nós nos conhecíamos o suficiente e muito menos entre os países colonizados, não nos conhecíamos, e quando pensávamos em Portugal, parecia impossível que houvesse uma relação de luta com os portugueses. Em Moçambique, os brancos tinham uma posição privilegiada e, portanto, foi uma surpresa para alguns de nós encontrarmos, numa sociedade onde há ditadura, pessoas que se sentiam à vontade a trabalhar connosco, a conviver connosco, quando em Moçambique era raro termos tal convivência. Então, isto aqui é uma experiência que deve ser seguida hoje para que não haja desprezo, porque no mundo ainda existe, infelizmente, algum desprezo, ouvimos casos, mesmo aqui em África, de xenofobia, ouvimos na Europa, várias lutas entre africanos, negros e não negros, entre árabes e não árabes, em países europeus. As novas gerações devem aprender a conviver, que é uma boa coisa que se aprende uns com os outros e se descobre, no fim, que há uma causa comum.

FCF – Ainda bem que fala nisso, porque a pergunta seguinte é se acha que entre moçambicanos e portugueses, por exemplo, se ainda há complexos ou se ultrapassaram esses complexos.

Acha que os povos hoje se conhecem, se entendem, se aproximaram?

JC – Eu acho que sim, tirando uma geração que já está a desaparecer, de alguns colonos que estavam muito arriçados ao regime ditatorial, são poucos, certamente, hoje em dia. Mas todos os outros realmente descobriram-se, como acabo de dizer, e hoje não há complexos, por isso falamos à vontade sobre o passado de cada um e do mau relacionamento que houve. Mas eu queria acrescentar uma coisa, há pouco perguntou o que é que correu mal. Eu queria dizer que nós devemos analisar a situação dentro da conjuntura em que se passaram as coisas. O que é que correu mal? Não há uma resposta muito direta a dar a essa pergunta, há a conjuntura do mundo bipolarizado, onde havia os países de leste e os países do ocidente, há os que apoiavam o colonialismo português, incluindo os países racistas da África Austral, e vimos como esses países racistas intervieram em Angola, sobretudo a África do Sul, e como é que uma potência grande, como os Estados Unidos da América, apoiou esta parte, por causa da guerra fria. Portanto, é também nessa conjuntura que devemos estudar o que é que se passou mal. Agora, sobre os portugueses que saíram em debandada de Moçambique. Como o Dr. Mário Machungo estava a dizer, houve um grupo que saiu porque estava com receio de retaliações dos maus-tratos que houve durante o colonialismo e que viam fantasmas em toda a parte. E esses movimentos de êxodo foram facilitados até por autoridades portuguesas, que também temiam que pudesse haver represálias.

FCF – E não havia, Senhor Dr.?

JC – Oiça uma história que eu vou contar agora. À meia-noite, em Guimarães, o Presidente Samora Machel e o

Presidente Ramalho Eanes são recebidos por uma grande multidão. Ali, àquela hora, só se via uma multidão, não se sabia se havia um preto, ou um negro, ou não e ouviu-se uma voz de um [homem] que diz, na língua do Presidente Samora Machel, que é a minha língua também “eu quero voltar para casa” e o Presidente Samora Machel perguntou: “Mas quem é que está a falar a minha língua assim tão bem?” e apareceu, era um branco, um português, que falava a língua tão bem que parecia um negro e o Presidente Samora Machel disse: “Mas, afinal, porque você deixou a sua casa para vir aqui?” e ele disse: “São esses que me enganaram” e apontava para o Presidente Ramalho Eanes, mas isso era para generalizar. Ou seja, houve gente que queria ficar em Moçambique e sabia que não havia de haver represália nenhuma, mas foram na onda do pânico que se generalizou mesmo às autoridades, e fizeram a ponte aérea e saíram, colonos que já tinham a sua vivência nos colonatos do Limpopo. [Esse homem] até falou ao Presidente Machel de todos os amigos que eram já quase família, mas que foram separados e ele sentia nostalgia, portanto não haveria nenhuma represália e sabia-se, tanto mais que no governo de transição, quando chegámos, fomos recebidos por antigos soldados, polícia.

FCF – Senhor Dr. Chissano, vejo que o homem político continua vivo dentro de si e bem vivo, e também acredito que as palavras do Dr. Jorge Sampaio, há pouco, foram importantes, ao dizer que cada um deve reescrever a História, deve contar a História com o seu ponto de vista. É muito importante, porque tenho a certeza que haverá pontos de vista diferentes do seu, por parte de muitos desses portugueses que saíram e que gostariam, eventualmente, de ter ficado.

JC – Um debate constante é muito salutar nestas coisas. Como eu disse, já estamos todos livres, podemos falar com confiança uns sobre os outros.

FCF – Eu vou convidá-lo mais vezes, agora que temos esta linha aberta, nos estúdios da RTP África, em Maputo, em outros programas, vou convidá-lo para aqui estar. Vou ao encontro de um compatriota seu que foi Primeiro-Ministro, que é médico, Pascoal Mocumbi, e que foi também um dos homens da Casa dos Estudantes do Império e que inclusive foi um dos resgatados que seguiu para a França e depois para a Europa, naquele período de 61. Essas vivências, e volto a essa memória mais profunda que ontem voltou a viver nos locais, como é que a está a reviver, Dr. Pascoal Mocumbi?

Pascoal Mocumbi (PM) – Tudo depende daquilo que realmente quer saber do processo. Nós tivemos um momento em que não sabíamos o que é que o governo português queria e eles também não sabiam como é que foi a compreensão da conquista da independência.

FCF – Portanto, naquela altura, tudo estava em aberto.

PM – Tudo estava em aberto, com certeza. E era preciso um diálogo, naquele mesmo tempo, sobretudo com aqueles que iam tomar o poder, que foram os da FRELIMO, no nosso caso. E isso permitiu que houvesse mesmo, tanto dos negros como dos brancos que ficaram, que é possível todos tirarmos benefício do poder que está nas nossas mãos e que podemos tirar muita utilidade daqueles que já têm experiência de dirigir um país.

FCF – Portanto, acha que há aqui uma lição também para os dias de hoje, e como há pouco se falou, que os polí-

ticos de hoje devem apreender o essencial daqueles dias para hoje. E justamente hoje, Dr. Pedro Pires, o que seria importante e que há pouco foi também aqui falada, a CPLP, que é o conjunto das instituições destes países que se projetam pelo conjunto, se seria útil que estes povos de expressão portuguesa se afirmassem melhor e se conhecessem melhor. Podemos caminhar para uma instituição de povos em vez de uma instituição de organizações?

PP – Falou do conhecimento recíproco dos povos, eu acho que sim, porque por vezes pensamos que conhecemos mas não conhecemos. De modo que a necessidade de aprofundar o conhecimento entre os povos, sobretudo ter a ideia da diversidade das culturas. Por vezes, nós avaliamos este ou aquele pensando como se tivéssemos as mesmas culturas. De modo que, as questões das diferenças devem ser aprofundadas, vistas e compreendidas. Esse é um aspeto importante, porque, de contrário, podemos criar situações de desentendimento ou equívocos. Ora, uma das grandes questões atuais é a questão do “outro” e o Presidente Sampaio falou disso em relação à História, porque quando vemos as coisas, como é que o “outro” me vê? Como é que eu vejo o “outro”? A questão da alteridade, é fundamental nos dias de hoje. Eu penso que ontem também era.

FCF – Mas ontem era. Mas ontem houve muitos complexos, muitos preconceitos, muitas revoltas, raivas. Hoje como é que vê a relação?

PP – Ontem, através de um poder arbitrário, um poder discricionário, discriminatório, está claro que teria que haver revoltas. E, agora, coloca-se a questão da transformação e da construção de novas relações, de relações de confiança e de igualdade. Ora, essa questão da

igualdade é das coisas mais complicadas que há. De modo que há uma mudança a fazer-se a nível da mentalidade das pessoas, a nível dos seus valores, para que nós nos compreendamos.

FCF – Senhor Dr. mas há uma relação política através das instituições e há a relação dos povos.

PP – Eu acho que há através da política, mas a política não resolve tudo. Eu acho que é através do relacionamento humano, entre as pessoas, entre os povos, através de toda a sociedade.

FCF – E em que dimensão dessas duas é que estamos mais afastados? Os portugueses, os daqui, e os países africanos de Língua Portuguesa.

PP – Eu acho que estamos mais próximos. Afastados, era quando a gente não se compreendia. Agora que há uma possibilidade de compreensão, estamos mais próximos e há que construir as novas relações, agora em melhores condições, onde o diálogo é possível, onde o debate é possível, onde o tratamento correto é possível. De modo que agora é que estamos mais próximos; com a liberdade é que estamos mais próximos. Antes é que estávamos mais afastados.

FCF – E que homem é hoje? Já me disse que se questionou sobre o homem que era ontem, há mais de 60 anos, e hoje? O senhor, que foi Presidente, foi Ministro, foi tudo.

PP – Ontem era uma pessoa, hoje sou outra pessoa. Às vezes saio um bocadinho disso e fico a pensar, quando é condenado [um homem] porque participou na polícia, na Gestapo ou qualquer coisa desse género, um homem com 90 anos. Mas quem é que tinha participado nessas atividades? O homem com 90 anos ou o homem com 20? Quem é

que você está a julgar? É o de 90? Não se pode julgar o de 20 no de 90, de modo que devíamos ter uma melhor compreensão das coisas. Que homem sou hoje? Está claro, tenho todo esse percurso de vida, desde a juventude, passando pela situação de combatente da liberdade, pela situação de político e de homem de estado e hoje é um homem de estado na reforma ou um antigo combatente na reforma. Portanto, completamente diferente. Antes tinha certezas, acreditava naquilo que dizia, naquilo que fazia. Hoje tenho dúvidas, procuro fazer o balanço da vida, eu estou no tempo do balanço da vida, saber se agi corretamente ou não. E hoje a minha perspectiva é a seguinte, não devemos condenar sem conhecer, sem compreender.

FCF – Também se interroga se é um político hoje, se é um guerrilheiro ainda, como o Presidente Chissano?

PP – Nem uma coisa nem outra. Hoje estou quase fora da política ativa, da política partidária, estou fora. Todos nós somos políticos quando nos preocupamos com os problemas dos nossos países, não somos é políticos no ativo. Mas o que gostava de dizer é que devemos procurar compreender, sobretudo hoje, procurar compreender porque é que as coisas acontecem antes de as condenar ou condenar alguém, por esta ou aquela falha, por este ou aquele erro, e mais, hoje, só para tirar uma conclusão, eu cheguei à conclusão que nós transportamos connosco a nossa cultura, a nossa cor da pele, a nossa História, uma série de questões e, para que a gente se entenda efetivamente, devíamos poder-nos libertar de tudo, mas não sei se é possível. O grande desafio é se a gente se liberta do nosso passado, dos nossos complexos, das nossas religiões, da nossa cor da pele, para aparecermos como um homem ou uma mulher di-

ferente, já estaríamos a caminho do universal. Mas não sei se é possível.

FCF – Senhor Dr. Miguel Trovoada, esta é uma grande questão. Queria saber se se consegue libertar de tudo isto que enumerou o Dr. Pedro Pires e estou a lembrar-me de Malangatana, o grande pintor moçambicano, que sempre defendeu, apesar de gostar de Portugal, que tinha apenas uma nação, um país, uma pátria, que era Moçambique, mas que os afetos não se esquecem e se guardam. António Lobo Antunes, o escritor, numa entrevista recente que me deu, contou-me uma pequena história do Malangatana que eu achei muito curiosa: quando ficou doente, a mulher disse-lhe: “Vamos já nos tratar, vamos já para a África do Sul” e ele disse: “Não, vamos para mais perto, vamos para Portugal”. Era mais longe, mas muito mais perto do coração.

MT – Absolutamente.

FCF – Os afetos estão guardados, desse período da Casa dos Estudantes do Império? Consegue fazer hoje aquilo que o Dr. Pedro Pires disse que era bom podermos fazer, tirarmos todas essas condicionantes da cor da pele, os fatores todos que enumerou, os preconceitos?

MT – A dimensão afetiva da experiência da Casa dos Estudantes do Império é indiscutível. Eu não coloco as coisas nesses termos. Para mim a afetividade não se mede por esse tipo de parâmetros, portanto não está aí a questão. Eu ia dizendo que a afetividade deu-se naturalmente, pessoas mais ou menos da mesma faixa etária, com os mesmos problemas, que tinham um quadro de diálogo, de contacto permanente, quer por razões de divertimento, quer por razões académicas, quer por razões de reflexão sobre problemas que se pren-

dem com a nossa própria identidade e aí criou-se um tecido de relações que me parecem extremamente importantes e que permitem o estabelecimento de um diálogo mais fluido entre os homens e as mulheres que viveram aquela época. É esta a grande experiência que colhi da Casa dos Estudantes do Império. Nós vínhamos cada um do seu país, e não tínhamos nenhuma experiência de diversidade deste mundo a que hoje se chama mundo lusófono, mas aqui, na Casa dos Estudantes do Império, por estarmos a lidar com estudantes cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, angolanos, estudantes de Goa, também, havia muitos nessa altura, começámos a ver que há outras diferenças e que essas diferenças não têm nada a ver com aquela unicidade que se pretendia fazer do mundo português, da cultura portuguesa. Havia, sim senhor, era uma realidade, podia ser talvez um denominador comum, mas cada um de nós tinha a sua identidade. Isto foi importante porque pudemos conviver com isso, afirmando aquilo que nós somos, mas abrindo-nos também para os outros. Daí que tenha criado em mim algo que talvez já tivesse raiz profunda, que é de não ter um juízo maniqueísta, não pensar que de um lado estão os bons e do outro lado estão os maus, e querer sempre escutar a verdade do outro, porque eu não penso que alguém tenha o monopólio da verdade.

FCF – Essa é a grande lição a tirar desse tempo. O sabermos escutar a verdade do outro. E creio que o Dr. Vítor Ramalho, ao pensar na realização deste colóquio, quis que a memória não se apagasse, que ela fosse uma alavanca para o futuro.

VR – Eu comecei por referir que a motivação determinante foi de facto olhar para o futuro. Eu tive o enorme privilégio, raro privilégio, de ter convivido com

os mais velhos e com personalidades verdadeiramente invulgares; um deles foi o Mário de Andrade, que foi para Londres. Aprendi com ele, que, sendo um dirigente partidário e o primeiro presidente do MPLA, era um homem profundamente pacífico e um homem que, quando Agostinho Neto saiu da cadeia, abdicou voluntariamente, como sabem, do lugar de presidente para ceder o lugar ao Agostinho Neto.

Nós temos aqui uma tarefa hercúlea entre povos que tiveram encontros e desencontros seculares e que forjaram culturas fantásticas. Ontem dizia-me um amigo, que veio da Birmânia, que ali há 2 mil palavras que se escrevem e se leem na fala da nossa fala. Um japonês diz “botão” e “tabaco”, que são palavras portuguesas. Nós temos a obrigação de deixar um legado aos vindouros, porque nós somos fruto desses homens. Hoje fala-se muito mais português no mundo, depois do acesso às independências dos países africanos, muito mais. Porque, antigamente, o país, Portugal, era ostracizado e, portanto, a própria língua de alguma maneira era objeto de marginalização.

Tanto quanto sei, em Angola, 25% da população tem originariamente o português como língua nativa e a guerra, infelizmente, teve aspetos muito negativos mas propiciou uma mobilidade de pessoas que deu aquilo que somos. Sarago teve um prémio Nobel porque era um escândalo se um dia um português ou um brasileiro ou um angolano ou um moçambicano não fosse laureado com o prémio Nobel. Nós somos, de facto, um caso muito singular no mundo, e não podemos limitar-nos a olhar para isto como se fosse reduzido ao mercado e ao lucro, porque nós somos povos que são cidadãos do mundo, com uma cultura universalista e tolerante e, portanto, fizemos isto para reforçarmos o nosso

afeto e reforçarmos o aprofundamento da solidariedade que temos e que estes homens deixaram.

Fátima, nós fizemos o levantamento de todos os jovens que se inscreveram na Casa dos Estudantes do Império, de 44 até 1965. Havia centenas de portugueses, dezenas de goeses, muitos macaenses e de todas as paragens do mundo que confraternizaram com estes homens; se vir as fotografias, nós somos um arco-íris de todas as cores e é emocionante.

FCF – Já vi aqui na sala de exposições e, como muito bem disse, esses tempos foram a arrancada desta literatura, de poesia africana, com estes homens, alguns até estão aqui esta noite, mas com a reedição das antologias percebe-se muito bem isso. Eu volto a Moçambique, onde está o Dr. Joaquim Chissano, que nos acompanha nos estúdios da RTP África, e é esta grande questão que nos interessa avaliar hoje, como vamos continuar a caminhar juntos? Diz-se às vezes aqui em Portugal que de todos estes países, Moçambique é o que está mais afastado de Portugal até mesmo na própria língua. Como é que lê estas afirmações?

JC – Eu discordaria.

FCF – Ainda bem!

JC – Discordaria porque, no que diz respeito à língua, não sei se alguém pode dizer que promoveu a língua portuguesa mais do que Moçambique, talvez da mesma maneira, mas mais do que Moçambique, não vejo nenhum. Porque em Moçambique, quando nós chegámos à independência, tínhamos 90 e tal por cento de analfabetos e, portanto, os analfabetos não falavam português, e se falavam português era porque “pescavam” alguma palavra na

rua, era um português que só nós moçambicanos podíamos entender. Mas foi depois da independência que nós expandimos o conhecimento do português, da língua portuguesa em Moçambique, tomámos como uma língua oficial, apesar dos grandes debates e contradições que tivemos na FRELIMO, por causa de termos de escolher este caminho já desde o tempo da luta de libertação nacional. Lembra-se que nós tínhamos escolas, até escolas secundárias, durante a luta de libertação nacional; tínhamos escolas primárias nas zonas semi-libertadas e aí ensinávamos em português e havia correntes que diziam que não devíamos ensinar português mas sim inglês, porque o futuro do mundo era em inglês, talvez tivessem alguma razão.

FCF – Está arrependido, Dr. Chissano, de terem optado pelo português?

JC – Não, pelo contrário, porque foi uma batalha que nós levámos e vencemos e que continuámos até agora e Moçambique foi um dos promotores da introdução da língua portuguesa nas organizações internacionais, nomeadamente na União Africana, ou OUA, na altura, depois na UNESCO, na OMS e em muitas outras organizações. Em Moçambique e depois na SADEC, Moçambique foi um dos maiores impulsionadores dessa língua e, portanto, eu não concordaria.

FCF – Acha que é importante o novo acordo ortográfico hoje para Moçambique?

JC – Bom, o acordo ortográfico é algo a ser aprendido porque eu ainda tenho dificuldades em fazer as mudanças para escrever ator com ou sem o “c”, ato ou o fato para facto, ainda tenho algumas dificuldades, mas vamos nos habituar e vamos entrar nisso. Eu não acho que seja muito importante, o que acho muito interessante é que vai-se introduzindo vocabulário que até nas nossas línguas locais está perdendo o sentido verdadeiro. Por exemplo, a palavra “chima”, “chima” significa a papa em farinha de milho, na língua nianja, muitos pensam que é uma palavra de língua portuguesa. Os jovens, hoje, quando falam de “chima” pensam que estão a falar português. Há uma penetração muito pacífica, muito salutar, na maneira de ser das pessoas, e isso aproxima os povos; há bocado falávamos da aproximação dos povos, de fazer uma unidade entre os povos, para além de uma unidade entre estados, e isso é o caminho a seguir, com esta convivência, com estes intercâmbios. Hoje, os portugueses vêm para Moçambique à procura de emprego e são aqui bem recebidos, é um fenómeno ao contrário, dantes éramos nós que pensávamos que tínhamos de ir a Portugal, lá havia melhores condições de vida. Eu acho

que isto é tudo muito salutar, e este clima que se criou para que os moçambicanos recebam, sem ressentimento. Aqui já não há racismo, a nossa nova geração não viveu nos tempos do racismo e aqueles que o viveram, como eu, o Mocumbi, o Machungo, que estão aí, lutaram contra ele e, portanto, não eram racistas, e continuam hoje a estar com os jovens de hoje que não são racistas porque nunca viveram o racismo. Mas nós porque lutámos contra ele.

FCF – Muito obrigada, Presidente Chissano, por ter estado em direto de Maputo connosco. Também está aqui o presidente da Câmara de Maputo, David Simango, da cidade de Maputo, e o presidente da Câmara do Cazenga, em Angola, Vítor Narciso, e o de Nam-pula também. Não vou dar a palavra porque vou terminar o programa. Quero agradecer-vos a todos, senhores embaixadores que aqui estão, a todos os que vieram esta noite para este reencontro, é disso também que se trata, um reencontro de memória que prepara o futuro, porque é nesse sentido que esta Casa dos Estudantes do Império é hoje rememorada. Estamos a rememorar-la, a pensá-la, para pensar também como nos vamos entender e viver no futuro. Muito obrigada a todos por terem estado connosco. Boa noite.

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Anexo 1

COMISSÃO ORGANIZADORA DA HOMENAGEM

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Vítor Ramalho (Secretário-Geral)
Anabela Carvalho
Anabela Simão
Carlos Brito
Clara Santos
Isabel Cruz
João Laplaine Guimarães
José Bastos
José da Silva Ferreira
Rosário Rosinha
Rui Lourido

Aida Freudhental
Carlos Veiga Pereira
Cláudia Castelo
Judite Cília
Luís Todo-Bom
Rute Magalhães

COMISSÃO DE HONRA

Presidida por Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva
Agnelo Queiroz e Filho
Governador de Brasília, Brasil
Alberto Laplaine Guimarães
Secretário-Geral da Câmara Municipal de Lisboa, Portugal
Álvaro José Barrigas do Nascimento
Presidente do Conselho de Administração da CGD
Ana Oliveira Bruno
Presidente do Conselho de Administração da Newshold
Ana Martinho
Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ana Paula Laborinho
Presidente do Instituto Camões
António Almeida Santos
Conselheiro de Estado
António Carlos Magalhães Neto
Prefeito de Salvador da Bahia, Brasil
António Costa
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Portugal
António Júlio Almeida
Presidente do Conselho de Administração da EMEL
Antonino de Araújo
Embaixador de Timor-Leste em Portugal junto da CPLP
Artur Santos Silva
Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian
Augusto Neves
Câmara Municipal de São Vicente, Cabo Verde
Basílio Horta
Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Portugal

Bernardino Soares
Presidente da Câmara Municipal de Loures, Portugal
Carlos Eduardo Nunes Alves
Prefeito de Natal, Brasil
Carlos Manuel de Jesus Carreiras
Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Portugal
David Simango
Presidente do Conselho Municipal de Maputo, Moçambique
Daviz M'Bepo Simango
Presidente da Câmara Municipal da Beira, Moçambique
Domingos Bragança
Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Portugal
Eduardo da Costa Paes
Prefeito do Rio de Janeiro, Brasil
Ekeneide Lima dos Santos
Presidente da Câmara Distrital de Água Grande, São Tomé e Príncipe
Faizal Cassam
Embaixador de Timor-Leste em Portugal junto da CPLP
Fernanda Eugénia Moisés Lichale
Embaixadora de Moçambique em Portugal
Fernando Teles
Presidente do Banco BIC Angola
Fernando Ulrich
Presidente Executivo do Banco BPI
França Van-Dúnem
Ex-Primeiro-Ministro de Angola
Francisco Barros Espanhol
Administrador Municipal de Belas, Angola
Francisco Tavares
Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, Cabo Verde

Gaspar Soares
Administrador do Distrito de Díli,
Timor-Leste

Helder Lucas
Ex-Embaixador de Angola em Portugal
junto da CPLP e atual representante de Angola
nas Nações Unidas

João Gabriel de Carvalho e Silva
Reitor da Universidade de Coimbra

João Leão
Presidente do Conselho de Administração da
PREBUILD

João Sérgio Raul
Administrador Municipal do Huambo, Angola

Joaquim Chissano
Ex-Presidente da República de Moçambique

Joaquim Judas
Presidente da Câmara Municipal de Almada,
Portugal

Joaquim Ramos de Carvalho
Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

Jorge Sampaio
Ex-Presidente da República de Portugal

José Alberto Fortunati
Prefeito de Porto Alegre, Brasil

José Cassandra
Presidente do Governo Regional do Príncipe,
São Tomé e Príncipe

José Gabriel Menezes
Presidente da Câmara Municipal de Angra
do Heroísmo, Portugal

José Joanes André
Governador da Província de M'Banza Congo,
Angola

José Marques Barrica
Embaixador de Angola em Portugal

José Marquitos
Administrador da Newshold

José Tavares Ferreira
Presidente da Comissão Administrativa
de Luanda, Angola

Léo Burguês de Castro
Prefeito de Belo Horizonte, Brasil

Leopoldo Muhongo
Administrador Municipal de Benguela,
Angola

Luís Campos Ferreira
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e
da Cooperação

Luís Guilherme d'Oliveira Viegas
Embaixador de S. Tomé e Príncipe em Portugal

Luís Mira Amaral
Presidente Executivo do Banco BIC Português

Luís Pires
Presidente da Câmara Municipal de São Filipe,
Cabo Verde

M'Bala Fernandes
Encarregado de Negócios da Embaixada da
Guiné-Bissau em Portugal

Madalena Neves
Embaixadora de Cabo Verde em Portugal

Mahamudo Amurane
Presidente do Conselho Municipal de Nampula,
Moçambique

Manuel Alegre
Conselheiro de Estado

Manuel Augusto de Sá Machado
Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,
Portugal

Manuel Monteiro de Pina
Presidente da Câmara Municipal da Ribeira
Grande de Santiago, Cabo Verde

Maria Eugénia Neto
Presidente da Fundação Agostinho Neto, Angola

Maria Paixão
Embaixadora de Timor-Leste em Portugal

Mário Machungo
Ex-Primeiro-Ministro de Moçambique

Mário Ramirez
Administrador da Newshold

Mário Vilalva
Embaixador do Brasil em Portugal

Miguel Trovoada
Ex-Presidente da República de São Tomé e Príncipe

Murade Murargy
Secretário-Executivo da CPLP

Paixão Júnior
Presidente do Conselho de Administração do BPC

Pascoal Mocumbi
Ex-Primeiro-Ministro de Moçambique

Paulo Vistas
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras,
Portugal

Pedro Palhinha
Presidente do Conselho de Administração
do Grupo Entrepasto, SA

Pedro Pires
Ex-Presidente da República de Cabo Verde

Saide Amur
Presidente do Conselho Municipal da
Ilha de Moçambique, Moçambique

Susana de Fátima C. Amador
Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Portugal

Ulisses Correia e Silva
Presidente da Câmara Municipal da Praia,
Cabo Verde

Víctor Nataniel Narciso
Administrador Municipal do Cazenga, Angola

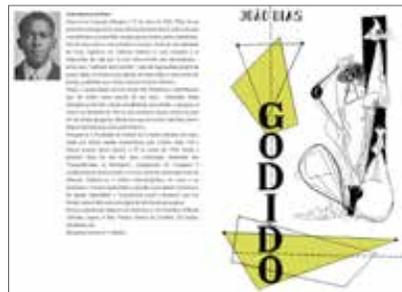
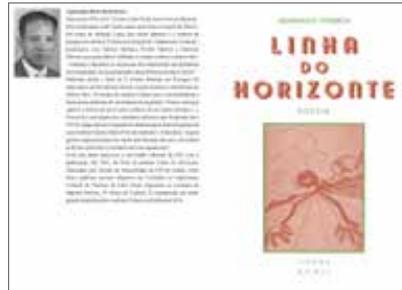
Vítor Pereira
Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Portugal

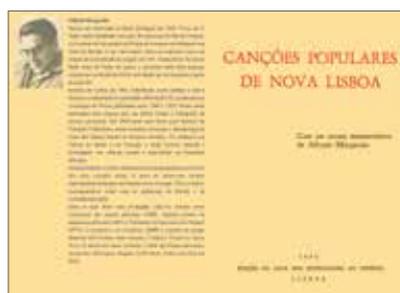
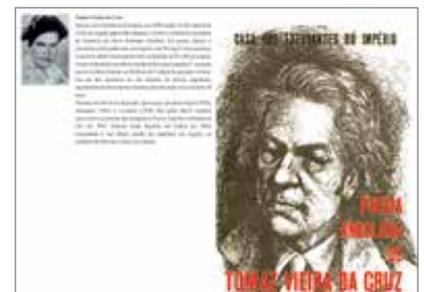
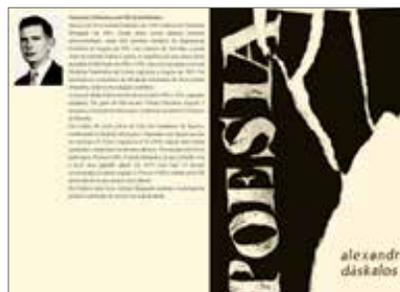
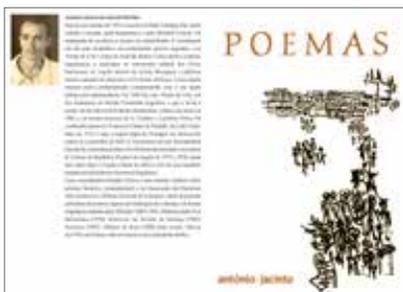
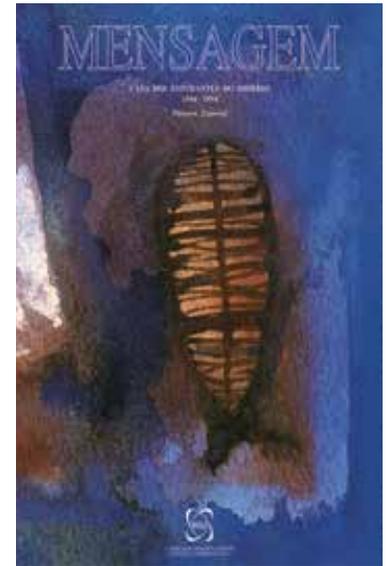
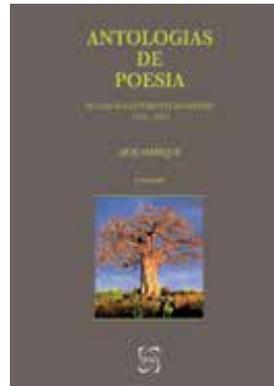
Zenaldo Coutinho Júnior
Prefeito de Belém, Brasil

homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Anexo 2
REEDIÇÃO DOS LIVROS DA CEI





homenagem

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Anexo 3 NOTAS BIOGRÁFICAS (por ordem alfabética)

1. Adolfo Maria

Adolfo Maria nasceu em Luanda, Angola, em 1935. Desde cedo adquiriu uma viva consciência nacionalista, que o levou a lutar contra o colonialismo português. Preso pela PIDE em 1959, exilou-se em 1962, tendo sido, em Argel, um dos fundadores do Centro de Estudos Angolanos. Em 1969 foi enviado para a II Região Político-Militar do MPLA. Depois do 25 de Abril, afastou-se da direção do seu partido e integrou o grupo Revolta Ativa, com Gentil Viana e outros. Para evitar a prisão, viveu clandestinamente em Luanda durante quase três anos. Por fim entregou-se, foi colocado num avião e veio exilado para Portugal, onde vive desde 1979.

2. Aida Freudenthal

Aida Gisela Neves Faria Freudenthal nasceu em Moçambique, em 1940. Professora de História e investigadora, fez um mestrado em História Contemporânea, sobre África e Angola, na FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Foi *fellow researcher* no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical e fez investigação em diversos fundos documentais em Portugal e no estrangeiro. Começou a frequentar a CEI em 1961 e tornou-se sócia em 1962. Integrou, desde o início, a Comissão Organizadora da homenagem aos Antigos Associados da CEI, tendo tido um papel fundamental na reedição dos livros da CEI e Antologias de Poesia, na organização da Exposição “Casa dos Estudantes do Império, 1944-1965 – Farol de Liberdade”,

acompanhou e comentou o percurso pelos Lugares de Memória. Fez parte da Comissão de Honra e da Comissão Científica do Colóquio Internacional “Casa dos Estudantes do Império: histórias, memórias, legados”, de que foi uma das intervenientes.

3. Almeida Santos

António Almeida Santos nasceu em 1926. Licenciou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, em 1950. Elemento da Tuna Académica foi intérprete de canto e de guitarra de Coimbra.

Estabeleceu-se como advogado em Lourenço Marques (atual Maputo) em 1953, onde viveu durante mais de 20 anos. Em Moçambique foi um dos mais importantes defensores dos presos políticos e da autodeterminação do território. Foi candidato, por duas vezes, às eleições para a Assembleia Nacional, em listas da Oposição Democrática e viu, em ambos os casos, anulada a sua candidatura por ato da Administração Colonial. Regressou a Portugal após o 25 de Abril de 1974, e desenvolveu uma proeminente carreira política nos vários governos provisórios e em diversos governos constitucionais. Teve um papel determinante na revisão constitucional de 1982, que extingue o Conselho da Revolução, e na revisão constitucional de 1988. Foi presidente da Assembleia da República e membro do Conselho de Estado, de 1985 a 2002. Foi presidente do Partido Socialista, de 1992 a 2011, e presidente honorário do partido de 2011 até à data da sua morte, em 2016. É autor de mais de uma dezena de livros. Em 2006, publicou *Quase*

Memórias, uma autobiografia em dois volumes, grande parte da qual dedicada ao processo de descolonização entre 1974 e 1975.

4. Ana Mesquita

Ana Maria Ferreira Mesquita Carmo é filha de Arménio Ferreira, um angolano, que fez o curso de Medicina em Portugal e foi médico da Casa dos Estudantes do Império. Desde muito jovem, Ana Mesquita acompanhou o pai no apoio, médico ou outro, que este deu a muitos estudantes africanos e assim conheceu muitos nacionalistas angolanos, nomeadamente Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Rui Mingas, Câmara Pires e outros, que a marcaram pelo seu idealismo, abnegação e coragem.

5. António Filipe

António Filipe Gaião Rodrigues nasceu em Lisboa, Portugal, em 1963. É licenciado em Direito, com um mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação e um doutoramento em Direito Constitucional, pela Universidade de Leiden e leciona na Universidade Europeia. É membro do Comité Central do PCP, deputado da Assembleia da República e membro da direção do Grupo Parlamentar do PCP desde a V Legislatura.

6. Artur Santos Silva

Nasceu no Porto, Portugal, em 1941. É filho do advogado e resistente antifascista Artur Santos Silva. É licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, onde foi docente. Foi Secretário de Estado do Tesouro, no VI Governo Provisório. Fez carreira na

Banca, onde foi vice-presidente do Banco de Portugal e presidente do BPI. Presidiu à Comissão para as Comemorações do Centenário da República. É presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian e do Conselho Geral da Universidade de Coimbra.

7. Bruno Matias

Bruno Renato dos Santos Matias Almeida nasceu em São Pedro do Sul, Portugal, em 1991. É licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi eleito presidente da Associação Académica de Coimbra em 2013, mantendo-se no cargo até 2016. Integra, desde dezembro de 2016, o gabinete do Secretário de Estado da Indústria, do Ministério da Economia.

8. Carina Gomes

Carina Gomes é licenciada em Sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, mestre em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa e doutorada em Sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atualmente é vereadora da Câmara Municipal de Coimbra, com os pelouros da Cultura, Turismo e Juventude.

9. Carlos Veiga Pereira

Nasceu em Angola, em 1927. Ingressou no jornalismo, no Primeiro de Janeiro, em 1954, tendo a carteira profissional com o número mais baixo atualmente existente, a n.º 8. Entre 1962 e 1972 esteve exilado em Paris, onde trabalhou na Radiodiffusion-Television Française e deu aulas a jornalistas. Trabalhou no Diário de Lisboa. Foi adjunto do Secretário de Estado da Comunicação Social, João Gomes. Foi diretor de informação na RTP e na ANOP. Integrou a Alta Autoridade para a Comunicação Social.

10. Cláudia Castelo

Historiadora e investigadora no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Integrou a Comis-

são Organizadora da homenagem e fez parte da Comissão Organizadora e da Comissão Científica do Colóquio Internacional “Casa dos Estudantes do Império: histórias, memórias, legados”, de que foi uma das intervenientes.

11. David Borges

Nasceu na província do Cunene, Angola em 1949, onde começou a trabalhar na rádio, desde muito cedo. Em Portugal, a partir de 1975, trabalhou em várias estações de rádio, entre as quais a TSE, de que foi um dos fundadores e, depois, diretor, e a RDP, onde criou a RDP-África, de que foi diretor até 2005. Ao serviço da TSE, conquistou o mais prestigiado galardão de jornalismo em Portugal, o Prémio Gazeta, com um conjunto de três reportagens em Moçambique na altura da guerra civil.

12. David Simango

David Simango foi Governador da Província de Niassa, entre 2000 e 2005, e Ministro da Juventude e dos Desportos de 2005 a 2008. Neste ano foi eleito presidente do Conselho Municipal de Maputo, tendo sido reeleito em 2013. Nessa qualidade, assumiu a Presidência da Comissão Executiva da UCCLA e presidiu ao painel dos antigos ex-Presidentes da República na Sessão de Encerramento da homenagem aos Associados da Casa dos Estudantes do Império, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, a 25 de maio de 2015.

13. Diana Andringa

Nasceu em 1947, em Angola, vindo para Portugal em 1958. Em 1964 ingressou na Faculdade de Medicina de Lisboa, que abandonou, enveredando pela área do jornalismo, à qual tem dedicado a maior parte da sua atividade profissional. Atualmente, produz documentários como jornalista independente – como Timor-Leste, O sonho do Crocodilo; Guiné-Bissau: As duas Faces da Guerra; Dundo, Memória colonial, Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta – e doutorou-se em Sociologia da Comunicação, pelo ISCTE, em 2013.

14. Edmundo Rocha

Edmundo Vicente de Melo Rocha nasceu em 1931, em Porto Amboim, Angola. Licenciou-se em Medicina, em Portugal, e doutorou-se, em pediatria, em Argel. Foi na delegação da CEI de Coimbra que conheceu Agostinho Neto e Lúcio Lara, entre outros estudantes africanos, e iniciou a sua militância política. Em França, fez parte do grupo de Paris, com Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade, Aquino de Bragança. De volta a Portugal, integrou os corpos sociais da CEI e teve um papel destacado como dirigente e fundador de vários movimentos nacionalistas, como o Movimento Anti-Colonial e a UGEAN. Foi um dos organizadores da “fuga dos cem” estudantes africanos que, em 1961, saíram clandestinamente de Portugal. Integrou o CVAAR (Corpo Voluntário de Ajuda aos Refugiados), no Congo-Kinshasa. Em 1975 regressou a Angola, como militante de base do MPLA. Atualmente vive em Portugal, onde exerce a sua atividade como médico. É autor das obras *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano* e *Viriato da Cruz: o rosto político do grande poeta angolano*.

15. Fernando Martinho

Fernando Martinho é angolano. Chegou a Coimbra, vindo do Lubango, para estudar Medicina e tornou-se sócio da Casa dos Estudantes do Império em 1960. Na CEI e na Universidade desenvolveu a sua militância política em prol dos ideais nacionalistas e pelo fim da colonização portuguesa em África. Licenciou-se em Medicina e fez a sua carreira como médico. Em 2012 foi eleito presidente do Ateneu de Coimbra. Foi um dos intervenientes na sessão inaugural da homenagem à CEI, realizada no Auditório da Universidade de Coimbra, como representante dos Associados da Casa dos Estudantes do Império.

16. Fernando Mourão

Natural do Brasil, Fernando Augusto Albuquerque Mourão é professor titular do Departamento de Sociologia da Faculda-

de de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Fundou, com outros professores, o Centro de Estudos Africanos da USP, um centro de referência de pesquisa sobre África, no Brasil. Preside ao Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI) e à Associação de Professores e Investigadores de Língua Portuguesa – APILP (Lisboa, Portugal).

Em Portugal, para onde veio na década de 50 para estudar Direito, desde cedo se ligou à Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra e em Lisboa. Dirigiu e ampliou a biblioteca da CEI com inúmeras obras sobre África, nomeadamente a “*Présence Africaine*”, que trazia, às escondidas, de regresso de Paris, onde ia visitar sua Mãe. Foi preso e torturado pela PIDE e regressou ao Brasil na década de 60. Fernando Mourão esteve na origem do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) que, a partir de 1961, estabelece uma ligação estreita com o MPLA. Fernando Mourão dirigiu a primeira coleção Autores Africanos, no Brasil, e tem no seu currículo a publicação de inúmeras obras científicas.

17. Fidel Reis

Fidel Raúl Carmo Reis nasceu na Argélia, em 1963. É filho de Maria do Céu Carmo Reis, destacada nacionalista angolana. Historiador, com um Doutoramento no ISCTE-IUL, em Lisboa, é docente na Universidade Agostinho Neto, na Faculdade de Ciências Sociais. Tem vindo a trabalhar, há vários anos, na área da história contemporânea de Angola, em particular o nacionalismo angolano e a questão colonial portuguesa.

18. França Van-Dúnem

Fernando José de França Dias Van-Dúnem nasceu em Luanda, Angola, em 1934. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e é Doutorada na mesma área. Membro do MPLA foi, durante dois períodos, Primeiro-Ministro do seu País. Entre outros cargos de relevo, foi Ministro da Justiça, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador da OUA na ONU e presidente da Assembleia Nacional de Angola. Atualmente é primeiro vice-presidente do Parla-

mento Pan-Africano e professor na Universidade Católica de Angola.

19. Francisco Viana

Francisco Viana, nasceu em Angola. É filho de Gentil Ferreira Viana e de Ângela Loureiro Esteves Guimarães (ambos já falecidos), e neto de Gervásio Ferreira Viana, um dos fundadores da Liga Nacional Africana. Desde a mais tenra idade privou com os associados da CEI, amigos e companheiros de seus pais, tendo acompanhado estes, ainda bebé, na “fuga dos cem” estudantes que saíram de Portugal, em 1961. “Combatente pela luta de libertação nacional pela via da economia dos negócios”, nas suas próprias palavras, Francisco Viana é empresário e desenvolve intensa atividade para a dinamização do mundo empresarial em Angola e valorização profissional dos empresários angolanos. É presidente da Associação Empresarial de Luanda e da Confederação Empresarial de Angola e integra a entidade promotora do World Trade Center/Angola.

20. Inocência Mata

Inocência Mata é natural de São Tomé e Príncipe. É licenciada em Letras, pela Universidade de Lisboa, e Doutorada em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Professora da Faculdade de Letras na área de Literaturas, Artes e Culturas, foi docente na Universidade de Macau (RAEM, R.P.C.). Membro fundador da UNEAS – União Nacional de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe, e sócia honorária da Associação de Escritores Angolanos. Membro Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras. Tem várias obras publicadas e colaboração dispersa em inúmeras revistas da especialidade. É autora do livro *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*, integrado na “Coleção de Autores Ultramarinos” da CEI reeditada pela UCCLA.

21. João Gabriel Silva

João Gabriel Silva nasceu em 1957. É licenciado em Engenharia Electrotécnica pela FCT da Universidade de Coimbra, e obte-

ve o grau de Doutor pela Universidade de Coimbra em Ciências de Engenharia (Informática). Eleito Reitor da Universidade de Coimbra em 2011, foi reeleito para um segundo mandato em 2015. Coordenou o projeto (1980-1985) do primeiro computador português, desenhado e produzido industrialmente em Portugal, o ENER 1000. Este projeto foi considerado, pela Ordem dos Engenheiros, um dos marcos da engenharia portuguesa do século XX.

22. Joaquim Chissano

Joaquim Alberto Chissano nasceu em Moçambique, em 1939, na província de Gaza. Iniciou a sua atividade política muito jovem. Em 1961, viajou para Portugal para estudar medicina, mas foi forçado a fugir devido às suas ligações políticas e procurou refúgio em França. Em 1962, foi para a Tanzânia e tornou-se um dos membros fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Chissano teve um papel fundamental nas negociações entre a FRELIMO e o Governo Português, em 1974, que resultaram na independência de Moçambique, assumindo de seguida o cargo de Primeiro-Ministro do governo de transição. Quando Moçambique se tornou independente, a 25 de junho de 1975, Chissano foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e, após a morte do Presidente Samora Machel, em 1986, foi eleito seu sucessor. É reconhecido a Chissano um papel decisivo nas negociações com a RENAMO que permitiram pôr termo, em 1992, a uma guerra civil que durou 16 anos. Em 1994, ganhou as primeiras eleições multipartidárias da história do seu país, e foi reeleito em 1999.

Joaquim Chissano desempenhou, e continua a desempenhar, inúmeros cargos de relevância em África e a nível internacional e recebeu várias distinções, nos quais se inclui o Prémio Chatham House, em 2006, e o primeiro Prémio Mo Ibrahim for Achievement in African Leadership, em 2007.

23. Joaquim de Carvalho

Joaquim Manuel Costa Ramos de Carvalho é Doutorada em História – História Moderna, e desde 2011 exerce funções de

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, onde leciona no Departamento de História, Arqueologia e Arte, da Faculdade de Letras. Esteve envolvido em diversos projetos e atividades relacionadas com a internacionalização académica (TEEP, GE3S e Erasmus, entre muitos outros). Tem publicado inúmeros artigos e livros, nomeadamente na área da sua especialização em História.

24. Jorge Querido

Jorge M. Ferreira Querido nasceu na cidade de Assomada, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, onde fez os seus estudos primários e secundários. Licenciou-se em Engenharia, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, e frequentou também o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Ao longo da sua vida profissional fez estudos complementares de pós-graduação, estágios e seminários nos Estados Unidos, França, Portugal, Bélgica, Espanha e China. Empenhou-se na luta de libertação do seu país, tendo sido, na clandestinidade, o coordenador da Secção do PAIGC em Portugal (1959 a 1968) e o primeiro responsável do mesmo Partido em Cabo Verde. Foi ativista e dirigente da Casa dos Estudantes do Império e passou, por diversas vezes, pelas prisões da PIDE. Jorge Querido é autor de diversos trabalhos como: *Um Demorado Olhar sobre Cabo Verde*, ed. Chiado, 2011; *Cabo Verde: subsídios para a história da nossa luta de libertação*, ed. Vega, Lisboa, 1989.

25. Jorge Sampaio

Jorge Fernando Branco de Sampaio nasceu em Lisboa, Portugal, em 1939. Iniciou a sua carreira política na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Envolvido na contestação ao regime salazarista, foi presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa e Secretário-Geral da Reunião Inter-Associações Académicas (RIA). Iniciou carreira profissional como advogado, e esteve muitas vezes envolvido na defesa de presos políticos. Como deputado socialista, foi membro da Comissão Europeia para os Direitos Humanos. Foi eleito, por duas vezes, para o cargo de presiden-

te da Câmara Municipal de Lisboa, tendo exercido, nessa qualidade, a Presidência da UCCLA (1990-1995). Em 1995 foi eleito Presidente da República e reeleito em 2001. Como Presidente, teve ação de relevo e, nos palcos internacionais, deu um importante contributo para a tomada de consciência da causa pela Independência de Timor-Leste. Em 2007, foi nomeado Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

26. José Tavares

José Tavares Ferreira, angolano, é General das Forças Armadas Angolanas. Foi presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda de 2011 a 2016, período durante o qual exerceu as funções de presidente da Assembleia-Geral da UCCLA. Nessa qualidade, presidiu ao painel dos antigos Primeiros-Ministros na Sessão de Encerramento da homenagem, na Fundação Calouste Gulbenkian, a 25 de maio de 2015.

27. Luís Campos Ferreira

Luís Álvaro de Campos Ferreira nasceu em Viana de Castelo, Portugal, em 1961. É licenciado em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa, onde regeu o Seminário Direito da Comunicação Social. Jurista e gestor, é deputado da Assembleia da República, pelo PSD, desde 2002, tendo desempenhado diversos cargos e integrado várias comissões parlamentares. Em 2013 assumiu a pasta da Secretaria de Estado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou até ao final da legislatura. Como Secretário de Estado, apoiou com entusiasmo a realização da homenagem aos Associados da CEI.

28. Luís de Almeida

Antigo associado da CEI e tesoureiro da UDEAN na Alemanha. Desempenhou funções de Embaixador de Angola junto da CPLP, tendo exercido funções como Embaixador da República de Angola no Benelux, 1.º Embaixador de Angola em França; 1.º Embaixador de Angola na República Fede-

ral da Alemanha, 1.º Embaixador de Angola na Etiópia, na UNECA (Comissão Económica das Nações Unidas para a África) e UA (União Africana); Embaixador de Angola em Marrocos e nos Países Baixos.

29. Luís Fonseca

Luís de Matos Monteiro da Fonseca é natural da ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Membro do PAIGC na clandestinidade, participou na luta pela independência de Cabo Verde tendo, na juventude, passado vários anos na prisão, nomeadamente no Campo do Tarrafal. Representou Cabo Verde em diversas capitais e organizações internacionais e exerceu vários cargos no seu país. Foi representante permanente de Cabo Verde junto das Nações Unidas em Nova Iorque, Embaixador e representante de Cabo Verde junto das Nações Unidas em Viena, Embaixador de Cabo Verde em Moscovo, em Haia e junto da Comunidade Europeia, tendo ingressado no quadro diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1986. De 2004 até 2008, exerceu o cargo de Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

30. Luís Todo-Bom

Engenheiro, gestor e professor universitário. Licenciado em Engenharia Químico-Industrial, pelo IST, Mestrado em Gestão de Empresas, é membro da Cranfield Alumni Association. Tem desenvolvido inúmeras atividades e desempenhado cargos importantes de que se destacam: Membro do Conselho de Estratégia do Banco Finantia (2005/2008), da Direção da Associação Parque Atlântico (1996-2000), presidente do Conselho Fiscal da Portucel (1984-89), Consultor da área económico-financeira e das Alianças Estratégicas para Projetos de Investimento em Angola. Integrou, desde o início, a Comissão Organizadora da homenagem à CEI.

31. Manuel Alegre

Manuel Alegre de Melo Duarte nasceu em Águeda, Portugal, em 1936. Estudou Direito na Universidade de Coimbra, onde foi

ativo dirigente estudantil, tendo apoiado a candidatura do General Humberto Delgado. Em 1962, é mobilizado para Angola, onde dirige uma tentativa de revolta militar e acaba preso pela PIDE em Luanda, em 1963, durante 6 meses. Na cadeia conhece escritores angolanos como Luandino Vieira, António Jacinto e António Cardoso. Colocado com residência fixa em Coimbra, passa à clandestinidade e, em 1964, vai para Argel, onde passa dez anos exilado. Aos microfones da emissora *A Voz da Liberdade*, a sua voz torna-se um símbolo de resistência e liberdade. Poemas seus, cantados por Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire e Luís Cília, entre outros tornam-se emblemáticos da luta pela liberdade. Regressa a Portugal, em 1974, uns dias após o 25 de Abril. A obra de Manuel Alegre é reconhecida nacional e internacionalmente, traduzida em diversas línguas, como italiano, espanhol, alemão, catalão, francês, romeno e russo. Em abril de 2010, a Universidade de Pádua inaugura a Cátedra Manuel Alegre, destinada ao estudo da Língua, Literatura e Cultura Portuguesas.

32. Manuel dos Santos Lima

Manuel Guedes dos Santos Lima nasceu em Angola, em 1935, no Bié. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e doutorou-se na Universidade de Lausane, na Suíça. Foi membro ativo da Casa dos Estudantes do Império, colaborando na Revista *Mensagem*. Data de 1965 o seu primeiro livro, *Kissange*, editado pela CEI. Foi o fundador e o primeiro Comandante-Chefe do Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), que deu origem às FAPLA, e participou na luta armada entre 1961 e 1963, deixando mais tarde o MPLA por divergências com a direção do partido. Depois da independência de Angola, Manuel Lima tornou-se opositor do regime e crítico em relação à situação política angolana. Professor catedrático, lecionou no Canadá, em França, Portugal e Angola. Atualmente vive em Portugal, mas continua a dar aulas em Angola. Tem uma vasta obra publicada, entre romances, poesia e teatro.

33. Manuel Rui

Manuel Rui Alves Monteiro nasceu em Angola, em 1941. Licenciou-se em Direito em 1969 pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi membro da redação da Revista *Vértice* e colaborador do Centro de Estudos Literários da Associação Académica de Coimbra. Após o 25 de Abril de 1974, regressou a Angola, tornando-se Ministro da Informação do MPLA no governo de transição. Foi o primeiro representante de Angola na Organização da Unidade Africana e nas Nações Unidas e diretor do Departamento de Orientação Revolucionária e do Departamento dos Assuntos Estrangeiros do MPLA.

Manuel Rui é membro fundador da União dos Artistas e Compositores Angolanos, da União dos Escritores Angolanos e da Sociedade de Autores Angolanos, e tem uma vasta obra publicada, entre poesia, contos, romances e obras para o teatro. É autor da letra do Hino Nacional de Angola, entre outros, assim como do Hino que ofereceu à UCCLA.

34. Manuel Videira

Manuel Videira chegou a Coimbra, Portugal, em 1954, e licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, profissão que exerce e desenvolve em Angola. Associado da CEI, em Coimbra, teve, enquanto estudante, um papel ativo na consciencialização de outros jovens vindos das colónias portuguesas para a importância da luta pela independência dos seus países, e pertenceu ao núcleo clandestino do Movimento de Estudantes Angolanos (MEA) em Coimbra. Foi um dos organizadores da “fuga dos cem”, em 1961, à qual se juntou. Com outros médicos angolanos, integrou o CVAAR.

35. Margarida Calafate Ribeiro

Doutorada em Estudos Portugueses pelo King's College de Londres, mestre pela Universidade Nova de Lisboa e licenciada pela Universidade de Aveiro. Atualmente é investigadora coordenadora e professora em programas doutorais no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordena

projetos de investigação, entre os quais, os Processos de Libertação em Angola e Moçambique: anticolonialismo e roturas identitárias no feminino. Dedicou-se essencialmente, às temáticas do império e à Guerra Colonial Portuguesa, pós-colonialismo nos espaços de língua portuguesa, património de influência portuguesa, literatura portuguesa e literaturas africanas em língua portuguesa. Realiza entrevistas semanais a personalidades da vida pública e política, sobre as questões da atualidade.

36. Maria Eugénia Neto

Maria Eugénia Neto nasceu em Trás-os-Montes, Portugal, em 1934. Viúva do Presidente Agostinho Neto foi uma destacada ativista anticolonial e participante em inúmeras iniciativas ligadas à CEI. Autora de livros infantis traduzidos para várias línguas, alcançou o prémio de Honra da Comissão da RDA para a Unesco na Exposição “Os mais belos livros do mundo”, realizada em Leipzig, em 1978, com o seu livro *E Nas Florestas os Bichos falaram*. Usou a pena como uma combatente, foi diretora do Boletim da Organização da Mulher Angolana e um dos membros fundadores da União de Escritores Angolanos. Maria Eugénia Neto publicou: *Foi Esperança e Foi Certeza* (Literatura infantil); *As nossas mãos constroem a Liberdade* (1979); *A formação de uma estrela e outras histórias na terra* (1979). É presidente do Conselho de Fundadores da Fundação Dr. António Agostinho Neto.

37. Maria Flor Pedroso

Jornalista e licenciada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua vida profissional na *Rádio Comercial* em 1984 e em 1987 na *RFM*. Bolseira em 1994 num curso na Boston College of Communication e bolseira por convite do German Marshall Fund, em 1996. Em 1997 integra os quadros da *RDP-Antena1*, como repórter parlamentar. É a voz do “Cuidado com a Língua!” na *RTP1*. Dá aulas de Jornalismo Radiofónico no ISCEM.

38. Mário Filipe

Representante do Instituto Camões. Li-

cenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre em Estudos Lusó-Asiáticos (Linguística) pela Universidade de Macau, Doutor em Estudos Portugueses, pela Universidade Aberta. Em 1993, nomeado Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Ação Cultural Externa do Instituto Camões. Vogal da Direção do Instituto Português do Oriente (IPOR), na Região Administrativa Especial de Macau (R.A.E.M. – R. P. China); foi vice-presidente do Instituto Camões (2010-2012) até à sua extinção e criação do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP onde foi adjunto da direção para a área da língua portuguesa.

39. Mário Machungo

Mário Fernandes da Graça Machungo nasceu na província de Inhambane, Moçambique, em 1940. Licenciou-se em Economia no ISCEF, em Lisboa. Com a luta de libertação nacional já no auge, e por indicação da Frelimo (Marcelino dos Santos) voltou para Moçambique. Ocupou diversos cargos ministeriais depois da independência do seu país: Indústria e Comércio, Indústria e Energia, Agricultura, Plano e, de 1986 até 1994, foi Primeiro-Ministro de Moçambique, altura em que deixou o Governo.

40. Mbeto Traça

Humberto Monteiro Traça (Mbeto Traça) nasceu em 1941, no Sumbe, Angola. Enquanto estudante, em Lisboa, foi associado da Casa dos Estudantes do Império e, em 1961, foi preso pela PIDE por pertencer ao MPLA. Em 1964, foi incorporado compulsivamente no exército português, onde se especializou como atirador. Em 1965, desertou, e foi para o Congo-Brazzaville, onde se juntou à luta armada, com o MPLA, no EPLA e depois nas FAPLA. Mbeto Traça fez parte da primeira delegação do MPLA que chegou oficialmente a Luanda, a 8 de novembro de 1974. Após a independência, foi administrador da TAAG e, de regresso às Forças Armadas, integrou o Estado-Maior das Forças Armadas, em vários cargos de

relevo, entre os quais, coordenador da Comissão Instaladora da Academia das Forças Armadas, Adido de Defesa em Portugal e Diretor-Geral do Instituto da Defesa Nacional (IDN), até à sua reforma, tendo atingido o posto de General. Em 2013, Mbeto Traça lançou o livro *Do EPLA às FAPLA – Apontamentos para a história das Forças Armadas de Angola*.

41. Miguel Trovoada

Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada nasceu na cidade de São Tomé, em 1936. Licenciado em Direito na Universidade de Lisboa, fundou em 1960, com Manuel Pinto da Costa, o Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), mais tarde rebatizado como Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Foi diretor dos assuntos estrangeiros do movimento no Gabão e teve papel decisivo no reconhecimento do MLSTP pela Organização da África Unida, em 1972. Foi Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe entre 1975 e 1979 e Presidente nas primeiras eleições multipartidárias do país, em 1991, sendo reeleito em 1996. Em 2008, tornou-se Secretário-Executivo da Comissão do Golfo da Guiné e, em 2014, foi nomeado Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau, chefiando o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz, naquele país.

42. Murade Murargy

Murade Isaac Miguigy Murargy, nasceu em 1946. Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa e diplomata de carreira da República de Moçambique. Ingressou na área governamental de Moçambique em 1976, nomeadamente, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, desempenhando cargos diplomáticos de grande relevo na Europa, em África e na América do Sul. Assume funções como Delegado Permanente junto da UNESCO, em Paris, e como Representante Permanente junto das Nações Unidas (ONU), em Genebra, até 1995. Entre 1995 e 2012, assume as funções de Embaixador no Brasil, Argentina, Chile Pa-

raguai, Uruguai e Venezuela. Ocupou o cargo de Secretário-Executivo da CPLP entre 2012 e 2016.

43. Óscar Monteiro

José Óscar Monteiro nasceu em Lourenço Marques (hoje Maputo), em 1941. Cedo adquiriu consciência nacionalista, que se aprofundou durante os anos em que viveu em Portugal, para onde veio estudar Direito. Na Casa dos Estudantes do Império, de que foi associado e presidente da Direção, conheceu jovens estudantes nacionalistas de outras colónias portuguesas, e foi um dos muitos estudantes que saíram de Portugal em 1961, na célebre “fuga dos cem”. Já como representante da Frelimo na Argélia e na Europa do Sul, organiza a audiência do Papa Paulo VI aos dirigentes nacionalistas e contribui para a adoção do estatuto de prisioneiros de guerra para os combatentes das lutas de libertação. Foi Ministro da Frelimo no Governo de Transição e no Primeiro Governo independente. Leciona Direito Constitucional na Universidade Eduardo Mondlane, assessorou o movimento de libertação da Namíbia, ajudou Xanana Gusmão na prisão de Salemba em Jakarta e é Professor na Universidade de Witwatersrand. Óscar Monteiro lançou o livro *De todos se faz um País*, em 2013.

44. Pascoal Mocumbi

Pascoal Manuel Mocumbi nasceu em 1941, na província de Inhambane, Moçambique. Foi membro da direção do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) e membro fundador da União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO). Em Lisboa, inscreveu-se na Faculdade de Medicina, mas saiu de Portugal por razões políticas. Foi um dos fundadores da FRELIMO e membro do comité central do Movimento, com cargos de relevo. Licenciou-se em Medicina, na Universidade de Lausane, na Suíça, e depois da independência de Moçambique dedicou-se à medicina, tendo dado uma contribuição importante para a melhoria das condições de saúde dos moçambicanos, em especial na área materno-infantil. Ocupou o cargo

de Ministro da Saúde, até 1987, altura em que abraçou a pasta dos Negócios Estrangeiros. Foi Primeiro-Ministro de Moçambique entre 1994 e 2004. Foi alto representante da Parceria dos Países Europeus e Países em Via de Desenvolvimento para os Ensaios Clínicos, entidade que instituiu um prémio com o seu nome, pelo relevante contributo que deu para a investigação na área da saúde.

45. Pedro Pires

Pedro Verona Rodrigues Pires nasceu na ilha do Fogo, em Cabo Verde, em 1934. Em Lisboa, frequentou a Faculdade de Ciências e foi membro da Casa dos Estudantes do Império. Em 1961, com um grupo alargado de outros jovens africanos nacionalistas, saiu de Portugal clandestinamente e juntou-se ao PAIGC, na Guiné-Conakry, tendo sido dirigente político-militar destacado do seu partido. Em 1973, na altura da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, Pedro Pires integrou o Governo Guineense e, em 1974, chefiou a delegação do PAIGC que negociou a independência com o Governo Português. De 1981 a 1990, assumiu diversas funções no PAICV até chegar à presidência do partido. Depois da Declaração de Independência de Cabo Verde, em 5 de julho de 1975, Pedro Pires exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de Cabo Verde, até 1991. Em 2001, foi eleito Presidente da República, tendo sido reeleito em 2006. Em 2011, foi galardoado com o Prémio Mo Ibrahim de boa governação em África.

46. Pepetela

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela) nasceu em Benguela, Angola, em 1941. Completado o ensino secundário, foi para Portugal, para a Universidade, onde aprofundou a sua consciência antifascista e de lutador pela independência nacional de Angola, o que viria a marcar a sua obra enquanto escritor. Tornou-se militante do MPLA em 1963. Fugindo de Portugal para Paris, acabou por estabelecer-se em Argel e, com outros angolanos, trabalhou no Centro de Estudos Angolanos. Cerca de 1969, Pepetela junta-se à luta armada

levada a cabo pelo MPLA, contra o domínio português. Depois da independência, assume o cargo de vice-ministro para a Educação no governo de Agostinho Neto. Em 1982 abandonou a vida política para se dedicar à escrita e à docência na Faculdade de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto, em Luanda.

Pepetela tem uma vastíssima obra literária publicada e traduzida em inúmeras línguas, que lhe valeram numerosos prémios e galardões, entre os quais, em 1997, o prestigiado Prémio Camões, atribuído ao conjunto da sua obra.

47. Pires Laranjeira

José Luís Pires Laranjeira é doutorado em Literaturas Africanas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) onde é atualmente Professor Associado. É ainda responsável pelas cadeiras de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, desde 1981, e também de Culturas Africanas. Os seus interesses atuais sobre investigação, englobam a História, Sociedade, Política e Cultura e as Literaturas Africanas.

48. Ricardo Costa

Ricardo de Paiva da Costa, filho de Orlando Costa, antigo associado da CEI. Frequentou a Licenciatura em Ciências da Comunicação, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Aos 21 anos de idade começou a trabalhar no Semanário *Expresso*, onde foi diretor entre 2011 e 2016; foi um dos fundadores da *SIC* em 1992 e, mais tarde, editor de política deste estação televisiva e diretor da *SIC Notícias* entre 2003 e 2008. Em fevereiro de 2016 foi nomeado diretor-geral de informação do Grupo de Comunicação Social Impresa. Atualmente apresenta o programa semanal "Expresso da Meia-Noite", com Nicolau Santos e Bernardo Ferrão, na *SIC Notícias* e é comentarista da *SIC* e da *SIC Notícias*. Publicou, com Henrique Medina Carreira, em 2007, o livro *O Dever da Verdade*.

49. Rui Mingas

Rui Alberto Vieira Dias Rodrigues Mingas nasceu em Luanda, Angola, em 1939. Tendo

crecido em ambiente musical, apaixonou-se pela música pela mão do seu tio Vieira Dias (pai da música popular angolana e fundador dos N'Gola Ritmos). Nos anos 60, foi um destacado ativista da Casa dos Estudantes do Império. Foi Ministro do Desporto do seu país e Embaixador de Angola em Portugal. É também um conhecido cantor e compositor, tendo sido apresentado ao grande público, em Portugal, como cantor, no programa Zip-Zip. Aparece no primeiro disco do programa com a canção "Xyami (Minha Terra)". Musicou a canção "Meninos do Huambo" (com letra de Manuel Rui), celebrizada em Portugal por Paulo de Carvalho, e de "Monangambé", com letra de António Jacinto. Compôs a música do Hino Nacional de Angola. Na homenagem à Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra, foi representado por sua filha, Nayma Mingas.

50. Rute Magalhães

Rute Magalhães nasceu em Portugal, mas passou a sua infância e adolescência em Angola. Foi associada da Casa dos Estudantes do Império, onde colaborou ativamente em diversas atividades. Voltou a Angola por alturas da independência, e ali se manteve durante algum tempo. Membro da Comissão Organizadora da homenagem aos associados da CEI, colaborou na reedição dos livros da CEI, na organização da Exposição "Casa dos Estudantes do Império, 1944-1965, Farol de Liberdade" e fez parte da Comissão Organizadora do Colóquio Internacional "Casa dos Estudantes do Império: histórias, memórias, legados", de que foi uma das intervenientes.

51. Sandra Amaral Monteiro

Filha de Manuel Dias Monteiro, médico, e de Gracinda Amaral Monteiro, ambos antigos associados da CEI. Atualmente trabalha na edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* e tem-se dedicado a atividades associativas.

52. Tomás Medeiros

António Alves Tomás Medeiros nasceu em 1931, em São Tomé e Príncipe. Iniciou os estudos universitários em Lisboa, e ter-

minou o curso de Medicina na Crimeia (ex-URSS). É especialista em Pneumologia e Medicina de Guerra. Foi diretor da Revista *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império e, com o angolano Mário Pinto de Andrade, organizou várias Antologias de Poesia e Prosa da Literatura Africana de Expressão Portuguesa. Foi dirigente da União dos Estudantes Africanos, na ex-URSS, e da União dos Estudantes Africanos na Europa (Belgrado). Foi co-fundador do MPLA, do MLSTP, MAC, Clube dos Marítimos, Centro de Estudos Africanos e CONCP. Na URSS, onde se fixou depois de fugir de Portugal, em 1961, trabalhou na *Rádio Moscovo*, e teve o estatuto de investigador da Biblioteca Lenine. Publicou várias monografias sobre temas da sua especialidade e tem poe-

mas, contos e ensaios traduzidos em várias línguas. Colaborou ativamente na luta de libertação de Angola, como médico militar e professor na região político-militar de Cabinda. É autor do livro *São Tomé e Príncipe, O Automóvel do Engenheiro Diakamba* (o seu primeiro romance) e *A Verdadeira Morte de Amílcar Cabral* o seu primeiro livro de ensaio. Em 2016, publicou a novela *Quando os Cucumbas Cantam*. Retirou-se da atividade político-partidária e profissional.

53. Vítor Ramalho

Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho nasceu na Caála, em Angola, em 1948. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Conhe-

cedor da realidade dos países de expressão portuguesa, foi presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Angola e presidente do Núcleo Nacional do Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa, vice-presidente da Cruz Vermelha Portuguesa; presidente de várias Associações Lusófonas. Já desempenhou diversos cargos como Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia e Secretário de Estado do Trabalho. Deputado pelo Partido Socialista, de 2000 a 2008, conta com duas Condecorações internacionais e uma portuguesa (Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique). Secretário-Geral da UCCLA desde 2013 e promotor da Homenagem aos Associados da Casa dos Estudantes do Império. Tem vários livros publicados.

Índice

Ficha Técnica	02
Prefácio	05
Introdução	07
Primeiro Ato – Cerimónia inaugural em Coimbra	11
28 outubro de 2014 Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra	
CERIMÓNIA INAUGURAL	13
Oradores: Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA; Bruno Matias, Presidente da Associação Académica de Coimbra; Carina Gomes, Vereadora em representação do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; Fernando Martinho, representante dos associados da Casa dos Estudantes do Império; Murade Murargy, Secretário-Executivo da CPLP; João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra	
A importância da CEI na formação cultural dos seus associados	
1.º Painel: Maria Eugénia Neto, Jorge Querido, Manuel Rui Monteiro, José Luís Pires Laranjeira e Manuel Alegre. Moderação de Diana Andringa	25
2.º Painel: Luís Fonseca, Óscar Monteiro, Rui Mingas (representado pela filha Nayma Mingas), Pepetela e António Almeida Santos. Moderação de David Borges	39
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	55
Oradores: Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA; Fernando Martinho, representante dos associados da Casa dos Estudantes do Império; Bruno Matias, Presidente da Associação Académica de Coimbra; Mário Filipe, representante do Instituto Camões; Joaquim Carvalho, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra	
Segundo Ato – Assembleia da República	59
24 fevereiro de 2015 Lisboa	
Debate: «A Casa dos Estudantes do Império e o Movimento Associativo Estudantil»	61
Oradores: António Filipe (em representação da Presidente da Assembleia da República); Edmundo Rocha; Carlos Veiga Pereira; Manuel dos Santos Lima; Luís de Almeida, Embaixador de Angola junto da CPLP; Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA. Moderação de Maria Flor Pedroso	
Terceiro Ato – Câmara Municipal de Lisboa	
Exposição: “Casa dos Estudantes do Império, 1944-1965, Farol de Liberdade”	75
21 maio de 2015 Galeria das Exposições nos Paços do Concelho	

Quarto Ato – Colóquio Internacional

“Casa dos Estudantes do Império: histórias, memórias, legados” _____ 89

22, 23 e 25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

23 maio de 2015

1.ª Mesa redonda: A Casa por quem a viveu _____ 95

Oradores: Edmundo Rocha, Fernando Mourão, Humberto Traça, Manuel Videira, Tomás Medeiros e Rute Magalhães. Moderação de Cláudia Castelo

23 maio de 2015

2.ª Mesa redonda: Os filhos da Casa _____ 117

Oradores: Ana Maria Mesquita, Ricardo Costa, Francisco Viana, Sandra Monteiro e Fidel Reis. Moderação de Margarida Calafate Ribeiro

Quinto Ato – Lugares e Memórias da Casa dos Estudantes do Império, uma viagem por lugares simbólicos _____ 129

24 maio de 2015

Lisboa

Sexto Ato – Sessão Solene de Encerramento _____ 137

25 maio de 2015

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Hino da UCCLA, cantado pelo Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra _____ 139

Abertura da Sessão Solene de Encerramento _____ 141

Oradores: Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA; Luís Campos Ferreira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Artur Santos Silva, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

1.º Painel: Antigos Primeiros-Ministros: França Van-Dúnem (Angola); Mário Machungo (Moçambique);

Pascoal Mocumbi (Moçambique). Presidente da mesa: José Tavares (Luanda, Angola).

Moderação de Luís Todo-Bom _____ 147

2.º Painel: Antigos Presidentes da República: Joaquim Chissano (Moçambique); Jorge Sampaio (Portugal);

Miguel Trovoada (São Tomé e Príncipe); Pedro Pires (Cabo Verde).

Presidente da mesa: David Simango (Maputo, Moçambique). Moderação de Inocência Mata _____ 153

Sétimo Ato – Os ficheiros dos Associados da Casa dos Estudantes do Império

Levantamento nos Arquivos da Torre do Tombo _____ 161

Epílogo – A Casa dos Estudantes do Império apresenta-se à Comunicação Social _____ 171

25 maio de 2015

Conferência de Imprensa, Fundação Calouste Gulbenkian _____ 173

“A Geração da Liberdade”, Programa Especial da RTP. Moderação de Fátima Campos Ferreira

Câmara Municipal de Lisboa, Sala do Arquivo dos Paços do Concelho _____ 180

Anexos

. Comissão de Honra e Comissão Organizadora _____ 192

. Reedição dos Livros da Casa dos Estudantes do Império _____ 194

. Notas Biográficas resumidas dos intervenientes (por ordem alfabética) _____ 196

SIGLAS

AR – Assembleia da República

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CIA – Central Intelligence Agency

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias portuguesas

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CVAAR – Corpo de Voluntários Angolanos de Ajuda aos Refugiados

EPLA - Exército popular de Libertação de Angola

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FLN – Front de Libération Nationale

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FUA – Frente de Unidade Angolana

MAC – Movimento Anticolonialista

MEA – Movimento de Estudantes Angolanos

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática

NESAM – Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização de Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

RIA – Reunião Inter-Associações

UA – União Africana

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UDEAN – União Democrática dos Estudantes da África Negra

UGEAN – União Geral dos Estudantes da África Negra

UNEMO – União Nacional dos Estudantes de Moçambique

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA/FNLA – União das Populações de Angola / Frente Nacional de Libertação de Angola

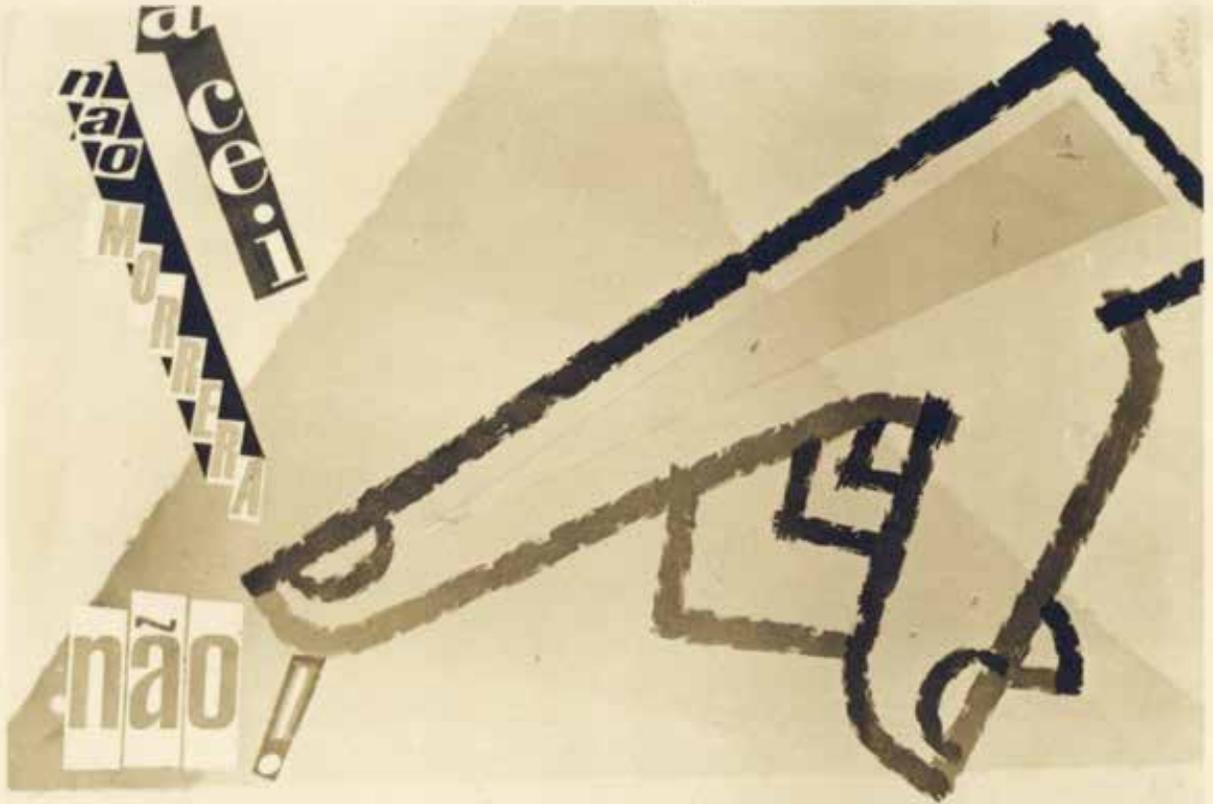
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

APOIOS





COSTA
ANDRADE

terra de acácias
rubras

Feufofo

CASA DOS ESTUDANTES
DO IMPÉRIO | 1944-1965



alexandr
daskalos

POEMAS

APOIOS



antónio